

Escola de Sociologia e Políticas Públicas

**Reconfiguração social em Angola:
ordem local e quotidiano pós-conflito**

Paulo Jorge Quiteque Inglês

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Doutor em Estudos Africanos

Júri:

Doutor Eduardo Maria Costa Dias Martins, Professor Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (Presidente)

Doutor Fernando José Pereira Florêncio, Professor Auxiliar,
Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Doutora Ana Paula Ribeiro Tavares, Professora Auxiliar Convidada,
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Doutor Jon Schubert, Investigador,
Global and European Studies Institut, Universidade de Leipzig

Doutor Ulrich Schiefer, Professor Auxiliar com Agregação,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Franz-Wilhelm Heimer, Professor Catedrático aposentado,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (Orientador)

Julho de 2016

Agradecimentos

Um trabalho desta natureza só é possível com o contributo de várias pessoas e instituições. Destaco em primeiro lugar o Professor Doutor Franz-Wilhelm Heimer, que foi não apenas o orientador desta tese, mas também um insistente e persistente impulsionador, além de ter sido por seu intermédio que tive acesso a uma bolsa da fundação alemã VolkswagenStiftung, que permitiu a frequência da parte lectiva do programa de doutoramento e a maior parte da pesquisa.

O Centro de Estudos Internacionais (CEI-IUL), em que foi integrado o antigo Centro de Estudos Africanos (CEA), foi a instituição que em Portugal acolheu o projecto internacional “Reconciliation and Social Conflict in the Aftermath of Large-Scale Violence in Southern Africa: The Cases of Angola and Namibia”, promovido e financiado também pela VolkswagenStiftung ao abrigo do programa Knowledge for Tomorrow: Cooperative Research Projects in Sub-Saharan Africa. O projecto proporcionou-me não apenas fundos para pesquisa, mas também a participação em *workshops*, conferências e congressos. Neste âmbito, agradeço especialmente ao Professor Doutor Heribert Weiland do Arnold-Bergstraesser-Institut, Freiburg, que foi o director geral do projecto Angola-Namíbia: além de o seu apoio ter permitido abrir portas para várias instituições de pesquisa, proporcionou-me uma estadia na Universidade da Namíbia, em Windhok, para trabalhar com o Professor Doutor Winterfeld, que me acolheu em sua casa e me inscreveu num *workshop* sobre sociologia urbana que foi muito importante para a análise do processo das urbanizações em Angola no pós-conflito.

Um agradecimento ao Codesria, na pessoa do Doutor Carlos Lopes, director do Codesria para a área dos países africanos de expressão portuguesa, que me proporcionou a participação num *atelier* sobre metodologia das ciências sociais no contexto africano, em Maputo, dirigido pelo Professor Doutor Elísio Macamo, da Universidade de Basileia, e pela Professora Doutora Maria Paula Meneses, da Universidade de Coimbra, bem como a participação numa conferência sobre identidades na Universidade de Cabo Verde, na cidade da Praia.

Durante a elaboração desta tese, tive ainda a oportunidade de colaborar em mais dois projectos que me permitiram aprofundar aspectos da investigação. O primeiro foi sobre “Urban Growth and Poverty in Mining Africa”, sediado na Universidade de Edimburgo e dirigido pela Professora Doutora Deborah Bryceson e pela Doutora Cristina Udelsmann Rodrigues. Proporcionou a minha estadia na província de Luanda-Sul, além da participação num *workshop* e do acesso a literatura sobre o crescimento das cidades mineiras em outros contextos africanos. O segundo projecto foi sobre “Refugee Repatriation and Local Politics in Angola Conflict and Creativity Following the Return of Chiefs and Party Functionaries”. O projecto fez parte do Priority Programme 1448, “Adaptation and Creativity in Africa: Technologies and Significations in the Production of Order and Disorder”, da Deutsche Forschungsgemeinschaft, uma instituição alemã que promove e financia pesquisas científicas. Foi dirigido pela Professora Doutora Katharina Inhetveen, socióloga alemã que, além de

ser especialista em metodologia qualitativa, desenvolveu uma pesquisa com angolanos nos campos de refugiados da Zâmbia, com destaque para o campo de Meheba. Este projecto esteve sediado na Bundeswehr Universitat, em Munique. Além de me ter acolhido durante dois anos, proporcionou-me a apresentação e discussão de aspectos teóricos da tese em seminários e *workshops* em Munique e em Berlim.

Ainda a nível institucional, os meus agradecimentos estendem-se a duas entidades em Angola: uma é a Universidade Católica de Angola, instituição em que trabalhei e que me acolheu sempre que foi preciso na pesquisa de campo em Luanda; a outra é a Caritas de Angola, cuja directora, Marlene Wildener, permitiu que eu entrevistasse os seus funcionários e fizesse trabalhos de grupo com eles, além da utilização das suas instalações durante o trabalho de campo.

Não será possível agradecer a todos aqueles que, individualmente, contribuíram para a realização deste trabalho. Destaco contudo o Professor Ángel Rivero, docente de ciências políticas da Universidade Autónoma de Madrid, que me introduziu no debate e literatura científica sobre o nacionalismo; a Doutora Itziar Ruiz-Gimenez Arrieta e a Doutora Alicia Campos, ambas da Universidade Autónoma de Madrid e fundadoras do Grupo de Estudios Africanos a que pertenceo pelo convite que me fizeram para colaborar com elas.

Deixo também o meu agradecimento a um grupo de académicos angolanos que me ajudaram a perceber melhor as transformações em Angola: Justino Pinto de Andrade, Vicente Pinto de Andrade, Jean-Michel Mabeko Tali, João Milando, Nelson Pestana, Fernando Pacheco, João Faria Conceição Paulo, Alves da Rocha, Ennes Ferreira, Henda Ducado, Maria de Fátima, Cristina Rodrigues e Carlos Lopes, Cláudio Tomás, Gilson Lázaro, Abel Paxé.

Também foram de grande importância as conversas com Fernando Florêncio e Jorge Varanda, antropólogos da Universidade de Coimbra, assim como as sugestões de outros colegas igualmente com experiência de pesquisa em África: Didier Péclard, Justin Pierce, Jon Schubert, Marissa Moorman, Ulf Werk, Nadine Siegert e Stefanie Alisch.

Um agradecimento muito especial à Catarina Mira, que fez uma revisão completa da tese e sugestões e comentários muito valiosos.

Lembro os meus pais que faleceram entretanto, durante a elaboração desta tese, com os quais troquei impressões sobre dados que fui recolhendo no terreno, dando-me importantes informações históricas a propósito da família paterna, originária da zona entre Kwanza Norte e Malange, protestante metodista, e da família materna, com origens entre o Planalto Central e o Lobito, católica.

Por fim, menciono as minhas filhas, Miriam e Beatrice, que nasceram durante a elaboração da tese, e agradeço a Anne-Kristin Borszik, autora de uma tese sobre resolução de conflitos em Gabu, na Guiné Bissau, o que permitiu que trocássemos impressões comparando os dois países, mas, sobretudo, pelo seu apoio moral e afectivo.

Resumo

Em 2002, após vinte e sete anos de conflito violento, a guerra civil angolana chegou ao fim. Sucederam-se promessas, veiculadas sobretudo pelo Governo, de um futuro de reconciliação, reconstrução e desenvolvimento, gerando expectativas na sociedade e na comunidade internacional. O pós-conflito anunciava um processo de profunda transformação social.

Recorrendo à sociologia da vida quotidiana e à noção de produção local da ordem, esta tese procura captar os contornos da transformação da sociedade angolana no pós-conflito, com base em dados recolhidos nas áreas urbanas de Luanda, Benguela, Huambo e Lubango por meio de entrevistas, observação participante, registos etnográficos e análise documental.

O estudo da vida quotidiana após o fim do conflito aponta para uma reconfiguração da própria sociedade angolana. Verifica-se que há elementos de continuidade do processo da sua constituição histórica, e outros que acentuam e dão visibilidade a transformações ocorridas ainda durante o conflito; ao mesmo tempo, é pela adaptação a novos contextos de acção, pela reconstrução de rotinas resultantes de interacções quotidianas e de interpretações dos actores que a ordem é produzida localmente, com repercussões especialmente na geografia física e social das zonas urbanas e no seu funcionamento. As intermitências do aparelho administrativo do Estado, ausente em alguns casos e excessivamente presente noutros, acentuam as incertezas e riscos inerentes à reconstrução do quotidiano. A tensão entre o discurso hegemónico sobre reconstrução e desenvolvimento e, por outro lado, a necessidade de conferir sentido e previsibilidade ao quotidiano parece constituir uma das características, talvez a principal, do pós-conflito em Angola.

Palavras-chave

Pós-conflito; Reconfiguração; Ordem local; Angola

Abstract

In 2002, after twenty seven years of violent conflict, the Angolan civil war came to an end. It gave way to promises, especially by the Government, about a future of reconciliation, reconstruction and development, generating great expectations both among civil society and the international community. The post-conflict situation announced a process of deep social transformation.

Recurring to everyday life sociology and the notion of local order production, this thesis outlines an understanding of the transformation of society in post-conflict Angola, drawing on data collected in the urban areas of Luanda, Benguela, Huambo and Lubango by means of interviews, participant observation, ethnographic registry and documental analysis.

The study of everyday life after the end of the conflict points to a reconfiguration of Angolan society itself. There are lines of continuity with the process of its historical constitution, and also elements that accentuate and bring out transformations that occurred during the war; simultaneously, social actors adapt to new contexts of action, rebuild routines that depend on everyday interaction and their interpretations of such contexts, thereby producing local order and impacting the social and physical geography of urban settings and their functioning. The intermittencies of the State's administrative apparatus, either absent or excessively present, amplify the uncertainty and risks that are inherent to the rebuilding of everyday life. The tension between the hegemonic discourse about reconstruction and development and, on the other hand, the need to make everyday life meaningful and somewhat predictable emerges as possibly the major feature of post-conflict Angola.

Key-words

Post-conflict; Reconfiguration; Local order; Angola

ÍNDICE

Introdução	1
PARTE I	9
Capítulo I – Discussão teórica	9
1.1 – Introdução	9
1.2 – A experiência quotidiana e o “mundo-da-vida”	11
1.2.1 – Teorias da acção em questão: uma re-especificação	13
1.2.2 – Os limites da acção racional: além do individualismo metodológico e do estruturalismo	13
1.2.3 – Acção, criatividade e reconstrução inteligente	15
1.2.4 – Produção local da ordem social e reconfiguração social	18
1.3 – Conclusão	23
Capítulo II – As dificuldades dos estudos da transformação social em Angola: revisão crítica da literatura	25
2.1 – Introdução	25
2.2 – Configuração, transformações sociais e o problema das “classes”	26
2.3 – Reconfiguração e transformação social: além das classes sociais	31
2.4 – O problema do Estado, democratização e sociedade civil	35
2.4.1 – Críticas e limites da perspectiva neopatrimonialista	39
2.5 – Conclusão	40
Capítulo III – Abordagem metodológica no estudo da reconfiguração social em Angola	43
3.1 – Introdução	43
3.2 – Recolha de dados: lugares, tempo e modo	45
3.2.1 – Definição do <i>locus</i> da pesquisa	45
3.2.2 – Entrevistas e perfil dos entrevistados	46
3.2.3 – Discussões e entrevistas de grupo	49
3.2.4 – Experiências de observação no quotidiano urbano	52
3.3 – Análise dos dados	54
3.3.1 – Ir mais de uma vez: o factor frequência nas idas ao campo	54
3.3.2 – Acesso aos dados, informação e confiança	57
3.3.3 – “Ser de dentro”, “ser de fora” e o desafio do multilinguismo na recolha de dados	58
3.3.4 – Fragmentação dos dados e análise: <i>grounded theory</i>	59
3.3.5 – Acções, interações e descritibilidade: análise sequencial	62
3.4 – Conclusão	67
PARTE II	69
Capítulo IV – Delimitação do território e implementação do Estado colonial em Angola	69
4.1 – Introdução	69
4.2 – Território, espaços e relações sociais	70
4.2.1 – Território: lugar situado e espaço de interacção	71
4.3 – Sociedades africanas pré-coloniais? Um debate em aberto	74
4.3.1 – Territórios, sociedades e grupos em movimento	77
4.4 – Conflitos e reconfiguração internacional do poder	81

4.5 – Ocupação e a longa transição	81
4.5.1 – População.....	82
4.5.2 – Território.....	84
4.5.3 – Economia	86
4.5.4 – Uma intromissão: o caso das Igrejas protestantes	87
4.6 – Conclusão	89
Capítulo V – Colonização e a reconstrução do quotidiano: indígenas, colonizados e sujeitos	93
5.1 – Introdução.....	93
5.2 – Colonização, modernidade e a reconstrução do quotidiano.....	93
5.2.1 – Colonização, mercantilismo e a invenção do outro.....	95
5.2.2 – Cidadão e súbdito: povoamento e indigenização	101
5.2.3 – Burocratização e a ordem do dia.....	105
5.3 – Assimilação ou disseminação: a renegociação do poder simbólico	106
5.3.1 – Reconfiguração social nas zonas urbanas: angolenses, mestiços e imigrantes	108
5.3.2 – Associações nativas e a crise do discurso colonial.....	113
5.3.3 – Reconfigurações sociais nas zonas rurais: nova “Jerusalém” e a reinvenção das etnias	116
5.4 – Promessas coloniais e respostas nacionalistas: reconfiguração do poder político	122
5.4.1 – Ambiguidade e limites do discurso da raça.....	123
5.4.2 – Os limites da modernidade e reivindicação local	125
5.4.3 – Estado colonial, prática estatal e os seus limites	126
5.5 – Conclusão	127
Capítulo VI – As mutações do poder no colonialismo, pós-colonialismo e pós-conflito.....	129
6.1 – Introdução.....	129
6.2 – Hegemonia e contestação do poder	130
6.2.1 – Poder e negociação do quotidiano.....	132
6.2.2 – Reconfiguração do poder no Estado Novo: 1933-1961.....	135
6.2.3 – Pós-colonialismo, conflito e reconfiguração social.....	140
6.3 – Reconverteres e rupturas sociais e políticas: os casos da UNITA e do MPLA	140
6.3.1 – A reconversão política de uma força sócio-militar: o caso da UNITA.....	141
6.3.2 – Legitimidade e reconversão hegemónica: o caso do “MPLA-Governo”.....	145
6.4 – Autoridade e poder político: burocracia e reconfiguração quotidiana	152
6.4.1 – Burocracia racional <i>versus</i> “ordens superiores”.....	153
6.4.2 – “Quem manda, manda; quem não manda, obedece”: participação e representação política	155
6.5 – Reconfigurações pós-conflito: “os nossos”, “eles” e a política dos afazeres.....	157
6.5.1 – Administradores, militares e diplomatas	158
6.5.2 – Partidos, ONG e Igrejas	159
6.6 – Conclusão	160
PARTE III	163
Capítulo VII – Entre o conflito e o pós-conflito: narrativas, processos e readaptação	163
7.1 – Introdução.....	163
7.2 – Percepção do conflito armado: cronologia e tipificação.....	163
7.3 – A violência do poder e a vida quotidiana	172
7.4 – A normalização do conflito armado e a vida quotidiana	175
7.5 – Fim da guerra e continuação do conflito: violência e ordem social.....	181
7.6 – Conclusões.....	184

Capítulo VIII – Lugares, espaços sociais e novas relações	191
8.1 – Introdução.....	191
8.2 – Movimentações e novas geografias sociais	193
8.2.1 – Retornar ou ir: pós-conflito e movimentação transfronteiriça.....	193
8.2.2 – Deslocações internas e reconfiguração de territórios: além do binómio campo/cidade.....	205
8.3 – Situação e ordem: quotidiano e flexibilidade tipológica.....	206
8.3.1 – Entre o “não rural” e o “não urbano”	207
8.3.2 – Topologias flexíveis: lógicas heterogéneas	215
8.4 – Zonas rurais	219
8.4.1 – Chefes, autoridade e tradição	219
8.4.2 – Reconfiguração do espaço rural	221
8.5 – Zonas urbanas e periurbanas.....	228
8.5.1 – Zonas periféricas “difusas” e musseques antigos.....	228
8.5.2 – Novos assentamentos: assentamentos “difusos” e assentamentos “ordenados”.....	229
8.5.3 – Zonas urbanas e zonas periféricas estabelecidas	230
8.6 – Conclusão	231
Capítulo IX – Economias dispersas e ordem local	233
9.1 – Introdução.....	233
9.2 – Incertezas, possibilidades e reconstruções.....	233
9.3 – Transporte urbano, rotina e constrangimentos: os táxis.....	236
9.4 – Saldo, sal e vela: as lojinhas e os espaços de transição	239
9.4.1 – A lojinha no Bairro Mártires do Kinfangondo	241
9.5 – Velhos camaradas e novas acções: figurões e reconfigurações	242
9.5.1 – A ascensão dos “generais” e dos “ <i>big men</i> ”	243
9.5.2 – “Camaradas” e legisladores.....	244
9.5.3 – Excluídos e marginalizados.....	245
9.5.4 – Os “não ricos” e “não pobres”	246
9.6 – Conclusão	246
Conclusão	251
Bibliografia e fontes	257
Anexos	281

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 8.1 – Exemplo de mobilidade no Huambo (1998-2000)	208
Quadro 8.2 – Comparação de zonas no Huambo	214
Quadro 8.3 – Caracterização social dos tipos de zonas	216
Quadro 8.4 – Espaços sociais por províncias	218
Quadro 8.5 – Origem dos produtos vendidos em mercados nas cidades.....	222
Quadro 8.6 – Produção agrícola entre 1965 e 2003	225
Quadro 8.7 – Evolução da produção agrícola (toneladas por habitante, 2007-2010).....	227
Quadro 8.8 – Novos assentamentos (Luanda, Benguela, Huambo e Lubango)	230
Quadro 9.1 – Actividades associadas aos táxis	238

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 4.1 – Angola e Leste: principais canais de comunicação antes de 1700	73
Figura 4.2 – Carta étnica de Angola.....	77
Figura 4.3 – Grupos etnolinguísticos de Angola.....	78
Figura 4.4 – Distribuição étnica de Angola.....	79
Figura 4.5 – Missões protestantes em Angola em 1960.....	88

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo I – Entrevistas individuais: Luanda, Huambo, Benguela e Lubango	283
Anexo II – Entrevistas de grupo: Luanda, Huambo, Benguela e Lubango	287
Anexo III – Observação directa: Luanda, Huambo, Benguela e Lubango	289
Anexo IV – Entrevistas complementares: Uíge, MBanza-Congo, Lunda Sul (Saurimo) e Moxico (Kazombo e Luena).....	290
Anexo V – Guião das entrevistas individuais	292

INTRODUÇÃO

O fim da guerra civil em Angola, em 2002, activou promessas sobre uma era de reconciliação, reconstrução e desenvolvimento. A paz militar alcançada entre as forças armadas governamentais e as forças residuais da UNITA, depois da morte do líder desta em Fevereiro do mesmo ano, coincidiu, no plano económico, com o aumento do preço do petróleo nos mercados internacionais. Estes dois eventos, uma efectiva ausência de conflito armado e a possibilidade de acumular uma enorme quantia de divisas em moeda estrangeira, projectaram o país para os píncaros da fama de país emergente, destino do investimento estrangeiro com promessas de crescimento da sua economia como nunca se vira desde que se tornara independente, em 1975. Além desse discurso oficial, como é que no dia-a-dia as pessoas absorviam e se adaptavam à nova situação da ausência da guerra?

O trabalho pretende explorar esse aspecto da readaptação ao fim da guerra a partir da experiência do quotidiano das pessoas. O fim da guerra parece apontar para o aspecto institucional sobre a organização da sociedade, mas o outro aspecto, o da interacção entre indivíduos que compõem a sociedade, aponta para o modo como essa transformação – que no plano institucional é condensada no discurso sobre reconstrução e pós-conflito – é absorvida e como é reconstituída nas práticas quotidianas. O objectivo da pesquisa não é tanto descrever os resultados a que estas práticas conduzem, mas descobrir que métodos ou estratégias as pessoas usam para dar sentido aos contextos – neste caso, ao contexto do fim da guerra – em que no dia-a-dia vivem as suas vidas. É no empenho que as pessoas têm em garantir o quotidiano que as interacções parecem ser ordenadas. É a essa ordem concreta e local ou o modo como é produzida no contexto de pós-conflito que o trabalho pretende prestar atenção. O foco da pesquisa está portanto nos processos, nos procedimentos em que a reconfiguração é feita, geralmente espaçada no tempo, e menos nos resultados imediatos ao fim do conflito, apesar do entusiasmo que ele pôde provocar.

O entusiasmo com o fim da guerra e a insistência na ideia de desenvolvimento moldaram, a partir de 2002, um discurso sobre a reconstrução e reconciliação nacionais por parte das autoridades do Estado, mas também de inúmeras organizações e agências internacionais. Esse discurso tinha como premissa que a guerra era o principal escolho para a reconstrução e o progresso, pelo que a ausência daquela implicaria a chegada destes últimos. É certo que havia alguns sinais exteriores da reconstrução de infra-estruturas, que aumentou a possibilidade de movimentação de pessoas e, em muitos lugares, de bens, mas essa reconstrução não era

apenas uma realidade, tornou-se quase um símbolo de demarcação entre “um antes” e “um depois” da guerra. Além desses sinais, por assim dizer exteriores e institucionais, o fim da guerra permitiu a ostentação de riqueza por parte de uma franja da sociedade, tida como próxima do poder político. Essa ostentação reintroduziu nas análises sociais o debate sobre classe social, que combinava a velha fórmula marxista (Pestana, 2005) e reinterpretações *ad hoc* de Max Weber com as variantes da noção de dominação reinterpretadas nos conceitos de neopatrimonialismo e clientelismo (Chabal e Vidal, 2007; Chabal, 2007; ver também Médard, 1987; Bayart, 1993). Embora estas últimas não tivessem resistido às críticas sobre a sua utilidade (Cardoso, Macamo e Pestana, 2002; van de Walle, 2009a; Neubert, 2009; Chan, 2009), trouxeram contudo para o debate das ciências sociais e políticas a necessidade de se olhar para as transformações sociais em África além da fenomenologia do poder político (Diouf, 1998; Bayart, Mbembe e Toulabor, 1992; Cardoso, Macamo e Pestana, 2002).

Estes contributos fizeram-nos deslocar o estudo do pós-conflito em Angola de uma fenomenologia do político (Schubert, 2014; R. S. Oliveira, 2011, 2015; Faria, 2013; Pearce, 2015) como estratégia para captar as dinâmicas sociais, para uma análise das interações quotidianas que permitisse uma aproximação ao pós-conflito atendendo à sua complexidade. O ponto de partida é a constatação de que o fim da guerra tem fortíssimas implicações no modo como os indivíduos organizam o seu quotidiano. Estas implicações decorrem das características do próprio conflito, que foi longo e teve períodos que o tornam transversal a vários tipos de conflitos: se teve contornos de uma guerra convencional, com espaços militares delimitados e os oponentes identificados, foi igualmente uma guerra de guerrilha, onde o espaço quotidiano das pessoas – campos agrícolas, igreja, escolas, cidades, vilas e aldeias – se tornou campo de batalha. A interferência do conflito no quotidiano das pessoas, apesar da exposição prolongada a cenas de violência, levou a que esta fosse normalizada. Esta “normalização da violência” (Beck, 2012), que pode ser vista como um recurso para lidar com o imprevisto e a incerteza no quotidiano, é desafiada quando as formas organizadas de violência, como as de uma guerra, desaparecem. É a possibilidade de se reordenar o quotidiano, portanto as interações sociais, que faz do pós-conflito um fenómeno social para ser analisado.

As interações sociais remetem para a constituição da própria sociedade em que estas relações acontecem, quer a nível local e situacional, quer enquanto uma rede mais alargada de interações configuradas numa comunidade que se acolhe dentro de um Estado-nação, como é o caso em Angola. As transformações nas relações sociais remetem, por sua vez, para o processo da constituição da própria sociedade, portanto, para a sua história social. A análise

do pós-conflito insere-se assim no estudo do processo de configuração – constituição – da própria sociedade angolana.

O trabalho centra-se nas dinâmicas sociais do pós-conflito, nos elementos que possam indicar como essa reconfiguração é produzida e não tanto na caracterização e descrição dessa reconfiguração como uma realidade já sedimentada. Mas o contexto de pós-conflito pode ser uma porta de entrada para uma aproximação ao processo de reconfiguração social. Assim, em vez de se dar por garantida a ideia de pós-conflito, preferimos vê-lo como algo que é produzido no quotidiano, nas interacções. Essa produção é requerida pela urgência de os indivíduos e grupos sociais reconstruírem as suas rotinas e se adaptarem às novas situações de acção, adaptação essa que passa pela construção de uma certa “ordem”, de maneira a conferir um mínimo de previsibilidade ao contexto em que ocorrem as próprias acções. Essa ordem, local e situada, é que dá sentido ao mundo-da-vida dos indivíduos e é o que torna a vida “vivível”. Mas a possibilidade da “previsibilidade” ou de manter relações estáveis em que novas rotinas são constituídas remete para a estrutura social da própria sociedade, para as redes possíveis de interacções, para a forma como a sociedade se constitui como tal, como está configurada.

A nossa hipótese é que é a nível local, em situações concretas de acção, que a ordem é produzida. O trabalho vai tentar perceber e descrever como acontece essa produção da ordem e, a partir daí, explicar a reconfiguração social no pós-conflito. Esta estratégia tem duas vantagens: a primeira é que se concentra nas acções e interacções do dia-a-dia e, portanto, permite ver em concreto como o pós-conflito é representado, apreendido, produzido e explicado pelos próprios actores sociais; a segunda vantagem é a de podermos captar as inter-relações dessa produção da ordem local com outros fenómenos sociais, como o domínio político, as urbanizações, as migrações, as trocas comerciais, ou as reconfigurações no mundo rural.

A abordagem que escolhemos para a nossa análise implicou uma intensa revisão e discussão teórica, como veremos no capítulo I. Por agora, referimos apenas em termos muito sumários alguns dos principais instrumentos a que recorremos. O enquadramento teórico desta tese situa-se na microssociologia, na sociologia da vida quotidiana e na etnometodologia, que tem reminiscências nas teorias interaccionistas, mas se constitui sobretudo a partir dos trabalhos de Goffman (1958, 1983), Sacks (1992) ou Garfinkel (1967, 1991, 2002), com recentes desenvolvimentos por Anne W. Rawls (1989, 2005, 2009, 2010). A produção da ordem local remete para a constituição da própria sociedade. O argumento assenta na ideia de que, nas interacções, os actores sociais criam ligações que, com o tempo, se transformam em interdependências ou figurações. São as transformações nessas figurações,

nas interdependências, que permitem explorar as transformações sociais – reconfigurações –, políticas e históricas. Está subjacente a esta noção a sociologia figuracionista, especialmente na elaboração de Norbert Elias (2006 [1939]). Tanto a “ordem local” como as “reconfigurações” pressupõem uma teoria da acção. Mas em vez de recorrermos à ideia clássica de acção social, seja na sua versão funcionalista (Parsons, 1968a [1937], 1968b [1937]), seja na do individualismo metodológico de Max Weber (1968 [1922]), optámos por enquadrar o estudo nas teorias que insistem nos aspectos da adaptação e da criatividade, com reminiscências nas teorias pragmatistas norte-americanas, mais recentemente reformuladas por Joas (1996). Nesta perspectiva, a acção não é apenas um instrumento para atingir fins previamente delineados por um sujeito ou uma mente, mas constitui-se no modo como os indivíduos se adaptam, no que aqui nos ocupa, a novos contextos quando a sua rotina é interrompida. Assim, os fins perseguidos através das acções são definidos no próprio contexto de acção. Se com a noção de ordem local se pretende explorar como os indivíduos produzem, nos contextos das interacções quotidianas, as rotinas que tornam possível o seu mundo social, com os conceitos de figuração e reconfiguração salientamos a ideia de constituição da sociedade e as transformações que ocorrem dentro da figuração. As noções de adaptação e criatividade permitem, portanto, captar modalidades de reconstrução das rotinas e formas de lidar com incertezas ou mudanças rápidas do ambiente em que as interacções se produzem.

A perspectiva que escolhemos tem implicações a nível da metodologia seguida, que será apresentada com mais detalhe no capítulo III. Alguns elementos podem, no entanto, ser destacados desde já. Recorremos à *grounded theory*, que nos permitiu sistematizar a informação e codificá-la posteriormente, o que facilitou grandemente a análise de certos tipos de dados empíricos, permitindo extrair conceitos a partir deles. A vantagem da *grounded theory* é que nos remete constantemente para a empiria, através do uso dos *concept-model*: o material empírico é sujeito à exigência da produção de conceitos, que, posteriormente, dão azo à elaboração teórica.¹ Mas um dos limites da *grounded theory* é o de descartar elementos etnográficos dos quais não podem necessariamente extrair-se conceitos. Por essa razão recorreremos também ao método da análise sequencial, que consiste em reorganizar as sequências das acções através da observação participante e das interpretações que os indivíduos fazem das suas próprias acções, do sentido que lhes dão. O uso combinado de várias metodologias revelou-se vantajoso a vários níveis, na medida em que se pretendia tirar

¹ Este assunto é desenvolvido com mais abrangência no capítulo III.

o maior proveito possível do material empírico, inclusivamente no que respeita a informações não abrangidas pelo desenho inicial da pesquisa, e, por outro lado, era necessário atender ao contexto em que a pesquisa foi realizada, que exigia cautelas especiais devido à cultura de sigilo e de controlo da informação por parte do Estado.

O lugar da pesquisa de terreno realizada pelo autor foram as zonas urbanas de Angola e optou-se por quatro cidades: duas da costa, Luanda e Benguela, e duas do interior, Lubango e Huambo. As razões estão descritas em detalhe no capítulo III; destacamos apenas que pesaram na sua escolha a antiguidade, especialmente de Luanda e Benguela, mas também o facto de serem, neste momento, os maiores pólos de aglomeração das populações, com impactos bastante acentuados nas suas estruturas físicas e nas dinâmicas sociais. Apesar de estas cidades terem sido definidas como campo empírico da análise, outras cidades também foram visitadas a título meramente informal e como parte de uma estratégia de recolha mais vasta de informações. Há também alguma atenção às zonas rurais a partir da literatura e das entrevistas; além disso, as zonas urbanas estudadas de Huambo e Lubango são bordeadas por zonas rurais, contrariamente ao que acontece, por exemplo, em Benguela e Luanda.

A tese que aqui apresentamos está dividida em três partes e é composta por nove capítulos, para além desta introdução e de uma breve conclusão. A estrutura geral pretende realçar distintos processos ao longo da configuração da sociedade angolana para focar mais concretamente como no pós-conflito ela se efectua.

A primeira parte começa com uma discussão teórica, apresentada no capítulo I. A perspectiva que adoptámos para o estudo da reconfiguração social no pós-conflito angolano implicou apresentar uma discussão teórica em que destacamos o sentido que no trabalho certos conceitos adquirem, como, por exemplo os conceitos de acção social e criatividade em vez do de “prática social”, como é apontado por Bourdieu; adoptamos o conceito de figuração ou configuração como propõe Norbert Elias, em vez do de estrutura social ou “estruturação” como propõe Giddens. No capítulo II faz-se uma revisão crítica da literatura das ciências sociais sobre transformação em Angola. Aqui destacamos os trabalhos sobre transformação social em Angola que já vinham de finais do anos de 1960, mas que tiveram um grande impulso nos anos 70, 80 e, residualmente, nos anos 90. Os primeiros tratam de apresentar uma compreensão integral da sociedade angolana dentro do contexto ainda da colonização; os segundos exploram as dinâmicas e tensões dentro da sociedade angolana usando por exemplo o conceito de classe ou teorias nacionalistas. Nos anos 90 e com as transições para a democracia emergiu a questão do poder, que relegou para um segundo plano as questões das transformações sociais; mesmo quando estas surgem, parecem terem sido tratadas dentro da

análise das dinâmicas do poder. Além de discutir estes aspectos, o capítulo procura reabrir a discussão sobre transformações sociais e colher dessa literatura os elementos que possam servir como ponto de partida para a discussão das transformações sociais no pós-conflito. No capítulo III são tratadas as questões metodológicas. Procura-se descrever a metodologia utilizada, das entrevistas à observação. Há também uma discussão sobre as razões das opções metodológicas dentro da perspectiva que queríamos dar ao trabalho. É feita uma reflexão sobre o que significa “tornar-se nativo” no processo de recolha de dados quando esse processo é ensaiado por um suposto nativo, e as implicações que isso tem na análise dos dados empíricos.

A segunda parte é composta por três capítulos. Embora estes tenham uma forte componente histórica, inscrevem-se na argumentação central da tese acerca da reconfiguração social. O ponto de partida é que há um processo de transformações sociais anterior à colonização propriamente dita e que continua durante o processo da implementação da colonização. O objectivo dos capítulos IV e V é interligar os processos de transformação ocorridos durante esse período – como, por exemplo, a delimitação do território –, assinalando continuidades e rupturas e salientando sobretudo a diferença entre transformações sociais mais gerais decorrentes de impulsos económicos ou políticos e as adaptações locais surgidas como resposta a tais impulsos. O capítulo VI tenta fazer uma ponte entre o colonialismo e o pós-colonialismo, estendendo este último até ao pós-conflito. O foco foi dado à ideia de poder, nas suas diversas formas: primeiro como poder do Estado colonial e a sua contestação com o nacionalismo angolano; em seguida a configuração do poder político no período pós-colonial através do governo do MPLA e também a sua contestação através da rebelião armada protagonizada pela UNITA e as distintas transformações e reordenamentos que foram ocorrendo nos interstícios destas mutações. Neste capítulo, apesar da sua componente histórica, apresentamos o contexto – social e político – a partir do qual ordens locais são produzidas no pós-conflito.

A terceira parte, também dividida em três capítulos, apresenta exemplos concretos de como localmente algumas ordens são produzidas. O objectivo não é identificar resultados a que estas ordens conduzem, mas apontar formas como no pós-conflito estas ordens se produzem. O capítulo VII apresenta como a memória do conflito é readaptada no contexto do pós-conflito por alguns dos seus protagonistas e como essa readaptação permite reler o pós-conflito não apenas como uma ausência de uma forma organizada da violência, mas como um modo prático de fazer com que o dia-a-dia funcione e tenha algum sentido, mesmo que isso implique lidar com formas de violência ainda persistentes embora não tão organizadas

como no tempo da guerra. Mostra também os arranjos quotidianos para se criar algum tipo de previsão no quotidiano. Pretende-se mostrar o modo como este arranjo é feito, que recursos são usados. O capítulo VIII desenvolve o mesmo procedimento, mas a partir da experiência de mobilidade: como, depois do conflito e em consequência deste, as pessoas recriaram novas geografias. O capítulo IX aborda experiências de interações quotidianas pelas quais as relações são ordenadas. Partindo de casos de trocas comerciais ou prestação de serviços, são analisados os modos como indivíduos inseridos num contexto de interacção constituem ordens locais nessas interacções e como estas ordens são constantemente refeitas em decorrência de quebras frequentes de rotinas. Estas quebras estão ligadas tanto à fragilidade das instituições como a dissonâncias entre diversas ordens em competição – por exemplo: o corpo da polícia acredita manter uma ordem pública não através da aplicação da lei, mas da negociação directa, mesmo envolvendo valores comerciais com aqueles que deviam ser objecto de sanções. O modo como essa interacção decorre parece indicar o empenho que cada um põe em fazer com que “a vida ande para a frente”, mais do que propriamente em criar um tipo de relações mediado pela lei.

A tese relaciona-se, naturalmente, com um debate mais vasto sobre as condições de produção de conhecimento em África. Durante muitos anos os conhecimentos sobre os próprios africanos eram produzidos a partir de fora, com várias implicações. Uma dessas implicações é que os processos de constituição e transformação por que passavam as sociedades africanas eram comparados com os resultados já alcançados pelas sociedades ocidentais, com desenvolvimentos ao longo de vários séculos. Em consequência, extrapolaram-se categorias que, embora fossem coerentes, não correspondiam à complexidade de vários fenómenos sociais em África. Outra implicação prendia-se com a ideia de desenvolvimento que estava subjacente aos vários estudos das sociedades africanas: o desenvolvimento era induzido desde fora através de programas implementados para esse fim e os estudos africanos serviam de instrumento teórico que sancionava estas intervenções. Espera-se portanto que este trabalho sobre processos de reconfiguração social em África, neste caso concreto em Angola, possa superar essas limitações e contribuir também para o debate público sobre questões que têm a ver com o quotidiano real das pessoas, numa perspectiva ancorada nas suas próprias vivências. É através desse debate, nas mais variadas formas, mesmo que seja no processo de recolha de dados, que se podem criar espaços de compromisso entre os cidadãos e formas mais eficazes de emancipação das correntes que impedem o pleno exercício da liberdade na sociedade angolana.

PARTE I

CAPÍTULO I – DISCUSSÃO TEÓRICA

1.1 – Introdução

A tese trata da reconfiguração social pós-conflito em Angola. Trata-se de descrever e explicar o processo de produção local da ordem – social – no contexto do pós-conflito. No centro do argumento está portanto a ideia de ordem produzida localmente, em situações concretas de interação que remetem para os trabalhos de Goffman (1958, 1983), Sacks (1992) ou Garfinkel (1967, 1991, 2002). Pretende-se salientar a relevância das interações quotidianas, das actividades em que indivíduos e grupos estão inseridos no dia-a-dia, e como estas actividades produzem uma determinada ordem: a sequência das acções, a mútua inteligibilidade dessas acções, as razões e justificações que lhes são dadas pelos actores. É esta ordem, inicialmente local, mas que se estende quando a inteligibilidade das acções se alarga a outros actores sociais entrados em cena – grupos ou indivíduos –, que estaria na base da ordem social. A tese explora em que moldes esta ordem é reconfigurada e produzida no contexto do pós-conflito.

O contexto abordado nesta tese, o do pós-conflito, adquire, no âmbito da pesquisa, um significado específico que é usado na Sociologia Linguística e na Etnometodologia: não se refere nem ao ambiente sociopolítico, nem sequer se toma como um “factor cognitivo”, como apontam Michael Lynch e Mark Peyrot (1992: 114), através do qual se impõe uma instância específica de conduta aos actores sociais; o termo contexto denota, pelo contrário, a relação que existe entre uma acção concreta ou um conjunto de acções e a relevância específica da identificação, lugar, tempo e significados implicados na inteligibilidade desta acção. Por exemplo, no decurso das entrevistas, expressões como “pós-conflito” ou “depois da guerra” variavam nos seus significados segundo a relevância que uma determinada acção adquiria no processo de *accountability*, ou seja, da explicação dessa acção. Quando os entrevistados faziam referência ao período pós-conflito – ou, simplesmente, depois da guerra – referiam-se ao período que se seguiu aos confrontos armados entre militares e simpatizantes da UNITA, de um lado, e militares e paramilitares que tomavam o partido do Governo, do outro lado, a seguir ao anúncio do resultado das primeiras eleições, em Setembro de 1992. Nas cidades do interior, pós-conflito referia-se ao período após uma batalha que tivesse acontecido algures nos anos 80 ou nos anos 90. Os entrevistados evocavam o contexto da acção de acordo com a

sua experiência e de acordo com a necessidade de tornar a *accountability* inteligível. O mesmo se passava com os significados de “autoridade”, “nossa terra”, “o inimigo”, ou “reconciliação”. É o esforço da inteligibilidade de uma acção, quer retrospectivamente, quer *in situ*, que chama o contexto à colação – ou que, de facto, o produz.

O que se pretende com esta tese não é, portanto, interpretar as acções ou interacções de angolanos à luz do pós-conflito, mas, em vez disso, entender como um conjunto de acções concretas – nas suas variadas expressões e lugares – produz uma ordem local, isto é, justificável, com suficiente sentido, significados, para um conjunto concreto de indivíduos ou grupos. É a partir da constituição dessa ordem local que se tenta explorar a reconfiguração da ordem institucional enquanto resultado dessas interacções localmente produzidas, apesar dos condicionamentos institucionais na geração dessa mesma ordem (Rawls, 1989: 147, 2004: 330).

A insistência na constituição local e reflexiva da ordem social como ponto de partida para explorar a reconfiguração social no contexto de pós-conflito tem várias implicações.

A primeira implicação é de ordem da metodologia, que, como veremos mais adiante no capítulo a esse respeito, vai além do registro etnográfico, técnica muito usada na Antropologia, e vai além, também, das técnicas de extracção de conceitos e categorias através da fragmentação e codificação do material empírico, que levaria à descoberta ou emergência de teorias (Have, 2004: 136-137), que, ultimamente, explicariam a ordem social; na versão de Parsons (1968a), a ordem social não seria o resultado da acção de indivíduos e grupos num determinado contexto, mas as abstracções conceptuais – construções teóricas – que explicariam a acção dos indivíduos, ou seja, a ordem subjacente às acções dos indivíduos, grupos ou agregados. Neste trabalho pretendemos ressaltar, pelo contrário, a ordem social produzida no quotidiano como resultado de acções encadeadas de indivíduos ou grupos e o desafio metodológico decorre de esses actores sociais serem os produtores do enredo em que actuem: não só vivem a “situação” mas analisam-na também de modo a tornar as suas vidas possíveis. A implicação metodológica prende-se, portanto, com a selecção de técnicas, entre as várias possíveis, que permitissem descrever o modo como eles procedem (Have, 2004: 145; ver também Garfinkel, 1967: 68-69, 1991).

Uma segunda implicação prende-se com a localização dos estudos de pós-conflito nas ciências sociais. No nosso estudo sobre o pós-conflito enfatizamos a produção da ordem local, que remete para o modo como os indivíduos organizam o seu quotidiano num mundo que se dá como garantido; neste sentido, o pós-conflito é uma categoria residual da acção e, conseqüentemente, pode ser visto como um fenómeno sociológico.

1.2 – A experiência quotidiana e o “mundo-da-vida”

Tal como dissemos anteriormente, a perspectiva sobre o pós-conflito que pretendemos seguir é aquela que privilegia a noção de produção da ordem local através da interacção no quotidiano. E, como já foi apontado, refere-se às actividades diárias, àquilo que o indivíduo faz no dia-a-dia. Os estudos sobre o quotidiano têm reminiscências tanto na tradição filosófica como na teoria social. Aliás, nesta última, o estudo do quotidiano, da vida ordinária, foi o ponto de partida para o início da pesquisa sociológica. Tanto Comte (1999 [1848]) como Durkheim (2009 [1894]) fizeram da vida quotidiana, *le quotidien*, o ponto de partida do estudo do social. Ao estudar as transformações sociais nas sociedades ocidentais, Max Weber (1968 [1922]), por seu lado, fixou-se primeiro nas relações sociais, configuradas através de práticas sociais.

Na tradição filosófica, duas correntes se destacam no estudo da vida quotidiana: a fenomenologia de inspiração husserliana (Husserl, 1970), mais tarde desenvolvida por Merleau-Ponty (1976 [1945]), e o pragmatismo, especialmente de John Dewey (1990). Ambos herdaram um debate que já vinha do século XIX e opunha, por um lado, o idealismo, defendido por neo-kantianos e que insistia no apriorismo cognitivo, e, por outro lado, correntes behavioristas, especialmente a de William James (1891), que ressaltavam o comportamento. Tanto o pragmatismo como a fenomenologia tentaram resolver o impasse em que este debate se encontrava no virar do século XIX para o século XX.

O dia-a-dia, o quotidiano, será “uma forma particular de experiência” (Beck, 2012: 34), em que cognição e acção se constituem mutuamente. Trata-se de actividades quotidianas (como, por exemplo, levantar-se, tomar banho, vestir-se, tomar o pequeno-almoço, sair de casa, cumprimentar os vizinhos, ir ao mercado, apanhar um táxi, ir buscar água à fonte, etc.), isto é, de actividades rotineiras, hábitos, experiências garantidas à partida, aquilo que não é ainda fruto da reflexão, mas actividades que se foram forjando através de repetições. É a partir do conhecimento destas experiências, da sua comparação ou alinhamento, que, segundo Schütz (1970: 136), é possível dar significado a novas situações e também explicar as possíveis transformações. Trata-se de explicar, como já apontámos acima, a relação entre o indivíduo e o seu ambiente ou contexto. Já não se trata do modelo kantiano de categorias subjectivas *a priori*, de um lado, e o mundo exterior do outro, nem da acção ou comportamento como reacção do sujeito ao mundo exterior, defendida pelo behaviorismo (James, 1891).

Esta relação entre o sujeito e o seu meio ambiente é descrita como de integração pelos pragmatistas (Dewey) e de dupla constituição pelos fenomenologistas (Merleau-Ponty). Foi Husserl quem introduziu o conceito de mundo-da-vida, traduzido para o inglês como *life-world* a partir do original alemão, *Lebenswelt*. Mundo-da-vida refere-se, na acepção de Husserl (1970: 110), à experiência primordial do mundo, das coisas da vida, do quotidiano, anterior a qualquer reflexão; é a experiência do mundo que, à partida, é dada como garantida, *vorgegeben*, e serve de base e torna possível toda a acção e reflexão. Como é que se adquire esta experiência? Se Merleau-Ponty sugere que o mundo-da-vida não se adquire, mas que faz parte da condição humana, para Husserl esta experiência é a base, o chão fundamental, *der gründende Boden*, para o conhecimento do mundo externo (Husserl, 1973). Mas foi Schütz quem, retomando as intuições filosóficas de Husserl, levou para a teoria sociológica a noção de *everyday life*; segundo ele, os seres humanos não experimentam o mundo como uma realidade objectiva, mas, como já enfatizava Husserl, como um conjunto de significados estabelecidos a partir do arcabouço de conhecimentos que já levam consigo (Schütz, 1970: 98).

A noção de mundo-da-vida permite reconstruir a relação entre o indivíduo e o ambiente em que este se encontra. Não se trata mais de um sujeito que capta um objecto, ultrapassando desse modo as dificuldades do idealismo; nem se trata também da reacção do sujeito à presença do mundo externo, pondo de parte ainda as dificuldades do behaviorismo. O carácter pré-reflexivo do mundo-da-vida é possível devido à intencionalidade da consciência: uma vez que ela está sempre orientada para o mundo físico, para o mundo exterior, o mundo-da-vida decorre da experiência quotidiana de acções pré-reflexivas, de actividades rotineiras e ordinárias; não se trata de planificação ou de agenda que precede a acção, mas de algo dado, de um mundo dado como que intuitivamente. Daqui decorre que o mundo exterior é constituído – e reconstruído – através da contínua interacção entre o sujeito e o seu contexto ou ambiente.

Esta relação, que é descrita pela fenomenologia como de interdependência e imersão, é concebida pelo pragmatismo como interacção; quer dizer, enquanto a fenomenologia insiste no carácter constitutivo do mundo exterior e portanto estruturalmente conectado com o sujeito, deduzindo daí uma relação de interdependência, o pragmatismo foca o aspecto da acção: não só a percepção do mundo se adquire através de acções de rotina, de hábitos, mas também as acções no mundo estão baseadas em crenças irreflectidas nos factos evidentes e naqueles hábitos que, com o tempo, se tornam naturais, ou *successful habits* (Joas, 1996: 129).

Pelo que foi dito pode-se fazer um segundo sumário. A vida quotidiana, enquanto forma específica de experiência, reformula a relação entre sujeito e objecto; o contexto ou o ambiente em que o sujeito se encontra é constituído subjectivamente; esta constituição decorre do mundo-da-vida – acções de rotina – que, por sua vez, é possível devido ao carácter intencional – voltado para o mundo – da consciência.

Mas a compreensão e captação destas transformações pode ser feita através de práticas sociais, acções sociais. É o conceito que vamos apresentar, resumidamente, a seguir.

1.2.1 – Teorias da acção em questão: uma re-especificação

Acção é um conceito-chave nas ciências sociais, mas também na Filosofia. É na Sociologia que o conceito de acção ganha grande destaque, já que as principais correntes sociológicas tentaram construir uma teoria da acção. Trata-se, no fundo, de responder à pergunta sobre o que leva um indivíduo a agir. A busca da motivação para a acção pretendia, no fundo, descrever e tipificar os diferentes tipos de acções. Tanto a Psicologia como a Economia construíram também modelos de explicação da acção.

O behaviorismo definia acção como reacção, isto é, como resposta ao estímulo. Ao insistir na reacção, o que de facto salientava era um certo determinismo situacionista (Joas, 1996). Neste sentido, era o contexto, a situação, que explicava o comportamento do indivíduo. Algumas análises do pós-conflito resvalam nessa tendência: o situacionismo desenvolvimentista emerge como o determinante que explica as acções dos indivíduos e das instituições.

As Ciências Económicas, por sua vez, destacaram a escolha racional como estando na base do comportamento humano, estabelecendo assim as bases para o que viria a ser conhecido como teoria da acção racional. Foi para dar seguimento às questões levantadas por esta última que a Sociologia se constituiu como ciência do social, isto é, como uma maneira de aprofundar o conhecimento das relações humanas a partir das suas acções e motivações. No entanto, a escolha racional, ou acção racional, tornou-se um modelo a partir do qual a teoria da acção social foi estruturada (Joas, 1996: 2-3). Max Weber (1968 [1922]) e, mais tarde, Talcott Parsons (1968a [1937]) propuseram teorias sobre a acção social como parte de uma explicação mais vasta sobre a constituição da sociedade.

1.2.2 – Os limites da acção racional: além do individualismo metodológico e do estruturalismo

Max Weber (1968 [1922]: 18), partindo do modelo de acção racional da teoria económica, deduz que são as motivações, os fins, que determinam a acção. No entanto, são os

significados atribuídos a estas acções que tornam a acção social: a acção é social quando, pelo significado subjectivo que lhe é atribuído pelos actores individuais, tem em conta o comportamento dos outros. É portanto a acção orientada para os outros e o significado que o indivíduo confere a esta acção que a tornam social. Max Weber acrescenta ainda que, ao orientar as suas acções para os outros, o indivíduo confere também significado às acções dos outros. Este processo de agir e atribuir significados às próprias acções e às acções dos outros não só cria uma regularidade, como também constitui o núcleo das relações sociais (Weber 1968 [1922]: 269). É a partir daqui que se pode falar de constituição da sociedade: em qualquer contexto sociológico, tanto o Estado como a nação, as corporações, a família, ou o exército e outras colectividades semelhantes, são tidos como resultado de acções sociais – já realizadas ou apenas possíveis – de indivíduos (Weber, 1968 [1922]: 13-14; ver também: Graber, 1985: 89; Coser, 1977: 217). A teoria da acção social de Weber não só significou uma ruptura com as teorias behavioristas – ao distinguir comportamento e acção social –, mas também centrou a teoria da acção no sujeito (Joas e Beckert, 2001).

Outra teoria da acção baseada no modelo de acção racional vem de Talcott Parsons (1968a, 1968b). Por um lado, Parsons admite e acentua, tal como Weber, o “carácter racional da acção”, isto é, o conceito da finalidade da acção, *Zweckrationalität*, mas toma de Pareto (1980 [1916]) o conceito de lógica da acção. Uma acção implica sempre um “agente”, um “fim” ou “orientação” e uma “situação” em que uma acção começa e se orienta (Parsons, 1968a: 44). No entanto, contrariamente a Weber e mais próximo de Durkheim (1976 [1912]), Parsons admite um quarto elemento que dá unidade estrutural às acções, que são as normas: “Há também, inerente na concepção dessa unidade, no seu uso analítico, um certo modo de relação entre estes elementos. Isto é, na escolha de meios e fins alternativos – tanto quanto a situação possa permitir alternativas – existe uma orientação normativa da acção [*normative orientation of action*]” (Parsons, 1968a: 44). Isso quer dizer que, para Parsons, os fins e os meios que um actor usa para atingir estes fins não podem ser concebidos como uma escolha aleatória ou dependente exclusivamente das condições da acção, mas devem ser sujeitos a uma influência independente, um factor que determina esta selecção, que, neste caso, é uma norma ou orientação independente (Parsons, 1968a: 44). A existência destas normas é o que permite explicar a ordem social: a ordem social é garantida pela existência de valores e pela manutenção do esquema da acção racional que desemboca, justamente, na orientação normativa; é a orientação normativa que permite estabelecer os meios e os fins. Neste caso, se ordem social significa algo mais do que uma mera ordem factual de acções agregadas e algo mais do que uma estabilização temporária na competição por recursos disponíveis e pelo

poder, então é lógico concluir que os actores partilham uma orientação comum que não está sujeita à acção dos indivíduos (Joas, 1993). Desde modo, acção social, acção racional e ordem social estão interligadas; mas, ultimamente, são as normas que explicam não só a existência da ordem social e das relações sociais, mas também a racionalidade de uma acção.

Embora esta perspectiva teórica desembocasse no estruturalismo funcionalista e tenha tido impacto no estudo das sociedades africanas, não vamos aprofundá-la aqui neste momento. Salientamos apenas, muito resumidamente, a principal diferença entre as duas perspectivas no que diz respeito à constituição e dinâmica da sociedade: se, por um lado, o funcionalismo insiste nas “estruturas que sustentam a sociedade e influenciam o comportamento humano” (Giddens, 2007: 17), e portanto a acção, a teoria de acção social de inspiração weberiana dá uma atenção maior ao indivíduo, ao papel desempenhado pela acção e pela interacção dos membros da sociedade na formação dessas estruturas (Giddens, 2000).

O interesse em discutir as duas teorias baseadas no modelo económico de acção racional baseia-se no facto de as duas terem inspirado categorias e conceitos que foram usados a partir da segunda metade do século XX no estudo das sociedades africanas, quer se tratasse de sociedades coloniais, quer de sociedades pós-coloniais. Outro motivo de interesse em discutir as duas teorias de acção social prende-se com a necessidade de se fazer uma leitura crítica dos dois conceitos e destacar as suas limitações e inaplicabilidades no estudo do pós-conflito. Destacamos, em vez disso, o aspecto da criatividade, que, referindo-se embora à acção social, especifica o seu significado na categoria de acção, salientando elementos criativos da acção, como os propostos por Hans Joas, conceptualmente mais aptos para o estudo do pós-conflito.

É verdade que tanto o individualismo metodológico de inspiração weberiana como o funcionalismo normativo de Parsons marcaram as teorias da acção ao longo do século XX (Ritzer, 2000, 2007). Mas também é verdade que não se pode pôr de parte o contexto histórico e social que deu azo às suas formulações, isto é, o período entre finais do século XIX e princípio do século XX, entre 1890 e 1920, com uma acentuação subjectivista fortemente influenciada pelo idealismo alemão, em reacção às teses materialistas e marxistas (Scott, 2004: 13-21) e à conceptualização das normas sociais colectivas – sendo Durkheim (1976 [1912]) um importante representante desta segunda linha (ver também Coser, 1977: 132; Giddens, 1978, 1979).

1.2.3 – Acção, criatividade e reconstrução inteligente

As teorias da acção destacam a relevância do sujeito – no caso de Weber e das teorias que se inspiraram nas suas propostas, como o interaccionismo simbólico (Appelrouth e Edles, 2007:

260) – e destacam também a necessidade de normas – para o caso do funcionalismo –, mas mantêm, no entanto, uma visão do mundo como lugar em que se delineiam meios e fins; a acção, que deriva da intencionalidade do sujeito, ou da obrigação de manter a ordem, é definida de um modo instrumental: conta apenas a perspectiva do actor (a sua intencionalidade) ou só o contexto (a ordem). Se o interaccionismo simbólico insiste no actor (acção) e no sentido que ele dá ao mundo, o funcionalismo reduz o papel da acção criativa na sociedade (Giddens, 2007: 16-17). A perspectiva que seguimos enfatiza, por seu lado, a constituição da ordem no contexto de interacção.

O ponto de partida, como já foi assinalado acima, é a experiência do sujeito no mundo. Esta relação natural e primária, feita através de actividades rotineiras que se tornam hábito, no sentido de disposição, e através da qual o mundo é apreendido, dá-se por garantida. No entanto, este hábito que serve de fundamento para a acção é continuamente desafiado pelo inesperado – acontecimentos estranhos ao sujeito. Há um momento em que a rotina é quebrada e os significados usados para a descrição do quotidiano, através do qual o sujeito dá sentido ao seu mundo, sofrem uma distorção. Aquilo que era tido como garantido e seguro, o elemento de referência para a compreensão do mundo e da vida e que dava cabimento às actividades diárias, é interrompido (Joas, 1996: 128). Quando isso acontece, alteram-se as expectativas sobre o quotidiano. Alfred Schütz (1970: 229) sugere que só nesta situação, isto é, quando o mundo tido como garantido é posto em causa, emerge a necessidade de novos esquemas de interpretações. O novo “esquema de interpretações” significa no fundo, segundo Hans Joas, a reconstrução do contexto interrompido:

“O mundo revela-se em si mesmo como algo que destruiu – destronou – as nossas expectativas irreflectidas; as nossas actividades quotidianas encontram resistência nesse mundo que, por sua vez, tem repercussão sobre nós: é uma fase de crise. A única saída dessa crise é uma reconstrução do contexto interrompido. A nossa percepção terá de lidar com novos aspectos da realidade; a acção é direccionada para outros pontos distintos do mundo ou, então, reestrutura-se” (Joas, 1996: 128-129).

Esta reconstrução de que fala Hans Joas é fruto de um processo criativo da parte do actor. A criatividade não se refere aqui a inventar soluções para resolver um problema, mas à redefinição da relação entre o sujeito e o seu contexto. Se o sujeito tiver êxito nessa reconstrução, isto é, se for possível reordenar a acção a partir da nova percepção do mundo, e assim permanecer, então algo novo entra em cena: um novo modo de agir que, progressivamente, pode enraizar-se e tornar-se rotina, um novo hábito (Joas, 1996: 129). É a partir daqui que se pode falar de transformação, reconfiguração ou reconstrução. A base

conceptual do processo criativo é tomada de empréstimo tanto da Antropologia como da Filosofia inspiradas no pragmatismo, especialmente a partir de John Dewey. Assim, a acção deixa de ser instrumento para o executor que, através de estratégias específicas, tenta alcançar um fim – previamente delineado pelo sujeito –, passando a constituir o meio através do qual o ser humano descobre o mundo e se apropria dele (Joas, 1996: 133). Este substrato antropológico pressupõe uma crítica e uma reformulação das condições da acção; vai além do esquema “meios e fins” de Weber, da função normativa de Parsons e do esquema behaviorista de estímulo-resposta: a acção não decorre apenas da sobrevivência de um organismo; além disso, há momentos em que certos fins não são realizáveis, o que desloca a posição dos fins e meios do centro da estrutura da acção. Assim, numa situação de crise, isto é, em que o hábito ou quotidiano é interrompido, é a própria situação da acção que é redefinida: novas possibilidades emergem e novos fins e meios são definidos (Joas, 1996: 133). Não se trata, portanto, de reutilizar recursos que emergiram noutra situação e adaptá-los à nova situação. Seguindo a perspectiva do pragmatismo, “todas as situações contêm um horizonte de possibilidades que na crise da acção precisam de ser redescobertas” (Joas, 1996: 133). Numa situação de crise, em que uma nova rotina tem de ser construída, gera-se a necessidade de se recriar relações (de várias possíveis) entre, por um lado, os impulsos da acção, e, por outro, uma dada situação (Joas, 1996: 133). Quando esta relação é restabelecida emerge também a capacidade para a acção por parte do actor, já que se transformam também os fins para os quais ele estava habilitado.

Pode deduzir-se da constatação anterior que a acção não consiste apenas em perseguir um objectivo nem na aplicação de uma norma, e que criatividade não significa inventar soluções para contornar obstáculos no processo de realização de certos fins. Para os pragmatistas, a criatividade é a condição de possibilidade para as novas acções: a teoria da inteligência do pragmatismo estabelece que a função da mente consiste em projectar novos fins, muito mais complexos, para libertar a experiência da rotina e de certos caprichos. Não se trata do uso do pensamento para realizar intenções definidas, quer pelo mecanismo do corpo, quer por outro que já exista na sociedade, mas do uso da inteligência para libertar e liberalizar a acção (Dewey, 1917: 63). Não se trata apenas de adaptação ao novo contexto, mas de reconstrução da situação da acção, do estabelecimento de uma nova rotina. Esta reconstrução é inteligente porque, de facto, não se trata de reorientar a acção para um fim diferente, isto é, de corrigir a situação presente, mas de escolher entre várias possibilidades. Essas escolhas são definidas pela situação da acção: os propósitos e meios são definidos no contexto da nova situação da acção, assim como os problemas e as suas soluções.

Em termos sociológicos, essa perspectiva algo abstracta precisa de algumas clarificações. Em primeiro lugar, não se trata de um choque entre hábitos – adquiridos pelo sujeito – e realidade, mas de um problema que concerne a uma situação de acção na sua totalidade; a demanda da acção está inserida na percepção que o sujeito tem da situação. Uma situação de acção pode ser descrita como problemática quando a rotina é interrompida. A tomada de consciência da mudança, da interrupção da rotina, é que leva a que uma situação seja definida como problemática. No entanto, a definição de uma situação como problemática já é feita à luz de uma possível solução. Isso pressupõe, ainda que vagamente, alguma normatividade, mas, contrariamente ao funcionalismo normativo, esta normatividade não decorre da existência de um princípio ou norma como condição da acção, mas está latente no mecanismo criativo da acção. Além disso, ao definir uma situação como problemática, o actor também a concebe como problemática para os outros. Este último aspecto decorre da pressuposição de que toda a acção é social, na medida em que é socialmente constituída (Joas, 2001: 172). O problema central será então a situação de contingência em que o actor se encontra e como lida com ela.

Uma das vantagens dessa perspectiva é que escapa à armadilha do subjectivismo, já que a acção é sempre interacção, mas também não redundando num objectivismo situacionista, já que a situação pressupõe a perspectiva fenomenológica em que a acção seria reflexivamente constituída.

Mais especificamente, as vantagens desta perspectiva para a análise de uma situação de pós-conflito são três. Em primeiro lugar, permite manter uma posição epistemológica de fundo interpretativo, apesar de se tratar de reconfigurações e transformações sociais; escapa-se desse modo ao funcionalismo normativo, mesmo nas suas versões menos rígidas, como as das teorias de sistema. A segunda vantagem é que esta perspectiva mantém a teoria da acção social em toda a sua extensão e, apesar disso, liberta-se do esquema de meios e fins definidos subjectivamente pelo sujeito; isto permite ir à redescoberta, através da análise e da descrição, das características específicas da acção humana. A terceira vantagem decorre do facto de esta perspectiva tornar o pós-conflito um fenómeno social, já que incide na forma como os indivíduos reestruturam as suas vidas (Macamo, 2006: 201).

1.2.4 – Produção local da ordem social e reconfiguração social

Na secção anterior o objectivo foi situar e re-especificar o conceito de acção e desatá-lo do esquema de “meios e fins” e da orientação “normativa”; todavia, os actores sociais, indivíduos ou grupos, estão engajados em situações concretas de acção e, ao mesmo tempo,

esforçam-se por salvaguardar o quotidiano, que passa pela manutenção de uma certa ordem (Rawls, 2003). Esta secção tenta responder à pergunta de como essa ordem é constituída e como se articula com a ideia de reconstrução inteligente, discutida na secção anterior. Uma resposta a esta questão pode ser obtida por recurso à noção de ordem local interactiva, segundo a qual os membros de uma sociedade criam e mantêm um sentido de ordem e inteligibilidade na sua vida social (Have, 2004: 14). Nesta noção destacam-se dois elementos: o primeiro é a pressuposição de que existem ordens locais que podem ser detectadas nos lugares em que são produzidas; outro é a pressuposição de que estas ordens são inteligíveis. Tanto a produção da ordem local como a sua inteligibilidade são empiricamente observáveis (Rawls, 2003: 146).

Esta perspectiva remonta aos trabalhos de Ervin Goffman (2005 [1967]) e de Harold Garfinkel (2005 [1948]). As reflexões destes autores, desde uma perspectiva micro, orientaram-se para a sociologia da vida quotidiana e ambos partilhavam a ideia de que o êxito dos encontros quotidianos entre as pessoas depende de competências que estas possuem e do uso que fazem do conhecimento acumulado; além disso, ambos defenderam que a ordem social se constitui na prática quotidiana, isto é, resulta da acção humana (Jacobsen e Kristiansen, 2015: 148).² Esta perspectiva é justamente oposta à tendência estruturalista e normativista de Parsons, que focou o problema da ordem social na “integração das motivações dos actores com os padrões da normatividade cultural que integram o sistema de acção” (Parsons 1991 [1951]: 23).³

Para os dois autores, a ordem social deixa de ser um problema geral e normativo, para ser algo que se insere no quotidiano, nos *encounters*, segundo Goffman (1983), ou na *situatedness*, segundo Garfinkel (2002), e passa a ser o tema central da interacção humana. O aprofundamento da constituição da ordem levou a que a intuição inicial dos dois autores seguisse desenvolvimentos diferentes: Garfinkel interessou-se mais pelos procedimentos dos indivíduos no seu dia-a-dia, como dão sentido às próprias vivências em situações concretas, que, na sua perspectiva, constituem a base da ordem social; Goffman, pelo contrário, fixou-se

² Para uma discussão sobre o problema da ordem, ver também Cohen (1968: 18-19); Wrong (1994: 37); Alexander (1982: 90-94).

³ No original consultado: “The problem of order, and thus of the nature of the integration of stable systems of social interaction, that is, of social structure, thus focuses on the integration of the motivation of actors with the normative cultural standards which integrate the action system...” (Parsons 1991 [1951]: 23).

nas estratégias que os indivíduos usam no quotidiano para viverem de acordo com o ritual das obrigações (que decorre da necessidade dos encontros quotidianos) e, dessa maneira, produzirem significados para o seu quotidiano. Enquanto que para Garfinkel os significados se constituem na interacção, isto é, na situação de acção, para Goffman, “the workings of the interaction order can easily be viewed as the consequences of systems of enabling conventions, in the sense of the ground rules for a game” (Goffman, 1983: 5). Embora se admita, como mostra a citação anterior, que haja uma tendência para o normativismo, ao sugerir que as instituições são fontes de significados, esta posição é salva, no entanto, com o conceito de *frame*, também do próprio Goffman, que implica que as instituições não são as únicas fontes de que os actores derivam o sentido que dão ao seu mundo. Com o conceito de *frame*, Goffman distingue na prática duas ordens, uma institucional e outra interaccional (Goffman, 1983: 6).⁴ Este conceito não resolveu, no entanto, a ambiguidade com respeito ao que constitui de facto a ordem de interacção e como esta se produz.⁵

A perspectiva desenvolvida a partir dos trabalhos de Garfinkel (especialmente por Zimmerman e Pollner, 1971; Heritage, 1984; Schegloff, 1986; Sacks, 1992; Lynch, 2002; Hester e Francis, 2004; Rawls, 2005, 2009, 2010) parece possuir maior potencialidade analítica para o estudo do pós-conflito: os membros de uma sociedade vivem as suas vidas, envolvendo-se em actividades para tornar o dia-a-dia possível; isso implica interagir com outros membros; e para que haja interacção é necessário que a acção de cada um seja inteligível para os outros, de modo a produzir-se uma sequência; a sequência das acções, isto é, a sua disposição, ordena estas mesmas acções; estas acções sequencialmente ordenadas é que constituem a ordem social. Uma das características dessa ordem é a sua produção endógena, isso é, dá-se dentro do contexto da acção, portanto é sempre situada, está relacionada com o dia-a-dia. A ordem social é portanto um resultado (*achievement*) da interacção, e é aí que ela se constitui. O ponto central do argumento da produção da ordem local reside no modo como esta ordem é produzida, no procedimento, no método. Não se trata, portanto, de encontrar uma teoria para explicar a ordem social, mas de observar e

⁴ Para uma discussão do conceito de *frame* contraposto à situação, ver Gonos (1977).

⁵ Um dos sinais dessa ambiguidade é a diferente interpretação feita por Habermas e por Giddens: para Habermas, Goffman reduzia a ordem social às consequências dos interesses do indivíduo (Habermas, 1984: 90-94); Giddens, contrariamente a Habermas, pensa que Goffman se preocupa com a continuidade social, a “rotinização”, uma vez que a produção dos significados estaria mecanicamente ligada à necessidade da reprodução social (Giddens, 1984: 75). Ver também Schegloff (1991).

descrever como os actores sociais envolvidos numa situação concreta produzem essa mesma ordem.

Esta perspectiva tem duas implicações para o estudo do pós-conflito: uma é substancial e a outra metodológica.

Não se trata de usar o pós-conflito para explicar as acções dos indivíduos, mas de perceber em que sentido o pós-conflito é especificado na produção da ordem local. Os actores envolvidos têm uma noção do conflito violento decorrente da própria experiência de o terem vivido e que pode ser diferente daquela que é convencionalmente aceite e divulgada; o mesmo se pode dizer do pós-conflito. Neste trabalho procuramos também analisar o significado da noção de pós-conflito e em que contexto (inclusive cronológico) essa noção é activada no processo de reconstrução do quotidiano. A implicação substancial consiste na deslocação do estudo do pós-conflito do âmbito da macrosociologia para a perspectiva microsociológica; para além disso, essa perspectiva não se situa na subjectividade dos actores, mas na actuação, na interacção, na produção da ordem. Anne W. Rawls passou a designar esta perspectiva *constitutive order* (Rawls, 2009, 2010). É a necessidade de garantir o quotidiano, a rotina, que faz com que os actores interajam e é o conjunto das acções que constitui a ordem; portanto, o fundo analítico assenta em verificar como a ordem é constituída.

A consequência metodológica baseia-se na pressuposição de que os actores sabem não apenas o que fazem para tornar possível o seu dia-a-dia, mas têm explicações concretas sobre o procedimento que usam para manter o seu mundo. O objectivo da pesquisa será então descrever esse procedimento, não só a partir do que é observável, isso é, as actividades diárias, mas também a partir das interpretações e explicações (*accountability*) oferecidas pelos actores sociais envolvidos numa ordem interactiva sobre o sentido das suas acções (Hester e Francis, 2004). Assim, o foco central deste estudo do pós-conflito estará na atenção aos detalhes das acções ordinárias, na constituição da ordem local no quotidiano. Uma consequência dessa perspectiva é a pressuposição de que o pós-conflito não se dá como garantido à partida, mas é na situação da acção, no modo como os indivíduos reestruturam as vidas, que ele ganha conteúdo. É também nesse âmbito que se pode falar de uma transformação social. Uma vez que não se trata de uma ideia abstracta de ordem social, mas de como ela é produzida no quotidiano, é também a nível local, em primeiro lugar, que se explora a possibilidade de transformação social. Aqui usamos o conceito de configuração de Norbert Elias (2006 [1939]). Uma discussão mais detalhada desse conceito será apresentada mais à frente; de momento, interessa apresentar a parte da noção da configuração que se relaciona com a de produção da ordem local.

Norbert Elias dá relevância à noção de interdependência inerente ao conceito de configuração: “teia de interdependências formada entre os seres humanos e que os interliga: isto é, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes” (Elias 1990 [1939]: 249). A relação entre diferentes actores cria uma regularidade; a estabilidade dessa regularidade é que é designada por Elias como configuração. Desse modo, Elias explica não apenas como surge a sociedade, a configuração, mas tenta ir além da dicotomia epistemológica sujeito/acção, ao fazer confluir na interdependência a “intenção” e a “acção”: a “interligação dos planos e de acções humanas individuais pode originar transformações humanas e configurações que não foram planeadas ou criadas por nenhum indivíduo” (2006: 620). Mesmo não sendo fruto de intenções do sujeito, como apontava Weber, essas configurações também não são conformes a uma norma social ou cultural, como postulava Parsons. Elias põe o foco no processo, que pode ser traduzido por aprofundamento do entrelaçamento ou da interdependência entre os indivíduos. Assim, uma configuração surge quando a interdependência é acentuada.

Esse último aspecto pode ligar-se com a noção de produção local da ordem social. Com o conceito de configuração, Elias foca a análise no resultado da interacção, referindo-se apenas *en passant* ao mecanismo pelo qual a interdependência é tecida. A noção de produção da ordem local, em vez disso, põe o seu foco no procedimento, insiste no modo concreto como a sequência das acções se dispõe e como a ordem deriva da necessidade dessa disposição. Ambos os pontos de vista têm em conta as normas e regras, tal como acontecia em Parsons. No entanto, na noção de produção local da ordem social, as normas e regras são instrumentos usados pelos actores sociais para tornar as suas acções inteligíveis pelos outros inter-actantes; é a inteligibilidade de uma acção pelos outros que torna a interacção possível, isto é, que torna possível a sequência das acções.

Tal como assinala Elias, a interacção cria interdependência. Quanto maior for essa interdependência, mais estável parece ser a configuração. No entanto, o fluxo da interacção pode ser perturbado, o quotidiano pode ser interrompido e o mundo que se dava por garantido pode desabar. Quando tal acontece, uma nova ordem é constituída a nível local, as acções são reordenadas em novas sequências. É nesse caso que se pode falar de reconfiguração no sentido proposto por Norbert Elias, isto é, de novas interdependências.

Usamos, portanto, o conceito de reconfiguração para descrever a ordem recriada depois de o quotidiano ter sido interrompido. Mais especificamente ainda, quando as justificações e interpretações que os actores dão sobre a estabilidade do seu quotidiano a descrevem como

nova, então podemos falar de reconfiguração. Mas esta é apenas uma hipótese que tem de ser confrontada com o desafio empírico.

1.3 – Conclusão

O que esteve em causa na discussão teórica foi, primeiro, a definição de uma perspectiva para estudar o pós-conflito. Ora a ideia de produção da ordem, no sentido de sequência de acções quotidianas, pareceu apresentar vantagens analíticas mais próximas do objectivo do estudo.

O segundo passo foi a opção entre estudar a ordem social desde uma perspectiva institucional e estudá-la conforme ela é produzida localmente. A opção pela última implicou uma revisão de conceitos como os de acção social e ordem social para especificar o que entendíamos por produção local da ordem social, bem como o seu estatuto dentro das ciências sociais.

Embora a opção geral tenha sido a de estudar o pós-conflito na perspectiva da constituição da ordem local, não se abandonou completamente a ordem institucional, mantendo-se entre ambas uma relação dialéctica. Assim, embora o estudo do pós-conflito em Angola parecesse apelar para uma visão institucional, considerámos que, analiticamente, poderia ser vantajoso situar o ponto de partida no nível local.

Uma das implicações de optar pelo estudo do pós-conflito na perspectiva da produção local da ordem social é a de não insistir nos conceitos de reconstrução e restauração convencionalmente usados para analisar o pós-conflito. Outra implicação foi a de fazer uma revisão crítica do significado do conflito. Este não é reduzido ao seu aspecto visual – com imagens de destruição – nem ao seu aspecto político e moral, subentendidos na ideia de desenvolvimento e progresso como ausência de conflito violento. Optou-se, em vez disso, por situar o conflito dentro do que se pode designar por sociologia da violência, numa visão do conflito que o inscreve dentro do processo mais longo da constituição da sociedade. Finalmente, a opção por esta perspectiva implicou, como veremos no próximo capítulo, uma revisão crítica da literatura, especialmente daquela que tem sido usada no estudo do processo de constituição da sociedade angolana.

Como foi dito na introdução a este capítulo, esta discussão teórica tem apenas o objectivo de situar uma perspectiva e não pretende estabelecer conceitos, que, aliás, estão abertos a modificações decorrentes dos dados empíricos.

CAPÍTULO II – AS DIFICULDADES DOS ESTUDOS DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL EM ANGOLA: REVISÃO CRÍTICA DA LITERATURA

2.1 – Introdução

Este capítulo pretende fazer uma revisão de alguma literatura que se debruçou sobre transformações sociais em Angola. O interesse da revisão está em chegar a um ponto de partida para a análise da produção local da ordem, a partir do período pós-colonial. O recorte histórico dessas transformações é em si mesmo um tema de discussão, já que as divisões convencionais em períodos pré-colonial, colonial e pós-colonial e as suas balizas temporais não assinalam, necessariamente, um corte absoluto entre as diferentes fases. Há sempre dinâmicas que prevalecem na fase seguinte ou sofrem apenas transformações parciais e, em alguns casos, é depois de décadas que transformações mais profundas se acentuam. Daí a dificuldade em falar de transformação social dentro de um quadro territorial, optando-se, em vez disso, por falar em reconfigurações.

A noção de reconfiguração remete, por sua vez, para processos da constituição da sociedade. Nesse caso existe uma ambiguidade quando se fala de “transformações sociais”, já que tanto podem significar uma modificação na estrutura da sociedade, como a solidificação ou a extensão da interligação ou das interações dos membros da sociedade, sem acusar uma modificação acentuada naquela estrutura. A revisão da literatura lida, portanto, com este duplo aspecto: por um lado, com produções científicas sobre transformações que ocorrem dentro da sociedade em períodos concretos da sua história, mas também com transformações que indiciam ainda o processo da constituição da sociedade. A revisão vai incidir nas propostas teóricas que ensaiaram explicações sobre o dinamismo das sociedades africanas no seu todo, isto é, dentro do sistema internacional de produção e transacção de bens e, partir daí, olhar também para as teorias que tentam explicar os dinamismos internos das sociedades; sobre este último aspecto, deter-nos-emos especificamente no caso de Angola.

Outro motivo para uma revisão mais abrangente prende-se com as interligações dos fenómenos. Nos casos concretos do conflito e pós-conflito em Angola, há quem os tivesse visto não apenas como lutas de poder, mas também como estando dependentes da história da sua constituição como sociedade. Concentramo-nos, neste capítulo, mais especificamente em algumas propostas sobre as suas transformações mais recentes, como são as transformações nas estruturas sociais e as transições para a democracia. Um dos objectivos será o de analisar criticamente estes conceitos, apontando alguns limites e imprecisões nas suas operaciona-

-lizações para a análise de fenómenos recentes e, desse modo, reafirmar a opção epistemológica que guia este trabalho.

2.2 – Configuração, transformações sociais e o problema das “classes”

A análise da configuração social angolana não se afastou muito das análises feitas sobre outras sociedades africanas. A par da que se baseou no conceito de classe, outras duas perspectivas disputaram a explicação da constituição e transformação da sociedade angolana: a perspectiva assimilacionista (Cunha, 1965; Moreira, 1958; Caetano, 1954) e o crioulisto (M. A. F. Oliveira, 1968; M. Bittencourt, 2008). Este último aspecto será desenvolvido no capítulo V; por agora veremos o uso de conceito de classe usado na explicação da constituição da sociedade angolana.

O conceito de classe foi um dos instrumentos analíticos usados para captar tanto a estrutura social em momentos precisos da sua existência, como as suas transformações ao longo dos séculos XIX e XX. Mas essa dupla preocupação com a estrutura social, como já referimos anteriormente, pressupõe que a colonização era uma forma de dominação e exploração, o que, à partida, estabelece um tipo concreto de relações sociais (Andrade, 1998).

A ideia de exploração e dominação marcou o primeiro recorte conceptual para caracterizar a sociedade colonial. Na acepção de Mário Pinto de Andrade (1998), por exemplo, a colonização consiste basicamente na “instauração do sistema impero-colonial” (Andrade e Ollivier, 1974: 26), e, na sua visão, Angola é apenas uma “fornecedora de matérias-primas para os países capitalistas” (1974: 44). A estrutura social e o processo de configuração social são determinados, como já apontámos, pela posição de Angola, enquanto colónia, dentro da economia do sistema-mundo. Deste modo, toda a política orçamental da colónia, bem como o sistema administrativo, convergem para uma exploração sistemática “do trabalho das massas populares” (1974: 70), que passa pela proletarização dos agricultores e a sua exploração e que culmina no trabalho forçado como uma forma directa de exploração e dominação (1974: 61-78). As transformações sociais e políticas dos anos 60 mudam o processo de configuração social de Angola, mas, na visão de Mário Pinto de Andrade, trata-se de uma sofisticação do imperialismo, já que aumenta “o poder branco” (Andrade e Ollivier 1974: 132) em Angola e se intensifica a colonização agrícola, apesar da intensificação da indústria extractiva; aumenta o mecanismo de exploração e, como consequência, aumentam também as contradições dentro do sistema colonial. A guerra anticolonial é, em parte, uma tomada de consciência política das contradições sociais dentro do sistema colonial, ou seja, de uma luta de classe (1974: 168-177).

Fortemente influenciado pela teoria da dependência, Henrique Lopes Guerra (1988 [1975]) retoma a teoria de classe do marxismo ortodoxo para captar a estrutura social de Angola. Nos últimos anos do colonialismo em Angola, segundo Lopes Guerra, existe uma clara divisão de classes em que os brancos detêm o capital, os altos postos na administração pública e a maior parte das fazendas, e ocupam as profissões liberais. Além de apresentar alguns dados sobre a actividade económica, com os quais tenta demonstrar a dependência da economia angolana da população branca, Lopes Guerra estabelece uma relação entre classe e raça. Assim, os brancos pertencem à classe dominante e exploradora e os negros à classe dominada e explorada.

Franz-Wilhelm Heimer, mais próximo do esquema de Mário Pinto de Andrade do que de Henrique Lopes Guerra, propôs-se analisar a estrutura das formações sociais que se constituíram nos territórios onde incidiu a colonização e o processo das suas transformações após a mesma. Heimer (1973a) começa por fazer uma distinção entre uma sociedade central capitalista de que fazem parte emigrantes brancos portugueses, alguns mestiços e poucos africanos assimilados, e uma sociedade periférica ou tributária com características pré-capitalistas. As relações entre as duas sociedades são descritas com um esquema semelhante ao do sistema-mundo, já que, segundo Heimer, se

“os integrantes do ‘núcleo’ do ‘sistema central’ beneficiavam, em grau maior ou menor, do ‘intercâmbio desigual’ com os ‘sistemas tributários’ e do aproveitamento, a baixo custo, da mão-de-obra ‘periférica’, não se pode perder de vista que todo o esquema estava concebido para servir, em primeiro lugar, Portugal” (1973a: 635).

Mas, contrariamente ao esquema do sistema-mundo, em que as economias africanas seriam apenas fornecedoras de matéria-prima, como apontou também Mário Pinto de Andrade, para Heimer (1973a: 636-637) existe uma drenagem da mão-de-obra da sociedade tributária pela sociedade central, mas a aspiração última do sistema central será a de diminuir a sua dependência em relação à metrópole, sem, contudo, integrar a sociedade periférica. Esta contradição explicava em parte a manutenção de sistema de dominação e exploração, em que a sociedade central se desenvolvia à custa da sociedade tributária, ao manter um mecanismo de dependência:

“Apropriação progressiva, pelo ‘sistema central’, de partes significativas da terra anteriormente pertencente às sociedades africanas; mobilização de mão-de-obra dos ‘sistemas tributários’, por meio de esquemas que iam do trabalho forçado e do angariamento para contratos até à ‘drenagem’ para uma fixação permanente no ‘sistema central’” (Heimer 1973a: 633).

Mas a existência de dois tipos de sociedades, segundo Heimer, é um fenómeno que começa a ganhar nitidez nos anos de 1920 e, no início dos anos 70, assistiu-se a uma transformação cujo resultado, a meados da década, é já a existência de uma única sociedade global abrangente e nitidamente estruturada. Assim, no final da colonização, Heimer reconhece a existência de um estrato social alto, composto na sua quase totalidade por indivíduos brancos – nascidos ou não em Angola – que controlavam tanto o poder económico como o poder político. O estrato social mais baixo era ocupado por africanos que não se tinham integrado na sociedade central. O estrato intermédio era ocupado por brancos, mestiços e alguns africanos assimilados. O quadro geral, segundo Heimer, é o de “uma sociedade caracterizada por desigualdades extremas, acusando profundas clivagens regionais e ‘horizontais’” (1973a: 638). Contrariamente à análise de Lopes Guerra, Heimer não descreve esta relação em termos de classes sociais nitidamente formadas – embora admita que a formação de classes estivesse em estado avançado –, falando, em vez disso, de “heterogeneidade estrutural” (Heimer 1973a: 633, 1980: 61).

Outros trabalhos na mesma época apontam para a análise da configuração social de Angola e suas dinâmicas internas em termos de classe, embora, como também já apontámos, as análises se dividissem entre aquelas que insistiam no processo de constituição de uma classe administrativa urbana, a burguesia estatal, e aquelas que tentavam captar as estruturas sociais das sociedades rurais. Clarence-Smith pode ser um exemplo do segundo caso. Adaptando o ponto de vista do estruturalismo marxista, Clarence-Smith estuda primeiro a formação de classe e poder político entre as sociedades do Sudoeste angolano, especialmente entre os ovambos, e conclui que existia de facto nestas sociedades uma estrutura de classe, em que os chefes e a sua corte exerciam um poder de dominação e exploração (Clarence-Smith, 1979; Clarence-Smith e Moorsom, 1975). Em seguida, usando o esquema de Heimer, conclui que, ao inserirem-se na economia da sociedade do centro, entraram num processo de empobrecimento que levou à desestruturação do poder preexistente à colonização, bem como à emigração para as minas do Sudoeste africano, na actual Namíbia (Clarence-Smith e Moorsom, 1975: 365). O que se seguiu à desestruturação destas sociedades foi claramente uma reestruturação das mesmas, já no tempo colonial, em que, retomando no essencial as teses de Henrique Lopes Guerra, existe uma clara divisão de classe, sem que houvesse, contudo, seguindo a proposta de Heimer, uma relação estreita entre classe social e divisão racial. No entanto, os conflitos que ocorrem em Angola a seguir à independência são, de facto, uma luta de classe, entre camponeses, representados pela UNITA, e uma burguesia nascente urbana e ligada ao aparelho do Estado, associado ao MPLA (Clarence-Smith 1980: 125).

Já dos anos 80 em diante a configuração social, embora continuasse a ser estudada em termos de classe, foi sendo vista sob o prisma da Guerra Fria. O confronto entre as superpotências definia não apenas o alinhamento político de Angola num dos lados do conflito, mas condicionava também a sua organização interna. O MPLA justificava a sua posição ideológica como uma forma de defender as massas populares contra o imperialismo, definindo-se a si mesmo como um partido de massas e de defesa dos mais pobres (Abranches, 1986).

No entanto, à medida que a guerra foi sendo debelada e uma vaga de transições para a democracia se foi tornando presente em quase todo o continente, foi emergindo o discurso de classe. Luísa D'Almeida Alegre, por exemplo, olha para o processo de formação de classe, não na sua globalidade, mas num sector específico da sociedade, o sector da construção civil na região de Luanda, como parte de um processo global de proletarização e formação da classe operária em Angola. O objectivo principal da autora é o de mudar o foco da análise da configuração angolana, isto é, passar da análise que tratava apenas os actores históricos, fossem eles as “elites pré-coloniais – heróis fundadores, criadores de hegemonias políticas ou de Estados, reis, chefes, militares ou religiosos – ou coloniais – heróis da resistência, elites nacionalistas” (Alegre, 1990: 2-3), para um estudo mais atento sobre outros actores sociais pouco estudados, como os trabalhadores da construção civil. Apesar desta ênfase na necessidade de olhar para um grupo de actores sociais, Alegre põe-se o problema do enquadramento teórico e privilegia o conceito de classe como instrumento de análise; esta escolha, por sua vez, levanta algumas dificuldades, por exemplo, ao definir a classe no contexto africano. Luísa D'Almeida Alegre, na esteira de Jean Copans, preferiu situar o estudo da formação de classe tendo em conta: diferentes formas de classe; a totalidade social; a natureza das classes dominantes e do Estado; a natureza das formações capitalistas africanas e as ideologias a elas ligadas (Alegre, 1990: 38; Copans, 1990: 23-25). Assim, dada a dificuldade de contornar este problema teórico, prefere fazer a história da classe trabalhadora da construção enquanto um grupo social específico dentro do processo largo de configuração social – embora a expressão usada seja formação social –, sem entrar no debate específico sobre o conceito de classe.

Paulo de Carvalho (1991) debate-se com a mesma dificuldade em analisar a configuração social angolana usando o conceito de classe: por um lado, seguindo a proposta de Heimer, usa o esquema centro-periferia para indicar dois tipos de sociedade, uma periférica e outra central; no entanto, contrariamente a Heimer, Paulo de Carvalho (1994: 1) descreve as relações sociais nas sociedades periféricas como sendo de “laços naturais, como é o caso de vínculos

de sangue e de um passado comum...”, ao passo que, afirma, na sociedade central as relações “inspiram-se na compensação de interesses por motivos racionais” (1994: 1). Por outro lado, Paulo de Carvalho (1994: 14), contrariamente a Clarence-Smith e a Henrique Lopes Guerra, afirma que não existem classes sociais nas sociedades periféricas, embora elabore critérios para o “enquadramento dos cidadãos economicamente activos da sociedade central, na estrutura de classe” (1994: 15). Entre os vários critérios identifica o do “carácter de trabalho” (1994: 15). A partir destes critérios apresenta uma aparente dualidade de estrutura (social), onde podemos salientar a classe dos “operários agrícolas”: “indivíduos que trabalhavam para outrem nas plantações e fazendas agrícolas e pastoris. Não possuíam meios de produção nem qualificações profissionais, e vendiam a sua força de trabalho. Na sua maioria provinham das comunidades rurais periféricas” (P. Carvalho, 1994: 16). Isso levanta um problema lógico, ao admitir, por um lado, a existência de duas sociedades, uma central e outra periférica, e pressupor apenas uma estrutura social: membros da comunidade periférica fazem parte da estrutura social da sociedade central, negando-se, no entanto, a estrutura de classe nas comunidades periféricas de onde os trabalhadores agrícolas eram originários. Já no estudo sobre a sociedade pós-colonial, Paulo de Carvalho (2008) trata a exclusão social em Angola a partir de um grupo concreto, os deficientes físicos de Luanda, e faz uma discussão teórica sobre o conceito de exclusão social, mantendo o esquema da sociedade central e da sociedade periférica, embora a relação entre as duas sociedades não seja considerada tão problemática como no final da colonização.

Por fim, Nelson Pestana apresenta uma metodologia para um estudo das classes sociais em Angola (Pestana, 2005). Por um lado, Pestana admite que no contexto angolano de 2005 era prematuro falar-se de uma estrutura de classe para captar as dinâmicas sociais de Angola (2005: 57), mas, por outro lado, ao constatar a riqueza da minoria e a pobreza extrema da maioria, considera necessário usar o conceito de classe social para designar “uma condição que é comum a todos os indivíduos” (2005: 57). Esta condição comum é atravessada por “representações simbólicas que os integrantes de um grupo partilham e através das quais se reconhecem” (2005: 57). Para Nelson Pestana, a classe é um grupo de indivíduos que se distingue de outro grupo, mas cada indivíduo no grupo não partilha necessariamente afinidade com os outros membros do grupo. Portanto, apenas o elemento objectivo pode unir indivíduos, e não o elemento subjectivo. A partir deste pressuposto, Pestana faz uma espécie de topologia das classes sociais em Angola e divide-as em quatro grupos: o primeiro, o dos “novos ricos” ou elite dirigente, é aquele que usa a sua posição no aparelho do Estado para benefício próprio; a segunda camada é constituída pela burguesia dos empreendedores, que,

não sendo política, usa a sua aproximação ao poder político para benefício próprio; a terceira camada, a intermédia, é composta por quadros técnicos independentes e quadros técnicos políticos ligados ao aparelho do Estado, embora sem se identificar com a camada burguesa de empreendedores; por fim, o extracto mais baixo é o da classe popular, que, segundo Pestana, constitui 70% da população e é composta por um espectro variado de indivíduos que vão desde funcionários públicos a trabalhadores assalariados urbanos e rurais, bem como à “classe da miséria humana” (2005: 67). A partir deste esquema geral, Pestana salienta a necessidade de um trabalho empírico para captar as transformações sociais.

2.3 – Reconfiguração e transformação social: além das classes sociais

No caso concreto de Angola, já a partir dos escritos de Armando Castro (1978), as relações sociais foram apreendidas em termos de exploração e dominação. No entanto, foi Mário Pinto de Andrade (1971) um dos primeiros a apresentar uma visão global da formação social em Angola, das suas dinâmicas sociais, da estrutura do colonialismo português. Mário Pinto de Andrade parte do princípio de que a ocupação efectiva do território angolano pelos portugueses na primeira metade do século XX, mais concretamente a partir dos anos 30, formou uma sociedade global cujas relações já podiam ser definidas como relações de classe. Pinto de Andrade não descreve exactamente como ocorrem as transformações na passagem dos Estados pré-coloniais para o Estado colonial, e esta posição parece ser a mesma do CEDETIM (1977). Neste sentido, não apenas há ausência da acção dos africanos, enquanto protagonistas, como também uma tendência para reduzir o processo de colonização à imposição imperialista, sem o cuidado explícito de verificar como os africanos lidaram com esta imposição. Além disso, o processo de imposição da colonização em Angola não foi homogéneo nem simultâneo. Também não foi um processo em que de um lado estivessem os africanos, numa única sociedade unida, e do outro os europeus, formando frente comum, como se se tratasse de duas sociedades. Acresce que a imposição do colonialismo não foi efectuada por um único agente, neste caso o Estado colonial através da sua administração, mas sim pela administração colonial, por comerciantes, missionários, fazendeiros, militares, empreendedores, aventureiros. A relação entre estes “agentes da colonização” não foi homogénea nem a sua relação com os africanos foi uniforme. Pela parte dos africanos havia uma diferenciação, já que muitos africanos também tentaram tirar proveito da situação, como forma de lidar com o colonialismo. O modo concreto como lidaram com a situação não pode ser descrito só em termos de exploração e dominação, nem, como fizeram autores a favor da colonização, em termos assimilacionistas, nem ainda, como veremos adiante, em termos

lusotropicalistas. Da parte dos africanos houve tanto de rejeição como de negociação, submissão, assimilação ou integração, ou ainda confronto militar directo. A ausência destes elementos levou a que parte do processo de configuração social fosse truncada na sua análise.

Henrique Lopes Guerra usa em parte este esquema e faz coincidir raça e classe. Não faz uma diferenciação entre africanos das zonas urbanas, mestiços e brancos, nem apresenta transformações sociais que se dão nos anos 60 e princípios dos anos 70 – e o tipo de relação social existente nos anos 30 e 40 era diferente da que havia no final do colonialismo. Um exemplo concreto é o do êxodo da população urbana para as grandes cidades, que teve impacto na configuração das zonas urbanas (R. L. Monteiro, 1973; R. D. Carvalho, 2008). Lopes Guerra não apenas não capta estas diferenças, mas faz com que a realidade social seja moldada ao princípio analítico previamente definido. Mas, tal como acontece com Mário Pinto de Andrade, também Henrique Lopes Guerra não capta suficientemente as diferenciações sociais, nem explica que tipo de relação existia entre indivíduos da mesma classe, nem a possibilidade de conflitos entre estes diversos grupos. Um exemplo que corrobora esta crítica é o trabalho de Heimer realizado em 1969/70 no Planalto Central; nas aldeias encontravam-se alfaiates, ferreiros, carpinteiros africanos que empregavam pessoas, geralmente jovens, das aldeias respectivas (ou vizinhas), não deixando, por via de regra, de também fazer agricultura (de subsistência e até comercial).⁶ Nesse caso, o esquema de Henrique Guerra Lopes não capta essas nuances.

Quanto à proposta de modo de produção linhageiro, isto é, a definição das relações sociais a partir do modo de produção, ela apresenta dificuldades de operacionalização. Pressupõe um determinismo económico, ao partir do princípio de que o modo de produção determina os tipos de relações sociais. Podia acontecer que as alianças entre diferentes grupos fossem condicionadas pelo capital de força de que um grupo concreto dispusesse e que os diferentes modos de produção fossem consequências directas deste capital, e não ao contrário. Por exemplo, no norte de Angola, agricultores bakongo que coexistiam com agricultores portugueses empregavam assalariados que vinham do Planalto Central. Houve mais tarde conflitos entre agricultores bakongo e agricultores portugueses, mas que não decorriam das relações de produção.

Por outro lado, a entrada das economias africanas na economia internacional não teve o mesmo impacto em todos os períodos da história da colonização, nem esta participação teve o

⁶ Conversa com Franz-Heimer.

mesmo impacto em todas as sociedades africanas; isso contraria a proposta de Clarence-Smith de que as relações económicas entre os ovambo e os portugueses levaram à depauperação dos ovambo e de que a emigração laboral seria uma consequência imediata desse processo. Além disso, como apontou Cooper (1981), pode-se dizer que alguns ovambo viram na emigração um meio de escaparem ao poder dos sobas e, neste sentido, ela pode ser vista como uma expressão do modo como os ovambo lidaram com a entrada da economia africana na economia internacional, mais do que, simplesmente, uma consequência nefasta da economia de dependência. De acordo com esta perspectiva, podia ser mais interessante ver nisso um processo de transformação social e reconfiguração das sociedades africanas nesta região do que apenas a confirmação do potencial de destruição que a economia imperialista provoca nas economias periféricas. É verdade que há uma desestruturação das economias ditas periféricas, mas o modo como os actores lidam com isso não pode ser determinado a partir de um esquema funcionalista, como parece sugerir Clarence-Smith.

Já a proposta de Luísa D'Almeida Alegre segue uma direcção oposta à de Clarence-Smith, uma vez que parte da acção de actores concretos para indagar resultados e, a partir daí, conceptualizar as dinâmicas sociais dentro da configuração. Mas a necessidade de privilegiar um conceito heurístico levou a que D'Almeida Alegre ficasse presa ao conceito de classe e a ver os trabalhadores da construção civil como uma classe, sem esclarecer que tipo de relações existia entre estes grupos. É verdade que o seu trabalho era apenas um esboço de pesquisa; no entanto, os conceitos de formação social de Althusser e a relevância da teoria da dependência levaram a que a acção dos trabalhadores da construção fosse subordinada à economia política internacional e não à reconfiguração da actividade laboral.

As propostas de Paulo de Carvalho, no que se refere à estrutura social da sociedade colonial, apresentam um problema de consistência lógica. Por um lado, admitem a existência de duas sociedades, uma periférica e outra central, o que, logicamente, implicaria dois tipos de relações sociais, um para cada uma das sociedades. Num primeiro momento, Paulo de Carvalho nega que nas sociedades periféricas as relações sociais pudessem ser descritas em termos de classe; em segundo lugar, mesmo na sociedade central, admite um estado incipiente das relações de classe. No entanto, ao propor um critério para esquematizar tipos de relações existentes na sociedade colonial, inclui indivíduos “provenientes” das comunidades periféricas, o que, em teoria, pode apresentar problemas de validade. Parece pressupor uma estrutura social e, ao mesmo tempo, a existência de relações não estruturadas: os trabalhadores agrícolas, por exemplo, se, por um lado, fazem parte da classe baixa na

estrutura social da sociedade colonial, portanto da sociedade central, por outro lado, não fariam parte dessa sociedade central.

O uso do conceito de classe feito por Nelson Pestana reúne as principais dificuldades apontadas acima. Pestana admite que as relações sociais em Angola não podem ser captadas em termos de classe, embora se proponha elaborar um método para estudar as classes sociais em Angola. Por outro lado, elabora um esquema de periodização da formação de classes, salientando que a partir dos anos 90 existe um processo acelerado de formação de classe e que, a partir do ano 2002, já se poderia falar em classes sociais. Ao elaborar o seu esquema de diferenciação social, Nelson Pestana estabelece uma estrutura de tipo horizontal, em que admite a existência de uma burguesia, no topo da pirâmide social, subdividida em duas: uma burguesia ligada ao aparelho político – os novos-ricos – e outra, empreendedora, mas também com fortes ligações ao aparelho político. As relações entre as duas são do tipo patrimonial. Em seguida está uma classe intermédia, também subdividida em dois grupos: um ligado ao aparelho do Estado, e outro de profissionais liberais e outras actividades, mas sem ligação ao aparelho do Estado. Por fim, na parte baixa da pirâmide, haveria a “massa popular”, congregando tanto os “miseráveis” como os funcionários públicos, mas sem rendimento suficiente para uma vida digna.

A primeira grande dificuldade da proposta de Pestana é de ordem conceptual, já que não apresenta um conceito claro de classe. Por um lado, retoma o esquema marxista ortodoxo de divisão de classe a partir do controlo dos meios de produção, que no caso de Angola significa o controlo dos meios de distribuição de bens. Por outro lado, usa o esquema do neomarxismo ou estruturalismo marxista para definir as relações sociais a partir do controlo do poder político, de onde deriva a ideia de dominação como elemento estruturante. Esta dupla estruturação, económica e política, só coincide em alguns casos: há elementos com poder económico médio sem ligação ao poder político e há elementos com poder político sem necessariamente possuírem poder económico. Esta discrepância não é captada pelo conceito de classe. Além disso, nas chamadas massas de miseráveis, em que Pestana inclui indivíduos que trabalham no sector informal, pode-se encontrar pessoas com maior rendimento, ou com maior capacidade de acumular riqueza do que aquelas que trabalham directamente no sector formal ou, em alguns casos, no sector médio ou alto da administração pública. O esquema de Pestana não capta esta complexidade, devido à rigidez do conceito de classe que é usado.

2.4 – O problema do Estado, democratização e sociedade civil

A crise económica em quase todo o continente e a subsequente implementação dos planos de reajustamento estrutural para supostamente a debelar agravaram ainda mais as condições de vida das populações. Algumas medidas agravaram especialmente o sector produtivo, desde os pequenos agricultores, e fizeram diminuir o investimento no sector público – na educação, saúde e apoios sociais. Alguns autores defendem que isso levou à monopolização do poder e ao enraizamento do sistema de partido único que estariam, por sua vez, na base dos conflitos civis e clivagens étnico-regionais.

Pode-se postular que a crise africana esteve centrada na produção: tanto a teoria da dependência como a da modernização colocaram os seus esforços na explicação do problema da produção; a primeira explicava esse problema pelo “atavismo cultural” interno e a segunda pela “conspiração” internacional. Nos anos 80, e depois de várias tentativas de resolver esta questão, começou a pensar-se na relação entre o Estado e a sociedade. Emmanuel Terray denunciou, na introdução de um livro em que foram coligidos textos de vários especialistas em Estudos Africanos, “o acordo quase unânime e rápido que divulga que toda interpretação da realidade política africana privilegia abusivamente as causas *externas* em detrimento das causas *internas*” (Terray, 1987: 10). O argumento de fundo era que os elementos externos eram demasiado abstractos para explicarem disfunções locais, além de redundarem num dualismo dogmático externo-interno, tradição-modernidade, etc. (1987: 12).

Assim, as crises e a falta de desenvolvimento decorriam não apenas de elementos exógenos, mas também de contradições internas. Era preciso investigar as condições internas que tornavam possível a ingerência externa. O ponto de partida foi o de afirmar que o colonialismo, enquanto instituição, foi reinterpretado, assimilado e adaptado pelas elites locais, de modo que as instituições que prevaleceram depois do colonialismo teriam vida “própria”. Portanto, seria necessário dismantelar a lógica que tratou indistintamente a complexidade das sociedades africanas, como se só houvesse o Estado e uma amorfa sociedade civil. Na opinião de Terray, a sociedade civil é um actor consistente. A questão central será, portanto, rever qual é a relação entre o Estado, enquanto aparelho administrativo, e a sociedade civil, isto é, indivíduos ou grupos, nas suas diversas categorias. Essa relação inaugurou um novo tema de pesquisa sobre a realidade africana. Alguns autores, como Médard (1987) por exemplo, centraram-se na personalização do poder, isto é, na maneira como funcionários públicos, os “*big men*”, por exemplo ministros, usam o poder do Estado para o seu próprio proveito (Médard, 1987: 49). Outros autores, como Bayart (1993) ou Chabal e Daloz (1999), centraram-se, respectivamente,

na especificidade do funcionamento do Estado e na natureza patrimonial do exercício do poder político, isto é, no modo como a relação patrão-cliente explicava o funcionamento da vida política e social em África (Chabal e Daloz, 1999: 158); o que um e outros propõem, no fundo, embora admitam uma distinção entre a esfera do poder político e a esfera da sociedade, é que na realidade o que se passa em África é que estas esferas não são independentes e, mais ainda, mantêm uma relação de tipo clientelar que, por sua vez, impede a acção política tal como ela é percebida nas democracias liberais.

Essa perspectiva, o neopatrimonialismo, dominou a análise do fenómeno político – a acção política e o funcionamento das instituições, como o Estado – durante as décadas de 1990 e 2000, não obstante as várias críticas a que o conceito foi submetido (Cardoso, Macamo e Pestana, 2002; Erdmann e Engel, 2007) e, em alguns casos, a sua quase completa rejeição como conceito útil para a análise do fenómeno político em África. No caso concreto de Angola, a perspectiva neopatrimonialista foi usada, especialmente, por Nuno Vidal para analisar o regime político angolano, como um exemplo típico de neopatrimonialismo (Vidal, 2002).⁷ Semelhante perspectiva tem Tony Hodges, embora o regime de patrocínio seja sustentado e, de certa maneira, explicado pela abundância dos recursos naturais (Hodges, 2007: 175).

Outro foco de pesquisa incidiu sobre a sociedade civil, que, como vimos, era vista como o outro pólo do dinamismo social em África. Uma vez que as agências humanitárias e organizações não governamentais internacionais perceberam que as instituições do Estado não eram os únicos actores sociais para a implementação de agendas de emergência e programas de desenvolvimento, a chamada sociedade civil ganhou relevância.

No caso de Angola, e de acordo com Nuno Vidal, o cruzamento entre *networks* internacionais, sob o impulso de activistas expatriados, e a elite intelectual angolana marginalizada pelo regime político, bem como o dinamismo das comunidades locais, deram azo a que emergissem as organizações da sociedade civil (Vidal, 2007b: 204). A efectiva actuação dessas organizações deveu-se, contudo, às tentativas de abertura democrática do início dos anos 90, inauguradas pelos acordos de Bicesse de 1991, e à interpretação, por parte dos doadores e agências internacionais, de que Angola entraria na fase de desenvolvimento depois de vários anos de conflito armado e de ajudas de emergência (Vidal, 2007b: 204-205). Deu-se uma profusão de ONG: de algumas ONG e agências internacionais que operavam em

⁷ Nuno Vidal (2002) estudou a origem do sistema político angolano, considerando que remonta ao tempo colonial (1961) e se solidifica no final dos anos 80.

Angola durante os anos 80 e pequenas associações locais, ligadas, na sua maioria, às Igrejas cristãs, passaram a centenas de organizações locais e nacionais em menos de uma década. Nuno Vidal é mais descritivo que analítico, já que põe o foco das ONG na sua organização interna – desde as estratégias para se autofinanciarem à sua legalização – e na relação, sempre tensa, com o Governo (Vidal, 2007b).

Arlindo Barbeitos (2003: 27) afasta a sua reflexão da agenda do desenvolvimento e está mais interessado num espaço público de discussão, o espaço do debate público de assuntos que interessam a toda a sociedade. Barbeitos vincula a sociedade civil não às formas de organização social para paliar o sofrimento, que ele julga ser dever do Estado, mas à capacidade para interpelar o Governo nas suas decisões, através, por exemplo, de manifestações públicas – não violentas (Barbeitos, 2003: 39-40). Mas, por outro lado, considera que não existe em Angola, de facto, um Estado efectivo de direito, e daí a sua dúvida, inclusive, sobre se será válido falar em sociedade civil; pode não passar de mais uma ideia importada, tal como as de “marxismo-leninismo, democracia, sistema parlamentar, economia de mercado, partido político” (Barbeitos, 2003: 35). Na sua opinião, “pegamos em toda uma quantidade de ideias e até lugares-comuns, oferecidos pela circunstância e pela moda, que anteriormente, ou nos estavam vedados, ou não apresentavam para nós incentivo suficiente para os encararmos a sério” (Barbeitos, 2003: 35).

Os estudos sobre o fenómeno político em África e a emergência da sociedade civil tiveram maior impulso com as chamadas transições para a democracia. Há autores que condicionam as transições democráticas dos finais dos anos 80 e início dos anos 90 do século XX, onde se inclui as transições políticas em África, ao final da Guerra Fria (Huntington, 1991: 335-336). Há outros, no entanto, que apontam para as causas internas, desde a crise dos partidos únicos à acção de movimentos sociais (Bayart, Mbembe e Toulabor, 1992). Não vamos entrar nesse debate e na vasta literatura sobre as causas, tipologias e períodos das transições políticas em África.⁸ Vamos concentrar-nos apenas no caso de Angola, que também aparece explicitamente em estudos e pesquisas sobre o tema.⁹

⁸ Sobre este assunto, ver os vários programas de pesquisa sobre transições políticas em África, com destaque para o programa de pesquisa do Codesria sob a direcção de Mamadou Diouf (ver a introdução geral em Diouf, 1998).

⁹ No caso de Angola, ver, por exemplo, Vidal e Andrade (2008). Acerca dos países africanos de expressão portuguesa, ver, por exemplo, Cardoso, Macamo e Pestana (2002).

As expectativas sobre a democratização em Angola remontam ao processo de transição política iniciado com os Acordos de Bicesse, de 1991, e interrompido pelo reacender da guerra, em 1992. A expressão “transição política” refere-se tanto à liberalização política como à democratização, distinção sugerida por M. Diouf (1998: 8). A primeira consiste no “processo pelo qual se tornam efectivos certos direitos que protegem os indivíduos e grupos sociais de actos ilegais, ou arbitrários, cometidos pelo Estado ou terceiros” (O’Donnell e Schmitter, 1986: 7). Para o contexto africano, esta definição foi adaptada por Bratton e Van de Walle, recorrendo à noção de reforma política: “political reform is any measure taken by a ruling elite to increase political competition. Where state elites come to recognize mass rights, such as freedom of political expression and freedom of political association, reform can be characterized as ‘political liberalization’” (1992: 422). No segundo caso, pode-se descrever um processo como democrático quando se observa um sistema eleitoral, instituições políticas democráticas, um sistema legislativo independente e independência do poder judicial (Bratton, 1989).

Apesar de se terem verificado alguns dos elementos apontados acima, a complexidade do caso angolano apenas parcialmente se enquadra nestes conceitos. Tal se deve, fundamentalmente, ao facto de o início da transição política coincidir com o final do conflito armado; uma vez que este último se prolongou mais de uma década após a introdução das primeiras reformas políticas, transição política, no caso de Angola, significa não apenas a introdução dessas reformas, mas também o processo de pacificação. Por um lado, a transição democrática parecia estar condicionada pelo processo de pacificação, ou seja, apenas reformas políticas conduziriam ao fim do conflito armado. Alguns autores, como Christine Messiant, duvidam que de facto os primeiros acordos de Bicesse, a primeira grande tentativa de se acabar com a guerra, contivessem elementos realistas que conduzissem a um processo de transição política efectiva. Esse processo implicaria, segundo Messiant (2007: 93), não só a transformação, por exemplo, da UNITA, de uma organização social, política e militar para uma organização apenas política, mas implicaria também a transição da guerra para a paz, a transição de um Estado autoritário marxista-leninista para um sistema democrático multipartidário, e de uma economia socialista centralizada para uma economia liberal de mercado. O alerta de Messiant aponta no sentido de se ter em conta não apenas os “eventos”, como as transições democráticas, mas também a complexidade do processo de transformação que implica olhar para as dinâmicas internas e, conseqüentemente, para as condicionantes históricas (Messiant, 2007: 93). Este último aspecto remete, de facto, para algumas limitações e críticas apontadas à perspectiva neopatrimonialista e as suas variantes.

2.4.1 – Críticas e limites da perspectiva neopatrimonialista

O neopatrimonialismo como instrumento analítico foi submetido a várias críticas (Erdmann e Engel, 2007; Wai, 2012; Van de Walle, 2009a, 2009b; Chan, 2009; Neubert 2009). Uma das críticas, comum a vários autores, é que a sua generalização não resiste à crítica de casos concretos, o que levou à reformulação do conceito. O outro tem a ver com o que Mamdani (1996) descreve como “história por analogia” e que consiste em estabelecer diferenças entre as sociedades africanas e as sociedades ocidentais e, naquilo em que as sociedades africanas divergem das ocidentais, em apresentá-las como “impedimentos estruturais”. Neste sentido, como assinalam Cardoso, Macamo e Pestana (2002: 15), “As formas políticas africanas ganham, no contexto desta história por analogia, o carácter de uma anomalia” (ver também Mbembe, 2000). Assim, segundo esta perspectiva, a análise do político ou, no caso de Angola, da transição política, consiste em detectar se a acção dos decisores políticos e suas consequências na sociedade correspondem ou não a um quadro de “valores universais”, quer dizer, ocidentais, seguindo um esquema de explicação a partir de “unidades conceptuais previamente definidas” (Cardoso, Macamo e Pestana, 2002: 15). No caso concreto de Angola, pressupôs-se que com os acordos de paz assinados em Bicesse o país faria a transição para a democracia ou, depois do fim da guerra em 2002, como assinala Vidal (2007a: 124), esperava-se “por uma rápida e efectiva abertura que desse espaço a oposição política, que serviria para a emergência da sociedade civil e que conduziria à transformação do sistema político angolano”. Quando estas expectativas não são cumpridas, então emerge o carácter “anómalo” da transição e buscam-se alegações estruturais para os factores que impedem a mudança. A desvantagem das razões estruturais é que tendem a ser mais descritivas do que explicativas; podem ter o mérito de ressaltar, por comparação, processos similares de outros contextos africanos e enquadrá-los numa perspectiva de análise mais global, mas correm o risco de analisar transformações sociais à margem da acção dos actores sociais. Assim, as análises sobre transições políticas e a reconstrução pós-conflito privilegiam as estruturas formais, como o Estado, ou processos globais como a democratização ou liberalização económica. As análises destes processos não levam em conta – ou levam, mas relegando-a para um papel secundário – a interacção de indivíduos e grupos sociais, os equilíbrios de poder, as diversas lógicas e dinâmicas internas.

Nesse sentido, parecem mais interessantes as cautelas de Newitt e Messiant: a primeira relembra que a Angola moderna é filha da sua história (Newitt, 2007: 19); Messiant afirma que “nem todos os processos de paz são iguais: nem todos contribuem da mesma maneira

para a consolidação de uma ordem política não violenta” (Messiant, 2007: 93). Este *caveat* parece exigir que se fixe a análise mais na acções e interacções do que nas abstracções ou princípios; daí o apelo também para ter em atenção o percurso histórico: “o presente das transições em Angola exige em vez disso uma análise fundamentada historicamente” (Messiant, 2007: 94). Por isso é importante a intervenção dos diferentes actores que compõem o tecido social e político angolano, mas também os diferentes processos que contextualizam as dinâmicas actuais; daí também a necessidade de se ter em conta, segundo ainda a mesma autora, diferentes factores, tais como o processo da descolonização, a importância dos recursos naturais, o contexto internacional, a complexidade regional e as modalidades do conflito interno; além disso, será preciso considerar “a natureza do partido MPLA que governa Angola desde a Independência e o seu envolvimento no sistema político que se encaminha agora para o multipartidarismo” (Messiant, 2007: 94).

É, portanto, na interacção dos indivíduos e de grupos, na luta quotidiana por se adaptarem ao novo contexto, de “não-guerra”, que procuramos apreender a reconfiguração pós-conflito. É também a partir desse contexto que a transição política – enquanto resultado da acção de grupos e indivíduos inseridos numa disputa pelo equilíbrio do poder e em interdependência, portanto, que vai além do processo formal de democratização – pode ser apreendida. Essa apreensão remete inevitavelmente para o contexto histórico e social em que o político é produzido. Tendo a luta política em Angola assumido um carácter violento até 2002, seria difícil apreender as dinâmicas políticas no pós-conflito sem um enquadramento analítico adequado ao conflito armado, ou, mais especificamente, da “normalidade” social durante o conflito.

2.5 – Conclusão

O objectivo neste capítulo foi pôr à discussão, através de uma revisão crítica, um conjunto de conceitos que “fizeram história” no estudo da sociedade angolana. Não se pretendeu rejeitar a sua utilidade enquanto modelos conceptuais, mas interrogar e, em alguns casos, demonstrar a sua inadequação para abordar questões sobre, por exemplo, como os actores sociais lidam com a contingência das instituições. Vimos, no caso concreto do conceito de classe, que foi transversal em todos os momentos em que se tentou estudar as transformações sociais em Angola. Tal como já foi salientado, a discussão do conceito não é tanto com o objectivo de rejeitar, mas apenas de salientar que numa sociedade em múltiplas transições e recomposições, o uso do conceito de classe, que apela mais a resultados do que a processos, exigiria uma categorização que a deficiência na produção de dados no actual contexto de

Angola não pode garantir, não obstante esforços dos últimos anos, como o do Censo da População de 2014. Por outro lado, o uso de conceito de classe exigiria todo um programa de pesquisa que implicaria, por exemplo, avaliar os próprios instrumentos de medição.

O mesmo se pode dizer dos conceitos de modo de produção ou modo linhageiro de produção. Mesmo reconhecendo a sua validade para a captação de certos processos sociais, o seu alcance não escapa às mesmas críticas feitas ao conceito de classe.

A discussão sobre a sociedade civil, ligada aos processos de democratização e transições políticas, mostrou algumas dificuldades. A sociedade parece ser agrupada numa nova colectividade que se opõe a um poder político autocrático, em vez de se ver nela dinâmicas complexas que condicionam a metamorfose do poder, ou, por exemplo, como as ONG, quer nacionais quer estrangeiras, fizeram emergir novas formas de autoridade: ao formarem pessoal técnico para as suas actividades, introduziram novas formas de autoridade, o técnico-planificador, contabilista ou gestor de projecto, e estes técnicos foram depois absorvidos pelas estruturas de governação do Estado. Estas dinâmicas mostram melhor a natureza da transformação da sociedade civil do que simplesmente o seu papel enquanto actor político convencional.

Insistimos na vantagem de olhar a reconfiguração social sob a perspectiva da produção local da ordem social. Tal como assinalámos no primeiro capítulo, essa perspectiva tem a vantagem de focar as interacções sociais como centro da produção da ordem social, em vez de explicá-la a partir de um conceito abstracto e previamente definido.

CAPÍTULO III – ABORDAGEM METODOLÓGICA NO ESTUDO DA RECONFIGURAÇÃO SOCIAL EM ANGOLA

3.1 – Introdução

O desenho inicial da investigação foi sendo ajustado à medida que a pesquisa foi avançando, especialmente no que concerne a recolha do material empírico.¹⁰ Parte dos ajustes decorreu da especificidade do campo em análise: apesar de a pesquisa ter começado cerca de seis anos depois da guerra, havida ainda dificuldades em obter informações. Nos organismos oficiais, como ministérios e administrações provinciais e municipais, era preciso explicar exactamente qual era o objectivo daquelas informações. Para entrevistar pessoas em aldeias era preciso uma autorização do administrador municipal ou da circunscrição mais pequena que, em muitos casos, enviavam um acompanhante que constringia os entrevistados. Noutros casos, os administradores exigiam que se deixasse uma cópia das entrevistas na administração, o que levantava questões éticas mas também limitava o acesso às pessoas para serem entrevistadas. Nas sedes municipais dos partidos políticos, tanto a do MPLA como a da UNITA, era necessário uma autorização da direcção nacional ou provincial respectiva para que se pudesse entrevistar ou ter conversas informais. O mesmo se podia dizer de dados oficiais, como, por exemplo, sobre o número de pessoas que regressaram às aldeias depois de terem vivido como deslocados nas cidades. Estes dados não eram cedidos e, mesmo que os conseguíssemos através de pessoas conhecidas, ficava sempre a dúvida se eram dados oficiais, porque não era possível contrastá-los com outras fontes. Algumas informações disponíveis, especialmente produzidas por ONG e agências internacionais, eram condicionadas pelo contexto em que estas actuavam; o próprio processo de produção de dados pelas ONG e agências humanitárias era limitado por condicionantes políticas, financeiras e pelos chamados *targets* das suas intervenções. Algumas vezes tínhamos estes dados mas pediam que fossem omitidas as fontes.

¹⁰ A primeira apresentação pública do projecto de pesquisa foi feita em Bamako, em Outubro de 2007, numa conferência Internacional organizada pela Fundação Volkswagen, alemã. No desenho inicial da pesquisa aventou-se a hipótese de se usar métodos quantitativos. Esta hipótese foi no entanto descartada em decorrência de possíveis dificuldades técnicas na recolha de dados; houve também mudanças na perspectiva epistemológica: foi-se avançando mais na perspectiva interpretativa da realidade social e na exploração de aspectos da microsociologia.

Não obstante estas limitações e recorrendo a ajustes necessários do início ao final da investigação, o processo de recolha do material empírico seguiu os seguintes passos:

(1) Recolha de informação sobre uma aldeia, bairro, instituição ou grupos – por exemplo, os vendedores ambulantes ou responsáveis de lojinhas (cantinas) do bairro. As primeiras informações eram obtidas em conversa com membros do referido grupo ou responsáveis das instituições ou, no caso das aldeias, através dos sobas. A seguir a este primeiro contacto é que se propunha às pessoas serem entrevistadas, depois de se explicar os objectivos e como as entrevistas seriam usadas. Quando acediam a ser entrevistadas, era-lhes pedido que autorizassem a gravação das entrevistas; quando não a autorizavam, apenas se tomavam notas daquilo que se achava relevante para a pesquisa, como informação nova ou confirmação de algo que já tinha sido dito em outras entrevistas. No caso de encontros de grupos era mais fácil tomar notas, porque as pessoas eram avisadas de qual era o objectivo da reunião e também dos moldes da discussão. À falta de material para recolher todas as participações orais nas discussões, optou-se por tomar notas e aproveitar aquilo que se conseguiu gravar das discussões. Ainda dentro do primeiro passo, fizeram-se as transcrições das entrevistas e um pequeno resumo das conversas informais e os dados foram agrupados por temas ou periodicidade, por exemplo, pós-conflito / conflito / tempo colonial.

(2) Selecção das informações importantes, especialmente das recolhidas nas observações e algumas conversas informais, destacando aspectos que pareciam relevantes para o objectivo da pesquisa (foi nessa segunda fase que se decidiu aprofundar certos elementos recolhidos através da consulta da documentação, retorno ao trabalho de campo, organização, por exemplo, de grupos de discussão ou registo de histórias de vida susceptíveis de acrescentarem informação, mas, além disso, extraindo palavras, ideias ou imagens que ressaltavam do todo que era contado ou do que observava.

(3) Interpretação dos dados propriamente dita, usando um programa de análise de dados (ATLAS.ti), que implicou desde a criação das unidades hermenêuticas (*hermeneutic unities*) à criação dos códigos e *memos*.¹¹

¹¹ Os *memos* equivalem ao que antigamente nas pesquisas etnográficas se designava memorandos, que são apenas sínteses que se vão fazendo à medida que o material empírico é analisado e que mais tarde serviriam de base para a elaboração do texto final do trabalho de pesquisa. *Codes* ou códigos são conceitos que são extraídos de um texto ou parágrafo. Este processo consiste em ir lendo ou ouvindo

3.2 – Recolha de dados: lugares, tempo e modo

3.2.1 – Definição do *locus* da pesquisa

Face à necessidade de eleição do *locus* (Certeau 2000 [1980]) para a realização de entrevistas, observação participante, grupos de discussão, foram seleccionadas quatro áreas urbanas: Luanda, Benguela, Huambo e Lubango.¹² As escolhas destes lugares obedeceram a vários critérios, de que salientamos alguns em seguida.

Em primeiro lugar, estas cidades são capitais de províncias que concentram quase 50% da população de Angola, segundo dados do último censo da população (INE, 2016).¹³ Outro critério prendeu-se com a importância histórica no próprio processo de constituição da sociedade angolana: trata-se de cidades que se contam entre as mais antigas de Angola, tendo passado por vários processos de reconfiguração, com destaque para aqueles que se dão entre o último quartel do século XIX e o primeiro do século XX (Fonte, 2007). São também cidades onde se verificam várias dinâmicas sociais, não só associadas ao crescimento e densidade populacional, mas também a processos como, por exemplo, rápidas urbanizações depois da Segunda Guerra Mundial, com maior aceleração entre os anos 60 e 70 do século passado. Por fim, com maior peso, foram das cidades que mais evidenciam ter sofrido transformações profundas na sua estrutura global durante o conflito armado – não só por terem acolhido milhares de deslocados de guerra (Lari, 2004), por oferecerem melhor segurança, mas também ao constituírem-se como destino de migração interna em consequência da concentração nestas cidades dos poucos investimentos públicos realizados durante a guerra, e ainda como destino dos principais investimentos públicos após o conflito armado (Rocha, 2010).

as entrevistas ou resumos do trabalho de campo e depois ir extraindo palavras-chave ou conceitos. Este processo é designado por codificação. Mas adiante explicamos as suas vantagens e limites.

¹² Cada uma destas cidades tem aquilo que se podia designar cidades-satélite: Luanda está ligada ao município de Viana, formando quase um *continuum*; Benguela está ligada às cidades do Lobito e Catumbela; o Huambo, apesar de não ter o mesmo *continuum* das cidades anteriores, tem uma dinâmica ligada à cidade da Caala; quanto ao Lubango, a cidade de Namibe é a mais próxima, embora a interligação não seja tão imediata.

¹³ Os dados definitivos do censo populacional de 2014 e divulgados em Março de 2016 dão conta de que cada uma destas províncias possui mais de 2 milhões de habitantes. A maior parte da população vive na capital da província (INE, 2016).

Além destas cidades, que formaram o núcleo do campo de pesquisa, fizemos breves incursões a outras, como Mbanza-Congo e Uíge, bem como Saurimo, capitais, respectivamente, das províncias do Zaire, Uíge e Lunda-Sul (ver Anexo IV).

3.2.2 – Entrevistas e perfil dos entrevistados

As entrevistas foram uma alternativa preferida a questionários excessivamente delineados em que o entrevistado respondesse apenas ao que se lhe perguntava.¹⁴ As perguntas fechadas são criticadas por poderem truncar experiências à volta da informação que se pretende adquirir; como indicia Burawoy, os informantes vêm para uma entrevista “com múltiplas experiências derivadas de diferentes situações, mas nas entrevistas é-lhes perguntado apenas um dado concreto” (Burawoy, 1998: 14; ver também Burawoy, 1991; Metcalf, 2002). Privilegiou-se, por isso, a técnica da entrevista-narrativa, na qual, a seguir a uma conversa introdutória em que se explicaram as razões e os objectivos da entrevista, os entrevistados foram estimulados a narrarem acontecimentos, descreverem situações, fazerem reflexões.¹⁵ Por exemplo, aos entrevistados foi pedido que narrassem como iniciaram um negócio, quais os passos que deram; ou, àqueles que construíram as próprias casas, como é que conseguiram o material, quanto tempo durou e porque tinham escolhido aquele lugar. Nas respostas-narrativas apareciam as estratégias, o recurso ao conhecimento e memórias sobre como construir uma casa e como adaptavam esse mesmo conhecimento ao momento presente; sabiam, por exemplo, a quem ou a que grupo comprar o material, que pessoas contratavam para fazer um tarefa específica na construção das casas, como colocar vigas, etc. Esse estímulo foi feito com entrevistas semiestruturadas, através de um guião (ver anexo V). A duração das entrevistas dependia também da disponibilidade dos entrevistados e do à-vontade em responder ou narrar certos assuntos ou acontecimentos. Por exemplo, durante a entrevista a um professor que, para

¹⁴ Entrevistas com autoridades – por exemplo, responsáveis da Polícia, da Procuradoria-Geral e da Conservatória do Registo Civil – exigiram envio prévio das principais perguntas da entrevista. No entanto, no momento da entrevista, a conversa foi acessível e muito distendida.

¹⁵ Os entrevistados eram convidados para uma conversa, em vez de uma entrevista. Dar uma entrevista, no contexto de Angola pós-conflito, era muitas vezes entendido como falar para uma rádio, jornal ou televisão. Aliás, explicar que era uma entrevista no âmbito de pesquisa era visto como estranho. Mas quando se recorria à fórmula de que se tratava de uma conversa para entender o que as pessoas fazem, como fazem, quando fazem, porque fazem ou com quem fazem, os interlocutores tornavam-se acessíveis e estabelecia-se mesmo uma relação de respeito, em que o papel de entrevistado e entrevistador é intercambiável (ver, por exemplo, Metcalf, 2002: 1).

além de ser professor e portanto ser funcionário do Estado, tinha também um pequeno negócio, uma lojinha (cantina) e dois mini-bus em Luanda, perguntei-lhe porque é que não se dedicava apenas a estes negócios em vez de ter de dar aulas. A resposta foi que o dar aulas lhe dava um certo *status*; os filhos eram filhos do professor e não de um *bisneiro*, comerciante informal (Entrevista n.º 6, Anexo I).

Entre as quatro cidades, Benguela, Huambo, Luanda e Lubango, foram feitas um total de 60 entrevistas (ver Anexo I). Luanda, com cerca de 20, teve o maior número de entrevistas, e Benguela, com cerca de 12, teve o menor. Algumas não foram gravadas por decisão dos entrevistados. As que não foram gravadas estão apontadas no anexo como “conversa informal” (ver Anexo I). A duração das entrevistas foi em média de 40 minutos. Havia entrevistas mais curtas, de 11 minutos, e algumas mais longas, chegando aos 73 minutos.

O perfil dos entrevistados podia ser caracterizado da seguinte maneira:

a) Idade: deviam ser aqueles que no final da guerra já tinham pelo menos 15 anos; só num caso, em Luanda, o entrevistado tinha 9 anos no final da guerra e 17 no momento da entrevista. A sua eleição deveu-se à actividade que ele exercia, a de cobrador de taxista (mini-bus) cuja actividade geralmente é executada por adolescentes e jovens. Outros entrevistados variavam entre a casa dos 20 e os 60 anos. Essa escolha permitia também aceder a distintas narrativas sobre diferentes períodos em Angola, desde o tempo colonial até ao momento de pós-conflito. Quanto à idade média dos entrevistados, cerca de 40% tinham entre 46 e 55 anos de idade. Este grupo, no final da guerra, tinha entre 38 e 47 anos de idade, portanto eram já adultos e, em muitos casos, chefes de agregados familiares. Nas entrevistas-narrativas eles falaram muito dos filhos, pelo menos com 18 anos de diferença, e também dos pais, o que permitiu portanto alcançar um espectro social e geracional abrangente.

b) Profissão: que estivesse envolvido em alguma profissão ou actividade remunerada, quer fosse a nível formal ou informal. Cerca de 25% dos entrevistados eram funcionários públicos. Nessa categoria englobamos todos aqueles que trabalhavam para o Estado, desde professores a polícias e soldados. No entanto, também verificámos que mesmo aqueles que trabalhavam para o Estado tinham sempre outras fontes de rendimento, como, por exemplo, possuíam táxis (mini-bus), ou lojinhas ou moto-táxis. Incluímos também pessoas que se dedicavam a negócios informais, nos quais se incluem diversas subcategorias: vendedores ambulantes, *bisneros* – uma espécie de faz-tudo, desde carregar sacos de compras nos mercados informais a transportar mercadorias (algumas pesadas) com carros-de-mão – ou outras actividades, como por exemplo, as de mecânicos

ou cobradores de mini-bus, que não tinham nenhum tipo de documentação – contrato de trabalho ou registo da pequena empresa no caso dos mecânicos – o que nos fazia incluí-los, com as devidas cautelas, nas actividades informais. Também destacámos a presença de retornados, um grupo numeroso, especialmente aqueles que estiveram ligados à UNITA e que no final da guerra (em muitos casos durante todo o período da guerra) viveram como refugiados nos países limítrofes de Angola, como a Namíbia, a Zâmbia e a Republica Democrática do Congo.

c) Agregado familiar: tivemos em conta também que os entrevistados fossem chefes de agregados familiares, independente de serem mulheres ou homens. No final, vimos que o número de mulheres foi menor que o dos homens. Em parte isto aconteceu porque no momento das entrevistas eram os homens que mais falavam quando a entrevista era feita em família; as mulheres mostravam-se mais reticentes em serem gravadas, mas participaram mais nos grupos de discussão ou nas entrevistas de grupo (ver Anexo II).

d) Localização: privilegiámos as pessoas que viviam nos centros urbanos, nas cidades de Luanda, Benguela, Lubango e Huambo. Huambo e Lubango são cidades do interior, ao passo que Benguela e Luanda ficam no litoral. Mesmo assim notámos que os que viviam no Huambo estavam mais próximos do que podemos designar por mundo rural. No terreno notámos que havia dificuldade em fixar o lugar de residência. Nos casos de Lubango e Huambo, alguns viviam nos arredores das cidades mas passavam temporadas em aldeias onde tinham os seus pequenos campos de cultivo. Quando lhes era perguntado onde viviam, alguns respondiam “de momento vivemos aqui”, ou então, “por enquanto estamos aqui” (Entrevista n.º 24).

Tal como se disse mais acima, a opção pela entrevista-narrativa, além de entrevistas exploratórias, permitiu estabelecer o plano de entrevistas como encontros com uma estrutura semelhante à de uma conversa quotidiana, segundo Anne Honer (1994). Esta técnica, segundo Flick, “permite uma abordagem mais compreensiva do universo da experiência do entrevistado” (Flick, 2005: 99; ver também Powles, 2004). Quando um taxista foi convidado a responder como era ser taxista durante a guerra e depois da guerra, ele narrou acontecimentos, factos sucedidos nos dois contextos. É no decurso da resposta, na interacção com o entrevistador, que os significados de “ser taxista”, “durante a guerra e “depois da guerra” emergem; esses significados não se assemelham a conceitos ou categorias extraídas das respostas do entrevistado pelo entrevistador (investigador) para tornar o fenómeno explicável. Trata-se, pelo contrário, de categorias ou conceitos que o próprio entrevistado cria e usa para ordenar as sequências das acções passadas e que ele quer tornar compreensíveis ao

seu interlocutor. Não se trata de uma descoberta dos conceitos subjacentes às narrativas, mas de uma situação concreta de interação em que os significados, os contextos, são interactivamente constituídos, quer se trate da descrição de acções passadas, quer de tornar inteligível a própria situação de entrevista em que ambos, entrevistado e entrevistador, se encontram engajados. A esta perspectiva, seguindo a linha da etnometodologia, está subjacente uma abordagem hermenêutica da constituição da sociedade. Além da *accountability*, explicação que os actores encontram para as suas acções, transforma a própria entrevista num exemplo concreto de interação e observação. A organização das perguntas e respostas, a inteligibilidade, a recognoscibilidade, a actualização do contexto para tornar a conversa compreensível, a informação aduzida, todos estes elementos fazem da entrevista, em si mesma, um exemplo de interação em que uma ordem concreta é mutuamente constituída. Isso remete para a própria mecânica da comunicação como instrutora de como a sociedade se constitui, isto é, através de interação local num esforço de compreensão, inteligibilidade, a fim de tornar o quotidiano possível (Macamo, 2006: 203).

3.2.3 – Discussões e entrevistas de grupo

As entrevistas individuais foram complementadas com discussões de grupo. Embora Pollocks (1995, citado em Flick, 2005: 117), por exemplo, assinala as vantagens das discussões de grupo relativamente às entrevistas individuais ou de grupo, em vez de se escolher entre uma e outra forma, optou-se pela complementaridade (Chestnutt e Robson, 2001). O objectivo central era, em primeiro lugar, recolher informações e validar ou confrontar algumas impressões, imagens e descrições que resultaram das entrevistas. Outro objectivo foi o de ter pessoas oriundas de diferentes regiões de Angola (cidades e aldeias) a discutir, não apenas para apontar o resultado das discussões, mas também para observar a linguagem, o tipo de experiências a que faziam referência – a visão que tinham da autoridade, do poder político, o que entendiam por transformação, por “nova Angola” (Kitzinger, 1994; Morgan, 1998). Evitou-se o mais possível que os participantes nas discussões de grupo fossem completamente heterogéneos (sobre isso, ver Przyborski e Wohlrab-Sahr, 2009).

Houve no total dez encontros com grupos, dos quais dois foram organizados como grupos de discussão, em Luanda e em Benguela, e oito foram entrevistas de grupo em cada uma das cidades (ver Anexo II).

Em Luanda, os participantes do grupo de discussão eram originários e viviam em diferentes cidades, mas estavam ligados à mesma instituição, já que eram funcionários da Caritas de Angola. Estes funcionários viviam nas províncias e encontraram-se em Luanda

para uma actividade de formação. Vinham de dez províncias de Angola: além de Luanda, havia funcionários vindos das províncias de Huambo, Lubango, Benguela, Bié, Malange, Bengo, Uíge, Lunda-Sul e Cunene. A entrevista de grupo foi feita no Zango I, que é um bairro pertencente à comuna de Zango e ao município de Luanda. A opção por esse bairro deveu-se ao facto de ser um bairro relativamente novo. Alguns dos seus moradores foram retirados das suas casas nos bairros costeiros de Luanda que, segundo as autoridades municipais, podiam ruir com as chuvas por serem habitações precárias e construídas sobre terrenos arenosos em encostas perto do mar. A decisão da transferência foi contestada pelos moradores. Algumas dessas transferências ocorreram ou foram incrementadas já depois de a guerra ter terminado. Nas entrevistas focámos a experiência de começar uma vida nova num novo bairro. Por exemplo: uma das senhoras, dizia ter sido expulsa da sua casa pelas autoridades, não por causa do perigo de derrocada, mas por causa da pressão imobiliária e da chegada de estrangeiros, e relacionava tudo isso com a vinda da paz: “essa paz só nos trouxe prejuízo” (Entrevista de grupo, n.º 7); essa ideia serviu de tópico nas entrevistas seguintes para explorar a representação da paz ou do pós-conflito.

Em Benguela, organizaram-se três sessões: um grupo de discussão (Grupo n.º 3, Anexo II) e duas entrevistas de grupo (Entrevistas de grupo n.º 5 e n.º 9, Anexo II). Um desses encontros decorreu na cidade de Benguela propriamente (grupo de discussão), outro na cidade do Lobito (entrevista de grupo), em que participaram apenas estudantes universitários. A terceira sessão foi no município do Cubal, uma entrevista de grupo especialmente com sobas que durante a guerra estiveram com a UNITA (com a presença de pessoas do município do Ganda).

O interessante no grupo de discussão de estudantes universitários foi a diferença de idades e a ocupação profissional. Nenhum se dedicava apenas aos estudos. Todos já trabalhavam, a tempo parcial ou mesmo a tempo inteiro, e tinham diferentes idades. Um dos elementos de discussão foi a razão por que estudavam ou, como foi reformulada a pergunta, porque faziam a faculdade, e quais eram as possibilidades/dificuldades de se estudar agora e durante a guerra. Uma das vantagens deste grupo foi a sua homogeneidade (todos eram estudantes universitários no Lobito, onde se realizou a sessão, embora parte deles residisse em Benguela), o que tornou a discussão dinâmica. Além disso, os temas faziam referência à vida quotidiana, a algo que eles alguma vez já teriam discutido entre si, ou pelo menos com que já se tinham confrontado (Nießen, 1977).

A segunda discussão de grupo nesta região foi organizada na cidade de Benguela, numa casa particular. Os participantes foram identificados e foi explicada a natureza da sessão de

discussão. A maior parte dos participantes já tinha experiências de participação em pequenas discussões de grupo. Estas experiências foram adquiridas na igreja, no grupo coral, nas organizações de juventude dos partidos políticos, no serviço, ou mesmo no dia-a-dia, para resolver um problema. Além de um polícia e funcionários públicos, havia comerciantes – estabelecidos –, um ex-militar, um DJ e estudantes. Em termos de género, o número era equilibrado. A desvantagem foi o número excessivo de participantes, quinze (Stewart e Shamdasani, 1990).¹⁶ A idade média dos participantes era de 30 anos. Na verdade, a discussão andou à volta do tópico da reconstrução pós-conflito: que ideia é que tinham desse processo, que diferenças notavam entre a vida antes e a vida depois da guerra, em que é que a paz tinha facilitado a vida. Alguns temas iam sendo propostos no decorrer da discussão – por exemplo, a relação com a autoridade e a administração do Estado no quotidiano.

No Cubal/Ganda, a entrevista de grupo foi com os sobas, autoridades tradicionais que tinham estado do lado da UNITA durante a guerra. Explorámos o processo de legitimação da sua autoridade e a reconfiguração do que de facto significava ser uma autoridade; veio à discussão, por exemplo, a visão que eles tinham sobre colonialismo, as causas da guerra e a questão da reconciliação ou do que significa a tradição africana. Para nós, o interesse estava em entender não como reconstruíam as suas vidas, mas que recursos usavam e que explicações davam sobre o que faziam.

No Huambo não foi possível fazer um grupo de discussão, mas sim entrevistas de grupo: uma foi com um grupo de vendedores no mercado central (Entrevista de grupo n.º 2, Anexo II), com moradores do bairro Kasseque III (Grupo n.º 6, Anexo II), nos arredores do Huambo, e com moradores do Bairro Kamussumba (Grupo n.º 8, Anexo II). Houve outra entrevista de grupo com pessoas que encontrei no Huambo, mas que na cidade viviam na cidade de Kwito, um bairro nos arredores da cidade, constituído por retornados angolanos que tinham vivido na Zâmbia e eram na sua maioria ex-militares ou simpatizantes da UNITA. O bairro chamava-se Zâmbia (Entrevista de Grupo n.º 5, Anexo II).

¹⁶ A ideia inicial era de apenas entre oito e dez membros. No entanto, apenas dois convidados tinham confirmado a participação e os outros cinco não deram a certeza. Por prevenção, convidaram-se mais cinco na suposição de assim conseguir um número mínimo de oito a dez pessoas. Tendo comparecido todos, decidiu-se organizar um único grupo de quinze, em vez de os dividir em dois grupos. Dos quinze, apenas oito eram mais activos nas discussões. Três membros respondiam quando se lhes perguntava directamente; quatro respondiam apenas sim ou não.

No Lubango houve apenas “conversas informais” (Grupo n.º 11, Anexo II) com estudantes universitários. Os estudantes reunidos tinham que receio de que a informação fosse usada para fins políticos e preferiram por isso conversas informais. Eu colocava questões ou levantava um tema: por exemplo, o impacto da população que tinha vindo do interior da província para a cidade do Lubango; ou como conviviam pessoas de diferentes grupos etnolinguísticos na cidade. A única entrevista de grupo que foi possível fazer-se foi com freiras e pastores da Igreja Metodista (Grupo, n.º 10, Anexo II). As freiras trabalhavam com crianças refugiadas e enfermagem. Os pastores, além do seu trabalho religioso, não tinham outro tipo de trabalho.

3.2.4 – Experiências de observação no quotidiano urbano

Como já foi notado mais acima, a observação, entrevistas e discussões de grupo foram os meios de aproximação à realidade que se pretendia estudar e também o meio através do qual se recolheu o material empírico. De uso frequente tanto em Sociologia (Becker e Geer, 1960) como em Antropologia (Geertz, 1983; Spittler, 2001), a observação como técnica de recolha de dados usa-se especialmente para captar o quotidiano. Já que parte da pesquisa consistia no estudo da produção da ordem local em situação concreta de interacção, a observação directa permitia ver situações de interacção e, especialmente, a ordem na sequência das acções; permitia identificar as estratégias, mas também perceber os processos que parecem indicar mudanças a nível do quotidiano e o empenho na reconstituição desse mesmo quotidiano depois de ele ser interrompido (Atkinson e Hammersley, 1994). Se as entrevistas incidem no *accounting*, no dar conta, dar razões às acções passadas, a observação permite acompanhar o processo de construção do quotidiano. No entanto, o método etnográfico, de que a observação e a participação fazem parte (Hammersley, 1990), não pretendeu testar uma hipótese como se subentende na triangulação metodológica proposta por Denzin (1978) e criticada por Silverman (1985: 21), pois não se trata de corrigir na observação participante o que supostamente não ficou completo, por exemplo, nas entrevistas ou nas discussões de grupo; cada dado da realidade captado por uma das técnicas “deve valer por si mesmo”. Fielding e Fielding (1986: 33), por seu lado, vêem o emprego de diferentes metodologias e teorias no estudo de um fenómeno como dando maior espessura e profundidade à análise e não como meio decorrente do propósito de buscar uma verdade objectiva. No caso deste trabalho, pode-se falar de uma observação participante no sentido que aponta Denzin na terceira edição de *The Research Act*: “a entrevista de sujeitos e informantes, a participação e observação directas, e a introspecção” (Denzin, 1989: 157-158).

Aos dois taxistas de Luanda, em vez de se lhes fazer uma entrevista, optou-se por passar um dia com eles, como se fosse um passageiro. Consistiu em seguir no táxi como passageiro e fazer o percurso quotidiano desses taxistas, ir apontando e fazer perguntas quando a oportunidade se apresentava. A ideia foi tentar entender não só o que eles diziam que significa ser taxista, mas em que consiste a prática dessa ocupação. Os encontros começaram às 5.00 horas da manhã e terminaram às 21.30, com intervalos para pequeno-almoço, almoço, pôr combustível, jantar, passar pelo mecânico, lavar o carro e estacionar. Um aspecto importante foi o encontro com um polícia de trânsito: a relação entre os taxistas e as autoridades, o significado que atribuíam à “gasosa” (dinheiro entregue à policia); a relação com os clientes, a escolha dos percursos, a relação entre o dono do mini-bus e o condutor e entre este e o cobrador.

Outra observação, no Huambo, foi numa “cantina”, ou mercearia: consistiu num dia inteiro dentro de uma pequena loja. O “cantineiro”, ou merceeiro, interagia com os compradores/clientes, fornecedores, o fiscal, o senhorio e o seu sócio angolano. A observação foi entrelaçada com perguntas, sobretudo para aprofundar detalhes, além das descrições da interação. Estas “cantinas” são usadas pela vizinhança e quando calhava também tinha conversas informais com outras pessoas.

Realizou-se observação também em dois orfanatos: um na periferia da cidade do Huambo, e outro no centro dessa cidade, ambos pertencentes à Igreja Católica. Aqui, em vez de entrevistas, houve apenas conversas informais com os residentes, os meninos órfãos, funcionários das instituições e, em alguns casos, com os “familiares” dos órfãos; foi também possível perceber o mecanismo de doação e ajudas aos dois orfanatos. Foi interessante perceber o funcionamento de uma instituição criada no âmbito de um conflito armado e a sua transformação numa instituição de acolhimento de rapazes, independentemente do contexto da guerra.

Um outro momento de observação teve lugar no mercado no centro do Huambo e consistiu em acompanhar o percurso de um vendedor. Houve entrevistas e conversas informais com outras vendedoras e compradores.

Por fim, houve vários encontros com taxistas de motorizadas. Não houve uma observação participante, porque era impossível seguir o percurso enquanto trabalhavam numa motorizada com um só lugar para além do condutor, mas foi possível nas paragens, no local de subida, ter vários encontros com taxistas e, especialmente, ter uma conversa mais profunda com um dos motoristas.

3.3 – Análise dos dados

Para a análise dos dados recorreremos a duas metodologias: *grounded theory* (Strauss e Corbin, 1990; Glaser e Strauss, 1967) e análise sequencial das acções situadas (Have e Psathas, 1995; Schegloff, 1986; Sacks, 1984a, 1984b; Heath, 1981). Embora os dois métodos se situem dentro da análise qualitativa, eles ressaltam aspectos diferentes.

A *grounded theory* salienta o “modelo de indicadores conceptuais [*concept-indicators model*], que conduz à codificação conceptual de indicadores empíricos. Este modelo estabelece a ligação essencial entre o dado empírico e o conceito, o que resulta numa teoria derivada dos dados” (Glaser, 1978: 62),¹⁷ ou seja, está estruturado de modo a produzir conceitos e categorias que resultam na teorização da ordem social. A análise sequencial das acções situadas, por seu lado, na esteira da etnometodologia, pressupõe que a ordem social, a racionalidade e a compreensão mútua resultam de acções concertadas dos membros envolvidos numa determinada situação de acção (Have, 2004: 145); pressupõe também que os elementos envolvidos numa determinada situação possuem um conhecimento de como tornar possível o seu quotidiano, como “viver as suas vidas”: o que a análise sequencial das acções faz é, portanto, descrever o procedimento através do qual eles conseguem fazê-lo. As categorias usadas para descrever estas acções são as que são produzidas localmente para explicar como o seu quotidiano funciona, cujos significados são apreensíveis no mesmo contexto em que são produzidas: termos como “pós-conflito”, “mudança” “nova vida” são categorias que são constituídas por práticas de indivíduos em situações concretas, como por exemplo no mercado, nos transportes públicos, no contacto com a burocracia, no exercício da autoridade do Estado, isto através da interacção de rotina.

As duas metodologias, seguindo a proposta de triangulação de Denzin, não se opõem mas enriquecem o resultado da pesquisa.

3.3.1 – Ir mais de uma vez: o factor frequência nas idas ao campo

Um dos desafios do estudo da constituição de ordens sociais e locais é a rapidez com que estes cenários se transformam. O tempo total empregue na recolha de dados foi de dezassete meses, divididos em períodos de três a quatro meses cada um. Assim, o primeiro período foi

¹⁷ No original consultado: “Grounded theory is based on a concept-indicator model, which directs the conceptual coding of a set of empirical indicators. This model provides the essential link between data and concept, which results in a theory generated from data” (Glaser, 1978: 62).

em 2007, com uma estadia de cerca de três meses, de meados de Julho até meados de Outubro. Foi uma visita preliminar às cidades de Luanda (três semanas), Huambo (sete semanas) e Benguela (três semanas). O propósito desta primeira aproximação ao campo consistiu em entrevistar antigos deslocados de guerra¹⁸ que viviam não só nos campos de refugiados, em processo de desmantelamento, mas também em bairros que tinham sido instalados em resultado da longa permanência nos campos de deslocados.¹⁹ Os objectivos de visitar deslocados eram dois: primeiro, estes campos iam ser desmantelados em breve e, nos encontros preliminares, pareceu-nos que estas pessoas tinham sofrido mais directamente o impacto da guerra ao terem deixado as suas terras ou a vida que tinham antes da guerra. O nosso interesse era saber como reorganizaram as suas vidas depois da guerra. Fazer este acompanhamento teria interesse para perceber a dinâmica do pós-conflito, não apenas a nível institucional, mas em pequenos grupos ou em pequenas localidades. Além desse objectivo exploratório, havia também interesse em contactar e entrevistar ONG e agências internacionais que estiveram presentes em Angola durante o período de guerra, na chamada fase de emergência. O interesse específico consistia em comparar as descrições feitas por estas organizações e as das pessoas que estiveram implicadas no conflito (por exemplo, os ex-militares da UNITA) e recolher dados das movimentações das pessoas, por um lado, mas também entender o tipo de relação que se estabeleceu, durante os anos de guerra e nos primeiros anos após o seu fim, entre estas agências e as populações.²⁰

¹⁸ A razão para entrevistar deslocados de guerra foi pensarmos que esse foi um segmento da população – entre deslocados e refugiados eram quase quatro milhões de pessoas – em que não apenas se notava o impacto da guerra, mas também aquele que parecia mais exposto a lidar com o fim do conflito: teriam de decidir se ficavam nas cidades onde se tinham refugiado ou regressavam às suas antigas aldeias, e esse processo de decisão pareceu-nos importante para perceber o pós-conflito.

¹⁹ Os campos de refugiados do Huambo, por exemplo, Kasseque I e Kasseque II, deram origem a novos bairros com os respectivos nomes. Em Luanda, os campos de refugiados estavam concentrados sobretudo na Viana e em bairros novos que surgiram em consequência não só da instalação de deslocados de guerra, mas também pela instalação de migrantes em busca de novas condições de vida. Em Benguela, os deslocados estavam concentrados tanto no Bairro dos Navegantes, na saída Norte de Benguela, como na Catumbela-Praia, na estrada que liga Lobito e Benguela. O Bairro dos Navegantes, que existia ainda antes da era colonial, tornou-se mais densamente povoado devido ao aumento da população vinda dos municípios do interior: Ganda, Cubal e Caimbambo.

²⁰ A partir de 2003 Angola deixou de estar em situação de emergência humanitária em resultado de conflito armado, mas manteve-se em situação de risco em termos de assistência, especialmente

Uma segunda ida ao campo foi em 2008 e durou três meses no total, subdividida em seis semanas a partir de Março e outras seis a partir de Outubro. Os trabalhos de campo foram em Luanda, Benguela e Lubango. No Lubango foram entrevistadas autoridades religiosas – sobretudo religiosas que trabalharam com deslocados e padres e pastores que trabalham nos bairros periféricos da cidade do Lubango. Em Benguela foram entrevistadas entidades governamentais e gerais do exército, e foram realizadas duas sessões de discussão de grupo: uma com um grupo de estudantes universitários, na cidade do Lobito, e outra com um grupo heterogéneo, composto por nove pessoas: dois comerciantes (homens), dois professores (uma professora do ensino primário que ensinava a 4.^a classe, e um professor de matemática da 7.^a classe no Liceu de Benguela), um enfermeiro que trabalha por conta própria, uma recepcionista num hotel, um polícia de trânsito, um locutor e um DJ.

Uma terceira ida ao campo foi em 2010 por mais três meses, entre Julho e Outubro, e os lugares visitados foram Luanda, Huambo, Lubango e Benguela.

Em Luanda foram realizadas entrevistas (a dois académicos; três jornalistas; quatro funcionários de ONG angolanas, ex-militares de alta patente da UNITA; três empresários por conta própria; uma vendedora de rua), complementadas com observação participante (em dois percursos de táxi durante três dias; e em duas instituições: a delegação do Departamento de Emigração e Fronteira da Mainga, no Bairro do Kassequel, onde se trata do passaporte, e a Direcção Geral da Caritas de Angola), e ainda com a organização de discussões de um grupo composto por quinze pessoas provenientes do Huambo, Benguela, Luanda e Lubango.²¹

No Huambo fez-se recolha de informação no novo mercado central, através de entrevistas informais; uma estadia de dez dias num internato de órfãos de guerra; um dia de observação numa “cantina” (mercearia) cujo dono era senegalês; e nova visita aos bairros que tinham sido visitados em 2007, com o fim de identificar alguns moradores e obter informação sobre os destinos dos que tinham deixado o bairro.

àquela que era designada população vulnerável: deslocados, ex-militares, retornados, mutilados de guerra (Lari, 2004; P. Carvalho, 2008).

²¹ Todos os participantes da discussão eram membros e colaboradores da Caritas de Angola. Encontravam-se em Luanda para participarem na Assembleia Geral que se realizava naquele período e numa formação de três dias sobre o novo Plano Geral de Acção da Caritas no contexto do pós-conflito. Alguns membros eram funcionários da Caritas, outros apenas colaboradores ou participantes em projectos sociais daquela organização. Entre os participantes havia por isso funcionários públicos (professores e enfermeiros), pessoas que trabalhavam por conta própria e estudantes.

No Lubango, o trabalho de terreno consistiu em visitar, com a ajuda de um geógrafo, os bairros periféricos que tinham sido aumentados e em encontros com moradores destes bairros; houve também duas entrevistas em profundidade com uma família que viveu sempre no Lubango e, por fim, encontros com taxistas de motorizadas.

Em Benguela fizeram-se entrevistas com retornados angolanos que estiveram na Zâmbia, e com ex-militares da UNITA e membros do respectivo partido; realizou-se também observação na Conservatória do Registo Civil no Lobito; e entrevistas com autoridades tradicionais (Ganda e Cubal).

Em 2011 o trabalho de campo foi realizado na província do Uíge, na cidade do Uíge e em Mbanza-Congo. Na primeira realizou-se um encontro com o bispo local do Uíge e outro com a delegada provincial da Ministério da Reinserção Social. Em Mbanza-Congo foram entrevistados o comandante da Polícia, responsável pela área de emigração e fronteira, e a vice-procuradora para a província de Mbanza-Congo; realizou-se um encontro com vendedores no mercado central; foi feita uma entrevista a um professor; e organizou-se um grupo de discussão com mulheres da Promaica.²²

3.3.2 – Acesso aos dados, informação e confidência

As entrevistas foram combinadas mas nem sempre os entrevistados aceitaram que fossem gravadas e, por vezes, mesmo autorizando a gravação, pediram que não fosse divulgada. Os mais insistentes nesse aspecto confidencial e restritivo da informação foram funcionários públicos e altas patentes militares – que pediam que se dissesse apenas “um general”, por exemplo. Houve também casos em que o próprio investigador teve de decidir se deveria tornar público o conteúdo de certas entrevistas, por exemplo a soldados da UNITA que dizem ter participado em certas operações militares com consequências desastrosas quanto a perda de vidas humanas e destruição de infra-estruturas. Nos dois principais partidos políticos, MPLA e UNITA, também houve alguma restrição: a gravação frequentemente não era autorizada e, mesmo quando era aceite, pediam que não fosse divulgada. O mesmo aconteceu com responsáveis de Organizações Não Governamentais e com alguns dos seus funcionários: foi restringido o acesso a alguns relatórios que continham informações sensíveis e supostamente comprometeriam a actuação da dita organização, e alguns funcionários

²² Promaica: Movimento Apostolado para a Promoção da Mulher Angolana na Igreja Católica.

acederam a falar, mas sem gravações e sob anonimato. Assim, mesmo nos casos em que os entrevistados são citados, recorreremos ao processo de anonimização.

3.3.3 – “Ser de dentro”, “ser de fora” e o desafio do multilinguismo na recolha de dados

Sendo descendente de família mista em termos de grupos etnolinguísticos, umbundu e kimbundu, com origens no centro-sul e centro-norte de Angola, respectivamente, e tendo tido um processo de socialização em meio urbano, na cidade do Lobito, tornava-me, em certos contextos e para efeitos da recolha de dados, um de dentro, ou *insider* (Kanuha, 2000; ver também nota de Mudimbe a respeito do tema, em Mudimbe, 1991: 166-177). Esta posição ou *status* permitiu-me tirar vantagens do conhecimento que tinha dos lugares de pesquisa, o que dispensava em parte o alerta de Haraway sobre a questão do *situated knowledge* (Haraway, 1988, cit. em Gupta e Ferguson 1997: 37). Isto foi particularmente relevante nas zonas urbanas, onde me permitiu perceber diferenças (na estrutura das cidades e nas dinâmicas sociais) entre, por exemplo, os anos 90, ainda durante o conflito, e os anos 2000, depois do conflito, e onde facilitou a interpretação de significados localmente produzidos e a penetração no contexto das relações e práticas sociais. Estas vantagens ajudaram-me, por exemplo, a ser mais incisivo nas entrevistas, a olhar e captar com mais detalhes as subculturas, as relações de poder e a produção de ordens locais.

Mas, por outro lado, sob o ponto de vista dos investigados, eu era um “de fora”, um *outsider*. Esta percepção justificava-se, em parte, pelo facto de ter vivido fora do contexto em que a pesquisa era feita e, mais ainda, por perguntar sobre assuntos que sob o ponto de vista dos entrevistados pareciam óbvios. Esta dupla posição tornou-se em si mesma um desafio metodológico. Não se tratava apenas de uma recolha de dados, mas de uma interacção em que a produção de dados aparecia como algo situado, contextualizado e mutuamente constituído. Os entrevistados avaliam, inspeccionam a posição do entrevistador. O resultado não é apenas uma transmissão de informação, mas a constituição de uma ordem decorrente dessa interacção – que interfere na confiança e expectativas mútuas –, de que a transmissão é parte constituinte.

Outro elemento importante é o uso da língua. Enquanto se dá por garantido que o português é a língua veicular e que a maior parte dos adultos a usa no quotidiano, na prática é o contexto que define o meio a partir do qual a interacção se estabelece. Entrevistas com autoridades tradicionais foram feitas na língua umbundu, mesmo que, à partida, os entrevistados soubessem falar português. Retornados angolanos que viveram vários anos na República Democrática do Congo e na República da Zâmbia preferiam falar em francês ou inglês em vez de português, quando se apercebiam de que não estavam diante de uma

autoridade ou de alguém que pusesse em causa a sua angolanidade. Comerciantes de “cantinas”, conhecido por “cantineiros”, na sua maioria imigrantes da África Ocidental, alguns com fraco domínio do português, optavam por responder em inglês ou francês. Nas Lundas, no Uíge e em Mbanza-Congo os entrevistados preferiam falar em tchokwe, kikongo ou lingala, respectivamente, especialmente nas zonas suburbanas.

3.3.4 – Fragmentação dos dados e análise: *grounded theory*

De modo a facilitar a análise da informação empírica, recorreremos a um programa de análise de dados, chamado ATLAS.ti. As entrevistas transcritas e as notas do trabalho de campo foram introduzidas no programa, gerando um total de quinze documentos. O primeiro trabalho consistiu em fazer a codificação. Assim, num primeiro momento foram criados três códigos (super-códigos): *Conflito*, *Pós-Conflito*, *Mudança-Transformação*.²³

A partir daí, extraímos das entrevistas, conversas informais, notas, actividades, legislação, eventos-ocorrências, ou seja, tudo aquilo que fazia referência ao *Conflito/(armado)*, e ao *Pós-conflito/(tempo de paz)*. Para as referências mais específicas ao Conflito foram criados subcódigos: *Conflito/a.92/*; *Conflito/d.92/*; *Conflito/d.92/Lusaka/*; *Conflito/d.92/última guerra/*. Alguns códigos foram gerados seguindo o paradigma de codificação proposto por Jörg Strübing, isto é, “interacção, estratégias, condição, consequências” (Strübing, 2008: 28). Este primeiro processo permitiu distinguir, a partir dos dados, a complexidade subjacente, por exemplo, ao termo “conflito armado”. O código *Conflito/a.92/* faz referência à guerra civil antes dos Acordos de Bicesse, assinados em 1991; esta referência não é apenas cronológica, mas especifica a experiência concreta de se viver numa situação de conflito e como esta experiência estruturou o quotidiano; no entanto, o código *Conflito/d.92/* faz referência ao período de guerra a seguir a 1992, depois das primeiras eleições democráticas. Estas últimas referências foram anotadas numa caixa associada aos códigos e que permite fazer comentários (*comments*) aos mesmos, para clarificar o significado dos códigos ou algumas expressões que aparecem nas citações (*quotations*): por exemplo, “guerra de 55 dias” ou os “ninjas”.²⁴

²³ Dentro dos super-códigos foram então elaborados os sub-códigos, como por exemplo Pós-conflito/deslocado/; Pós-conflito/reunião familiar/regresso/; Pós-conflito/trabalho-biscato/; Pós-conflito/desgraça; ou, noutro caso, Mudança/estudar; Mudança/reunir família; Mudança/cultivar/aldeia.

²⁴ Guerra de 55 dias: confronto militar entre as forças governamentais e as forças da UNITA que durou 55 dias a partir de 6 de Janeiro de 1993, após o qual o Governo se retirou da cidade, que foi ocupada

Assim, a partir da narração do quotidiano da guerra foram emergindo as nuances desta experiência e estas foram confluindo, através do sistema de codificação, para uma noção mais complexa de conflito armado (ver adiante, Parte III). Estas especificações foram recolhidas em *memos*. Alguns *memos* eram descrições pormenorizadas dos códigos; outros eram conexões, associações, feitas a partir dos códigos e dos comentários. Alguns *memos* tinham apenas, por exemplo, cinco linhas, outros chegaram a ter uma página e iam sendo aumentados à medida que o processo de codificação ia prosseguindo e novos elementos confirmavam, detalhavam ou mesmo punham em causa as reflexões, afirmações ou associações que neles constavam.

Os três super-códigos – *Conflito, Pós-Conflito, Mudança-Transformação* – permitiram uma primeira fragmentação e sistematização da informação derivada da perspectiva subjectiva (*accounting*) dos entrevistados e situações concretas de interacção. Aqui entra a relevância da *grounded theory*: a sua insistência em fazer derivar conceitos e produzir teorias a partir de situações e narrativas concretas e específicas (Burawoy, 1991: 275). A possibilidade destas generalizações decorre da extracção dos códigos a partir do material empírico. Glaser distingue, a propósito, dois tipos de códigos: “São gerados basicamente dois tipos de códigos: substantivos e teóricos. Os códigos substantivos conceptualizam a substância empírica da área da pesquisa. Os códigos teóricos conceptualizam a maneira como os códigos substantivos se relacionam enquanto hipóteses a ser integradas dentro da teoria” (Glaser, 1978: 55).²⁵ No primeiro caso, pressupõe-se uma relação directa entre o dado empírico e o conceito que dele se extrai; no segundo caso, avança-se para um nível de elaboração teórica mais abstracto, já que se associam, inferem e relacionam conceitos a partir de outros conceitos. Na construção da rede de relações entre os códigos, pelo estabelecimento de *family codes*, seguiu-se o paradigma proposto por Glaser, isto é, atendeu-se às relações de contexto, contingências, causas, consequências, condições, co-variação (Glaser, 1978: 73-74).

Um exemplo concreto pode ser dado pelo código *Pós-Conflito/Deslocação/Vida-Nova*. Um dos entrevistados narrou, por exemplo, que depois do conflito regressou à aldeia a fim de

pela UNITA; por “ninjas” eram conhecidos os polícias antimotim ou a polícia de intervenção rápida. Era uma força paramilitar que fazia frente às forças da UNITA durante os primeiros dias de confrontos militares a seguir a eleições.

²⁵ No original consultado: “There are basically two types of codes to generate: substantive and theoretical. Substantive codes conceptualize the empirical substance of the area of research. Theoretical codes conceptualize how the substantive codes may relate to each other as hypotheses to be integrated into the theory” (Glaser, 1978: 55).

começar “a nova vida”. No entanto, teve de abandonar a sua aldeia, no interior da província do Huambo, porque receava sofrer retaliações (“*queriam me flechar*”) por parte dos seus conterrâneos, já que durante a guerra pertenceu a um dos “bandos” que fez “coisas más” na aldeia: “a guerra é mesmo assim, há sempre dois lados, estás a ver? Passam muitas coisas, algumas boas e outras más, mas vamos fazer mais como? Era o conflito, todos sofremos, eu também não gostei, apanhei estilhaços, mas estou aqui” (entrevista n.º 12, L. 16). Decidiu começar nova vida na cidade de Benguela. Este entrevistado associa o pós-conflito, não ao momento do fim da guerra em si mesma, que não tornou possível o regresso à terra de origem, mas à possibilidade de começar uma “vida nova” sem sofrer retaliações, “longe de tudo”. Sair da terra, não conviver com as supostas vítimas das suas acções, pode ser um passo necessário para a comunidade lidar com os traumas da guerra e reconstruir o quotidiano. Assim, a deslocação, associada a termos como movimentação ou migração interna, não tem apenas uma origem económica, social, política ou religiosa; pode ter como motivação um aspecto moral, como artefacto social através do qual um indivíduo ou grupo ou comunidade mantém o quotidiano e a ordem social é mantida e reproduzida. Embora a entrevista fosse com um deslocado concreto numa situação concreta, destaca-se o termo “deslocação”, que condensa uma experiência concreta de reconstrução da vida no pós-conflito. Essa associação entre pós-conflito e deslocação ou migração interna contradiz o senso comum, que vê a deslocação como consequência da guerra e não como resultado do pós-conflito, isto é, do que torna possível o pós-conflito.

A produção científica procura encontrar o equilíbrio entre conceitos e material empírico, fazendo derivar os códigos dos dados:

Evitar retaliações → sair da aldeia ⇔ (deslocação)

Esta codificação teórica passa também pelo estabelecimento de relações entre as várias famílias de códigos:

Deslocação ↔ reconstrução do quotidiano ↔ constituição do pós-conflito

Como se verá na Parte III, a relação entre produção da ordem local, pós-conflito e reconfiguração social é de mútua constituição; a aplicação deste método permite redescrever e explicar a relação entre estes fenómenos.

O perigo desse processo, segundo Onwuegbuzie e Leech (2007), é o excesso de generalização populacional, ecológica e temporal; consiste na “tendência para generalizar resultados em vez de utilizar os dados qualitativos para aprofundar aspectos concretos de

processos e práticas que prevalecem dentro de um local específico. Quando as ocorrências forem extensas e representativas, a investigação qualitativa pode tentar generalizar os resultados pelas diferentes populações, *generalização populacional*; localizações, *generalização ecológica*; contextos, e ou períodos – *generalização do período*” (Onwuegbuzie e Leech, 2007: 238; ver também Connolly, 1998).

É para evitar isso que Glaser insiste em que nos foquemos o mais possível no material empírico quando se trata de gerar códigos, na codificação substantiva e na codificação teórica, no momento de integrar e relacionar diferentes códigos, através da produção dos *memos* (Glaser, 1978: 56).

Um dos limites apontados à *grounded theory* é a relevância, quiçá excessiva, atribuída ao mecanismo de produção de conceitos, códigos, e a menor relevância para que são remetidos os aspectos etnográficos da interacção social (Have, 2004: 146; Garfinkel, 2002). Neste sentido, torna-se importante a análise sequencial de acções situadas.

3.3.5 – Acções, interacções e descritibilidade: análise sequencial

A análise sequencial refere-se ao método que dá relevo à ideia de que a ordem social se reproduz a si própria nas interacções (Bergman, 1985: 313, citado por Flick, 2005: 189). Inicialmente utilizado na análise conversacional, dentro da tradição da etnometodologia, com o foco nos aspectos formais e linguísticos das conversas (por exemplo, telefonemas nos serviços de emergência), desenvolveu-se e aplicou-se posteriormente em outras actividades: ambiente de trabalho nos laboratórios, cuidado de crianças com limitações cerebrais. Apesar do seu desenvolvimento, manteve-se o esquema usado na análise conversacional, especialmente no que concerne à disposição sequencial das acções e, conseqüentemente, ao processo de produção da ordem.

Uma vez que se trata do estudo da interacção, os dados a serem analisados são os que foram recolhidos através da observação participante, seguida de entrevistas ou apenas notas. Já que o foco da análise está no modo como as acções são estruturadas, os dados analisados são as composições de interacção, o modo como uma acção segue outra.²⁶

²⁶ A vantagem deste método está em pôr o seu foco, não na explicação de um fenómeno – por exemplo, na explicação do funcionamento da ordem social através de conceitos e categorias –, mas na descrição do procedimento, do modo como a ordem social concreta é produzida.

Interacção, categorização e ordem da acção

Para o estudo da interacção e produção da ordem local, usámos a análise de categorias de pertença (MCA, daqui para a frente) proposta por Sacks (1992) e desenvolvida mais tarde por Schegloff (1992, 2007).²⁷ A vantagem do método está em que ele se foca no processo através do qual os actores sociais, os membros de uma sociedade, elaboram categorias a fim de organizarem o seu dia-a-dia, bem como a sua compreensão do mesmo. A base da sua aplicabilidade é o resgate do senso comum, dos conhecimentos que os actores sociais possuem e com quais constroem e dão sentido à sua vida social. Uma das noções importantes no uso do método é a de pertença (*membership*), o facto de os actores sociais se reconhecerem a si mesmos como membros de uma sociedade. O processo de categorização é, portanto, um meio, um dispositivo pelo qual os membros de uma sociedade nomeiam, identificam ou relacionam pessoas, acontecimentos, lugares, etc. Nomeação significa neste contexto o mecanismo através do qual experiências quotidianas se sedimentam nos indivíduos e desse modo eles interagem com os outros membros. Estes dois aspectos, a saber, reconhecer-se membro de uma sociedade, portanto sempre em interacção, e poder comunicar, narrar, o resultado dessa interacção através da elaboração de categorias, tornam possível a captação e descrição do mundo social e do modo como os indivíduos e grupos estruturam esse mesmo mundo (Hester e Eglin, 1997).

Um elemento fundamental para esta categorização é o dispositivo de categorização de pertença, ou *membership category device* (daqui em diante, MCD).²⁸ Ao descrever e analisar o modo como os membros atribuem e usam as categorias e os seus dispositivos, percebe-se como um aspecto concreto da ordem social é produzido e como as relações sociais são tecidas. O ponto central do método consiste em que os entrevistados se referem a aspectos da vida quotidiana – pessoas, acções ou eventos – e, através dos MCD, lhes são atribuídas categorias, identificáveis pelo modo como nomeiam e agrupam estas referências (mãe, marido, chefe,

²⁷ Alguns artigos em português usam a designação em inglês, *membership categorization analysis*, ou apenas as suas iniciais, MCA; e *membership categorization device*, ou MCD. Em artigos em português do Brasil, MCA e MCD são traduzidos por análise de categoria de pertencimento (ou pertença) e dispositivo de categorização de pertença (ou pertencimento), respectivamente. Ver, por exemplo, Ostermann e Souza (2011); Semechechen (2010); Ostermann, Carvalho e Frezza (2014). Preferimos a tradução “análise de categoria de pertença” por ser mais conforme ao português falado em Portugal e em Angola.

²⁸ Ver nota anterior.

Governo, oposição, empregado, etc.). As referências são então agrupadas em classes de categorias, *classes of set categories* (Sacks, 1992: 20). Estas categorias tanto podem descrever uma função (director) ou uma posição ou função na família (mãe), como podem também descrever uma relação (cliente, por exemplo). Quando uma categoria é usada para designar (categorizar) diferentes membros de um mesmo grupo, então dá-se o que Sacks (1992: 20) chama uma “coleção de categorias”, *which type sets*: por exemplo, *sexo* (as mulheres não pagam), *religião* (os da religião de Simão Toco apoiam o Partido), *procedência* (nós do Sul ajudamo-nos), *profissão* (nós os taxistas é que movemos a cidade), etc. “Se uma ou mais categorias são usadas para categorizar dois ou mais membros da mesma população e estas categorias podem ser ouvidas a partir de uma mesma coleção, então elas devem ser ouvidas da mesma maneira” (Sacks, 1992: 221). Se aparecer numa entrevista “os que são do partido podem fazer grandes negócios à vontade”, está-se a estabelecer uma categoria de pertença – no caso, por se ser membro ou ter fortes conexões com o partido no poder. Se na entrevista voltar a aparecer uma referência a alguém que tem facilidades em fazer negócios em Angola, aplica-se a categoria de pertença; se não for o caso, isto é, se alguém conseguir fazer negócios sem ligações ao partido, então cria-se outra categoria, acompanhada de uma justificação (razão) que explica porquê certa pessoa consegue fazer negócios apesar de não ter ligações ao partido.

Além das coleções de categorias, existe o que Sacks designa como predicados categoriais (*predicates category*): algumas categorias são associadas a certas actividades. Por exemplo, a Polícia de Trânsito é associada a orientar, regular e fazer cumprir as regras de trânsito; de um professor espera-se que dê aulas. Esta forma de predicar uma actividade a uma categoria foi desenvolvida mais tarde por Watson (1997). Quando uma categoria (por exemplo a de polícia), é associada a uma actividade (como controlar o trânsito), é designada “categoria com actividades predicadas”, *bound category activity*. A vantagem deste último aspecto está em que, segundo Macamo, “permite aos autores uma reconstrução do mundo-da-vida, a partir da qual diferentes actores sociais realmente fazem ou não fazem no quotidiano” (Macamo, 2006: 203).

A associação de certas actividades a certas categorias ou a pertença de categorias a uma mesma coleção estruturam a construção da rotina. Por exemplo, uma vendedora num mercado que tem de pagar uma taxa de venda ao fiscal associa o fiscal e a cobrança da taxa; essa relação gera expectativas e estrutura o quotidiano. Mas quando há uma dissociação entre a expectativa e o acontecimento, haverá então uma quebra da rotina, o que vai implicar fazer novas ligações e associações. Esse aspecto foi essencial, por exemplo, nas entrevistas com os retornados, isto é, angolanos que viveram durante vários anos em campos de refugiados no estrangeiro (ver, por exemplo, Inhetveen, 2010). Alguns viveram mais de uma década nestes campos. Com o fim da

guerra, estabeleceu-se um acordo entre os governos dos países de acolhimento, as Nações Unidas e o Governo angolano, segundo o qual os campos de refugiados deviam ser desmantelados e os refugiados retornar às terras de origem, nesse caso Angola (ver Memorando de Entendimento). Os retornados descrevem esta etapa em termos dramáticos: “tempo de sofrimento”, “viver numa situação de pária”, “ser estrangeiro na nossa própria terra”. É um exemplo de como uma actividade predicada a uma categoria gorou a expectativa associada a ela. Nos campos de refugiados, dirigidos provavelmente por agências das Nações Unidas e ONG, as rotinas já estavam estabelecidas; o quotidiano era estruturado de acordo com as previsões interiorizadas pelos refugiados. O MDC *Autoridade* estava associado à previsão ou estabilidade. Este mesmo MDC *Autoridade* foi predicado com o cumprimento das promessas. Mas alguns refugiados deixaram os campos, alguns abandonaram bens materiais que tinham acumulado ao longo dos anos. Pelo facto de as promessas não terem sido cumpridas, gerou-se uma dissociação entre a categoria e a actividade que a predicava. Nesse aspecto, o pós-conflito, em vez de ser descrito como uma época de restauração e reconstrução, passou a ser descrito como um período de sofrimento, angústia e agonia.

Este aspecto das categorias, no caso concreto em estudo, permite, assim, descrever o quotidiano do pós-conflito, não enquanto uma noção abstracta com a qual os indivíduos lidam, mas enquanto constituído localmente, no próprio dia-a-dia.

Reflexividade, sequência e interpretação

O MCD permite que o investigador observe as sequências das acções. Tal como vimos acima, as categorias têm atributos e estes atributos podem emparceirar duas categorias: marido/mulher, Governo/oposição, taxista/cliente, vendedor/cliente, locutor/ouvinte. Uma vez que cada um dos pares pode estar predicado por uma actividade concreta, existem também actividades emparelhadas. Isso permite analisar, dentro do contexto de acção, a frequência e o tipo de emparelhamento. Por exemplo, a acção “fazer compras” pode estar ligada à acção “entrar na cantina”; “entrar no locutório” (ou cybercafé) pode estar ligado a “tirar fotocópias”, “navegar na Internet”, etc. O emparelhamento das categorias e seus respectivos predicados não decorre de uma estrutura que subjaz à acção, mas antes da situação de interacção e da explicação (*account*).²⁹ Nesta perspectiva, a inteligibilidade da acção adquire predominância: as acções

²⁹ Esta ideia desafia o conceito weberiano de acção-intenção. Nem sempre as intenções são definidas previamente às acções, mas são contingentes, isto é, dependem da situação da acção; sendo a acção

precisam de ser compreendidas, inteligíveis, a fim de que os outros, os pares, possam interagir; o esforço para tornar uma acção inteligível reforça a condição de se ser membro da sociedade (*membership*); é também, aliás, dessa maneira, que os significados são produzidos, pois, como aponta Rawls, eles decorrem da ordem sequencial das acções (Rawls, 2005: 181).

A frequência dos emparelhamentos pode adquirir um carácter de indexicalidade (*indexical expressions*): expressões nas narrativas de situações concretas e específicas em que uma acção decorre ou decorreu podem indicar, assinalar, ser testemunho (*document of*) da existência de um padrão (Garfinkel, 1967: 6; Have, 2004: 145). Por exemplo, se alguém fizer compras na cantina com frequência, isso pode ser indicação de que vive no bairro suburbano, já que estas cantinas estão localizadas sobretudo nestes bairros; se um entrevistado tornar explícito que vive na zona urbana e que faz compras na cantina, então muda o emparelhamento entre fazer compras na cantina e viver na zona suburbana. A *indexicalidade* tem, portanto, a função de apontar os padrões na produção da ordem local, através das sequências das acções. A partir da narrativa da sequência das acções (fazer compras, ir à cidade, pedir ajuda para comer), a análise consistiu em detectar a frequência dos emparelhamentos (comprar na cantina, ir a cidade de táxi, ir à delegação do Ministério da Reinserção Social) e destacar a indexicalidade das expressões. Trata-se, segundo Garfinkel, de investigar as características racionais (a operacionalidade) das expressões indexicais e de outras acções enquanto resultados contingentes e dinâmicos de práticas habilidosas pelas quais é organizado o quotidiano (Garfinkel, 1967: 11).³⁰

O método permite que nos fixemos nos detalhes das acções e das explicações que os actores encontram para tornarem o seu quotidiano possível; é esse quotidiano que, por seu lado, torna possível a constituição da ordem, como reforça Garfinkel: “a ordem e inteligibilidade são constituídas nos detalhes e através deles, e o mesmo se pode dizer da solução dos problemas da ordem” (Garfinkel, cit. em Rawls, 2005: 186).

sempre uma interacção e o actor sempre membro de uma sociedade, a definição de uma intenção independente do contexto apresenta algumas dificuldades teóricas (ver Joas, 1996; Rawls, 2005).

³⁰ No original consultado: “... the investigation of the rational properties of indexical expressions and other practical actions as contingent ongoing accomplishments of organized artful practices of everyday life” (Garfinkel, 1967: 11).

3.4 – Conclusão

O recurso a diferentes metodologias para o estudo de um mesmo fenómeno, a produção da ordem local e a reconfiguração pós-conflito, apresenta vários desafios. Um deles é o perigo de nos fixarmos nas questões técnicas da aplicação do método em vez de ser receptivo aos desafios que o próprio objecto de estudo representa para a metodologia. Além disso, muitas metodologias, mesmo quando combinadas, são úteis nos contextos para os quais foram construídas ou elaboradas, mas a sua aplicação fora destes contextos pode ser complexa.

Apesar disso, independentemente dos contextos, à prática das ciências sociais é inerente o uso de uma metodologia; não é possível questionar esta última sem questionar aquela. Em todo o caso, é inevitável a tensão entre os limites das metodologias usadas para o estudo de certos fenómenos e, por outro lado, o dinamismo social de que os mesmos fenómenos fazem parte. Neste sentido, a vantagem da combinação de diferentes metodologias, mesmo que convencionalmente tidas como pertencentes a tradições epistemológicas diferentes, é a de permitir uma abordagem equilibrada que atende, por um lado, à pressão para construir conceitos e categorias a partir do material empírico destacando a posição do investigador, como indica a *grounded theory*, e, por outro lado, à intenção de dar a máxima relevância ao material empírico, que já contém categorias suficientemente elaboradas, pelo que o papel do investigador passa a ser sobretudo o de um descritor da vida social e dos procedimentos que os actores sociais usam para tornar esta mesma vida possível, como acontece na análise sequencial e no recurso aos MCD.

PARTE II

CAPÍTULO IV – DELIMITAÇÃO DO TERRITÓRIO E IMPLEMENTAÇÃO DO ESTADO COLONIAL EM ANGOLA

4.1 – Introdução

Já se apontou no capítulo sobre a discussão teórica que a configuração angolana foi um processo longo e lento. Não se tratou, como também como já se discutiu, de uma invenção colonial, nem, como é comum afirmar-se, terá existido uma Angola pré-colonial que, resistindo a todas as transformações, persistiu até hoje; esta maneira voluntariosa de ver a história apresenta os acontecimentos como “a kaleidoscope of unique events, the chance comings and goings of single societies and persons or even mere ideas at the same, never-changing level of development” (Elias, 1997: 368). Pretendemos aqui olhar para as transformações sociais que ocorreram no território que é actualmente Angola e ver como essas transformações conduziram, sem que isso tivesse sido planeado, à actual configuração. Não é nosso objectivo fazer uma história social de Angola, mas apenas mostrar, a partir de alguns exemplos extraídos dessa história, parte do processo da sua configuração social.

Um exemplo concreto é o do comércio de longa distância. Esta actividade tem características estruturantes: é uma actividade que envolve tanto grupos como indivíduos; refere-se ao exercício e manutenção do poder, tanto político como económico; é uma actividade que implica uma relação de interdependência, relação essa que pode ser simétrica ou assimétrica; finalmente, no caso concreto de Angola, pressupôs a reconfiguração do poder em várias sociedades africanas, e também mudou a própria natureza do poder. É verdade que houve outros factores que também tiveram impacto nas sociedades africanas, como a missão, a extensão da administração pública a todo o território, a lei do indigenato, o trabalho forçado ou a urbanização. Mas o comércio de longa distância tem a vantagem de representar, ao mesmo tempo, continuidade e ruptura na interacção entre os africanos e com os europeus; pressupôs também a transformação da estrutura pessoal, não como um processo isolado, mas como parte do processo de reconfiguração social num tempo específico e dentro de uma dinâmica relacional concreta. É destas transformações, do reequilíbrio de poder, do *habitus*, da interdependência que emerge uma configuração não planeada. É a combinação entre acções ou interacções dos indivíduos, por um lado, e, por outro lado, o surgimento de

algo independente destas acções que constitui o centro do argumento que pretendemos desenvolver em seguida.

4.2 – Território, espaços e relações sociais

Contrariamente à tese dos cinco séculos da colonização de Angola, o “paradigma multissecular” (Torres, 2000: 55), a presença portuguesa no final do século XIX e princípios do século XX era geograficamente muito limitada, situando-se apenas em Luanda, Benguela e Moçâmedes, que formavam pequenos núcleos na costa atlântica (Dias, 2000: 69; Rego, 1969: 51; Lima, 1844: 4A). Além destes núcleos costeiros, havia pequenos postos avançados para o interior: a partir de Luanda havia uma faixa de terra que se prolongava para o interior em cerca de 200 quilómetros, limitada ao sul pelo rio Kwanza e ao norte pelo rio Dande (Dias, 2000: 75-76); ao sul, o posto mais avançado, a partir da costa de Benguela, era o de Caconda. A presença de portugueses nestes lugares restringia-se, basicamente, a postos comerciais, assegurados por guarnições militares. Este sistema, também conhecido por presídio, funcionou como modelo “administrativo” até à segunda metade do século XIX, momento em que se introduziu o modelo de distritos (Henriques, 1997: 114; Lima, 1844: 12-26): a partir de 1864, em decorrência de uma reestruturação administrativa da colónia, são criados os cinco distritos de Luanda, Benguela, Moçâmedes, Ambriz e Golungo Alto (Henriques, 1997: 114).

Esta fixação administrativa colonial não impediu, contudo, uma rede de actividades e contactos entre as populações africanas e o reduzido número de comerciantes portugueses que extrapolava os limites territoriais. Uma das actividades que teve maior destaque foi o comércio. As relações comerciais recriaram, a partir e apesar da exiguidade do território administrativo, um espaço social com consequências concretas na reconfiguração do próprio território. Espaço social refere-se aqui ao conceito proposto por Simmel, isto é, entendemo-lo como espaço de interacções ou inter-relações sociais no qual o local e cultural se associam e dão novo uso e significado ao próprio espaço físico. Este processo é inerente à acção dos indivíduos, isto é, à interacção social de onde emerge aquele espaço (Simmel, 1972: 1-35; 1986: 644-645). A intensidade e extensão dessa interacção configuram-se no uso de um espaço físico; segue-se que é das relações sociais que podemos inferir o processo de interligação dos distintos espaços, ou seja, relações sociais específicas influem no modo como um território é moldado, quantificado e representado. São as dinâmicas sociais que produzem

os espaços, como também afirma Certeau (2000: 129; ver também Mbembe, 2000).³¹ Cabe então perguntar qual é o processo através do qual um tipo específico de relações sociais desembocou numa reconfiguração do território e como este, por sua vez, condicionou o contexto a partir do qual estas relações se reproduziram. O mesmo é dizer, coloca-se a questão de saber como a territorialização das relações entre africanos entre si e entre africanos e portugueses condicionou o modo como se configurou a realidade social angolana (Coquery-Vidrovitch, 2005).

Esta reconversão do território foi notória, justamente, à medida que aumentava o fluxo comercial: alguns territórios foram integrados nas novas rotas comerciais e passaram a estar sob o domínio de chefes e líderes políticos e, portanto, sujeitos a disputas. Um dos efeitos do comércio é justamente a reconversão do território, isto é, o seu alargamento, bem como a sua incorporação nos sistemas de relações das sociedades locais (Lefebvre, 1991).

Para a nossa análise, vamos deter-nos apenas em algumas características do comércio de longa distância, também designado por comércio legítimo, com especial destaque para o seu impacto nas sociedades africanas em finais do século XIX, período que produziu um contexto a partir do qual as acções sociais – como as trocas comerciais – ganharam novos significados. Este contexto criou condições de possibilidade para a redefinição das relações sociais pelos seus actores, o que conduziu a transformações sociais. Parte destas transformações teve impacto na configuração do tecido social angolano.

4.2.1 – Território: lugar situado e espaço de interacção

Foi Jan Vansina quem apresentou a tese segundo a qual a emergência de sociedades africanas muito consolidadas seria verificada a partir de 1600 e, por volta de 1700, terá havido uma mudança na configuração geográfica da actual Angola, pelo facto de a barreira natural imposta pelo deserto do Kalahari ter sido transposta em consequência da actividade comercial desenvolvida desde 1500 entre portugueses e africanos, especialmente o tráfico de escravos (Vansina, 2008: 143; ver figura 4.1). Essa barreira natural impedia uma comunicação directa entre o Oeste e o Leste, obrigando, quando fosse necessário, à deslocação pelo Sul, no paralelo 18°-20° S, perto do delta do rio Okavango, ou pelo Norte, no paralelo 5°-8° S

³¹ Na versão consultada, Certeau define o espaço da seguinte forma: “Espacio es el efecto producido por las operaciones que lo orientan, lo circunstan, lo temporalizan y lo llevan a funcionar como una unidad polivalente de programas conflictuales o de proximidades contractuales [...] A diferencia del lugar, carece pues de la univocidad y de la estabilidad de un sitio ‘propio’” (Certeau, 2000: 129).

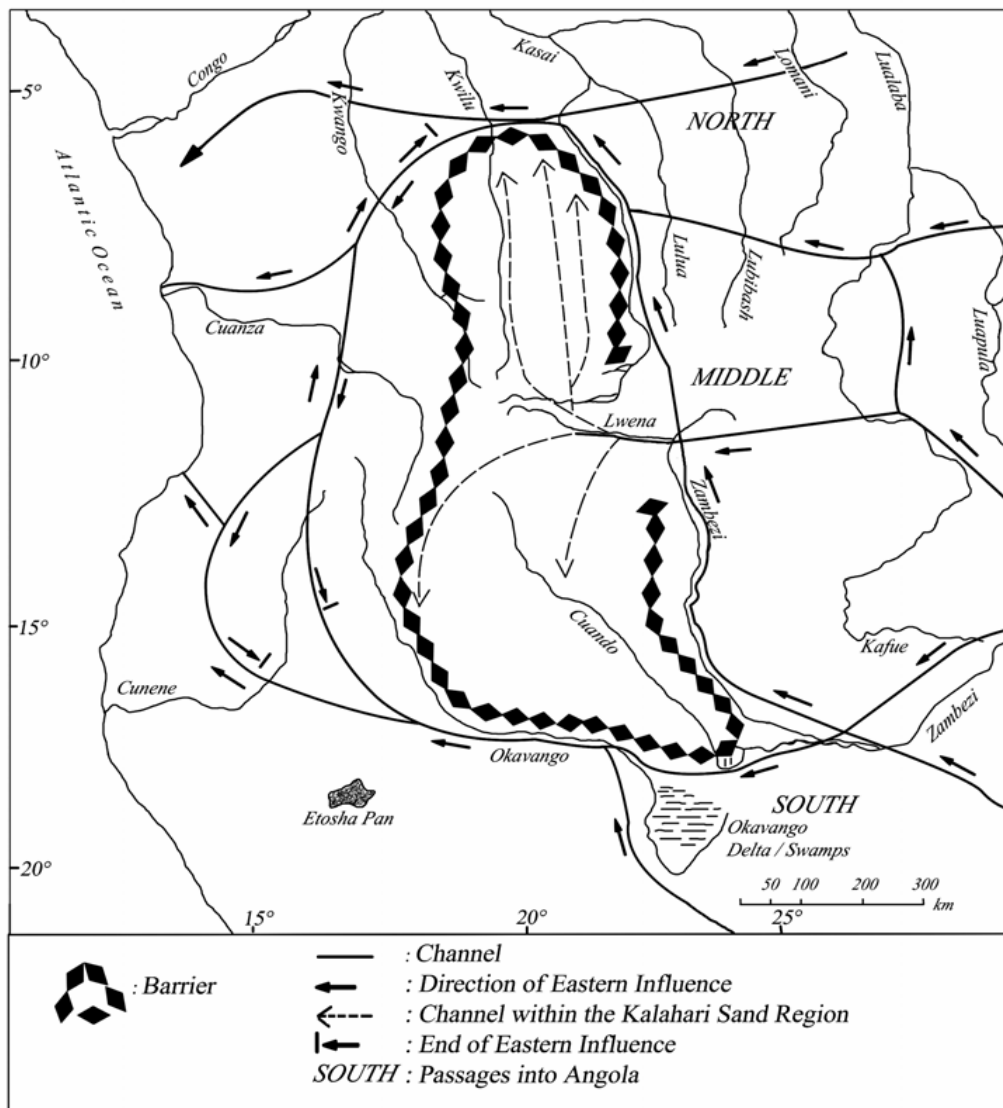
(Vansina, 2008: 133). Evidências arqueológicas e linguísticas permitem traçar, tanto na fronteira norte como fronteira sul das respectivas zonas de passagem, “transferências de uma língua para outra língua e, em alguns casos, permite[m] descobrir, com alguma precisão, os passos através dos quais estas transferências passaram duma língua para outra entre o Leste e o Oeste” (Vansina, 2008: 133). Estas influências, ocorridas por meio de trocas comerciais, de casamentos ou da extensão territorial de certos poderes, deram-se entre povos que partilhavam de alguma maneira uma mesma área e não abrangiam zonas muito afastadas; estas só foram incluídas nas zonas comerciais depois de Angola ter sido inserida no comércio atlântico, o que implicou a busca de novos produtos e mercados e, conseqüentemente, o percurso de longas distâncias.

A Angola a que Vansina faz referência pertencia à sub-região da costa ocidental da África Central (Birmingham, 2003; Miller, 1988). Essa sub-região compreendia uma área que antes de 1830 se estendia por cerca de 2500 quilómetros quadrados e seria habitada por cerca de 12 milhões de pessoas (Miller, 1988: 8; Thornton, 1977: 521-526, 1981). No Norte, esta região ia da costa ocidental, a noroeste, entre o sul do Cabo Lopes e a nascente do rio Ogowe, e avançava para o interior do continente, em direcção a leste, atingindo a região subtropical da selva africana, a nordeste, num total de 2500 quilómetros; o Leste compreendia toda a bacia do rio Zaire até às margens do rio Kassai e, descendo para sul, ia até à bacia do rio Zambeze; o Sul era confinado pelo delta do rio Cubango, a parte baixa do rio Cunene, e o deserto de Kalahari (Miller, 2008: 7-8; Vansina, 1973: 448). A costa atlântica e o interior desta vasta zona estavam conectados através de trilhos, pelos quais se fazia o transporte da mercadoria, especialmente de escravos, entre os séculos XVII e XIX. Se havia uma ligação entre as populações destas zonas e de que modo, constitui uma discussão em aberto entre os historiadores.

Isabel Castro Henriques afirma a existência de trilhos de comércio de longa distância entre africanos, dos quais, mais tarde, o tráfico de escravos se serviria. Jan Vansina, por seu lado, nega a existência de comércio a longa distância antes da chegada dos europeus e defende que apenas a abertura dos portos marítimos e a presença de produtos europeus ligariam zonas do interior entre si, mas especialmente o interior e a costa. Aliás, é por essa razão, segundo Vansina, que a barreira entre o Leste e o Oeste foi transposta, já que o deserto do Kalahari formava uma espécie de tampão que impedia a comunicação entre as duas zonas geográficas: “as indicações destes canais de comunicação permaneceram inalteráveis até 1700 quando as dinâmicas decorrentes dos tráficos de escravos e da expansão lunda aumentaram a frequência e a intensidade de comunicação ao longo da passagem norte e, mais importante do

que isso, romperam a barreira do deserto do Kalahari, abrindo uma passagem média directa” (Vansina, 2008: 142). A abertura da passagem intermédia uniu as duas zonas, isto é, o Oeste e o Leste, até então sem ligação directa, a não ser pelo norte ou pelo sul do deserto do Kalahari. Esta abertura abriu novas rotas de comércio entre as duas vastas regiões.

Figura 4.1 – Angola e Leste: principais canais de comunicação antes de 1700



Fonte: Vansina (2008: 132).

Quanto à presença de portugueses nesses lugares, René Pélissier distingue entre presença “real” e presença “virtual”: presença real é aquela que parece ser atestada nas Constituições Portuguesas de 1822, 1826 e 1838, em que se faz referência ao reino de “Angola e Benguela e suas dependências” (Wheeler e Pélissier, 2009 [1971]: 50). Quanto ao território virtual, no

extremo norte podia ir até ao actual Gabão, em virtude da existência de uma feitoria portuguesa (Wheeler e Pélissier, 2009: 50). Assim, mais importante do que a existência do território é a interacção entre comerciantes portugueses e africanos e de africanos entre si, cujo impacto, como veremos mais tarde, vai implicar o redimensionamento do território, a sua representação e, em virtude disso, a sua ocupação, que decorre entre a segunda metade do século XIX e o início dos anos 40 do século XX (Pélissier, 1997).

4.3 – Sociedades africanas pré-coloniais? Um debate em aberto

Embora o objectivo deste capítulo não seja abordar a origem e o processo de configuração das sociedades africanas anterior à transformação que se dá a partir do século XIX, é conveniente, no entanto, salientar aspectos teóricos das reflexões sobre a ordem social nas sociedades pré-coloniais, que procuraram explicar, por um lado, a existência de uma certa ordem social, isto é, alguma regularidade social em que as relações estariam estruturadas segundo uma certa lógica, quando, por outro lado, esta lógica diferia daquela que os observadores – etnógrafos e, mais tarde, antropólogos e historiadores – encontravam nas suas sociedades. O argumento baseava-se no pressuposto de que uma ordem política “era uma função de uma hierarquia administrativa, como por exemplo uma monarquia” (MacGaffey, 2008: 222). Neste sentido, a explicação do funcionamento da ordem social e política das sociedades africanas passava por identificar esta hierarquia, que em alguns casos foi estabelecida a partir de alguma divindade ou dos seus representantes (ver, por exemplo, Devisch, 1985); em casos extremos em que não foi identificada qualquer hierarquia e, portanto, qualquer ordem social, foi negada a existência de uma história africana (ver MacGaffey, 2008: 224). Nos casos em que a ordem social dependia de uma estrutura hierárquica, procurou-se descrever, quer o tipo de liderança política, quer o funcionamento dessas sociedades. Alguns dos modelos teóricos para descrever este funcionamento deram origem a descrições e categorizações de diferentes tipos de sociedades: sociedades sem Estado, sociedades com Estado, sociedades com mercado, sociedades sem mercado (M’Bokolo, 2003: 52). Estas explicações, em vez de trazerem alguma luz sobre o processo de configuração social destas sociedades, ensombraram esforços de pesquisa, já que muitos conceitos, como afirma M’Bokolo, “válidos à escala local, perdem qualquer eficácia a partir do momento em que se pretende, como fazem muitas sínteses prematuras e apressadas, atribuir-lhes uma força de explicação universal” (M’Bokolo, 2003: 52-53).

Um dos modelos teóricos para explicar a ordem social ou o funcionamento das sociedades pré-coloniais africanas – ou a sua origem – parte da ideia de que estas, tendo sido

fruto de migrações, teriam recebido de migrantes egípcios ou etíopes as formas de governar, e, portanto, a ideia de uma hierarquia (MacGaffey, 2008: 222). Assim, vários debates sobre as sociedades africanas incidiram sobre a formação de impérios e reinos. Na base do argumento da migração está o conceito de difusionismo, que, em resumo, afirma a ideia de que a civilização em África foi introduzida desde o exterior (M'Bokolo, 2003: 52).³² Assim, a constituição de impérios e reinos, tal como as histórias de heróis guerreiros ou figuras míticas, dominaram o discurso sobre as origens e o funcionamento das sociedades africanas.³³

Outro modelo foi usado para explicar a origem das sociedades pré-coloniais e o seu respectivo funcionamento a partir da história de um rei que funda um reino e do qual descende um sistema hierárquico de distribuição de poder que se vai transmitindo através de gerações. Seria o caso da origem do reino do Congo (Thornton, 1983) e também da origem dos mbundu – na zona da actual Luanda até Malange –, cujo fundador, Ngola, de que deriva o nome de Angola, teria sido o primeiro a criar uma autoridade centralizada num território concreto, formando assim uma unidade política com características de um Estado actual (Miller, 1976; Lovejoy, 1981). Daqui se explica não só origem da sociedade, mas a sua estrutura interna e regulação social.

O sistema de linhagem foi outros dos modelos usados para explicar a ordem social das sociedades africanas. Partindo-se do princípio de que a manutenção da ordem seria explicável pela existência de uma função administrativa exercida por um monarca, mas tendo-se verificado que em algumas sociedades africanas nem existia essa figura, conclui-se que a ordem seria mantida de acordo com um princípio matrilinear: eram os descendentes das mulheres que tinham a função de manter o funcionamento do grupo, não só garantindo a reprodução dos seus membros, mas também assegurando que a transmissão do poder fosse feita numa mesma linha de descendência (Radcliffe-Brown, 1952: 32-48). Este princípio foi mais tarde alargado para outras sociedades africanas sem chefe e, em vez do modelo matrilinear, foi então usado o modelo de segmentação linhageira, que afirma um sistema de controlo e transmissão de poder por um sistema de descendência, a partir de uma linhagem

³² Para a ideia sobre o expansionismo, principalmente da migração bantu, ver, por exemplo, Oliver (1970).

³³ Ver, por exemplo, para o caso da origem do Congo, Cuvelier (1946). Mais tarde, a origem do reino do Congo foi descrita com base na estrutura clânica; ver, sobre isso, por exemplo, os trabalhos de Thornton (1983, 2001).

(Fortes e Evans-Pritchard, 1940).³⁴ Assim, várias sociedades africanas foram classificadas de acordo com a sua a estrutura linhageira, que explicava não apenas a sua origem, mas também a sua forma de regulação social e política.

Finalmente, recorreu-se ao modelo de agrupamento humano por etnias. M'Bokolo (2003: 52), na sua crítica ao uso do conceito de etnia na Antropologia, sugere que este seria uma variante tanto do conceito de raça como do de nação. Na sua versão mais radical, formulada por correntes no campo da Antropologia física, etnia pressupunha características físicas semelhantes de membros de um mesmo grupo – tais como altura, índice cefálico, fisionomia, cor da pele –, as quais, por sua vez, determinariam as formas de organização social, política, as culturas materiais e, mais do que isso, a adaptabilidade às civilizações consideradas superiores (M'Bokolo, 2003: 52).³⁵ No final dos anos 60, F. Barth (1969: 13-14) apresenta o conceito de etnia como uma forma de organização social em que o sentido de fronteira é usado como categoria de diferenciação: sendo a etnia uma forma de organização social, o que caracteriza de facto um grupo étnico é então a auto-atribuição (*self ascription*) e a hetero-atribuição de traços característicos que um indivíduo faz relativamente ao seu próprio grupo ou a outro, para marcar uma diferença; uma atribuição categorial torna-se étnica quando classifica uma pessoa de acordo com a sua identidade básica, determinada, supostamente, pela sua origem. À medida que os actores sociais vão utilizando identidades étnicas para se categorizarem a si mesmos e aos outros com o fim de obterem vantagens na interacção, então aparece a formação dos grupos étnicos no sentido organizacional (Barth, 1969: 14).

A principal dificuldade destes modelos está em pressuporem realidades sociais estáticas e quase não explicarem transformações sociais que ocorrem dentro destas sociedades; por outro lado, tirando os heróis, guerreiros ou líderes, outros actores sociais são reduzidos a meros elementos de colectividades. Neste sentido, as teses de Barth foram de algum avanço, já que centram o conceito de etnia na interdependência entre grupos e na dinâmica social entre indivíduos e pequenos grupos dentro de um grupo maior, bem como na relação destes com outros grupos. É o elemento relacional e a possibilidade das transformações sociais dentro dos grupos supostamente étnicos sugeridos por Barth que tornam possível descrever as sociedades pré-coloniais como organizações sociais e políticas com distintos processos de configuração, e

³⁴ Para a questão da ordem na estrutura clânica, ver Fortes (1945).

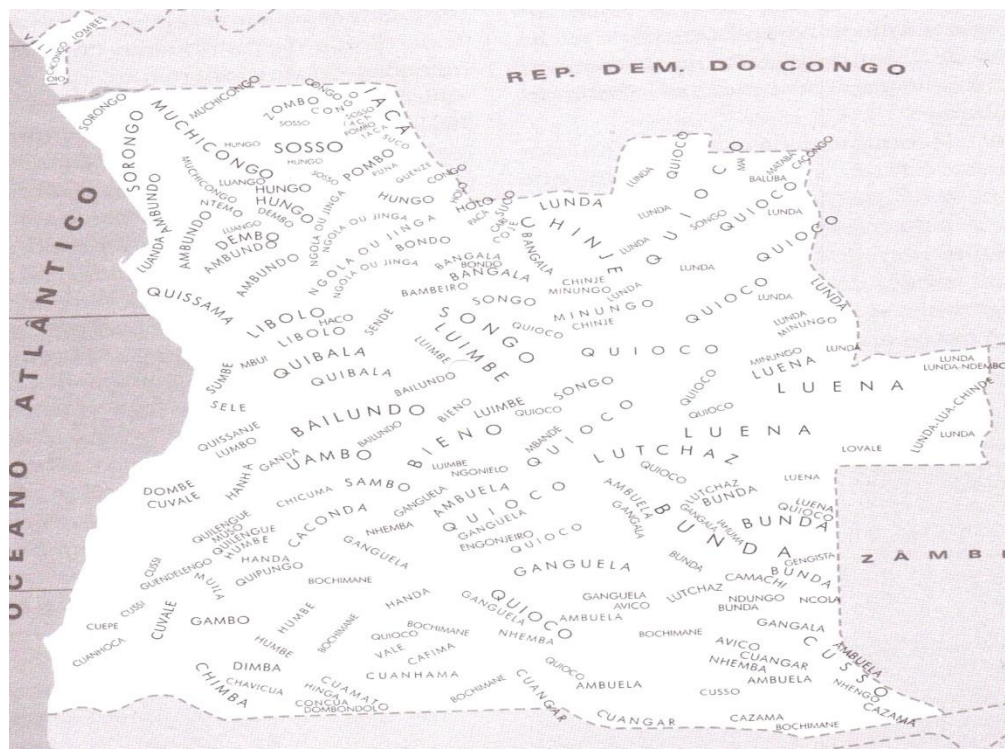
³⁵ Um dos representantes desta corrente é Raoul Narroll; ver especialmente Narroll (1964). Para uma crítica a esta corrente, ver Barth (1969).

não simplesmente como unidades estáticas. Neste sentido, como aponta Elikia M’Bokolo, “as etnias são processos, relações e estratégias infinitamente mais complexas do que as realidades contemporâneas comodamente designadas pelo conceito de etnias querem mostrar” (M’Bokolo, 2003: 52). Assim, as sociedades pré-coloniais resultaram de um conjunto de processos de reconfiguração, em que se destacaram alguns grupos ou sociedades com forte coesão social, isto é, com maior interdependência tanto interna como externa, de que dimanava maior equilíbrio de poder. Neste sentido, em vez de descrever estas sociedades pré-coloniais africanas em termos segmentais, é preferível, seguindo Amselle e M’Bokolo (1999), explicar a diversidade das sociedades africanas como uma combinação de vários elementos: espaços de mudanças, espaços estáticos, políticos e guerreiros, espaços linguísticos e espaços culturais e religiosos. A partir da combinação destes elementos, seria possível diferenciar processos, configurações, sociedades mais englobantes e outras mais englobadas (Amselle e M’Bokolo, 1999).

4.3.1 – Territórios, sociedades e grupos em movimento

De acordo com o que foi dito acima, podemos apresentar algumas sociedades ou ainda grupos em processos de configuração social, sobre os quais incidiu a dinâmica comercial no actual território angolano.

Figura 4.2 – Carta étnica de Angola



Fonte: Redinha (1970).

Embora seja difícil dizer com exactidão que grupos ou sociedades de facto existiram antes das transformações sociais verificadas a partir do século XIX, pode-se apontar, contudo, a título meramente ilustrativo e com todas as cautelas, alguns grupos e sociedades espalhados pela vastidão do actual território angolano, como se vê na figura 4.2.

Porém, se nos fixarmos apenas no critério linguístico, veremos que as sociedades podem apresentar a configuração da figura 4.3.

Figura 4.3 – Grupos etnolinguísticos de Angola



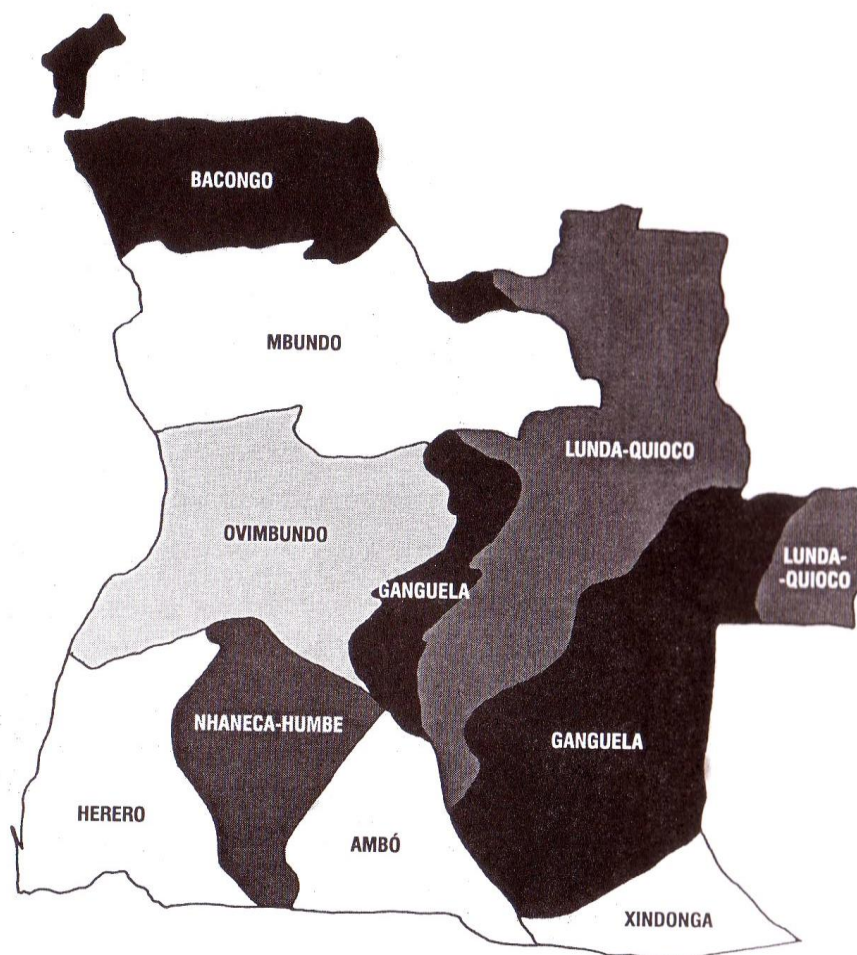
Fonte: Redinha (1970).

Por outro lado, se o critério usado para apresentar estas configurações for a frequência e intensidade de interacção ou pertença a uma mesma unidade política, talvez a configuração pudesse ser apresentada conforme aparece na figura 4.4.

Destes vários grupos, destacamos apenas alguns. É necessário, no entanto, sublinhar, mais uma vez, que as descrições ou cartografias foram elaboradas por necessidades administrativas, o que pode supor alguma arbitrariedade e imprecisão. Além disso, alguns grupos foram identificados já na segunda metade do século XX, não se sabendo que transformações ocorreram no seio destes grupos e sociedades no início da colonização. Assim, esta breve apresentação está baseada na hipótese (remota) de que, no início da

colonização, alguns grupos e sociedades, especialmente aqueles que apresentam um número maior de membros, já existiam.³⁶

Figura 4.4 – Distribuição étnica de Angola



Fonte: Palanque (1997: 17).

Os ovimbundu constituem cerca de 36% da população angolana. Este grupo ocupa o território que vai do Centro-Oeste até ao Planalto Central. Encontramos neste grupo cerca de 15 subgrupos e, neste sentido, mais do que de um grupo étnico, podemos falar de uma organização social com afinidades culturais e linguísticas que abrange actualmente as províncias do Huambo, Bié, Benguela, parte do Kwanza-Sul e parte da Huíla.

³⁶ A questão dos grupos étnicos, inclusive da sua nomenclatura, será discutida adiante.

Outro grupo de grande importância são os mbundos, numa zona que vai desde o mar até ao rio Kwango e engloba as províncias de Luanda, Bengo, Malange, Kwanza-Norte, partes de Kwanza-Sul.

Os bakongos ocupam Cabinda e o Nordeste, desde o mar até ao rio Kwango, uma região que compreende as províncias de Cabinda, Zaire e Uíge. Era nesta região, situada junto à fronteira com a República Democrática do Congo, que se encontrava Mbanza-Congo, a capital do antigo reino do Congo, actualmente capital da província nortenha do Zaire.

O grupo lunda-kioco ocupa a vasta zona que vai desde a fronteira nordeste até ao Sul. Compreende as províncias da Lunda-Norte e Lunda-Sul e uma parte da província do Moxico, situando-se na fronteira com a República Democrática do Congo e com a República da Zâmbia.

O grupo ganguela³⁷ ocupa dois territórios: o que na fronteira leste faz fronteira com a República da Zâmbia, e as ramificações superiores do rio Kwango. Compreende a vasta província do Moxico e parte da província do Bié.

O grupo nhaneka-humbe ocupa o território que segue o curso do rio Kunene. Compreende as províncias da Huíla e parte do Kunene.

No sul do país encontramos os ambós, que ocupam um extenso território na parte sul de Angola, compreendendo as províncias do Kuando-Kubango e Kunene. Aqui se destaca o subgrupo kwanhama, que ofereceu uma grande resistência aos portugueses na sua expansão para o Sul do país, na zona que faz fronteira com a Namíbia, antiga colónia alemã e depois sul-africana.

No sudoeste encontramos os hereros, que habitam a zona que vai do deserto do Namibe à foz do rio Kunene, compreendendo, portanto, as províncias do Namibe e do Kunene. Aqui também se destaca o subgrupo dos kuvalés, único grupo que resistiu à influência europeia, permanecendo o seu modo de vida e organização social praticamente intocados.

Finalmente há os xindonga, também conhecidos por okovangos, no extremo sudeste de Angola, entre os rios Kubango e Kuando, compreendendo por conseguinte a província do Kuando-Kubango.

³⁷ Apesar de ser usado como sendo o nome de um grupo, não é consensual que exista um grupo de facto com este nome.

4.4 – Conflitos e reconfiguração internacional do poder

Embora a Conferência de Berlim constitua um marco importante na história da colonização em África, é necessário distinguir entre o aspecto formal – e a estratégia político-militar decorrente da Conferência – e o dinamismo social e político no terreno. Assim, embora esses acordos legitimassem e dessem um impulso novo ao processo de ocupação militar, nota-se, no entanto, no caso concreto de Angola, que já estava em andamento um processo de disputa e lutas anteriores à Conferência, entre comerciantes africanos, comerciantes portugueses, autoridades africanas, autoridades coloniais, missionários e autoridades da metrópole. Estas disputas giravam em torno dos interesses económicos, especialmente pelo acesso à terra e produtos para exportação por parte de comerciantes – tanto africanos como portugueses –, e do controlo político e militar das regiões onde se davam estas disputas, quer por pressão de grupos económicos já instalados, como os fazendeiros de café na zona do Cazengo, quer por interesses simples de alargamento da soberania. Por parte das autoridades africanas havia também interesse em manter o controlo sobre o território da sua jurisdição, quer para cobrar impostos aos comerciantes e assim conseguir dividendos, quer quanto ao controlo da própria terra, cuja valorização aumentava à medida que a economia se ia baseando menos em produtos naturais e mais na exploração de plantações. Além disso, os chefes africanos faziam um esforço – que implicava acordos com os portugueses – para manter a estrutura e coesão social das suas sociedades, a fim de fazer perdurar, o mais possível, o seu poder político. Estes últimos esforços eram desafiados sobretudo pela missionação cristã, que introduzia elementos simbólicos e espirituais novos nas aldeias rurais, a partir dos quais pretendia instalar novas formas de coesão social ou, pelo menos, de construção de comunidades. É neste contexto que se assiste, no último quartel do século XIX, a vários conflitos sociais e políticos, não só entre portugueses e africanos, mas também dos africanos entre si (Dias, 2000; Henriques, 1997), entre missionários de origem portuguesa e missionários de outras nações europeias (Birmingham, 2000; Péclard, 1998b; Pössinger, 1973), entre distintas ordens religiosas católicas. Parte da necessidade da ocupação efectiva do território provém, além do impulso capitalista, da necessidade de se impor uma ordem social, ainda que, como veremos, o instrumento usado tenha sido, numa primeira fase, a força militar.

4.5 – Ocupação e a longa transição

Tal como já foi dito, o impulso da ocupação efectiva do território não decorreu apenas da Conferência de Berlim, mas da combinação de factores políticos, económicos, das relações

internacionais e, especialmente, da reacção de muitos africanos à nova ordem social. A reacção das autoridades portuguesas ao Ultimato inglês teve mais consequências no território do que o acordado na Conferência de Berlim: além de Portugal não possuir uma política clara quanto à colonização, nem meios financeiros – em parte devido à crise de 1870 – nem força militar suficientes, não contava também com pessoal administrativo para uma ocupação efectiva. A colaboração com os poderes locais, desde pequenos sobas até soberanos de estados mais extensos e que mantiveram a sua independência, perdura até aos anos 20 do século XX. A nível económico assiste-se a uma transformação com maior incidência nas zonas de maior aglomeração populacional, isto é, o corredor Luanda-Malange, o Planalto Central e, com menor concentração populacional, a zona norte, que inclui as actuais províncias de Zaire, Uíge e Cabinda. Politicamente vive-se aquilo que Christine Messiant designa como “uma longa transição” (2006: 47): esta transição inicia-se com o longo processo da abolição do comércio de escravos e as várias tentativas de reconversão para o comércio “legítimo”, que viriam a desembocar, pelo menos oficialmente, no regulamento do trabalho dos indígenas das colónias portuguesas, de 1899, tornando-se efectivo, de facto, em 1910 com a implementação da República em Portugal. O objectivo deste código do trabalho é, efectivamente, estabelecer uma nova ordem social ou “a produção de novos sujeitos” (Macamo, 2005). Mas, uma vez mais, o modo como os africanos vão reagir a essa nova ordem vai marcar o processo da configuração social de Angola.

4.5.1 – População

Embora vários autores dividam as populações segundo tribos ou grupos étnicos para analisar as acções sociais (Messiant, 2006; Clarence-Smith, 1980),³⁸ outros, como Jill Dias (1984), Heintze (2008), Newitt (2007) e Miller (2008), centram-se nas acções de indivíduos ou grupos e no modo como eles lidaram – negociaram ou contrariaram – com a ordem social ou o contexto a partir do qual interagiram com outros indivíduos. Por exemplo, segundo Joseph

³⁸ Alguns autores usaram este modelo para analisar as dinâmicas sociais de sociedades africanas. Para os umbundu, ver Pössinger (1973), Childs (1949), Heywood (2000), Vansina (2008), M. C. Neto (2012); para os lunda-tchokwe, Henriques (1997), Vansina (1973), Cleveland (2008); para os ovambo, Clarence-Smith (1979, 1983), Estermann (1983); para os bakongos, Bender (1978), Thornton (1983); para os mbundos, Miller (1973, 1976). Também há estudos de sub-etnias, como os kuvaes, pertencentes ao grupo herero (R. D. Carvalho, 2008). Jill Dias e Birmingham, embora trabalhem muito sobre zonas específicas, como a dos ambaka (Dias, 1981) ou a dos mbundos (Birmingham, 1966), tratam-nos como grupos sociais e não se fixam tanto na estrutura étnica.

Miller, alguns comerciantes africanos que conseguiram acumular alguma riqueza, especialmente durante o século XIX, formaram novas comunidades, juntando à sua volta familiares próximos, protegidos e escravos que, com algum sucesso, podiam constituir grupos ou sociedades maiores, mais interligadas e com uma população mais vasta do que aquela que lhes dera origem (Miller, 1988: 20). Além disso, nem todos os indivíduos pertencentes supostamente a determinados grupos partilhavam laços tão fortes que os impedissem de ir viver ou trabalhar em regiões distantes da sua, mesmo que isso os levasse a cortar os laços que os uniam aos grupos de origem. Assim, no final do século XIX e princípios do século XX, o início da cultura das plantações, isto é, da agricultura comercial – e já não da agricultura de subsistência – coincide com a época em que começa, também, a construção de infra-estruturas ferroviárias e rodoviárias (Miller, 2008: 259). Este plano, de uma agricultura de plantação e infra-estruturas para transportar as mercadorias, implicou, numa primeira fase, o controlo total do território através de acções militares. Em seguida foi estruturada uma política que restringia a movimentação da população e o seu acesso aos meios de transporte mecanizados. Segundo ainda Miller,

“Os portugueses governaram efectivamente em Angola facilitando a movimentação das forças armadas e policiais coloniais, bem como de mensageiros, e dos produtos europeus, mas negaram o acesso aos modernos meios de transporte aos empreendedores africanos cujo pais e avós construíram as bases dessa infra-estrutura colonial nos séculos XVIII e XIX e que – no século XX – se viram forçados a modernizar” (2008: 60).³⁹

Esta situação, que começou a emergir nos anos 70 do século XIX mas que se acelera nos anos 80, continua até ao final da Segunda Guerra Mundial (M. C. Neto, 2000: 177; Miller, 2008: 261) e vai condicionar o modo como as populações lidam com a nova ordem social. Assim, as áreas mais densamente povoadas coincidem com aquelas em que a actividade comercial é mais intensa: um exemplo é o crescimento da população na Catumbela, em Malange e Dondo, que no final do século XIX se tinham transformado em importantes entrepostos comerciais (Henriques, 1997: 542-543; Freudenthal, 2001: 319). A construção do caminho-de-ferro foi outro factor que teve impacto na movimentação e aglomeração da

³⁹ No original consultado: “The Portuguese thus effectively governed in Angola by enabling movements of the colonial military and police, messengers, and European-produced commodities while denying access to modern means of transportation to the African entrepreneurs whose parents and grandparents had built the bases of this colonial infrastructure in the eighteenth and nineteenth centuries and who – in the twentieth – yielded to compulsion to modernize it” (Miller, 2008: 260).

população: o eixo Luanda-Malange teve efeitos no crescimento da população do Golungo-Alto e Ndalatando, enquanto a construção do caminho-de-ferro de Benguela, que partia do Lobito, passava pelo Huambo e seguia até à fronteira leste, fez afluir a população a esse corredor (Freudenthal, 2001: 325). Em outras áreas ocorreu uma diminuição drástica da população, como por exemplo na região de Mbanza-Congo e nos Dembos, devido, em parte, a epidemias como a da doença do sono, ou a período longos de seca. Outro factor ainda foram as guerras de ocupação, em que, estrategicamente, era usada a destruição dos campos cultivados, obrigando a população a refugiar-se nas zonas distantes e com poucas condições de sobrevivência (Freudenthal, 2001: 317; Wheeler e Pélissier, 2009: 6-9). De 1900 a 1910, a população do território não chegava a cinco milhões, contando africanos e europeus. A sua distribuição no território não dependia tanto do “espaço étnico” como das condições de sobrevivência, quer a nível do cultivo de pequenas parcelas de produção doméstica, quer do trabalho como assalariado nas fazendas, na construção de infra-estruturas ou como emigrante.

4.5.2 – Território

Em 1920, a quase totalidade das sociedades africanas está submetida ao regime militar e, progressivamente, ao regime administrativo. Embora houvesse uma estratégia oficial de um sector das Forças Armadas para impor a administração portuguesa por todo o território,⁴⁰ a decisão concreta de ocupar determinadas regiões dependeu de conflitos locais entre a população, africana e portuguesa, comerciantes na sua maioria, e entre os administradores e os sobas africanos.⁴¹ Um dos exemplos é a ocupação do Bié, cuja derrota se consumou com a captura e deportação do seu soberano, em 1890 (Pélissier, 1997: 69); o mesmo se pode dizer do Bailundo, em 1904, quando Mutu-ya-Kevela, dirigindo uma coligação de vários sobas, foi morto pelas tropas portuguesas (Childs, 1949; Heywood, 2000; Wheeler e Christensen, 1973; Pössinger, 1973, 1986). Se, no primeiro caso, Ndumduma se opunha a que Paiva Couceiro usasse as suas terras para fim militares, no segundo o conflito resultou de uma disputa entre comerciantes portugueses e a população. O resultado foi a imposição de um novo chefe pelos portugueses e a dispersão de população por várias pequenas aldeias.

O caso dos humbes e ovambos seguiu a mesma lógica: no primeiro caso, as revoltas surgiram em consequência das espoliações de terras por parte de colonos boers e portugueses;

⁴⁰ Paiva Couceiro foi um dos defensores desta corrente.

⁴¹ Sobre a história das campanhas, ver Pélissier (1997).

a batalha final que levou à ocupação, precedida da captura e deportação do respectivo soba, deu-se em 1905, apesar da resistência posterior, que durou quase dez anos: “Dizimados pela fome e pela seca, os humbes abandonaram a resistência em 1915” (Freudenthal, 2001: 274); os ambós resistiram às investidas dos portugueses em várias batalhas, mas a fome e a perda do fornecimento de armas, especialmente por parte dos alemães em consequência da Primeira Guerra Mundial, levaram-nos à derrota em 1915 (Clarence-Smith, 1980, 1985; Clarence-Smith e Moorsom, 1975).

Um antigo reino do Congo, aliado de Portugal de longa data, era uma confederação de pequenos estados. Alguns conflitos internos, provocados por factores como a perda do monopólio económico do tráfico de escravos, a cobrança de impostos para compensar esta quebra por parte de Mbanza-Congo aos chefes de pequenos estados e, sobretudo, o aumento do recrutamento da mão-de-obra para trabalhos forçados nas fazendas, agudizaram as relações entre pequenos estados e o Mbanza-Congo e, mais tarde, entre estes e os portugueses. Mas, segundo Newitt, “o maior factor foi provavelmente a incerteza económica que se seguiu à quebra do comércio da borracha em 1910, que fez com que os portugueses aumentassem os impostos” (Newitt, 1981: 66). O resultado foi o aumento de conflitos entre os pequenos estados, por um lado, e contra os portugueses, especialmente na zona dos dembos, por outro. Newitt (1981: 67) sugere que estes conflitos resultavam de uma tática dos portugueses que consistia em cobrarem imposto antes de estenderem a administração e, no caso de revolta, então proceder à “pacificação”. Apesar da resistência dos dembos, três anos depois de intensas batalhas foram submetidos e “o caminho para a fronteira do Congo estava apto para a ocupação” (Duffy, 1959: 229).

Tal como já foi assinalado, a configuração física do território foi um processo que envolveu não apenas a conquista militar, mas também actividades comerciais, a movimentação de inteiras povoações devido a guerras e a problemas ecológicos como as secas prolongadas (Jill Dias, 1981; Miller, 2008). Além disso, a formação de praças comerciais, como a Feira de Kassanje e o entreposto comercial do Bié, serviu de catalisador para movimentações de grupos humanos inteiros, propiciou em alguns momentos a redução interna dos territórios e, em outros, o seu alargamento, e esse movimento teve impacto no

modo como, mais tarde, foram fixadas as fronteiras externas. Seja como for, até à segunda metade do século XX as fronteiras internas continuaram a ser objecto de negociação.⁴²

4.5.3 – Economia

O tipo de actividade económica que se seguiu ao comércio de escravos, tal como vimos anteriormente, teve impacto nas relações sociais em diversas sociedades africanas. Tal se deve, segundo Hopkins, à mudança da estrutura económica, “que permitiu, pela primeira vez, que pequenos produtores participassem no comércio internacional” (Hopkins, 1995: 241). Até que ponto é que essa participação pode ser estendida a todas as formas do chamado “comércio legítimo” ou de “produtos naturais” e de que modo essa transformação afectou as relações sociais é um debate em aberto entre os estudiosos da Antropologia Económica e da História da Economia em África (Law, 1995; Klein, 1971; Birmingham, 1978; Dias, 1976). Evidências históricas permitem afirmar que, no caso de Angola, o comércio da borracha,⁴³ no Planalto Central, e a produção de café,⁴⁴ no vale do Kwanza, introduziram mudanças na economia doméstica e permitiram, segundo Newitt, um leve fortalecimento da economia rural (Newitt, 1981: 94).

Na parte sul do território, entre os ovambo, o comércio de gado intensificou as razias entre sociedades vizinhas e, ao mesmo tempo, aumentou o imposto cobrado pelos sobas e lengas, para compensar o declínio do comércio de escravos e a progressiva escassez do marfim. Para escapar ao peso dos impostos e manter uma relativa independência, muitos homens procuravam trabalho, como emigrantes, nas minas da Namíbia (Clarence-Smith, 1979: 80); outros buscavam outras vias para manter essa independência: “No início de 1896, houve um número de cerca de 2000 Kwanhamas que se acomodaram perto do forte do Humbe, em busca de protecção das investidas dos lengas” (Clarence-Smith, 1979: 78).

⁴² Um dos exemplos é o caso da troca de terras entre Portugal e a Bélgica, em 1927. Portugal cedeu à Bélgica uma área de terreno, perto de Noqui, no vale do rio Zaire e, em troca, Portugal recebeu terrenos situados entre os rios Lucano e Luau, na fronteira leste de Angola, a fim de facilitar a execução do traçado do caminho-de-ferro de Benguela (Braz, 1943: 86).

⁴³ Se em 1895 a borracha representava 35% das exportações totais de Angola, em 1910 mais do que duplicara, chegando a atingir 77% do total das exportações. Sobre o comércio da borracha, ver Clarence-Smith (1983).

⁴⁴ Para um exemplo concreto da evolução da produção de café, ver Birmingham (2003: 128-145). Ver também o interessante trabalho de Aida Freudenthal (1989) sobre a transição agrícola em Angola.

Além da borracha, da produção do café e do gado, outros produtos agrícolas sustentavam o comércio interno e as exportações, tais como o óleo, o milho ou o açúcar, que eram produzidos pelos africanos em pequenas produções. A reconversão do comércio para uma cultura de plantação obrigou à aquisição de mais terras e os pequenos camponeses foram compelidos a dedicar-se às monoculturas; ao mesmo tempo, aumentou o uso de trabalho forçado nas fazendas e grandes plantações.

Outra actividade económica importante no final da época do comércio foi a indústria transformadora. Muitos africanos dedicavam-se à produção artesanal de produtos, do álcool, a partir da cana, à salga do peixe, nas zonas costeiras, à produção do óleo de palma. Estas indústrias terminaram à medida que se foram instalando médias empresas, desde sociedades pesqueiras até grandes indústrias transformadoras. O resultado foi que muitos indivíduos se viram obrigados a trabalharem para estas indústrias como assalariados.

Finalmente, o lento processo de industrialização, especialmente no sector dos transportes e na indústria mineira, modificou também a estrutura económica de transição. A construção dos caminhos-de-ferro entre Luanda e Malange, bem como em Benguela e em Moçâmedes, não só absorveu muita mão-de-obra, entre homens e mulheres, como também fez com que muitas aldeias se deslocassem e fossem instaladas junto da passagem da linha férrea, o que condicionou grande parte da actividade económica. A linha que ligava Luanda e Malange foi proveitosa no escoamento de produtos agrícolas, especialmente na zona de Embaça, devido ao aumento da produção agrícola (Freudenthal, 2001: 340). No entanto, o caminho-de-ferro de Benguela foi criado com o propósito de servir o sector mineiro, embora facilitasse também o escoamento de produtos agrícolas, especialmente na zona do Planalto Central. O caminho-de-ferro de Moçâmedes tinha como objectivo escoar o minério de Cassinga.

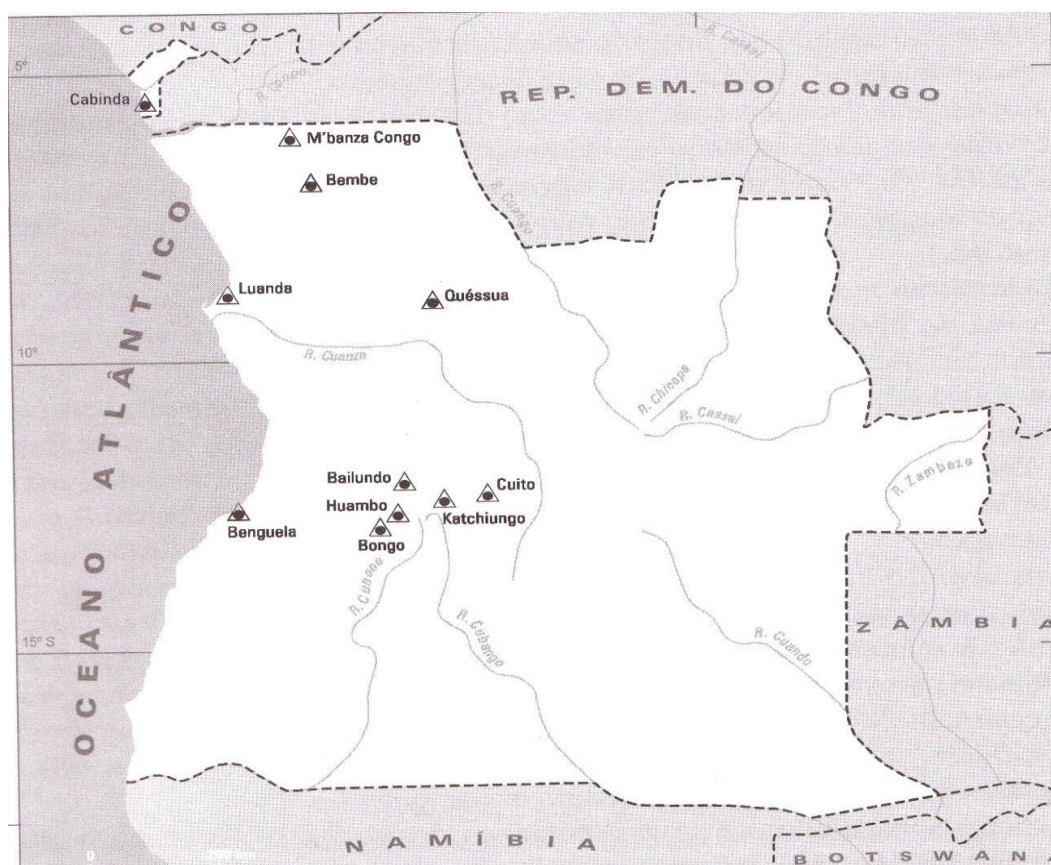
4.5.4 – Uma intromissão: o caso das Igrejas protestantes

A presença das Igrejas protestantes em Angola, no final do século XIX, não difere substancialmente do tipo de presença de outras instituições, como os comerciantes, a administração ou o exército. Apesar de cada uma destas instituições ser distinta na sua actuação e de ter um papel também diferente na regulação social, os seus membros interagiram com os africanos e coloca-se a questão de saber em que sentido isso afectou o processo de configuração. Contrariamente à ideia de que os missionários chegaram a África e, pelo modo como o cristianismo se instalou, simplesmente retiraram aos africanos qualquer possibilidade de agência, um primeiro aspecto a assinalar é a questão da interdependência.

Antes de entrar na análise, porém, façamos uma pequena apresentação da presença dos protestantes em Angola.

As Igrejas protestantes que chegaram a Angola no final do século XIX ajudaram a fixar várias comunidades através da criação de missões, internatos, escolas profissionais e Igrejas locais. Tal como dissemos, os protestantes chegaram ao interior e encarregaram-se da evangelização de extensas zonas do território.

Figura 4.5 – Missões protestantes em Angola em 1960



Fonte: J. J. Gonçalves (1963: 123).

Podemos distinguir tipos de Igrejas protestantes que, por sua vez, ocuparam diferentes zonas do território. A primeira grande Igreja missionária foi a Sociedade Missionária Baptista, vinda da Grã-Bretanha, que chegou a Angola em 1878 e se estabeleceu no Norte de Angola (Péclard, 1998b: 171). A segunda Igreja foi o Comité Americano de Comissários para Missões Estrangeiras, que criou a primeira estação missionária no Bié e no Bailundo, no Planalto Central, entre 1879 e 1880. Uns anos mais tarde juntou-se-lhes a Igreja Congregacional Canadiana. Em 1956 uniram-se todas as Igrejas umbundu fundadas pelo Comité Americano e formou-se o Conselho Evangélico das Igrejas do Centro de Angola. No

entanto, a terceira Igreja evangélica importante foi a Igreja Metodista Episcopal, dos Estados Unidos, fundada em Angola pelo bispo Taylor, que chegou a Luanda em 1885. Mais tarde chegaram ainda a Missão Suíça, chefiada por Héli Chatelain, que se estabeleceu na parte sul do Planalto Central em 1897, criando a Missão Filafricana, que mais tarde seria a Aliança Missionária Evangélica e integrou o grupo da Igrejas Evangélicas do Sudoeste de Angola (IESA). Já no século XX chegaram os Adventistas do Sétimo Dia, que se instalaram no Planalto Central; em 1920 chegaram os Missionários Anglicanos Independentes, que se instalaram no Norte de Angola, mais concretamente na actual província do Uíge. A figura 4.5 mostra a presença dos missionários protestantes em Angola em 1960.

Os missionários também estavam divididos territorialmente de acordo com os grupos étnico-linguísticos dominantes. No Norte, na zona bakongo, estavam os baptistas ingleses. Na zona dos mbundos, que engloba Luanda e interior, estavam os metodistas americanos; finalmente, na zona umbundu, no Centro-Sul de Angola, estava a Igreja Congregacional Americana e Canadiana.

4.6 – Conclusão

Na primeira década do século XX pode-se constatar uma rede maior de interdependência entre os indivíduos de distintas sociedades, comparando com as épocas anteriores. Esta rede de interdependência não foi apenas fruto da imposição colonial, ou da reacção dos africanos à imposição colonial: resultou em parte do esforço constante dos indivíduos ou grupos sociais para se posicionarem o melhor possível. Um dos exemplos é a estrutura do comércio de longa distância: à medida que foi aumentando a procura de produtos – seja de escravos, seja, sobretudo, de produtos naturais –, aumentava a relação de interdependência entre os comerciantes, os transportadores, os produtores ou colectores dos produtos naturais, os exportadores destes produtos e, inclusive, as casas comerciais que concediam crédito. É esta rede de interdependência que é conceptualizada por Norbert Elias como configuração:

“Os planos, as acções e os movimentos emocionais e racionais das pessoas interligam-se continuamente, de maneira amistosa ou hostil. Essa fundamental interligação dos planos e das acções humanas individuais pode originar transformações e configurações, que não foram planeadas ou criadas por nenhum indivíduo. Da interdependência das pessoas resulta uma ordem muito *sui generis*, que é mais compulsiva e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas individuais que a compõem. É essa ordem feita de interdependências que determina o curso da mudança histórica” (Elias, 2006: 620).

Tal como apontámos na secção anterior, o final do século XIX caracteriza-se como um período de transição na maior parte das sociedades africanas, uma vez que as estruturas políticas e sociais mais antigas foram desafiadas pela dinâmica introduzida pela nova forma de economia (Dias, 2000: 89).⁴⁵ Nem todas as sociedades africanas estiveram interligadas com a mesma intensidade na rota comercial (Dias, 2000), o que pode explicar, em parte, as dinâmicas sociais dentro destas sociedades. Mas a pergunta que se põe é a de saber em que sentido se pode falar de transformações sociais nesse contexto de transição. Ou, mais especificamente: em que consiste a transição? A literatura científica sobre transformações sociais em África nesse período insistiu no modelo tribo *versus* civilizado para explicar as diferenças entre dois tipos de sociedades e, nesse sentido, a transformação social foi concebida como passagem de uma forma de organização social – política e económica – “tribal” para formas de organização social “modernas” ou “civilizadas”. As investigações sobre as transformações sociais neste contexto consistiram portanto em descrever estas sociedades e em especificar os elementos que serviram de travão a tais transformações. Uma das teorias que dominaram este debate foi a teoria modernista dos anos 60, que assentava na ideia de que a transformação das sociedades “tradicionais” seria o resultado das mudanças estruturais das actividades profissionais e dos valores a elas associados (Mamdani, Mkandawire e Wamba-dia-Wamba, 1992: 67). Parte da teoria modernista assentou nos pressupostos da Antropologia clássica, que definia a tribo, segundo a crítica de Archie Mafeje, como “comunidades auto-suficientes e autónomas que praticam a economia de subsistência sem ou com o comércio externo limitado” (Mafeje, 1971: 257). Surge daí a invenção, segundo Adam Kuper, da “sociedade primitiva” (Kuper, 1988). Deste modo, a “questão do território, governo das sociedades pelos adultos e sobas, a economia de subsistência ganham relevância como atributos que distinguem as ‘tribos’ de outras formas de organização social” (Mafeje, 1971: 258). Algumas análises feitas sobre as sociedades africanas partiram desse pressuposto e outros elementos como “cultura” e “transformação social” só foram introduzidos no final da década de 50 e nos anos 60 do século XX.⁴⁶ No

⁴⁵ Sobre a participação de sociedades africanas na economia internacional, no século XIX, existem dois importantes estudos: Hopkins (1973) e Austin (1997). Para o caso concreto das antigas colónias portuguesas, ver Torres (1999).

⁴⁶ No caso concreto de Angola, é interessante ver os trabalhos de Franz Heimer (1973a) sobre a formação social. Embora use o conceito de modo de produção, em voga pela escola neomarxista francesa, especialmente de inspiração althusseriana, não escapou à armadilha da Antropologia

entanto, estudos recentes, especialmente das áreas da História Social e Antropologia Social,⁴⁷ têm destacado as transformações sociais ocorridas dentro das sociedades africanas em resultado da interacção entre elementos destas sociedades e vizinhos, bem como da interacção com europeus.

clássica que diferencia as sociedades africanas das europeias usando o critério da capacidade de auto-regulação. A dúvida que permanece é se este conceito é usado analítica ou descritivamente, mas parece ser mais o segundo caso. Christine Messiant (2006) parece não escapar aos encantos da escola modernista, ao insinuar que o partido MPLA era um movimento moderno, se comparado com os outros movimentos nacionalistas.

⁴⁷ Os trabalhos de Jill Dias (1998, por exemplo) merecem especial destaque para resgatar estas transformações. Outra contribuição interessante é a obra de Arlindo Barbeitos (2009).

CAPÍTULO V – COLONIZAÇÃO E A RECONSTRUÇÃO DO QUOTIDIANO: INDÍGENAS, COLONIZADOS E SUJEITOS

5.1 – Introdução

Este capítulo não pretende fazer a história da colonização no século XX. Interessa-nos apenas destacar, muito resumidamente, alguns aspectos da colonização que interfeririam na constituição da sociedade angolana, condicionando-a. A premissa geral que está na base desta parte II da tese é que a sociedade angolana se constitui como reacção à colonização. Reacção não significa, evidentemente, resposta apenas, mas tentativas, dentro dos condicionalismos impostos pela colonização, de prover e dar sentido ao quotidiano. Essa premissa ressalta o elemento activo nas interacções sociais e a cautela quanto ao uso de ditames estruturalistas para explicar as relações sociais no contexto da colonização.

Embora o capítulo saliente elementos visíveis da colonização, como a administração colonial, procura sempre enquadrá-los dentro de um debate teórico e mostrar que a relação dos colonizados com a administração, por exemplo, não foi homogénea nem simultânea. As reacções, por seu lado, não obedeceram também a um esquema linear, mas consistiram em pequenas mudanças, algumas longas, dentro dos micro-espacos e em contextos de reordenação nas interacções locais.

5.2 – Colonização, modernidade e a reconstrução do quotidiano

A extensão da administração portuguesa, a monopolização da força – militar – e o controlo da actividade económica por parte de empresários e empresas apoiadas pela metrópole sobre o actual território angolano e seus habitantes alterou o quotidiano, a regularidade, da vida social e política da região. Entendemos a regularidade da vida social no sentido weberiano, isto é, os significados que os actores sociais davam às suas acções foi-se articulando progressivamente – em alguns casos hostilmente, noutros através de negociações, ou ainda em absoluta cooperação – com a presença da autoridade colonial. À medida que essa regularidade se foi estendendo, quer sob a forma de hábito quer de normas informais, foi condicionando a forma como os indivíduos ou grupos sociais actuavam e organizavam as suas vidas.

No seu conjunto, a manutenção do poder político-militar e o funcionamento da estrutura económica definiram as balizas dentro das quais se desenhou a organização administrativa da colónia, quer nos seus detalhes jurídicos sobre a administração do território, quer na relação

com os africanos. Se, por um lado, a narrativa oficial insistia na missão civilizadora como princípio orientador da tarefa colonial, “destinada a proteger os interesses destes [indígenas] à medida que se processa o seu enquadramento numa sociedade que se destribiliza e que evolui para um tipo ocidental” (Nogueira, 1993: 243), o mesmo é dizer, a introduzir a modernidade europeia no modo de vida e na cultura africana, por outro lado, no quotidiano, essa modernidade era negada aos africanos, tal como aponta Macamo:

“A experiência da modernidade dos africanos é ambivalente precisamente neste ponto. O colonialismo foi a forma histórica através da qual a modernidade se tornou um verdadeiro projecto social no continente africano. No entanto, o colonialismo tinha como premissa a negação dessa mesma modernidade aos africanos” (Macamo, 2005: 8).⁴⁸

Estes africanos, por sua vez, não eram uma massa mole de explorados ou dominados sobre os quais se impôs uma doutrina. Conceição Neto alerta para o facto de que os colonizados “não são nunca elementos passivos do processo de colonização. Embora agredidos em diferentes graus e subalternizados, são também agentes, conscientes e inconscientes, das mudanças sociais” (M. C. Neto, 1997: 328). Ruy Duarte de Carvalho (2008: 37) expressa-se nos mesmos termos, ao apontar que “a fórmula colonial das últimas décadas do século XIX e da primeira metade do século XX acaba por ver-se, a bem dizer a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, ultrapassada pela própria dinâmica das relações que instaurou e pela mobilidade estratégica dos interesses que a tinham instaurado”. É essa dinâmica, essa interacção, que constitui o social. Isso implica, portanto, que os africanos

“... são actores da História e não simplesmente vítimas – critério que a(s) história(s) da(s) colonização(ões) pouco tiveram em conta, fosse por não (re)conhecer qualquer iniciativa aos colonizados, depois de terminada a resistência armada à ocupação, fosse por se preocupar mais em explicar como e porquê o colonizador europeu agiu do que em compreender as novas realidades africanas que emergiram da traumatizante experiência colonial” (M. C. Neto, 1997: 328).

O que Conceição Neto denomina “realidades africanas que emergiram da experiência colonial” é a ordem social que aqui nos ocupa, ou seja, o conjunto de entrelaçamentos

⁴⁸ No original consultado: “The African experience of modernity is ambivalent precisely in this sense. Colonialism was the historical form through which modernity became a real social project on the African continent. Colonialism, however, was premised on the denial of that same modernity to Africans” (Macamo, 2005: 8).

estáveis entre indivíduos e grupos sociais, antigos e novos; o processo da sua constituição enquanto parte integrante dessa ordem, pela colaboração, negociação ou resistência, vai resultar na configuração social da actual Angola. No entanto, contrariamente à ideia de uma oposição entre uma ordem social colonial e uma outra africana, devedora do modelo que opõe centro a periferia, a partir dos primeiros anos do século XX assiste-se a uma maior interdependência, isto é, as acções dos indivíduos, tanto as planeadas, como, sobretudo, as não planeadas, entrelaçam-se, independentemente de a relação ser amistosa ou conflituosa. São estas acções individuais não planificadas que criam entrelaçamentos humanos que, segundo Norbert Elias, como vimos, fazem surgir “padrões” ou regularidades, que subsistem através de interdependências entre as pessoas, sendo destas interdependências que emerge a ordem social para além dos indivíduos.

Assim, contrariamente às promessas da produção de um novo sujeito através da acção colonial, em muitos casos recorrendo a métodos violentos como o uso do exército para controlar bolsas de resistência, ou através de engenharias sociais e formas dirigidas de aculturação, o que é certo é que os africanos foram encontrando o seu próprio espaço e recriando para si mesmos formas de reconstrução de um espaço que, a médio prazo, contornam e ultrapassam, como apontou Ruy Duarte de Carvalho (2008: 37), a própria fórmula colonial.

5.2.1 – Colonização, mercantilismo e a invenção do outro

Depois da conquista do território e da submissão da maior parte das comunidades africanas ao domínio político português, foram fixadas as fronteiras terrestres. Pode-se dizer que depois da Primeira Guerra Mundial não houve, de facto, nenhuma ameaça que pusesse em causa a soberania portuguesa sobre aqueles territórios. Os grandes desafios para os militares e para as autoridades administrativas eram, de facto, internos: a economia e as populações africanas.

O desafio económico remete para a discussão da origem da empresa colonial, no geral, e da colonização portuguesa, em particular. Os termos do debate são os seguintes: será a colonização de África consequência da expansão mercantilista do século XIX, que em parte se deveu à industrialização, exigindo efectivamente uma imposição política como condição para o comércio e mais tarde a extracção de matérias-primas; ou tratar-se-ia, anteriormente à vaga mercantilista, da necessidade de estender além-fronteiras e nos novos territórios uma Nova Ordem Social e política onde confluíssem ideologias políticas emanadas das doutrinas renascentistas, do ideal religioso cristão, e da necessidade de se manter um controlo efectivo sobre potenciais forças que pusessem em perigo a Europa, mais concretamente a Grã-

-Bretanha? No primeiro extremo deste debate está a ideia de Lenin de que o Imperialismo, a fase mais avançada do capitalismo, levaria à criação de oligopólios, devido ao impulso da acumulação capitalista; neste sentido, as colónias não eram mais do que a consequência inevitável deste impulso (Lenin, 1939).⁴⁹ No outro extremo estão autores que, embora assinalando o papel do mercantilismo na expansão do Império, não vêem, contudo, ligação entre economia e Império nem a colonização como tendo a sua origem na necessidade da expansão mercantilista (Gann e Duignan, 1969).⁵⁰ Por outro lado, A. G. Hopkins (1995), historiador da economia africana, embora não estabeleça uma ligação entre mercantilismo e ocupação colonial, admite que o chamado “comércio legítimo” surgiu como tentativa de substituição do comércio de escravos;⁵¹ acrescenta também, no entanto, que na origem da aventura colonial estava a “mistura entre a ambição material decorrente da industrialização e uma finalidade espiritual alimentada pela revitalização da Missão Cristã” (Hopkins, 1995: 246). Este equilíbrio entre a missão civilizadora inerente à ideia de renovação missionária e a necessidade da expansão mercantilista e, mais tarde, de aquisição de matéria-prima parece ser um dos tópicos dominantes no debate. Outro tópico dominante do debate foi introduzido por Wallerstein com o conceito de sistema-mundo: o capitalismo, enquanto “sistema baseado na prioridade estrutural dada à incessante acumulação de capital” (1991: 190), transforma-se no mecanismo central de produção e cria zonas periféricas dentro do sistema-mundo. A colonização, nesta perspectiva, responde a esta necessidade de funcionamento do sistema-mundo.⁵²

⁴⁹ Sobre a relação entre o imperialismo e a economia, ver também, para a mesma época, Hobson (1902), ou Bukharin (1971). Para estudos importantes sobre o mesmo assunto nos anos 70 e 80, ver Owen e Sutcliffe (1972). Quanto à relação entre a industrialização e a expansão mercantilista e consequentemente a fundação do Império, destaca-se Hobsbawm (1968). Mais recentemente, pode-se ver ainda Goodlad (2000).

⁵⁰ É possível encontrar dentro desta linha de pensamento autores como Sanderson (1985), que interrogam se de facto a partilha de África foi uma coincidência ou fruto de uma simples conjuntura. Ver ainda Fieldhouse (1999).

⁵¹ Para uma discussão mais aprofundada sobre a relação entre a expansão mercantilista e o Império britânico, ver também Cain e Hopkins (2001, capítulo 2).

⁵² Das várias críticas a este conceito destaca-se a de Janet Abu-Lughod (1989), especialmente à ideia de que haja apenas um sistema-mundo, em vez de vários sistemas-mundo. Nas suas reformulações recentes, Wallerstein insiste na ideia de que existe apenas um sistema-mundo depois do século XIX: “The ‘modern world-system’ (or the ‘capitalist world-economy’) is merely one system among many. Its peculiar feature is that it has shown itself strong enough to destroy all others contemporaneous to

O contexto da colonização portuguesa não está longe dos termos do debate. Se, por um lado, Hammond (1966, 1969) insistiu na natureza não económica do Império português, dada a escassez de capital para se aventurar em empresas mercantilistas de grande projecção, Clarence-Smith (1979; Clarence-Smith e Moorsom, 1975) insiste no carácter imperialista e economicista da empresa colonial portuguesa.

Tanto Valentim Alexandre como Adelino Torres admitem a existência de interesses económicos nas motivações do colonialismo português: para Valentim Alexandre isso é notável tanto nas firmas que procuravam retirar o máximo de proveito do comércio de escravos, já no final do século XIX, como em “grupos que investem nas actividades produtivas no Ultramar e que para aí transferem indústrias, depois da 2.^a Guerra Mundial” (Alexandre 2000a: 27). Outro aspecto, além dos interesses económicos, é a necessidade que Portugal tem de afirmar a sua identidade enquanto nação directamente ligada aos domínios coloniais, “como ‘padrões de glória’ da nação, testemunhas das glórias passadas” (Alexandre, 2000a: 27). Adelino Torres (2000), em vez disso, introduz um esquema de explicação que pressupõe uma visão benévola do interesse económico, a do liberalismo económico, e outra visão guerreira e cobiçosa, a do mercantilismo. A primeira, presente até ao final do século XIX, representada pela figura do Marquês de Sá da Bandeira, inspirava-se na doutrina económica de Adam Smith, que acreditava na economia de mercado e da livre concorrência que levaria a “um estádio semelhante ao das sociedades mais desenvolvidas, o que conduziu a identificar os factores que possibilitassem essa evolução, entre que quais: o trabalho assalariado livre e a correlativa instrução dos povos” (Torres, 2000: 60). A segunda refere-se ao mercantilismo, no seu aspecto de conquista e aproveitamento do lucro, através do protecçãoismo aduaneiro e do monopólio institucional. O código do trabalho de António Ennes, por exemplo, corresponde a esta estratégia de extracção de riqueza à custa do trabalho forçado (Torres 2000: 60-61). A estratégia económica de tipo mercantilista domina os projectos de intervenção da colonização em Angola até pelo menos à Segunda Guerra Mundial, sendo recuperada depois, ainda segundo Valentim Alexandre (2000b: 65), apenas no início dos anos 60 do século XX.

it. [...] My ‘world-system’ is not a system ‘in the world’ or ‘of the world.’ It is a system ‘that is a world.’ Hence the hyphen, since ‘world’ is not an attribute of the system. Rather the two words together constitute a single concept”; se outros autores “cannot conceive of multiple ‘world-systems’ coexisting on the planet”, acrescenta Wallerstein, “until the nineteenth century, or so I contend, this has always been the case” (1991: 192).

Embora o advento do Estado Novo mudasse a legislação que regulava a vida social e política na colónia e reformulasse a ideologia da presença e da missão colonial, na prática não houve diferença nas motivações, comparativamente às outras potências europeias. O modelo de presença desenhado pelas autoridades coloniais não se afastou muito das práticas existentes já nos fins do século XIX: a partir de núcleos coloniais urbanos já existentes, desenvolveu pequenos sistemas de serviços; concessões agrícolas e pecuárias com um forte incentivo à monocultura; atracção de capital estrangeiro para indústrias de extracção, tudo isso sob um controlo aduaneiro rígido (Heimer, 1973a: 631-632). O incentivo à emigração de portugueses para a colónia aumentou as possibilidades de exclusão dos africanos do processo de produção e, conseqüentemente, resultou no alargamento do fosso social entre estes e uma minoria de imigrantes portugueses.⁵³ Apenas a partir dos anos 50, e com maior pujança nos anos 60, reformas profundas permitiram abrir brechas para a ascensão social dos africanos. Mas, nesse momento, a forma de resistência já tinha atingido um carácter violento, como veremos adiante.

É, portanto, mais ou menos consensual que o factor económico foi um dos motivos da empresa colonial. No caso concreto de Portugal, sabe-se, como assinala António Costa Pinto, “quais foram os motivos da exploração colonial e os proventos desta para a metrópole” (Pinto, 2001: 85), embora a sociedade portuguesa e as elites económicas metropolitanas não tenham respondido com igual entusiasmo.

Outro factor importante que desafiou as autoridades portuguesas após a conquista dos territórios foram as populações africanas. Até à submissão completa do território, as populações africanas gozavam de um estatuto diferenciado. Os núcleos urbanos das zonas costeiras, especialmente Luanda e Benguela e seus respectivos corredores,⁵⁴ e mais tarde o Namibe, eram povoados essencialmente por poucos portugueses – muitos deles comerciantes, administradores, militares – e africanos cujas famílias tinham antigas ligações com os

⁵³ Para uma análise da economia colonial, ver Dilolwa (2000); E. S. Ferreira (1978); Rocha, Lourenço e Morais (1979); Torres (1983, 2000). Para o funcionamento da economia colonial e o modo como os africanos se situavam nesta economia, ver Andrade e Ollivier (1974); Guerra (1988); CEDETIM (1977).

⁵⁴ O corredor de Luanda ia até cerca de 200 quilómetros para o interior, seguindo o vale do rio Kwanza, pelo Catete, Dondo, Ndalatando. No Sul, além de Benguela, destaca-se Caconda, uma vila entre Benguela e a actual província da Huíla.

portugueses.⁵⁵ No interior do território, exceptuando os corredores acima referidos, viviam, maioritariamente, africanos com fortes ligações às tradições das suas comunidades, quer nas formas de regulação social, quer no exercício do poder político. Como já assinalámos anteriormente, estas comunidades e grupos sociais desde meados do século XVIII que vinham mantendo contacto, primeiro em decorrência do tráfico de escravos e mais tarde e com maior intensidade em decorrência do comércio de longa distância (M. E. M. Santos, 1992). É a partir destes grupos e das rotas trilhadas pelo comércio que se vai desenvolver o núcleo da colónia.⁵⁶

Uma vez que um dos factores decisivos para a empresa colonial era a economia e que em Angola esta se baseava na agricultura e no comércio, especialmente no final do século XIX, existiu uma relação entre o tratamento dado aos africanos e as possibilidades que este tratamento traria quanto aos proventos económicos. Esta equação tinha sido posta de modo contrário no tempo de Sá da Bandeira, em meados do século XIX: era preciso que houvesse trabalho livre, inclusive dos africanos, para sobre ele cobrar impostos e assim desenvolver a economia da colónia. No entanto, no final do século esta hipótese foi tida como impossível de pôr em prática pelos colonos e governadores de Angola, já que os escravos que passavam à condição de libertos, não só se recusavam a trabalhar nas fazendas, como também, em muitos casos, fugiam para lá das fronteiras angolanas. Esta fuga, além de representar perdas para a economia da colónia, punha em causa a capacidade de Portugal para manter colónias em África e, conseqüentemente, no caso concreto de Angola, era um assunto de interesse nacional (Alexandre, 2000a).⁵⁷

⁵⁵ É de salientar, no entanto, que estes núcleos não eram ilhas isoladas, nem eram ilhas crioulas, como enfatizou Mário António de Oliveira (1968).

⁵⁶ O debate sobre a constituição da realidade social angolana costuma seguir três eixos: o primeiro fá-la remontar aos primeiros encontros entre navegadores portugueses e populações africanas, estabelecendo a partir daí uma continuidade social cujos resultados palpáveis são a formação dos núcleos urbanos de Luanda e Benguela e dos respectivos corredores a partir do século XIX; outro eixo é aquele que situa no século XIX, especialmente depois da partilha de África, o início desta dinâmica social, depois de uma longa transição que se prolonga até ao primeiro quartel do século XX, tendo-se aí iniciado, de facto, esta constituição; um terceiro eixo parte da transformação do comércio de escravos no chamado comércio legítimo, que introduziu novas dinâmicas nas relações sociais.

⁵⁷ Segundo Valentim Alexandre (2000a: 27), além do interesse económico havia a questão do nacionalismo português intrinsecamente ligado à manutenção dos territórios africanos. Em parte essa ligação deriva do Ultimato britânico de 1890, que exigiu que Portugal abandonasse parte dos seus

A lei do trabalho obrigatório, nas suas diferentes versões, tenta ser uma solução para este dilema. O código do trabalho de 1898, cuja novidade está menos em apresentar um documento coerente do que em legitimar práticas correntes já nos territórios, interfere na regulação social de forma directa. Este código obriga a que todos os nativos trabalhem e, deste modo, tenham a obrigação de pagarem impostos. Neste sentido, estariam duplamente a prestar um serviço à economia da colónia: por um lado, com o seu físico trabalhavam nas fazendas dos portugueses, precariamente, isto é, com salários irrisórios, aumentando o lucro dos fazendeiros; por outro, com o seu imposto, contribuía para as arcas dos benefícios do Estado. A reacção de muitos africanos a esta lei – que teve maior impacto em Moçambique do que em Angola – foi diversa: as populações ovambos, no Sudeste angolano, emigraram como trabalhadores para as minas do antigo Sudeste africano, a actual Namíbia (Clarence-Smith, 1979); as populações do Centro e Centro-Sul de Angola emigraram em busca de melhores condições de trabalho nas minas da África do Sul, a antiga Rodésia, e mais tarde no Cuperbelt (Messiant, 2006: 63);⁵⁸ as populações da zona Norte refugiaram-se no Congo Belga, especialmente a partir de 1913, a seguir à revolta de Buta (Areia, 1976; Messiant, 2006); as populações do Leste de Angola instalaram-se na antiga Rodésia do Norte. Estas fugas foram principalmente para escapar aos trabalhos forçados ou pela recusa em pagar impostos. Contrariamente a Moçambique, cuja migração laboral era controlada pelas autoridades coloniais,⁵⁹ no caso de Angola a migração teve uma tendência “espontânea” e “voluntária”. Se, no caso de Moçambique, o Estado tirava proveito do trabalho forçado dos emigrantes moçambicanos nas minas da África do Sul, no caso de Angola, e dada a situação de migração-fuga e o contexto de subpovoamento, não só o Estado não tirava muito proveito, como também havia uma drenagem da mão-de-obra.⁶⁰ Além disso, como já foi notado

territórios, de acordo com o chamado “mapa cor-de-rosa”, em favor da Inglaterra, o que provocou uma onda de nacionalismo em Portugal.

⁵⁸ Sobre este assunto, ver também Perrings (1979).

⁵⁹ Mesmo no caso de Moçambique, apesar do controlo pelas autoridades, em muitos casos a migração era voluntária, já que era uma maneira de escapar quer aos trabalhos forçados nas fazendas, quer ao pagamento dos impostos a partir de salários baixos; ir trabalhar para as minas de diamante era portanto uma maneira de alguns moçambicanos, especialmente nas zonas rurais, reagirem à ordem social. Para uma discussão sobre o trabalho obrigatório e a sua implicação na construção da sociedade moçambicana, ver Cardoso, Macamo e Pestana (2002).

⁶⁰ Embora houvesse um acordo entre a União Mineira do Alto-Katanga e as autoridades portuguesas, através do qual Portugal enviava trabalhadores indígenas para trabalhar nas minas, este acordo foi

anteriormente, essa dupla situação de subpovoamento e de drenagem de recursos humanos pela fuga-migração punha em causa a justificação da soberania portuguesa sobre estes territórios, o que faria pender sobre ela a ameaça de desanexação prevista no acordo germano-britânico para a possível redistribuição dos territórios portugueses (Duffy, 1962). Assim, além do factor económico, presente em todas as colónias, Portugal tem aqui a necessidade de afirmar-se politicamente – tanto a nível interno, por questões ligadas à sua identidade nacional, como internacionalmente, para se colocar na posição de metrópole de um vasto território ultramarino.

Vários governos dos últimos anos da Monarquia, da República, dos regimes militares e mais tarde o Estado Novo, tentariam encontrar uma fórmula para lidar com este duplo desafio de criar uma nova ordem social em que, por um lado, se afirmasse a soberania de Portugal sobre os territórios ocupados e suas populações e, por outro lado, isso fosse feito sem que sobrecarregasse economicamente as arcas do Estado e mesmo retirando daí a maior vantagem económica possível. Resumindo, o ponto de partida para a colonização repousava na dupla condição de Portugal como país periférico dentro das sociedades tidas como desenvolvidas e dispendo de escassos recursos económicos e tecnológicos. Uma das vias para lidar com este duplo desafio foi transformar estes territórios em “terras portuguesas”, através do seu povoamento por emigrantes portugueses; outra, com mais impacto, seria transformar os habitantes destes territórios em “portugueses”. Esta dupla estratégia vai condicionar, não só a emergência da ordem social, como também a estruturação da sociedade angolana durante a colonização, com consequências na pós-colonização.

5.2.2 – Cidadão e súbdito: povoamento e indigenização

Os estudos demográficos sobre a população nas colónias portuguesas apresentam números mais fiáveis sobre a população branca e mestiça, e muito menos sobre os africanos. Por outro lado, até ao final do século XIX, a maioria dos portugueses que ia para Angola era degredada, uma prática que remonta aos primeiros assentamentos dos portugueses em África. Angola, especialmente, tornou-se um lugar de preferência para estes degredados e só em 1954 é que se aboliu a lei que regulava o envio de degredados para a colónia (DL n.º 39.688 de 1954, art.º 129).

terminado quando Portugal passou a precisar de mão-de-obra para trabalhar nas minas de diamante nas Lundas (Perrings, 1977; Messiant, 2006).

Apesar do uso de Angola como colónia penal, fornecedora de mão-de-obra barata e provedora de matérias-primas, houve algumas tentativas de se planificar a colonização. De 1900 a 1950 o Governo português desenhou vários programas de colonização, mas todos eles fracassaram devido à falta de assistência financeira e condições de habitabilidade e à recusa de muitos portugueses de irem para Angola, escolhendo, em vez disso, o Brasil (Bender, 1978: 149). De 1900 até ao início da Segunda Guerra Mundial, apenas 35 000 emigrantes escolheram Angola para fixar residência, um número muito aquém do verificado na mesma época para o Brasil, Argentina e Estados Unidos, onde se terão instalado cerca de um milhão de portugueses.

As tentativas de estabelecer colonatos na Matala, no vale do rio Cunene, e em Cela, no Planalto Central, foram as que melhores hipóteses tinham de funcionar, devido ao detalhe da sua planificação. A ideia do plano era estabelecer na Matala 1000 famílias e outras 8400 em Cela. Devido à falta de condições, cada colonato chegou a ter, apenas, cerca de 300 famílias. Em 1961, depois do início da Guerra de Libertação, foi criada a Junta Provincial do Povoamento de Angola, com a missão de instalar zonas de colonatos multirraciais. Havia colonatos homogéneos, ou seja, onde só existiam brancos ou apenas africanos. Desta experiência não surgiu uma sociedade multirracial: no final de 1974, altura da saída maciça dos portugueses brancos de Angola, "... mais de metade dos brancos da colónia tinham imigrado ou nascido depois de rebentar a guerra da independência! Além disso, apenas cerca de 28% dos brancos presentes em 1970 tinha efectivamente nascido na colónia; em Luanda – onde residiam quase 45% de todos os brancos – a percentagem dos portugueses nativos desceu para menos de 20%" (Bender, 1978: 133).

Assim, a estratégia de portugalizar os territórios não teve resultados palpáveis, já que a maior parte da população continuava a ser constituída por africanos e seus descendentes. No entanto, a presença constante de portugueses no território, não apenas condicionou as relações dos africanos entre si, mas também, como veremos, no final da colonização, fizera aumentar o grau de interdependência entre africanos e portugueses. É verdade que não se pode falar de uma integração completa de todos os segmentos sociais existentes no território, mas antes de um processo de configuração abrangente em que as interdependências decorrentes da interação de indivíduos e grupos sociais aumentavam.

Se não se pode falar de uma integração completa, também não se pode separar rigidamente uma sociedade composta por brancos, mestiços e assimilados de um lado, a sociedade central, e, do outro, a sociedade periférica composta de africanos que viviam de acordo com as suas tradições. É de notar que mesmo no século XIX, momento em que

floresceram urbes costeiras, estas não estavam isoladas das sociedades africanas (Dias, 1984; M. C. Neto, 2012). Houve sempre uma compenetração de grupos e indivíduos que habitavam espaços fluidos, em processo de transformação. Esta transitividade será uma constante ao longo do século XX, em constante tensão e conflito entre a necessidade de se estabelecer e construir cidades com limites geográficos delimitados, mas, por outro lado, a necessidade de interagir com indivíduos e grupos situados fora destes limites. Esta interacção teve impacto na reconfiguração do espaço. Só a partir da segunda metade do século XX é que começa um tímido processo de urbanização em que algumas fronteiras sociais foram nitidamente demarcadas. Mas nesta época ocorre também um processo de reconfiguração das relações de poder dentro dos territórios, em que a presença colonial começa a ser contestada, especialmente nos meios urbanos.

A ideia de uma sociedade crioula ou mestiça para caracterizar as dinâmicas sociais entre diferentes grupos, ou os resultados das relações históricas entre africanos e portugueses, como pretendeu Mário António de Oliveira (1968), também apresenta dificuldades. O argumento é que o contacto entre africanos e portugueses resultou numa espécie de simbiose cultural e biológica. É de notar, no entanto, que houve grupos sociais e indivíduos africanos cuja interacção com europeus foi quase nula e o grau de interdependência foi ou indirecto, através de outros africanos, ou, em muitos casos, apenas com não-portugueses. Assim, a ideia de caracterizar a sociedade angolana como crioula ou mestiça, não só entra em contradição com esse dado, como também pressupõe fazer essa caracterização em termos ontológicos e, portanto, definitivos, quando, de facto, o processo de configuração ainda está em curso.

Em vez de se falar de sociedade mestiça, ou de uma integração completa, ou de uma sociedade central e outra periférica, sugerimos algo mais dinâmico: atender a processos distintos, transições longas, interacções diversificadas mesmo que assimétricas, mas, no geral, a um processo de interdependência que se vai alargando e que reconfigura as relações de poder, as formas de organização social e o próprio espaço. Um exemplo concreto da configuração das relações e do equilíbrio do poder é a política do indigenato.

Além do problema demográfico, que se procurou resolver transformando os territórios conquistados em colónias de povoamento, outra medida, no processo de construção da ordem colonial, refere-se à formulação da “política do indigenato”, baseada na promessa de transformar os africanos em portugueses ou “africanos civilizados”. Trata-se aqui de ver como os africanos reagem a estas promessas e as consequências para o processo geral de configuração.

A política do indigenato teve impacto na “reordenação” do território, já que, no fundo, é apresentada uma nova forma de pertença ao território: ser-se indígena (Mamdani, 2011). Existe uma profusão de trabalhos sobre o indigenato, tanto na Antropologia Política como na Antropologia Social e, mais recentemente, no âmbito das Ciências Políticas (Mamdani, 1996).⁶¹ Tomamos indigenato como um conceito-guia para analisar a emergência da ordem social no contexto do colonialismo. Assim, o indigenato não é apenas um estatuto jurídico dos indivíduos frente ao Estado, mas é tanto a condição da acção como o seu resultado: é condição da acção porque conforma o contexto a partir do qual uma acção é exercida, e, por outro lado, é a própria condição do indigenato que define o que significa ser indígena. O que é ser indígena, por sua vez, só se entende dentro de um contexto histórico e político em que as identidades são reformuladas por meio de um conjunto de práticas condicionadas pelo contexto histórico onde surgem. Neste sentido, ser indígena remete para a categoria de acção, ou seja, é no contexto das relações sociais que se pode inserir a questão do indigenato.

No caso concreto português, aquilo que poderia ser um simples ordenamento jurídico tornou-se de facto um instrumento através do qual as autoridades portuguesas pretenderam criar novos sujeitos, isto é, foi o meio através do qual as autoridades intervieram directamente na regulação social dos africanos do território.

Em termos globais, a política do indigenato consistiu na diferenciação social e jurídica das populações africanas, com base no grau de aproximação cultural aos hábitos europeus. Neste sentido, os indivíduos e grupos sociais passaram a ser classificados como indígenas ou como assimilados. Enquanto aos primeiros era aplicado o conteúdo dos estatutos, os segundos eram regidos pelo conteúdo da Lei Orgânica das Colónias. Os assimilados, tanto em 1900 como em 1961, representavam menos de 1% da população, o que implica que a Lei Orgânica das Colónias tinha sido elaborada principalmente para os imigrantes portugueses (Messiant, 2006: 69; Wheeler e Pélissier, 2009).

A política do indigenato transforma os africanos, por via jurídica e através da imposição política, em não-cidadãos, isto é, aqueles não faziam parte da associação política de cidadãos, nem podiam ser considerados portugueses, já que ainda não tinham assimilado a cultura portuguesa (Caetano, 1954: 16). Ser indígena era, portanto, uma condição social e, ao mesmo tempo, como já se assinalou, uma produção do sistema colonial.

⁶¹ Ver também, por exemplo, para o caso dos lundas, Bustin (1975).

5.2.3 – Burocratização e a ordem do dia

Um dos instrumentos usados para a colonização foi a administração, cuja expansão por todo o território, como já se indicou, teve consequências directas no desmantelamento das antigas sociedades africanas e, noutros casos, nas suas reconfigurações. Se, por um lado, o desmantelamento das estruturas sociais e políticas das sociedades africanas decorre da intervenção directa da administração colonial na regulação social destas sociedades, a reconfiguração dessas sociedades ou grupos, como se verá em seguida, decorre da reacção dos africanos a esta intervenção. Essa reacção será nítida a partir da segunda metade do século XX, quando a reorganização de destintos grupos africanos e a emergência de outros, especialmente nas zonas urbanas, contrabalançaram o equilíbrio de forças, isto é, o exercício de poder, até então existente. O modo como decorreu quer a extensão da administração colonial por todo o território, quer a reacção dos africanos, não foi homogéneo nem simultâneo. Apesar dessas diferenças, é inevitável assinalar a influência da administração colonial na configuração social de Angola.

No caso concreto da colonização portuguesa, caberia perguntar para que servia a instalação de uma administração colonial geral em todo o território. Embora a promessa da colonização insistisse na ideia de civilizar os não-civilizados, isto é, fazer com que falassem português, renunciassem às tradições ancestrais, abraçassem o cristianismo, soubessem ler e escrever (A. Monteiro, 1935: 108-109), havia também a ideia do perigo que a civilização dos africanos significaria para a permanência do domínio dos portugueses sobre os africanos. Por exemplo, no *Boletim Geral das Colónias*, António Galvão pergunta-se para que serviria civilizar o africano: “Quer-se preparar o indígena para, mais tarde, logo que a sua mentalidade o permita, se tornar senhor do seu destino?” (Galvão, 1933: 26). Se a resposta fosse positiva, então a legislação e a organização administrativa seriam diferentes. No entanto, prossegue o mesmo autor, e se o objectivo for “preparar o indígena para ser um colaborador da raça branca, mantendo-se esta e mantendo a hegemonia? A acção tem de ser outra” (Galvão, 1933: 26). Segue-se desta constatação que a administração colonial não pretendia ser apenas uma forma racional de organizar as relações sociais, pretendia também ser um instrumento concreto para a delimitação do poder. A extensão da administração não pretendia criar um mecanismo para facilitar a assimilação, mas pelo qual se exercesse um controlo social efectivo por parte de um grupo social concreto, nesse caso o dos imigrantes portugueses. Max Weber (1968 [1922]), ao identificar as características de um tipo ideal de burocracia, aponta, entre outras, a hierarquia da autoridade, regras escritas de conduta, a promoção baseada nos

resultados, a divisão especializada do trabalho e a eficiência. Além disso, assinala que o processo de burocratização conduz ao exercício de dominação sobre o ser humano (Weber, 1968: 223). Neste sentido, as promessas da colonização esbarravam na insuficiência dos meios e políticas que garantissem a assimilação: a falta de escolas para instrução primária, assistência sanitária, habitações condignas, e de um sistema legal que respeitasse os direitos dos indígenas que contrariava, de facto, punha em causa a missão civilizadora.

A burocracia tornou-se um elemento de selecção e discriminação. Antes da decisão de colonizar efectivamente Angola, um número considerável de mestiços e negros civilizados que faziam parte da burguesia urbana exercia funções intermédias na hierarquia colonial como oficiais de segunda linha, professores primários, advogados provisionais, professores, empregados de escritório, ou tipógrafos (Alexandre e Dias, 1998: 378-379). A burocratização efectiva de Angola no final do século XIX e princípios do século XX trouxe o declínio da presença dos mestiços e dos negros civilizados na vida pública e política: “A derrocada económica e social de famílias de traficantes, iniciada com a proibição do tráfico e prosseguida ao longo da segunda metade do século XIX, resultaria de sucessivas falências comerciais, hipotecas de bens e perda de empregos” (Alexandre e Dias, 1998: 379). A subalternização política e social proveio especialmente quando Norton de Matos foi indigitado como Governador-Geral de Angola, já no início do século XX. Um dos projectos de Norton de Matos consistia no povoamento branco das colónias, o que implicava uma melhor organização administrativa; como parte do projecto foi criada em 1906, em Lisboa, a Escola Colonial, com o objectivo de formar funcionários para as administrações coloniais. Os postos administrativos eram dados preferencialmente aos graduados pela Escola Colonial, o que provocava grande descontentamento entre os mestiços e os filhos da terra. A aprovação do Quadro Geral Auxiliar em 1921 restringiu ainda mais a possibilidade de promoção na administração pública. Este descontentamento atingia sobretudo, tal como se apontou, os funcionários negros e mestiços: não havendo em Luanda escolas secundárias, com excepção do seminário de Luanda, cujo objectivo era formar sacerdotes, os filhos da terra de Luanda sentiram-se marginalizados. A função pública era um meio de integração social, além do *status* que dava a estes filhos da terra. Esta marginalização constituiu, dentro das sociedades urbanas na transição do século XIX para o século XX, uma reconfiguração dos poderes.

5.3 – Assimilação ou disseminação: a renegociação do poder simbólico

Da dinâmica entre portugueses e africanos destacou-se um extracto social composto por indivíduos e grupos que, segundo algumas descrições (Dias, 1984; M. C. Neto, 1997;

Messiant, 1994; Mourão, 1978), por algumas características comuns que partilhavam, principalmente nas zonas urbanas (pelo seu folclore, aspectos da economia, língua e literatura), evidenciavam um certo sincretismo, já que nessas características não coincidiam com as populações da metrópole nem com os africanos do interior, com escassos contactos com os europeus. Existe uma literatura sobre a cultura crioula do litoral angolano, mas verifica-se também uma tendência para se reduzir as elites apenas às que emergiram nessa zona do território, ignorando outras, no interior, que emergiram à volta das missões protestantes e que, por sua vez, também não se identificavam com os países de origem destes missionários, nem com a tradição “genuína”, para o dizer de alguma maneira, da África. As duas elites formaram-se portanto de costas voltadas uma para a outra, partilhando apenas a oposição ao colonialismo.

Não se usa elite no sentido sociológico, da detenção das formas de poder por um certo grupo que influencia as acções dos outros. Elite neste contexto refere-se a um grupo de indivíduos que se destacam do resto da sociedade como referência simbólica do processo de transformação que estava em curso na sociedade. Assim, Luanda, Benguela e Moçâmedes – actualmente Namibe – destacam-se como zonas-satélite da presença portuguesa e onde também emerge uma camada considerável de mestiços.

Alguns autores usam o termo “crioulo” para designar a população e a cultura que se gerou no contacto entre portugueses e africanos, sobretudo no século XIX. Russel Hamilton (1981), por exemplo, usou este termo para caracterizar a literatura angolana que se produz nos finais do século XIX e princípios do século XX. Jill Dias (1984), num interessante artigo em que analisa a identidade cultural desta elite, usa a mesma designação, pois para ela esta elite não era nem metropolitana, nos seus hábitos e na sua expressão cultural, nem africana. Os historiadores não portugueses, como é o caso de D. Wheeler e R. Pélissier, também caracterizam esta população como crioula (Wheeler e Pélissier, 2009; Pélissier, 1978).

Por outro lado, há autores que são contra o uso do termo “crioulo” para referir a miscigenação cultural que se produz nas zonas costeiras, pois este termo deveria ser usado para Cabo-Verde e São Tomé e não para Angola, cujas características são diferentes das verificadas nas ilhas (cf. Andrade, 1978, 1998). De igual opinião é Alfredo Margarido (1980), pois considera que Angola não é uma sociedade crioula, mas um círculo luso-congolês em que as duas culturas, uma vez isoladas em virtude do tráfico de escravos, se desenvolveram de maneira desigual.

Mário Pinto de Andrade (1998: 23) chama a atenção para a polissemia do termo crioulo. No Brasil, crioulo era o termo usado para designar os filhos dos escravos nascidos já no

território, na casa do senhor, contrapondo-se aos africanos vindos directamente de África. No contexto hispano-americano, crioulo (*criollo*) designa os brancos nascidos no Novo Mundo (Corominas, 1974). No entanto, Mário Pinto de Andrade parece sentir um certo receio em usar o termo crioulo para designar os habitantes das zonas litorais, pois “no que Angola respeita, a ‘crioulização’ foi epifenómeno elitista em que a hegemonia ‘sociocultural’ e económica de famílias de extracção escravista se exerceu principalmente em Luanda, no espaço mbundo” (1998: 24).

Quanto a nós, usamos a expressão elite urbana em contraposição à de elite rural para designar a franja social que emergiu na sociedade colonial luandense nos finais do século XIX e princípios do século XX, da qual emergiu posteriormente um grupo específico de intelectuais com forte pendor activista, tanto político como social, e que deram origem às ideias pré-nacionalistas e nacionalistas.

5.3.1 – Reconfiguração social nas zonas urbanas: angolenses, mestiços e imigrantes

O espaço social em que se desenvolveu esta elite teve, poder-se-á dizê-lo, três origens. A primeira era a das antigas famílias ligadas aos chefes políticos africanos. No contacto com os africanos, os portugueses mantiveram alguma colaboração com as autoridades tradicionais africanas, fosse como provedoras do tráfico de escravos, fosse como intermediárias quando se procedeu ao estabelecimento da administração. Os sobas e chefes tradicionais, embora não detivessem o poder real, mantinham o poder simbólico sobre as populações, o que lhes merecia deferência aos olhos dos portugueses. Em contrapartida, os portugueses permitiam que os membros destas famílias não fossem vendidos como escravos (na época da escravatura) ou que tivessem acesso à formação, quer em Portugal, muito escassamente, quer nos centros de ensino religiosos. Com o desenvolvimento das cidades de Luanda, Benguela, Moçâmedes, Ambriz e Gulungo Alto, por exemplo, os membros destas famílias conseguiram estabelecer-se nelas e fazer parte dessa sociedade.

Outra origem é a das famílias mistas, isto é, resultantes de casamentos entre portugueses e angolanos. Destes casamentos surgiu uma franja mestiça da sociedade cuja função social era bem diferente, por exemplo, da dos mestiços das colónias inglesas. Enquanto nestas os mestiços eram considerados africanos por terem sangue africano, em Angola, pelo facto de terem sangue europeu, já seriam “menos africanos”. Os mestiços faziam de intermediários entre os brancos e os africanos e a eles se aplica a expressão “crioulos”, uma vez que, por exemplo, recorriam ao uso do português da metrópole misturado com formas gramaticais e lexicais das línguas africanas.

Havia ainda o grupo de antigos escravagistas portugueses que contavam com a colaboração de intermediários africanos, conhecedores da zona interior de Angola. Desta relação emergiu uma classe de comerciantes com fortes ligações ao Brasil e com um poder económico que se destacava na sociedade luandense. Esta classe, embora entrasse em declínio com o fim do tráfico de escravos, foi a que mais se sentiu marginalizada quanto à incorporação na administração pública.

Para além dos grupos referidos, alguns brancos nascidos em Angola também faziam parte desta elite, já que se identificavam pouco com a metrópole e tentavam inserir-se no meio africano.

Não se pode falar de uma origem fixa da elite urbana de Angola, já que podia acontecer que famílias do interior poderiam furar a barreira racial e social e ter acesso à sociedade luandense. O que aqui apresentámos são apenas as principais origens da elite angolana.

Muitos membros destas elites eram educados – educação convencional através de professores privados, seminários católicos e missões evangélicas – ou simplesmente autodidactas. Uma das actividades das elites urbanas, como veremos adiante, era a actividade jornalística, usada para a denúncia das injustiças coloniais. Isto implicava o uso e o domínio de uma língua veicular, que, não sendo o kimbundu, língua usada pela maioria dos habitantes de Luanda, seria a língua portuguesa. A aprendizagem pessoal através de livros e revistas sobre leis, história, literatura e filosofia era um costume instalado nas zonas urbanas.⁶²

Na primeira fase da presença portuguesa no território, no século XV, houve um impulso missionário que também tinha uma componente educativa. Posteriormente, em 1625, os jesuítas abriram um colégio, o Colégio de S. Salvador, no qual se ensinava gramática e moral. Uns anos antes, em 1605, os mesmos jesuítas fundaram uma escola primária que mais tarde, já na década de 20, iria ser convertida no Colégio dos Jesuítas de Luanda, que duraria mais de um século. Neste colégio ensinava-se gramática, humanidades e teologia moral, além do ensino profissional (A. C. Gonçalves, 2003: 35). Estes colégios eram frequentados por mestiços, filhos dos chefes locais e alguns portugueses. Deles saíram os principais membros do clero, do exército e muitos emigraram para o Brasil. Com o início do tráfico negreiro, o declínio da actividade missionária, a expulsão dos jesuítas no século XVIII, terminou a primeira tentativa de construir um sistema educativo. O outro golpe ao sistema de educação

⁶² Esta informação é o resultado de uma conversa com Joaquim Pinto de Andrade ainda nos anos 90 em Luanda.

veio da expulsão das ordens religiosas em consequência da revolução liberal, o que provocou o encerramento das escolas por elas mantidas (Alexandre e Dias, 1998: 515).

Embora teoricamente a instrução primária existisse desde meados do século XIX, quase nunca funcionou por falta de professores e de condições. Apesar disso, a instrução esteve sempre a cargo das famílias nativas, que contratavam professores privados (M. Santos, 1970: 191). As famílias negras e mestiças queixavam-se da administração pelo mau funcionamento do sistema do ensino, a falta de livros e más condições das chamadas escolas régias, como se nota nesta crítica que aparece num jornal da época:

“no interior estão de tal maneira desprezadas as escolas que ainda se ensina por cartilhas manuscritas... nas denominadas escolas régias [encontram-se] umas poucas crianças, umas estiradas ou acoradas no chão e outras sentadas em bancos coxos, aprendem por livrinhos sujos e sebentos, e por cartas escritas, sabe Deus como!”⁶³

O seminário de Luanda, fundado em 1853, só começou a funcionar em 1862, por falta de professores competentes. Transferido posteriormente para Huíla por falta de professores em Luanda, voltou novamente a esta cidade em 1906. Em 1864 havia 31 escolas em Angola, das quais seis estavam no município de Luanda, mas que quase não funcionavam devido à falta de professores. As famílias abastadas de Luanda enviavam os seus filhos para o Brasil ou para a metrópole, ou então, para a instrução primária, criavam colégios privados, como foi o caso do Liceu Angolense e do Liceu de Angola, criados em 1860 (Alexandre e Dias, 1998: 517).

A implantação da República em 1910 trouxe a expectativa de que seria instituído de facto o ensino geral, mas não passou de promessa. No entanto, em 1916, seis anos depois da instauração da República, Angola contava com 29 escolas do Estado, 16 municipais, 10 particulares, 21 das missões e 6 escolas profissionais. Estas escolas concentravam-se em Luanda (14), Kwanza (19), Congo (12), Lunda (5), Benguela (17), Moçâmedes (4) e Huíla (11).⁶⁴ Apenas em 1919 foi criada a primeira escola secundária em Luanda. O Estado Novo de Salazar, receando que uma instrução generalizada fosse prejudicial aos interesses sociais e políticos do Império, cingia a educação ao mínimo: aprender a ler, escrever e contar (E.

⁶³ *O Arauto Africano*, n.º 12, 20 de Setembro de 1889.

⁶⁴ Cf. Anuário Colonial de 1916.

Rodrigues, 2003: 167).⁶⁵ Apenas uns anos antes da independência é que Portugal criaria uma escola de ensino superior em Luanda.

Estas transformações eram lentas mas progressivas. Não resultaram, como veremos, de uma política de assimilação. Surgiram no contexto de interacção. Já vimos de que meio provinha a elite e que instrumentos tinha à disposição para a construção e absorção de uma determinada cultura. O processo de socialização costuma ocorrer através da escola, das famílias, do próprio meio habitacional onde um indivíduo se encontra. No caso da elite luandense, pela forte presença da cultura europeia nos poucos europeus presentes e os conhecimentos de história, de geografia, de literatura, de filosofia ou de direito, que eram todos ocidentais, seria quase natural o interesse, ou mesmo a necessidade de absorção desta cultura. Ernest Gellner (1997) fala da cultura alfabetizada que surge na era industrial, em que os indivíduos aprendem não tanto pela transmissão dos conhecimentos dos mais velhos para os mais novos, mas através de um sistema público de ensino. Para Gellner, a relevância dessa transformação estava na alteração da concepção do poder, que até então era segmentado em diversas classes e passa agora a ser monopolizado por uma única autoridade. Foi desta maneira que os filhos da terra entenderam a instrução, pois para eles seria um veículo de reconstrução das condições do acesso do poder:

“... cuidaremos todos com entusiasmo intenso da instrução do angolano – como os outros cuidam lá fora do seus – sem olharmos a quem, mas tão somente ao nosso futuro como povo atrasado, e portanto, sujeito a sofrer, sem modificar a intensidade nem o rigor dos caprichos dos tempos, dos sistemas sociais e dos mais fortes ou dos mais aptos, perante os quais, como lei natural, todos os fracos dobram o joelho e curvam a espinha” (Silva, 1936: 8).

O conteúdo da instrução era de carácter humanista, incidindo basicamente sobre literatura, história, geografia, ciências naturais, filosofia, direito e artes (pintura, música e escultura). No entanto, tal como aponta Mário Pinto de Andrade, não havendo instituições de ensino superior, recorreu-se ao autodidactismo como meio de reprodução de saberes ocidentais, divulgados através da imprensa, de cadernos culturais, nos clubes de pensamento e associações dos naturais de Angola (Andrade, 1998: 39). Nestes clubes havia um interesse em aprofundar a cultura europeia, como se vê nos objectivos de um Centro de Estudos:

⁶⁵ Para o uso da educação como instrumento de controlo ideológico no Estado Novo, remeto para o trabalho de António Reis (1990).

“... versar problemas científicos, literários e coloniais que dêem azo a polémicas e sabatinas; criar, propagar, intensificar e melhorar o gosto e as ambições de cultura dentro da população nativa; evitar e desfazer ideias, desejos e práticas que tendem directa ou indirectamente a espicaçar ou acordar o ‘eu inferior’ ou os hábitos primitivos dos povos.”⁶⁶

A elite esforçava-se por falar bem português, recorrendo sobretudo à norma culta, em detrimento da norma vulgar. Exigia-se a “boa redacção da língua, tão maravilhosa como é a portuguesa”.⁶⁷ Muitos elementos desta elite angolana eram adeptos do uso do português culto, de que se erradicasse as normas desviantes da língua, de que se afinasse o vocabulário. Havia nesta atitude um movimento de resistência, pois, para a elite urbana, os brancos que existiam nas colónias não tinham formação e usavam apenas a força para inferiorizar os negros. Assim, “através do domínio da língua padrão, os intelectuais angolanos pretendiam atestar a sua cultura face aos muitos colonos que não a dominavam” (E. Rodrigues, 2003: 115).

A elite urbana valorizava também a cultura ocidental e especialmente, como aponta Eugénia Rodrigues, a História ocidental e, muito particularmente, a História de Portugal. Em *Angola*, uma revista publicada por um grupo de letrados angolanos, apareceram artigos sobre personalidades e temas históricos, na sua maioria portugueses, como D. Afonso Henriques, D. Nuno Álvares Pereira, Camões, os Descobrimentos, a Restauração da Independência de Portugal, ou então sobre a vida de cientistas, como a Madame Curie. No plano propriamente do pensamento, apareceram artigos sobre Santo Agostinho, Kant, Rousseau, Cícero, bem como sobre os revolucionários franceses, que, afirmava-se, eram interessantes por sintetizarem o “pensamento e os sentimentos humanos”, e permitiam uma abordagem dos “problemas sociais” (E. Rodrigues, 2003: 113-114).⁶⁸

Quanto à literatura, havia uma divulgação de escritores franceses e portugueses: Victor Hugo e Lamartine, Camilo Castelo Branco, Bocage, Antero de Quental e Guerra Junqueiro (E. Rodrigues, 2003: 14). Além da divulgação das literaturas em si mesmas, também havia críticas literárias, de que é exemplo a crítica a *Le Blé qui leve*, romance de René Bazin, que apareceu na revista *Angola*.⁶⁹ Neste esforço de divulgar a literatura na colónia incluía-se

⁶⁶ *Angola*, n.º 7, Setembro/Outubro de 1936, p. 5.

⁶⁷ “Explicação necessária”, *Angola*, n.º 12, Março de 1937, p. 5.

⁶⁸ Alguns destes artigos aparecem nos diversos números da revista *Angola*, como por exemplo no n.º 2, de Fevereiro de 1936, ou no n.º 3, de Março de 1937.

⁶⁹ “Impressões de leitura: Le Blé qui leve. Romance de René Bazin”, *Angola*, n.º 4, Abril de 1936, p. 7.

também a publicação de traduções de ensaios, como é o caso da tradução de Victor Geraldo Bessa de um ensaio sobre literatura espanhola.⁷⁰

O modelo europeu era considerado por esta elite como património mundial: daí a sua absorção quase total e, especialmente, a necessidade de o divulgar por toda a colónia. Mas é verdade que é também dentro desta classe que vamos encontrar os gérmenes do nacionalismo. Se, por um lado, a adesão cultural era forte, muito cedo começaram a surgir, por outro lado, interrogações de índole política: que significa ser angolano? O que distingue um angolano de um português? Quais são as características que definem um angolano? Este debate começou a surgir no seio das associações culturais e dentro do clero. Vamos analisar de seguida algumas das principais associações, as suas características, os seus objectivos e como depois deram origem a movimentos políticos.

5.3.2 – Associações nativas e a crise do discurso colonial

Outra das características da sociedade colonial urbana nos finais do século XIX e primeira metade do século XX era a proliferação de associações de diversas índoles. Para os objectivos do nosso estudo, vamos sumariar apenas algumas, para nos centrarmos na mais importante de todas, a Liga Nacional Africana (com origem na Liga Angolana), que, a nosso ver, foi o berço do núcleo que terá influência, anos mais tarde, no discurso nacionalista.

A tradição do associativismo já vem de meados do século XIX, porém é em finais desse século que se assiste a uma proliferação de associações angolanas de carácter religioso, mutualista, assistencial e recreativo. As associações assistencialistas eram sobretudo dirigidas por mulheres e a sua actividade consistia em visitar doentes e prestar assistência aos necessitados. As associações mutualistas, também femininas, foram constituídas para a defesa de interesses mútuos e prestavam serviços, por exemplo, em caso de problemas com a justiça, ajuda financeira em momento de necessidade ou perdas de bens. Destacam-se entre elas as associações das tabaqueiras, das vendedeiras de batata-doce, de cola e gengibre. Das associações religiosas destacam-se a Irmandade do Senhor dos Passos, da igreja de Nossa Senhora do Pópulo, em Benguela, que reunia homens de negócios e proprietários, enquanto em Luanda a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos reunia apenas escravos libertos. Das associações recreativas o destaque vai para a Sociedade das Quipacas, o Clube

⁷⁰ “Espanha literária”, tradução de Victor Geraldo Bessa, *Angola*, n.º 24/25, Setembro/Outubro de 1938, p. 34.

Nativista, a Flor da Mocidade, o Clube Angolano, o Grémio Afro-Português, a Elite União-Clube Coração de Angola (Ribeiro, 1981). Estas associações recreativas animavam festas e organizavam saraus culturais. Também encontramos, ainda dentro das associações, a forte presença da maçonaria, que esteve presente desde o século XIX, existindo em Luanda em 1901 a Loja Independência Nacional. De 1901 até 1930 encontramos cerca de 24 lojas e triângulos distribuídos por 24 localidades (A. H. O. Marques, 2001). A maçonaria era conduzida por europeus, mas também integrava no seu seio muitos africanos, pois um dos seus propósitos era justamente ser integradora de distintas raças, na defesa dos ideais republicanos de progresso, igualdade e justiça. Da maçonaria dependiam os grêmios desportivos e de instrução (Alexandre e Dias, 1998: 407-408).

As associações de maior peso e impacto em Angola foram a Liga Angolana e o Grémio Africano. A Liga Angolana era uma associação que defendia os interesses de funcionários, comerciantes, operários e pequenos proprietários. Estava sediada sobretudo em cidades como Luanda, Benguela e Malange e era composta na sua maioria por negros. O Grémio Africano era uma associação de instrução e era composto por funcionários administrativos e comerciantes que na sua grande maioria eram mestiços e europeus. Algumas destas associações distinguiram-se não apenas pelos seus interesses, mas representavam diferentes posições em relação à política e às políticas do Governo. Enquanto o Grémio se guiava pelos interesses dos seus associados, isto é, comerciantes e funcionários, com o intuito de reclamar junto do Governo central melhores condições para as suas actividades, a Liga Angolana perseguia um interesse que podemos designar como nacionalista, já que o seu objectivo era defender os “angolenses”.

Em 1913, depois da instauração da República, a Liga aprova os seus estatutos, embora a data provável da sua fundação tenha sido 1912 (tal como o Grémio). René Pélissier (1978: 224) aponta que o surgimento da Liga vem na sequência da busca de um espaço de afirmação dos nativistas, já que não o encontravam nos meios dominantes europeus. Dos objectivos do Grémio constavam a instrução, educação e recreação dos seus membros, os quais se alcançavam através de conferências, palestras, saraus culturais, jogos e concertos.⁷¹ As actividades desta associação restringiram-se a estes encontros recreativos. A Liga era mais estruturada do que o Grémio e tinha como objectivos, entre outros, “pugnar pelos interesses da província, difundir a instrução conforme os seus recursos pecuniários, defender os interesses

⁷¹ Cf. *Boletim Oficial de Angola*, n.º 13, 19 de Maio de 1913, p. 211.

dos associados e velar pelos seus direitos”.⁷² Entre os seus associados encontravam-se habitantes do eixo Luanda-Malange e da zona de Benguela, principais conglomerados da elite nativa. Os seus membros dividiam-se por quatro categorias, consoante o valor monetário que aportassem: havia os efectivos (com uma quota de 500 réis), os extraordinários (300 réis), os protectores (1000 réis) e os honorários, que, não aportando qualquer valor monetário, eram admitidos “pelos seus méritos intelectuais e artísticos, por relevantes serviços prestados à província ou à Liga ou por oferecimento a esta”.⁷³ Visto que os principais associados da Liga eram negros e pertencentes a camadas mais baixas da sociedade, a organização foi vista como uma ameaça ao poder colonial. Dadas as ligações dos seus membros aos angolanos do interior, começou a surgir a corrente nativista, de cariz político-cultural.

Em 1922, em consequência de tumultos surgidos no interior por parte dos nativos contra fazendeiros e a administração colonial, bem como do incremento de ideias separatistas, a autoridade administrativa, na pessoa do Alto-Comissário de Angola, Norton de Matos, encerrou a Liga Angolana. A Liga foi acusada de estar por detrás de protestos dos camponeses indígenas contra os colonos e a administração, sobretudo contra as leis de confiscação de terras aos camponeses para a sua doação aos colonos e contra o intuito de criarem companhias (Clarence-Smith, 1985: 137-138). Pesava sobre ela a acusação de animar a “Revolta de Catete”, na qual os camponeses protestavam contra

“... as prisões arbitrárias, castigos corporais, trabalho obrigatório em casas particulares, construção de estradas e pontes gratuitamente, trabalhos no posto algodoeiro, do Governo, à razão de \$20 diários secos, trabalho compelido nas lavras de algodão por 52 dias, pagamento de 2 jardas de riscado findo período de trabalho, cobrança de impostos por cabeça e crianças de 10 a 12 anos, pagamento a estas crianças na apanha do algodão de \$12 diários convertidos em fazenda”.⁷⁴

⁷² *Boletim Oficial de Angola*, n.º 10, 8 de Março de 1913.

⁷³ *Boletim Oficial de Angola*, n.º 10, 8 de Março de 1913, p. 160.

⁷⁴ Este é um excerto de uma exposição que os camponeses de Catete pediram ao advogado António de Assis Júnior que dirigisse ao Governo e foi publicada no *Correio de África*, n.º 38, 20 de Abril de 1922, p. 2. Não tendo o Governo feito caso, a Liga fez eco do assunto alguns meses mais tarde, no *Correio de África*, n.º 50, 25 de Agosto de 1922, p. 3.

Os membros da Liga foram presos, a Liga foi extinta, os jornais luandenses com vínculos à Liga foram encerrados por serem considerados subversivos e atentarem contra a soberania portuguesa.⁷⁵

A segunda fase da Liga iniciou-se em 1925, denominando-se agora Liga Nacional Africana. Embora o cerceamento policial aos seus membros continuasse, muito lentamente a Liga foi-se recompondo, desta vez mais cautelosa, mas nem por isso menos incisiva. É esta segunda fase que vai evoluir mais tarde para o nacionalismo.⁷⁶

As reconfigurações nas zonas urbanas, especialmente a produção da suas elites, tal como já adiantámos, foi um processo heterogéneo e muito dificilmente se pode resumir a sua explicação numa única lógica. Se, por um lado, não se rejeita o aspecto normativo que tende a acentuar que estas transformações eram esperadas devido ao carácter universal da história e do desenvolvimento humano, também não se rejeita o seu contrário. Não se tratou apenas de dominação e exploração opondo europeus e africanos negros. Foi a situação da acção que definiu os objectivos a atingir: a instrução pode ser vista como resposta numa competição pelo poder, pois alguns africanos viram que a sua subjugação era justificada pelo seu analfabetismo, pelo que aprender a ler passou a ser uma maneira de contestar o poder, em vez de ser visto como um objectivo de progresso social ou de civilização. Esta mesma transformação teve lógicas diferentes nas zonas rurais, como veremos em seguida.

5.3.3 – Reconfigurações sociais nas zonas rurais: nova “Jerusalém” e a reinvenção das etnias

As reconfigurações nas zonas do interior de Angola seguiram processos diferentes. Não contrapomos aqui as zonas rurais à cidade, referindo-nos antes a sociedades cujas dinâmicas – de produção e auto-identificação – gozavam de grande autonomia. Porém, embora as zonas urbanas fossem adquirindo progressivamente dinâmicas próprias, isto é, um estilo de vida urbano, elas eram contudo retro-alimentadas quer pelas zonas rurais quer pela metrópole, de que dependiam: no caso das zonas rurais, essa dependência devia-se ao facto de as zonas

⁷⁵ *Jornal do Comércio*, n.º 96, 4 de Março de 1922, p. 1.

⁷⁶ Uma nota curiosa da Liga é que serão os filhos e netos dos membros da sua direcção nos anos 20 que virão a fundar os movimentos políticos ou mesmo a tornar-se membros do actual Governo. A este respeito, destacamos os seguintes apelidos: Pinto de Andrade, Vieira Dias, Van-Dúnem, Espírito Santo, Ilídio Machado, Assis Júnior, Ferreira Viana, Façonny. Todos estes apelidos de membros da primeira e segunda geração da Liga vê-los-emos de novo na primeira geração de membros do Movimento Popular de Libertação de Angola.

rurais serem a origem dos produtos para comércio e alimentação; no caso da metrópole, devia-se ao sistema de regulação administrativa e autoridade política, mas também a uma certa relação mimética quanto ao estilo de vida.

Nas zonas rurais as dinâmicas eram distintas das verificadas nas zonas urbanas. As primeiras estavam geograficamente separadas da costa e das movimentações comerciais e ligações para o exterior. Por outro lado, o universo simbólico e a organização política das comunidades só a um nível alto, como o dos chefes principais das várias sociedades, é que já dependiam da administração. Outros aspectos da vida social e mesmo política eram ainda autónomos. A presença de europeus era escassa: resumia-se na presença de poucos comerciantes, missões e alguns postos militares avançados. Vamos referir-nos apenas a duas zonas: a zona do Planalto Central – que compreende as províncias do Huambo e Bié – e a zona do Norte de Angola, parte do que era o antigo reino do Congo e que actualmente compreende as províncias do Zaire e Uíge.

Embora se use o termo *ovimbundu*⁷⁷ para referir os habitantes ou originários das regiões do Planalto Central e *bakongo* para os da zona do Norte de Angola, associando-os a uma tribo, etnia, ou grupo etnolinguístico, usamos aqui o termo apenas no sentido descritivo, para nos referirmos aos habitantes dessa região no momento em que se deram estas transformações. Pressupomos a existência de alguma coesão social ligada à partilha de valores e normas e fazemos referência às sucessivas reconstruções identitárias.

Enquanto grupo os *ovimbundu* são de recente formação, quando comparados com outros grupos; Mildner-Spindler (1987, cit. em Luansi, 2003: 4) tenta demonstrar que os *ovimbundu* são a população mais jovem, já que resultam do encontro entre os autóctones do Planalto Central e os imigrantes *imbangalas* ou *jagas* que para aí se dirigiram desde o século XV. Os *jagas* ou *imbangalas* (Decker, 1939, cit. em Luansi, 2003: 4), depois de terem participado na batalha de *Ambuíla* em 1667, ao lado dos portugueses e contra o poderoso reino do Congo, estabeleceram-se no Planalto Central e daí, misturando-se com os autóctones, formaram

⁷⁷ Essa terminologia, herança da Antropologia colonial, é um resquício do uso do termo tribo como categoria classificatória *umbundu* para referir as populações do Planalto Central que, supostamente, foram as herdeiras de vários reinos *ovimbundu* (Florêncio, 2010; Heywood, 1989; Childs, 1949). Algumas noções recentes de tribo, por exemplo a de *Mbuye Kabunda Badi*, tentam fazer coincidir tribo com etnia: “uma comunidade de origem, de memória histórica ou de vínculos de um povo determinado, que se caracteriza por ter um mesmo passado, as mesmas aspirações, valores, normas e expectativas” (Badi, 2005: 40).

vários reinos autónomos ou independentes, dos quais se destacam Andulo, Bié, Chiyaka, Bailundo, Galengue e Huambo. Luansi (2003), indo mais longe, afirma que os umbundu praticamente surgiram das dinastias do século XIX. Este período parece coincidir com a presença dos missionários protestantes no Planalto Central, pois, tendo ali chegado em 1879-1880, estabeleceram-se em diferentes reinos, Bié e Bailundo, mas em 1956 estes missionários já teriam constituído, juntamente com os pastores locais, a Associação de Igrejas Umbundo (Péclard, 1998b: 171). Se tivermos em conta que os missionários se preocuparam em codificar e transcrever a língua do principal grupo (Henderson, 1971), neste caso o umbundu, em estabelecer comunidades religiosas aproveitando elementos da estrutura política e social dos habitantes do planalto, pode-se pôr a hipótese, como aponta Péclard, da forte influência dos protestantes na configuração e na reconstrução social dos habitantes da região.

Péllissier descreve os ovimbundu como “uma população muito numerosa, tinham experiência de combates (a guerra do nano), tinham poderio e capacidade económica, possuíam armamento e gozavam até de simpatias internacionais, dos missionários protestantes norte-americanos” (Péllissier, 1997: 61). Os chefes tradicionais mantiveram o seu poder social e político até à Guerra do Bailundo em 1902 (Heywood, 1998), altura em que as estruturas de poder local foram esvaziadas da sua autoridade e os comerciantes submetidos ao poder administrativo colonial. Os chefes, que no passado mantiveram um poder bastante forte, foram reduzidos a simples porta-vozes das administrações locais. O aumento da mão-de-obra africana para trabalhar nas roças de São Tomé fez com que muitos chefes entregassem os seus filhos aos missionários protestantes, a fim de que os educassem nos internatos das missões; em troca, permitiam a evangelização das suas gentes.

Se as elites urbanas cresceram à sombra do poder colonial – constituindo uma classe endinheirada em decorrência do comércio de escravos, cujo apogeu encontramos no século XIX e até à abolição do tráfico, e fomentando um mimetismo da cultura ocidental enquanto modelo de desenvolvimento e de civilização, configurada numa mundividência católica –, com as elites rurais passou-se algo ligeiramente diferente: o apogeu dos umbundu começou quando declinou o tráfico de escravos e teve início a demanda da cera, do marfim e sobretudo da borracha, cujos preços, bastante exagerados, permitiram uma intensificação nas relações comerciais com os portugueses. As elites rurais, podemos dizer, eram constituídas por filhos de autoridades tradicionais ou de comerciantes com algum poder, educados pelos missionários protestantes não portugueses. É deste meio, portanto, que vai emergir a elite umbundu que, mais tarde, se reorganizaria num partido político; esta visão é especialmente apontada por alguns historiadores, como Wheeler e Christensen (1973: 80). Linda Heywood

(1989: 50) parece partilhar a mesma opinião, já que para ela “a rota do nacionalismo umbundo e a atracção deste povo pela Unita radica na sua história colonial do último quartel do século XIX”. Esta opinião, no entanto, não é partilhada por Wheeler e Péliissier (2009: 62), pois os umbundu não levantariam nenhuma outra resistência, embora, pensamos nós, os líderes políticos viessem a conseguir manipular esta memória histórica na luta anticolonial nos anos 60 do século XX.

A formação cultural das elites rurais seguiu também um percurso diferente do das elites urbanas. Embora nos pareça exagerada a fórmula expressa pelo Reverendo Sithole (1963: 10), que vê “nationalism as political will” e “christianity as religious will”, isto é, que o nacionalismo seria para a política o que o cristianismo (protestantismo) seria para a religião, ela sugere pistas que podem ser úteis para a interrogação sobre a conexão entre a formação cultural das elites umbundu e a presença do protestantismo. Para o nosso estudo interessa apenas o perfil do africano rural que identificámos como pertencente a uma elite. Uma destas características provém do meio social e outra da educação e, especialmente, do tipo de educação. Enquanto a administração colonial tenta instalar escolas no litoral com o intuito de civilizar os angolanos, os responsáveis pela educação dos angolanos no interior serão os protestantes. Em vez de subalternizar as autoridades nativas, os protestantes cooperam com elas a fim de instalar uma estrutura administrativa, cultural e sócio-religiosa. Pelo facto de as Igrejas protestantes não dependerem de uma estrutura central da qual descendesse a distribuição de poderes, criaram-se igrejas particulares contando com a participação dos nativos. Muitos angolanos se tornaram pastores de comunidades religiosas espalhadas pelas aldeias e os filhos destes tinham acesso a uma educação privilegiada. Essa educação, ao contrário do que acontecia com as elites urbanas, não consistia em torná-los portugueses, mas em proporcionar-lhes autonomia para valorizarem a própria cultura e identidade. Os indígenas, isto é, africanos rurais do interior, eram vistos pela sociedade colonial do litoral como atrasados, bárbaros, não civilizados, e sentiam-se atraídos pelos protestantes, que faziam deles objecto central da sua missionação. Assim, o interior foi provido de várias missões com ensino primário e secundário, bem como escolas técnicas para formar agentes agrícolas, professores e líderes religiosos. As cidades, vistas como lugares de corrupção e desvio moral, reportando à velha moral calvinista, foram secundarizadas em favor das zonas rurais. A missão do Dondi, no Planalto Central, era exemplo disso, ao constituir um centro de formação cultural, literária, profissional e religiosa. Não havia um interesse em ensinar a História de Portugal, nem os heróis lusitanos eram emulados; a língua portuguesa cedia lugar à língua umbundu, que era não só falada como também escrita e usada como língua

veicular.⁷⁸ De acordo com a proveniência dos missionários, os estudantes aprendiam francês, inglês e alemão. O estilo de vida era uma mistura dos hábitos da proveniência dos missionários com os das tradições locais. Se nas elites urbanas os mestiços e africanos assimilados podiam ter algum êxito na vida social da colónia, as sociedades tradicionais, a que as elites rurais pertenciam, ofereciam a protecção e a promoção de certa imagem de africanidade e negritude como opostos à corrupção que a assimilação dos valores e da cultura urbana portuguesa representavam (Péclard, 1998b: 179).

Estes elementos, como veremos, serão de capital importância, pois o tipo de nacionalismo que emerge desta elite será diferente do que emergirá entre as elites urbanas. Em certo sentido, pensamos nós, uma das características do nacionalismo angolano será não ter conseguido construir um único movimento nacionalista. O discurso sobre a identidade nacional ficou truncado pelas ideologias privadas das próprias elites.

A elite bakongo reconhece-se como descendente do antigo reino do Congo, como cidadãos autênticos de Angola. Esta consciência de pertença a um povo com um passado histórico comum alimentou o imaginário da elite bakongo desde a queda do reino do Congo na batalha de Ambuíla, em 1667, até aos anos 60 do século XX, quando os supostos descendentes deste reino decidiram não mais restaurar esse antigo reino do Congo, mas sim criar um Estado nacional, Angola. Essas elites tiveram praticamente duas origens: uma rural, no Norte de Angola, a outra em Léopoldville, na actual República Democrática do Congo, onde vários angolanos do Norte de Angola se refugiaram. No entanto, tal como assinalámos acima, se o reino do Congo entrou em declínio no século XVII, a estrutura monárquica permaneceu até meados do século XX.

Existe uma abundante literatura sobre o reino do Congo, quer sobre a sua história política e social, quer sobre as suas elites e economia, etc.⁷⁹ Para o nosso estudo interessa apenas como emergiu a elite do Norte de Angola que daria origem ao nacionalismo. De facto, esta elite nunca rompeu a sua ligação afectiva com o antigo reino do Congo. Depois da batalha de Ambuíla, o centro da administração comercial e política mudou-se para Luanda e as elites congolezas conservaram apenas o seu poder simbólico, já que o poder efectivo ficou distribuído entre várias dinastias políticas (cf. Alexandre e Dias, 1998: 341-342). No entanto,

⁷⁸ Para um estudo detalhado sobre este assunto, ver M. C. Neto (1997).

⁷⁹ Dos vários estudos sobre o Congo destacamos alguns que achamos de capital importância: Balandier (1966); Brasio (1971); Cavazzi (1965); Clarence-Smith (1985); A. C. Gonçalves (1985); Jadin (1975).

no século XIX emergiu um grupo de comerciantes bastante prósperos, devido ao desenvolvimento dos portos de Cabinda, Ambriz, Quissembo, Ambrizete e Boma (nas margens do rio Zaire). Estes comerciantes juntaram-se às elites políticas, então bastante fragmentadas, e serviam de intermediários entre os comerciantes europeus e os provedores de escravos no interior. Isto permitiu criar uma organização forte que, não tendo poder político efectivo, possuía o poder simbólico da ascendência régia e um poder económico real. Além disso, persistiu a tradição de os reis e príncipes congolezes serem sagrados nobres nas cerimónias católicas, o que os fazia manter-se ligados à administração colonial, pois só os candidatos reconhecidos pela Igreja e pela administração colonial possuíam legitimidade.

Desta camada social que não era adepta do lusitanismo, embora contasse com ele para manter um poder simbólico, nem sequer congoleza autêntica, porque esta já não existia, emergirá e virá a formar-se a nova elite. É verdade que a educação há muito deixara de existir, com a expulsão dos jesuítas e o encerramento do colégio de São Salvador, mas o apego às tradições e algum poder económico davam um certo prestígio social a esta nova elite. Não podemos falar de um sentimento homogéneo, pois entre os bakongo havia também divisões, fruto de velhas quezílias políticas e sucessões dinásticas; no entanto, e isto é fundamental, foi a presença dos protestantes no final do século XIX que veio unificar, tal como aconteceu com os umbundu, as populações bakongo.

Tal como dissemos acima, a Baptist Missionary Society (BMS), inglesa, criou no Norte de Angola a primeira estação missionária, em 1878. Embora os anglicanos implantassem outra estação missionária já no século XX, foi sobretudo com os metodistas, vindos do vizinho Congo, que as elites bakongo se configuraram numa força política e social. O impacto da sua presença foi tal que, em 1960, 17% da população eram protestantes, dos quais 46% eram bakongos do Norte: 35% da população no distrito do Zaire era protestante; e no Uíge essa proporção era de 50%. Nas zonas cafeeícolas, no concelho do Uíge, o domínio era de 85%.⁸⁰ A tática evangelizadora dos protestantes potenciou o aparecimento de uma consciência bakongo, já que uniu numa mesma comunidade pequenos povos com distintas tradições, através do ensino e escrita em língua bakongo, da potencialização das autoridades monárquicas e da ligação com os bakongo da República Democrática do Congo. As missões de Bembe e de Mbanza-Congo formaram dezenas de jovens bakongo, na sua maioria

⁸⁰ Estes dados podem ser encontrados em diversos estudos sobre este tema, dos quais destacamos apenas dois: Henderson (1971: 64), Pélissier (1978: 438-439).

provenientes de famílias da classe de elite e que se moviam nos dois lados da fronteira. No entanto, foi na Baptist Missionary School, importantíssimo centro de ensino e formação profissional, que se formou o grosso da elite bakongo de um e outro lado.

Com o aumento da intercomunicação dos dois lados da fronteira, Luanda deixou de ser o centro de interesse das elites, sendo substituída por Léopoldville e Kinshasa, pois estas duas cidades ofereciam maiores oportunidades comerciais, sociais e políticas; aliás, será na primeira que surgirá o movimento que daria azo à formação da Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), movimento nacionalista com forte apoio bakongo (Péclard, 1998b: 174). Dadas as condições de vida no lado de Angola, com duras exigências de trabalho forçado e a criação de cafezais que necessitavam de mão-de-obra barata, muitos bakongos emigraram para o outro lado da fronteira. É neste meio que surgirão associações de defesa dos direitos das populações nesta região. A principal de todas elas foi a Abako, Associação do Baixo Congo, cujo principal objectivo era a restauração do reino do Congo. Deste meio também surge a UPNA, União dos Povos do Norte de Angola, e a Aliazo, Aliança dos Imigrantes do Zombo, que, mais tarde, foram agrupadas numa única associação, a União dos Povos de Angola (UPA). É esta elite que mais tarde formará a FNLA.

5.4 – Promessas coloniais e respostas nacionalistas: reconfiguração do poder político

Segundo Raymond Aron, “uma elite unificada significa o fim da liberdade. Mas a desunião das elites significa o fim do Estado. A liberdade sobrevive numa zona livre intermédia” (Aron, 1950: 143).⁸¹ O nacionalismo, enquanto argumento político para a aquisição do poder do Estado, é protagonizado por umas elites que, para ter êxito, recorrem à mobilização popular. A mobilização popular necessita de elementos simbólicos que configurem uma ideia de identidade nacional através da reconstrução de um imaginário colectivo, narrativas partilhadas e, sobretudo, o sentido de pertença a um espaço de diferenciação. Já vimos acima que alguns autores explicam o nacionalismo como tradução política destes elementos simbólicos que apontámos. O nosso argumento principal continua a ser fundamentado na ideia de que é o controlo do poder do Estado que origina o nacionalismo. A nossa pergunta será a de saber, então, porque e como nasce a ideia de as elites quererem controlar o poder do

⁸¹ No original consultado: “A unified élite means the end of freedom. But when groups of élite [...] became disunity, it means the end of the state. Freedom survives in the intermediate free zones” (Aron, 1950: 143).

Estado. Pode haver várias respostas; a mais relevante como hipótese para o caso de Angola estaria na insuficiência do poder do Estado colonial para conseguir integrar as demandas de uma sociedade complexa onde se cruzavam várias identidades, aspirações, histórias de tragédias, discriminação, desencontros afectivos, carências materiais e de direitos, tanto colectivos como individuais. Porém, posto assim, podemos perguntar-nos porque é que noutras situações em que estes elementos estão garantidos emergem bolsas nacionalistas. Haveria ainda outros factores externos, como, por exemplo, as doutrinas pan-africanistas, o ambiente do pós-guerra, a emergência da autodeterminação dos povos como um valor, a influência das doutrinas filosóficas e políticas. A combinação de alguns destes elementos numa circunstância determinada pode fazer explodir o sentimento nacionalista e, conseqüentemente, movimentos nacionalistas. Mas, apesar de tudo, insistimos na ideia do controlo do poder do Estado, do poder político, como instrumento através do qual se pode tomar decisões sobre uma comunidade, sociedade, país, ou seja, sobre a vida dos indivíduos. O controlo do poder do Estado é protagonizado por uma elite; veremos em seguida os elementos que estariam na origem do desencadeamento do sentimento nacionalista.

5.4.1 – Ambiguidade e limites do discurso da raça

A origem do sentimento nacionalista costuma ser associada à discriminação racista de que foram vítimas os africanos nos cinco séculos de presença portuguesa em África, ou em Angola. Agostinho Neto, poeta e primeiro presidente de Angola, descreveu esta sensação nuns versos: “o choro durante séculos/ nos seus olhos traidores pela servidão dos homens/ no desejo alimentado entre ambições de lufadas/ românticas/ nos batuques choro de África/ nos sorrisos choro de África/ nas fogueiras choro de África/ nos sarcasmos no trabalho de África” (A. Neto, 1988: 123). Este sentimento também preside aos escritos de protesto dos angolanos nos finais do século XIX e princípios do século XX. Se até ao século XIX a relação entre os africanos e os europeus consistia no comércio de tráfico de escravos, esta relação teve uma relativa transformação à medida que certos angolanos foram ganhando estatuto. No entanto, quase paradoxalmente, quando terminou o tráfico de escravos aumentou o conflito e a discriminação racial em relação aos negros. Os relatórios, discursos oficiais, jornais e outras publicações denunciavam com veemência o racismo persistente na sociedade colonial (Alexandre e Dias, 1998: 447-448).

Kwame A. Appiah (1997), num ensaio sobre a “Invenção de África”, introduz uns matizes sobre as noções de racismo. Segundo Appiah, muitas doutrinas usam o mesmo termo, mas, na prática, às vezes querem dizer coisas distintas. A primeira distinção que apresenta é a

de “racialismo”: “é a visão de que existem características hereditárias, possuídas por membros de nossa espécie, que nos permitem dividi-los num pequeno conjunto de raças, de tal modo que todos os membros dessas raças partilham entre si certos traços e tendências que eles não têm em comum com membros de nenhuma outra raça” (Appiah, 1997: 33). Esta concepção, na visão deste autor, considera os traços ou certas características da raça como se fossem uma essência e esteve na base da elaboração de certas teorias sobre as raças, sobretudo no século XIX, que constituíram doutrinas de certos teóricos da colonização. Muitos africanos, por influência destas doutrinas, também as aplicaram aos negros. Norton de Matos, que fora duas vezes governador de Angola, parece corroborar esta ideia ao afirmar que “os elementos superiores da nossa raça sem se misturarem e fundirem [deveriam] tirar as raças primitivas do estado selvagem onde na quase totalidade ainda se encontram” (cit. in Alexandre e Dias 1998: 449).

Outro matiz que aponta Appiah é o que ele designa por “racismo extrínseco”, ou seja, a doutrina que faz “distinções morais entre os membros das diferentes raças, por acreditarem que a essência racial implica certas qualidades moralmente relevantes. A base da discriminação que os racistas extrínsecos fazem entre os povos é a sua crença em que os membros das diferentes raças diferem em aspectos que justificam o tratamento diferencial” (1997: 33). Contra o que subjaz neste pensamento levantou-se um grupo de angolanos aquando da publicação de um artigo no jornal *A Gazeta de Loanda*, no qual o autor afirmava que “o preto não é perfeitamente homem”.⁸² Em resposta, um grupo de “naturais de Angola” publicou o conhecido livro *Voz de Angola Clamando no Deserto* (AAVV, 1984 [1901]), no qual denunciam o racismo não só do artigo, mas do modelo de colonização português e, sobretudo, da sua suposta missão civilizadora. O que tentam provar no livro é, basicamente, que não havia nenhuma diferença entre o indígena e o europeu, a não ser a subjugação e exploração de que aquele foi vítima durante quatro séculos. Por outro lado, tentam demonstrar, com exemplos, a quantidade de negros formados e com capacidades intelectuais. O não reconhecimento dessa posição errónea frente à quantidade de provas aferidas era sinal, como diz Appiah (1997: 34), de “deficiência cognitiva”.

Uma terceira distinção é a doutrina do “racismo intrínseco”: aquela que estabelece diferenças morais entre os membros das diferentes raças, por se acreditar que cada raça tem um *status* moral diferente, independentemente das características partilhadas pelos seus membros

⁸² “Contra a lei, pela grey”, in *A Gazeta de Loanda*, n.º 4, 26 de Março de 1901.

(Appiah, 1997: 34). Isto significa que o simples facto de alguém ser de outra raça já justifica que essa pessoa seja preferida a outra.

Apenas estas duas últimas seriam ideologias racistas, já que a permanência nesta crença, apesar das provas em contrário, seria mais fruto do proveito social que se retirava da situação dominante do que propriamente de alguma convicção científica ou racionalmente defensável. Julgamos que é nesta linha que o racismo foi interpretado pelas elites: mais do que baseado em teorias científicas, era um instrumento de dominação. A única saída seria, neste caso, o controlo dos órgãos de decisão, ou seja, do poder do Estado. Nos vários movimentos nacionalistas encontramos membros de distintas raças, o que prova que a raça, como tal, não era o móbil do nacionalismo; este visava, sim, criar condições políticas para que as diferenças raciais não fossem critérios nas escolhas privadas ou colectivas.

5.4.2 – Os limites da modernidade e reivindicação local

Quando nos referimos à economia como podendo estar na base da origem do sentimento nacionalista, englobamos todos os elementos que entram na construção do bem-estar de um indivíduo, como são a assistência sanitária, a alimentação, o vestuário, a habitação, etc. Já discutimos que o economicismo como base central do nacionalismo deixa muitas perguntas sem respostas. Podemos aduzir, no entanto, que a condição em que vivia a maior parte dos angolanos foi traduzida como sendo fruto da subalternização pelos europeus; a liberdade política, esperava-se, poderia trazer também a liberdade económica.

Havia uma discrepância entre o que as leis proclamavam como direitos dos africanos e aquilo que de facto era a prática. Depois do estabelecimento da administração colonial, as sucessivas leis favoreciam apenas os europeus. A ocupação efectiva do território foi fruto de uma guerra com distintos povos e pequenos sobados e as suas autoridades foram reduzidas à insignificância. A implementação de uma única autoridade não transformou os habitantes de territórios conquistados em cidadãos portugueses no que diz respeito à lei. Além do tráfico de escravos, que só terminou nos últimos anos do século XIX, existia o trabalho forçado, concebido como meio de civilização. A implementação da República abriu algumas expectativas pois, segundo um articulista, “esperamos da República o cumprimento imediato desta obrigação – promover o individualismo na colonização, respeitando o carácter próprio, geográfico, étnico e social de cada colónia, educando o indígena, para o transformar dentro do seu meio social num colaborador, num amigo de Portugal, que não escravo e menos um

inimigo”.⁸³ As expectativas na República, devido à instabilidade interna desde cedo, não foram de muito proveito para as colónias. Aliás, foi durante o Governo da República, através do Alto Comissariado de Norton de Matos, que foram suprimidos os jornais dos nativos, decretado o encerramento das associações e implementada a repressão dos camponeses quando estes se opuseram à expropriação das suas terras.

5.4.3 – Estado colonial, prática estatal e os seus limites

No fim da colonização existia um Estado colonial centralizado, mas híbrido: se, por um lado, pretendia ser eficiente em termos de prestação de serviços à população ao nível da administração pública, da educação e da saúde, por outro, havia ainda resquícios de discriminação racial, não tanto a nível do discurso – que, entretanto, baixara de intensidade a partir de 1961 –, mas quanto à sua actuação. Esse duplo aspecto do Estado colonial remete para uma discussão na Antropologia do Estado, por exemplo em Thomas Bierschenk (2010), que faz uma distinção entre *State*, o Estado como ideia-tipo, ou Estado-ideia, portanto uma categoria *emic* dos actores, e *statehood*, que se refere às práticas institucionais (Bierschenk, 2010: 17).⁸⁴ Neste sentido, o Estado colonial enquanto *State* era já uma realidade em quase todo o século XX, mas enquanto *statehood*, apenas nos últimos doze anos do tempo colonial teve progressos consideráveis (M. C. Neto, 1997: 349).

No Acto Colonial de 1930, a ideia da indivisibilidade do império e, portanto, a pertença de Angola ao Estado Português é reafirmada, ao mesmo tempo que é introduzida, em sucessivas reformas administrativas, uma distinção entre as leis aplicáveis a africanos, ou indígenas, e as que tinham por objecto os europeus e assimilados.

Apesar das justificações da diferenciação administrativa, tratava-se no fundo de manter um sistema que não só aprofundava as clivagens identitárias, especialmente as raciais, mas, através da acção do Estado, a sua reprodução. Os africanos, indígenas, não eram cidadãos à partida, e aos supostos assimilados culturalmente e mestiços eram exigidos certos requisitos para que o fossem; os emigrantes europeus, brancos, que chegavam a Angola em massa, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, mesmo sem os requisitos que eram exigidos aos mestiços e assimilados para se tornarem cidadãos, possuíam, à partida, esse

⁸³ “Os negros fora da lei”, editorial in *Voz d’África*, n.º 2, 15 de Setembro de 1912.

⁸⁴ A distinção em inglês é feita entre *State*, correspondente ao português “Estado”, enquanto instituição, e *statehood*, correspondente na língua francesa a *étaticité* e na língua alemã a *Staatlichkeit*, que poderia ser traduzido por “práticas estatais”.

estatuto. A dinâmica identitária não dependia apenas da interação social, mas também da interferência da acção do Estado; isso dava ao Estado um carácter “autista”, como assinalam autores como Spittler (1981) e Trotha (1994), pois retraía-se do seu papel como *statehood*, ao insistir apenas na reprodução do Estado-ideia. O Estado torna-se de facto um instrumento através do qual a identidade nacional é negociada. E é então que, como notámos acima, emerge o nacionalismo como argumento político para, através do Estado, renegociar essa identidade nacional (ver Cardoso, Macamo e Pestana, 2002: 37).

5.5 – Conclusão

O que este capítulo pretendeu destacar foi o aspecto interaccional da constituição da sociedade angolana, apesar de fortes condicionalismos, como no caso do nacionalismo. Pretendeu destacar também as distintas dinâmicas dentro da colonização que não podem ser reduzidas ao esquema colonizador/colonizado ou, como já foi assinalado acima, explorador/explorado. Tratando-se de um processo longo, com vários períodos e com uma multiplicidade de actores e dinâmicas sociais, o resultado dessas mudanças é complexo. Encontramos algumas continuidades e, como dizia Ruy Duarte de Carvalho (2008), contiguidade e rupturas: as recomposições identitárias são ainda uma constante, mesmo na Angola pós-colonial; o Estado pós-colonial ainda mantém latentes aspectos centralizadores do Estado colonial, apesar do impulso desenvolvimentista incrementado no pós-conflito; o espaço de acção política, apesar de formalmente ser um espaço de competição de ideias para a gestão pública, continua a ser, no fundo, um campo da negociação da identidade. Aspectos formais da vida quotidiana, como, por exemplo, a relação com as instituições, competem ainda com aspectos informais em quase todos os níveis. Daí que não se possa apresentar a colonização como um espaço de ordenação ou modernização das sociedades africanas, nem a pós-colonização como uma reordenação dessas mesmas sociedades. De facto, tanto a colonização como a pós-colonização têm de ser vistas à luz da sua inserção num processo longo de reconfigurações, apesar das contingências das suas dinâmicas, que incluem a violência e a destruição com a qual indivíduos e grupos têm de lidar e a partir das quais são impelidos a reconstruir o seu quotidiano.

CAPÍTULO VI – AS MUTAÇÕES DO PODER NO COLONIALISMO, PÓS-COLONIALISMO E PÓS-CONFLITO

6.1 – Introdução

Retomamos aqui o que foi dito nos dois últimos capítulos, focando-nos desta vez nas reconfigurações do poder político. Trata-se também de um transcurso histórico, isto é, de identificar como durante a administração colonial e pós-colonial o poder se foi transformando e como essa transformação condicionou e em alguns casos determinou as várias dinâmicas da sociedade. Poder aqui não é tido apenas nas formas político-administrativas ou da competição que envolve dentro de cada partido (ou movimento nacionalista) e entre eles mas também como relação de força, no sentido que aponta Michel Foucault (1978). Neste sentido, o capítulo descreve as transformações do poder e do seu exercício desde a sua concentração numa autoridade no momento da ocupação colonial, passando pela tentativa da sua legitimação durante o período colonial através da implementação da administração, pela sua contestação no final do colonialismo (por parte dos movimentos nacionalistas), até à busca de nova legitimação no pós-colonialismo e, por fim, ao seu estado actual no pós-conflito. Procura-se descrever e identificar elementos concretos que acentuem o modo como as distintas formas de poder se foram reconfigurando, destacando, também aqui, os diversos protagonistas e as formas de legitimação do poder.

Se durante a guerra o recurso à violência definia os termos da negociação e legitimação do poder, procura-se analisar nesse capítulo que formas adquire, no pós-conflito, essa negociação e legitimação. Não se trata de pôr o Estado de um lado e a sociedade do outro, ou da identificação de um poder hegemónico e dominador de um lado e, do outro, uma multidão de dominados. Trata-se, em vez disso, de analisar a relação entre o Estado, enquanto aparelho burocrático, e o exercício de poder por indivíduos ou forças políticas através da cooptação do Estado e/ou a sua contestação, e a forma como estas influenciam, no dia-a-dia, o modo como os indivíduos reconstróem o seu quotidiano. A premissa é que essa relação está ligada ao processo histórico que esteve na origem da formação do Estado e das formas de exercício e contestação do poder; esta contestação andou, por seu lado, a par e passo com os vários processos de reconfigurações da própria sociedade. A vantagem de ter em conta o processo histórico em qualquer análise presente das reconfigurações sociais e políticas angolanas é notada também por Christine Messiant (2007: 94); Patrick Chabal, apesar de ter em conta os processos históricos de transições e reconfigurações políticas, prefere, no entanto, situar e

comparar o processo angolano com o de outros países africanos (Chabal, 2007: 2). A comparação de processos distintos tem a vantagem de evitar que se incorra nos perigos do historicismo – para que alertava Karl Popper (2007) –, que pressupõe a existência de leis inexoráveis de desenvolvimento e que, em certo sentido, definia o estágio de desenvolvimento das sociedades. Mas os estudos comparativos trazem o perigo do reducionismo de se estabelecer hierarquias de processos históricos; outro perigo é o de tomar histórias de um contexto específico e estabelecê-las como protótipos para os outros casos, construindo aquilo que Mamdani (1996) designa como história por analogia.

Assim, este capítulo – que tem um carácter transitório, já que faz a ligação entre a parte histórica e a situação do poder político no pós-conflito – tem o objectivo apenas de oferecer um contexto que torne legíveis algumas formas de manifestação de poder, bem como da sua contestação e negociação. Procuramos evitar o historicismo que tende a cair em explicações endógenas, mas também reducionismos – como pode parecer a ideia de neopatrimonialismo de Chabal e Daloz (1999) –, ou mesmo a transposição para Angola de exemplos retirados de outros contextos, o que por vezes força as dinâmicas que se verificam neste momento neste contexto, como acontece com a ideia de *illiberal peacebuilding* (R. S. Oliveira, 2011).

A outra premissa é que, apesar das formas hegemónicas assumidas pelo exercício do poder em Angola ao longo da sua história, não se pode excluir, de todo, que o exercício do poder tem um suporte popular, não apenas como modo de submissão, mas como modo activo de negociar a possibilidade de ir vivendo o quotidiano (Krohn-Hansen, 2008; Jourde, 2009). Este capítulo tenta portanto reflectir sobre como esse suporte é formado por grupos que se vão reproduzindo, ou como indivíduos ou grupos disputam quotas de poder para fortalecerem as suas posições e como nestas disputas interferem as questões de raça, classe, género e identidades sociais.

6.2 – Hegemonia e contestação do poder

O historial de violência de Angola foi sempre visto como luta entre um poder hegemónico e as várias formas de resistência ao mesmo.⁸⁵ Esse poder teria assumido distintas formas ao longo da constituição da sociedade angolana. A hegemonia consistiria, basicamente, no controlo de recursos vitais para a sobrevivência de uma determinada comunidade, ou

⁸⁵ Um exemplo é a luta sobre o monopólio do comércio entre a Coroa Portuguesa e os reis do Congo no século XVII (ver Miller, 1988; Birmingham, 1966).

simplesmente no controlo de rotas comerciais pelo poder político da monarquia portuguesa (Newitt, 2007: 23-24), das companhias escravagistas transatlânticas (Miller, 1988: 20 e segs.), dos chamados “crioulos” ou “afro-lusitanos” e “jagas” (Birmingham, 1975: 336) e, mais tarde, dos comerciantes portugueses (Pössinger, 1973). Essa hegemonia também podia ser sobre o território (Pélissier, 1978). Os recursos controlados podiam ser materiais, simbólicos ou políticos, concebendo-se estes últimos como a capacidade de um grupo ou indivíduo influenciar ou determinar o modo como uma comunidade concreta se organiza. Um exemplo de tensões hegemónicas é o que se verifica no comércio de longa distância: a tendência para um controlo absoluto por parte dos comerciantes, na sua maioria europeus, dos mecanismos do comércio – aquisição do produto, transporte e preço de venda dos produtos – era ameaçada pelo controlo das rotas comerciais por parte dos chefes africanos (Birmingham, 1966; Dias, 1998, 2000). A possibilidade do êxito do comércio das caravanas era condicionada, desse modo, pelo confronto ou submissão de uma das partes ou, como alternativa, pela negociação dos distintos interesses dos actores envolvidos: fornecedores de produtos, chefes africanos, comerciantes, carregadores, exportadores e credores. Assim, o comércio de longa distância não seria apenas compra e venda de produtos, mas também incluía as condições que tornavam o próprio comércio possível; o acto da negociação, associado ao poder de influenciar decisões, implicava também o uso da coerção, muitas vezes violenta, e formas explícitas ou implícitas de resistência; implicava também reposicionamentos dos actores sociais e diferentes performances (Heintze, 2008). Isso fomentava e recriava as formas das relações sociais, mas também o modo e as técnicas de exercício do poder (Henriques, 1997).

Esse poder “socializado”, no sentido usado por Foucault (1978: 93), isto é, poder relacional, mas dentro de uma “situação estratégica complexa”, é que torna possível, paradoxalmente, a sua subversão ou a criação de espaços de resistência. Mas o poder adquire formas dissimuladas, seja através de artefactos culturais, seja como discurso normativo hegemónico no sentido que aponta Antonio Gramsci, quando as relações de poder são naturalizadas a ponto de se tornarem invisíveis (Gramsci, 1971: 40-42). A tensão entre, por um lado, a necessidade de se viver o dia-a-dia e, para isso, colaborar ou negociar com indivíduos, grupos ou instituições que detêm os recursos que tornam possível o quotidiano e, por outro lado, contra-actuar ou resistir à vertigem hegemónica dos detentores desses mesmos recursos, implica constantes reposicionamentos.

No pós-conflito, essa situação parece ainda mais evidente. O capital de força – concentrado nas Forças Armadas Angolanas e no exército da UNITA – como técnica para exercício do poder, de onde derivava por um lado medo, mas também a legitimidade desse

exercício do poder, reconverteu-se em capital económico. Essa reconversão não implicou o desaparecimento da vertigem hegemónica, mas transformou o campo e os meios com que o poder é exercido e negociado, e permitiu também a entrada em cena ou reconversão dos actores sociais envolvidos. Se, durante a guerra, a verbalização e os significados dos posicionamentos na luta pelo poder pareciam mais claros, no pós-conflito parecem mais disseminados: Democracia, Estado de Direito, Direitos Humanos e Desenvolvimento tornaram-se o portfólio do discurso político, tanto do Governo como da oposição, mas também da chamada sociedade civil. Neste capítulo tento analisar também como esse portfólio é reconstruído no quotidiano e, sobretudo, o significado que adquire neste contexto.

6.2.1 – Poder e negociação do quotidiano

Entre finais do século XIX e inícios do século XX, quando a Coroa portuguesa e, mais tarde, a República estenderam o seu domínio sobre o actual território angolano, romperam o equilíbrio de forças que tornava possível a coexistência de vários poderes e um emaranhado de interesses e respectivos conflitos (Dias, 2000: 69; Newitt, 2007: 19). O Governo colonial pretendia concentrar em si todo o poder político e militar, mas essa intenção era limitada pelas autonomias políticas de que gozavam ainda os chefes africanos, o que implicava, para o exercício do poder político, negociações e concessões de ambos os lados.⁸⁶ Mesmo a nível militar, além de os contingentes serem compostos por soldados africanos e mestiços, muitos chefes africanos resguardavam-se da subjugação militar portuguesa mantendo exércitos próprios, embora mal equipados, tentando conter as investidas portuguesas no interior. No plano cultural havia também resistência por parte dos “nativos”, ou “angolenses”, isto é, angolanos que viviam nas zonas urbanas com uma grande influência da cultura ocidental (Dias, 1984).

Esses nativos aderiram aos “valores da civilização”, embora criticando com aspereza a colonização, especialmente aqueles aspectos que tornavam evidentes injustiças como o trabalho forçado ou semiescravo, os castigos corporais, o confisco das terras e o pagamento de impostos das palhotas.⁸⁷ Advogavam, por isso, autonomia política, mas também a revalorização do indivíduo e do humanismo universal como crítica à cultura da violência e do

⁸⁶ Já vimos o debate sobre onde começa a colonização em capítulos anteriores. Mas aqui usamos o termo no sentido lato, para nos referirmos ao período em que já havia, de facto, uma intenção de ocupação da colónia (Dias, 1998; Alexandre, 2000a).

⁸⁷ *Angolense*, n.º 1, 29 de Setembro de 1917.

“embrutecimento” do indígena.⁸⁸ É de notar, a propósito, que esses “nativos” ou “angolenses” se diferenciavam, eles próprios, dos “indígenas”, o que evidencia em si mesmo não só a existência de outra franja social, mas provavelmente também de outras identidades. Dentro da categoria dos nativos havia, além do aparente unanimismo com que são apresentados (M. Bittencourt, 1999), clivagens raciais, políticas e religiosas (Andrade e Messiant, 1999).

Os comerciantes europeus que procuravam acesso a novos produtos, crédito e sobretudo protecção dos seus negócios constituíam outra franja da sociedade. Exigiam ao Governo a protecção do exército, especialmente no confronto com chefes ou comerciantes africanos no interior, e negociavam com as casas comerciais os escoamentos de produtos e aquisição de novos créditos (Dias, 2000; M. E. M. Santos, 1998; Henriques, 1997). Além desses comerciantes, antigos, havia também os “novos” comerciantes que se iam instalando no interior de Angola à medida que a administração colonial se estendia pelo território (Heimer, 1973a; Pössinger, 1973; Pélissier, 1978). Vendiam produtos manufacturados e competiam com os camponeses locais na implementação da agricultura comercial: os comerciantes compravam os produtos dos camponeses a preços irrisórios e vendiam e transportavam para as cidades os mesmos produtos a preços mais elevados; dedicavam-se além disso a angariar mão-de-obra para as plantações em São Tomé, ou para as plantações de café, especialmente para o Norte de Angola (Pössinger, 1973; Birmingham, 2003: 128-145).

A Igreja Católica, cuja presença remonta aos primeiros contactos com os portugueses, estava espalhada por todo o país, mas com forte implantação nas zonas urbanas e nas zonas costeiras (Henderson, 1990).⁸⁹ As Igrejas cristãs, protestantes, com forte implantação no interior do país, tinham também uma forte influência. A Igreja Metodista instalara-se no final dos anos 80 do século XIX no interior de Angola, especialmente no corredor de Luanda. A Igreja Baptista instalara-se no Planalto Central, também desde o final do século XIX.

Cada uma dessas instituições, grupos ou indivíduos disputava interesses que às vezes colidiam entre si: a Igreja Católica aliava-se com os governos coloniais na “missão civilizadora”,⁹⁰ ao mesmo tempo que se expandia e interferia na vida social e cultural dos africanos e, nessa empresa, contava com a protecção e ajuda material do Governo. Essa

⁸⁸ *A Provincia*, n.º 77, 8 de Maio de 1916, p. 1.

⁸⁹ Ver também Eduardo dos Santos (1969).

⁹⁰ A Igreja Católica tinha perdido o apoio do Estado, especialmente a seguir à implantação da República, em 1910, tendo-o recuperado parcialmente em 1919 e em pleno com a instalação do Estado Novo. Mesmo aí, esta relação ainda foi tímida até aos anos 40, altura em que foi promulgada a Concordata.

interferência chocava, no entanto, com os chefes africanos, que procuravam, por sua vez, manter indisputável o seu capital cultural e simbólico nas sociedades africanas, principalmente nas zonas rurais.

As Igrejas protestantes também procuravam alargar o seu poder de influência a nível cultural e social (Péclard, 1998b; Heywood, 2000). Não podendo contar com a ajuda material do Governo colonial, que via os seus líderes como estrangeiros, aliavam-se estrategicamente aos chefes africanos. O seu sistema de evangelização absorvia elementos das culturas tradicionais africanas: a organização social e política existente era reconvertida de acordo com o esquema da expansão da fé cristã nos moldes evangélicos. As lideranças políticas são então transformadas em lideranças religiosas e as organizações sociais das aldeias são incorporadas nas organizações das comunidades cristãs. Ao não contar com apoios materiais do Governo, as Igrejas protestantes criaram o seu próprio sistema de produção e comércio de produtos, o qual colidia com os interesses dos comerciantes. A necessidade de recriação da cultura africana nos moldes da cultura cristã implicava também uma aposta sistemática no ensino convencional, o que colidia com as intenções da Igreja Católica no seu projecto de auxiliar o Estado na missão civilizadora (Henderson, 1990).

Os “nativos” ou “angolenses”, na passagem do século XIX para o século XX, destacavam-se nos meios urbanos, quer no comércio, quer, mais tarde, na administração pública e nas profissões liberais. Mas a sua situação de intermediários – isto é, como residentes nos meios urbanos com predominância de expressões da cultura ocidental, como a organização administrativa, a língua do ensino e a escrita, mas, por outro lado, com a sua condição de “nativos”, isto é, com antepassados em Angola e em alguns casos com fortes ligações às culturas africanas, expressa por exemplo no uso do kimbundu – fazia-os sentir-se não portugueses. Se valorizavam os aspectos universais contidos na civilização ocidental, o progresso social, a instrução, a organização da vida urbana, por outro lado deploravam o preço pago para terem acesso a essa civilização: a brutalização do indígena através de trabalhos pesados e mal pagos ou o confisco das terras por parte dos comerciantes, por exemplo.⁹¹ Deploravam também que a noção de “civilizado” não se baseasse no grau de assimilação da civilização ocidental, mas na essencialização da noção de raça: a raça, à

⁹¹ A maior parte dos escritos de contestação dos nativos ou angolenses publicados nos jornais no início do século XX denunciava as injustiças, confiscos de terras, o racismo, o trabalho forçado, a falta de investimento na educação e os castigos corporais (Lopo, 1964; Margarido, 1980).

partida, continha atributos aplicáveis a indivíduos independentemente da sua experiência ou da sua situação em relação à civilização.

Assim, os nativos, por volta de 1917, tentavam aliar-se com o governo local para corrigir aspectos da colonização que levavam ao atraso da província, defendendo o fim do trabalho forçado e o aumento da escolarização, mas chocavam, por outro lado, com as intenções dos comerciantes, cujos ganhos dependiam em parte da possibilidade de explorar a mão-de-obra (Matos, 1944: 228-231, 1953: 107-108).

O Governo colonial tinha interesse em manter a estabilidade política e militar na província depois de ter terminado a guerra de conquista (1885-1920), mas também em criar um ambiente propício para que os comerciantes e agricultores exercessem as suas actividades (Wheeler e Pélissier, 2009: 110-111; Clarence-Smith, 1985: 135-136; Dias, 1984: 73). Para isso, precisava de expandir a lealdade à Coroa e, mais tarde, à República, usando com contenção a força disponível, embora presente como dispositivo máximo de coerção, mas sobretudo através de discursos apelativos a uma identidade política e cultural que naturalizava as relações de poder, como vimos acima no sentido em que apontava Gramsci. Esse dispositivo ideológico não eliminava as tensões remanescentes da conquista dos territórios, entre o final do século XIX e os primeiros anos do século XX, mas promovia novas reconfigurações dos grupos sociais e dos seus interesses.

6.2.2 – Reconfiguração do poder no Estado Novo: 1933-1961

O advento do Estado Novo, embora produzindo um *corpus* legislativo, o Acto Colonial, para acomodar os diversos interesses, inclusive os dos indígenas, no fundo exacerbou as clivagens existentes. Além de ressaltar a sua “função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos” (art.º 2), aprofunda o regime de tutela sobre os indígenas (art.º 22), cabendo portanto ao Estado a sua “defesa e protecção” (art.º 15). Esse aspecto é esclarecido por Marcelo Caetano, que admite os indígenas como “súbditos portugueses”, mas considera que não são parte da nação, enquanto comunidade cultural, por não terem assimilado ainda a cultura portuguesa, nem enquanto comunidade política, por não terem o estatuto de cidadãos (Caetano, 1954: 16). A Igreja Católica, embora o documento fale de “missões religiosas no ultramar” e pareça incluir as missões protestantes, passa a ser um instrumento da missão civilizadora (art.º 42), especialmente na área do ensino; torna-se também um instrumento de expansão da identidade portuguesa, da “influência nacional” (art.º 42), e os seus discursos e práticas coincidem com os discursos do poder político (Margarido, 1971). As Igrejas protestantes, apesar do florescimento do seu projecto social, perderam capacidade e influência

política e reduziram-se à condição de periféricas (Birmingham, 2003: 110). Os comerciantes, por seu lado, tornaram-se agentes oficiosos do projecto da expansão da administração do Estado colonial e aumentaram o raio de acção à medida que a administração se alargava (Pélissier, 1978; Messiant, 2006; Heimer, 1973a). Os “nativos” ou “angolenses” perderam força como grupo social: foi-lhes retirado o veículo de expressão, os jornais, abolidos por Norton de Matos em 1921, já que o conteúdo dos seus discursos e reivindicações passou a ser conotado como politicamente subversivo (Matos, 1953). As clivagens raciais aumentaram,⁹² já que aquilo que no princípio do século XX era visto apenas como diferenças sociais, passa a ser, nos anos 30 e 40, conotado com diferenças identitárias: os brancos formavam um bloco, os assimilados e mestiços outro, e os indígenas um terceiro (Messiant, 2006; Duffy, 1962). Além disso, a chegada de novos imigrantes portugueses que substituem na administração e nas profissões liberais os “nativos” ou “angolenses” diminui o prestígio social destes, mas também a posição de intermediários que ostentavam e que lhes permitia fazer exigências ao Estado. A nível interno surge a concorrência dos novos “assimilados” provenientes do contexto das missões protestantes, das suas escolas e dos seus projectos sociais (Messiant, 2006). Assim, o interior e zonas rurais, tidos como lugar do “indígena” e do “iletrado”, como lugar de exploração e do *matumbo* (Pacavira, 1981: 202), emergiam como o lugar onde se produzia uma síntese entre a cultura africana e a civilização ocidental, embora não portuguesa.

As autoridades africanas perdem completamente o seu capital político (Edwards, 1962; Florêncio, 2011). O chefe do posto, representante da administração a nível local, suplanta a autoridade política do soba ou do régulo, que é reduzido a um colaborador, a um mero recrutador de mão-de-obra para os projectos de plantações. Além disso, emergem as figuras do líder religioso, do catequista, do pastor e do professor, que, embora tivessem assimilado parte da cultura ocidental, como a religião e a instrução, não tinham abandonado completamente as raízes africanas, o que lhes granjeava poder de influência entre a população e lhes dava o prestígio que os líderes tradicionais tinham perdido (Edwards, 1962).

⁹² Um decreto de 1921 introduziu um elemento de discriminação, ao fazer uma distinção entre os funcionários com base na raça: os nativos pertenceriam aos quadros auxiliares, uma categoria inferior no funcionalismo público, com baixo salário e prestígio, comparando com os quadros efectivos, destinados para brancos com salários mais altos. Com esta medida, justificada pela vontade de ordenar a estrutura administrativa, Norton de Matos pensava especificamente nos africanos, já que temia que estes assaltassem a administração (Matos, 1953: 106).

As zonas costeiras deixaram de ser sinónimo de civilização e progresso, em contraposição ao interior, o sertão ou o mato, o lugar do gentio; emerge a noção de mundo rural, caracterizado por ligações às tradições africanas, à ideia de comunidade religiosa, e com fortes ligações à economia da terra, do campo. Emergem, ao mesmo tempo, cidades do interior, como Huambo, Uíge (Carmona), Malange, Saurimo e Luao (Luso), ligadas a novas actividades económicas: minério (Saurimo) monoculturas do café e algodão (Uíge e Malange) agricultura comercial e transporte (Huambo e Luao) (Fonte, 2007).

Estas transformações são acompanhadas por reconfigurações das identidades: as identidades etnolinguísticas são territorializadas. Ser congo não significa ser súbdito do rei do Congo, mas habitante do local e do espaço onde se fala kikongo; sob o ponto de vista administrativo, também significa pertencer a uma entidade abstracta, o bakongo. Os subgrupos dentro do grupo etnolinguístico bakongo são reduzidos a essa entidade territorializada. Esse movimento é acompanhado pela recriação dos mitos fundacionais do reino e pela reinvenção das tradições. Os ovimbundos, até então distribuídos em diversos sub-reinos, com as respectivas autoridades e particularidades culturais, são territorializados num único espaço, o território umbundo, com uma única cultura e, sobretudo, um único grupo étnico (Heywood, 1998; Edwards, 1962). Nas zonas costeiras ou nos espaços tradicionalmente tidos como urbanos, dão-se também transformações que têm consequências na reconfiguração das identidades (Andrade e Messiant, 1999). O “nativo” ou “angolense”, que podia ser o mestiço “biológico” (Ribas, 1960a, 1960b, 1960c)⁹³ ou simplesmente africano, mas socializado na cultura acidental, não derivava a sua identidade do solo ou da terra; as suas identidades intercalavam geografias sociais, como o bairro, ou a vila, e identidades políticas, isto é, a circunscrição administrativa, o distrito sob a autoridade portuguesa, e só muito remotamente tinham ligações com algum lugar, com a terra de origem (M. A. Oliveira, 1968, 1990; Messiant, 2006). Mas a reconfiguração das identidades nas zonas urbanas também implicou a fusão entre território e cultura. No entanto, contrariamente aos territórios umbundos e bakongos (Messiant, 2006), essa fusão não pressupôs, nestas zonas, a eleição de um território concreto sobre o qual se erigiria a identidade, nem implicou

⁹³ Quanto ao mestiço, Christian Messiant (2006: 118) aponta para a dificuldade de se estabelecer as nuances dentro da mestiçagem: entre os mestiços há uma distinção dos de pele escura e dos de pele clara. Essa diferença, que podia ser meramente biológica, tinha um significado social, já que se tratava de um contexto em que a identidade racial, expressa na tonalidade da pele, marcava uma posição social ou a oportunidade de ascensão. Ver também Pacavira (1981).

uma genealogia ou um mito fundacional; é a própria “Angola”, enquanto demarcação territorial onde confluem diversas identidades que ganham estatuto de comunidade de destino, o lugar onde são forjadas as novas identidades e onde se projectam as promessas da modernidade (M. A. F. Oliveira, 1968). Se os bakongos e umbundos interpretavam a colonização como uma interferência externa e interrupção no percurso do seu devir histórico (Vakulukuta, 1971; Savimbi, 1979; Chiwale, 2008), os “urbanos” viam a colonização como uma traição ao projecto da modernidade, à história universal do progresso humano. O termo “urbanos” não se refere aqui ao aspecto geográfico, mas a uma categoria social, portanto transversal a várias regiões de Angola. Christine Messiant nota, no entanto, que este grupo era constituído maioritariamente por assimilados antigos da região entre Luanda e Malange, e só mais tarde se foram integrando os novos, provenientes das missões protestantes mas das zonas urbanas (Messiant, 2006: 281).

Os teóricos do Estado Novo aperceberam-se da fragilidade do tecido humano das províncias e das confluências das várias identidades e de forças centrípetas no espaço territorial (A. Monteiro, 1933: 2, 1942; V. Ferreira, 1932). O diagnóstico assentou na premissa de que a ausência de uma identidade forte minava o empreendimento colonial. A solução passaria pela construção de um Estado forte, não apenas como instrumento administrativo, mas como instrumento de negociação das várias identidades. Essa dupla acepção de Estado enquanto burocracia e enquanto referente identitário implicava duas grandes transformações: a reforma administrativa e jurídica, o Acto Colonial, em que as leis, direitos e deveres estivessem consagrados, mas também uma base social, considerada necessária, em que a ideia de nação, sob o signo do Império, fosse realizável (Caetano, 1954; Cunha, 1952). Daí a ideia de “povoamento branco”, uma ideia antiga dos tempos da República, mas actualizada dentro do novo projecto da engenharia social (Amaral, 1960). A dupla função do Estado introduz, porém, uma relação ambivalente entre o Estado e as diversas franjas da sociedade: ao mesmo tempo que procura a neutralidade administrativa e burocrática, impõe narrativas identitárias hegemónicas; o poder deixa de estar na relação de forças entre os vários concorrentes – grupos sociais –, passando a estar dissolvido na aparência do funcionamento do aparelho burocrático. A contestação ou resistência a esse poder hegemónico, mesmo nas suas nuances dissimuladas, como a língua e as artes, não é tratada como disputa de reivindicação de quotas de poder que torne possível e constitua a própria sociedade, mas como uma forma de rejeição da própria sociedade. Os resistentes passaram a ser vistos como “marginais”. É então que emerge a ideia de anticolonização, primeiro como projecto que reivindica o poder do Estado, isto é, poder para fazer com que

este recupere o seu papel como instrumento de negociação das várias identidades entre as sociedades que habitam os territórios, mas também, depois, como um instrumento privilegiado que ajude a inserir Angola na história universal do progresso humano (Andrade, 1962).

O nacionalismo como ideologia para a aquisição do poder do Estado cria diferentes expectativas nos diversos grupos, instituições e indivíduos, apesar da aparente unanimidade do seu discurso. Para os grupos sociais que emergiram do contexto das Igrejas evangélicas, a autonomia ou independência política permitiria recuperar o seu projecto social e identitário numa Angola plural; partia-se do princípio de que a existência de outros projectos sociais permitiria uma disputa salutar e a negociação de uma fórmula que tornasse possível a convivência dos vários projectos de sociedade (Savimbi, 1979; Péclard, 1998b).

Essa expectativa era semelhante às que foram geradas na zona Norte, no ambiente Evangélico Baptista. Mas a ideia da existência de um reino congolês, prévia à chegada dos portugueses, interferia com a ideia de um nacionalismo supra-regional. Essa contradição nunca foi resolvida: a insistência no discurso nacionalista da recuperação do reino do Congo servia como instrumento de propaganda para minar a ideia de Império associada ao discurso colonialista, mas também para minar as veleidades dos discursos cosmopolitas produzidos pelos nacionalistas nas zonas costeiras; também servia para a imposição de uma narrativa fundacional que naturalizasse as relações de poder numa futura Angola pós-colonial.

As expectativas nas zonas urbanas eram mais práticas. A tentativa de forjar um discurso nacionalista supra-regional esbarrava com a necessidade de lhe dar um conteúdo cultural que implicava uma ideia de solo e terra. A ideia de “Angola” era ainda demasiado abstracta para conter um repertório cultural que justificasse uma identidade. Daí a insistência na ideia do projecto da modernidade, que se supunha que diluiria a “fúria” identitária. A premissa era que a denúncia do colonialismo, das suas injustiças e desigualdades, aglutinaria mais eficazmente os diferentes grupos e indivíduos em torno da causa independentista (MPLA, 1961). Quando o Governo colonial introduziu reformas para diminuir o impacto das reivindicações nacionalistas, provocou uma crise nos discursos nacionalistas das zonas urbanas; isso levou não apenas à alteração do conteúdo desses discursos, mas também a um reajuste ideológico e estratégico, para aliciar jovens nas zonas urbanas para a causa nacionalista. O projecto independentista não visava apenas inserir Angola na história universal do progresso social e do desenvolvimento, mas esse progresso tinha de ter uma base ideológica que se situasse nos antípodas do antigo colonizador, com o objectivo de assegurar que o projecto de progresso social não caísse nas malhas do “imperialismo”, interpretado como uma forma de neocolonialismo (Cruz, 1964). A reformatação do discurso implicava uma opção ideológica ou a absorção de uma ideologia

disponível no “mercado” das disputas internacionais, ou seja, posicionar-se no contexto da Guerra Fria; implicava também uma reformulação do papel do Estado numa futura Angola pós-colonial: já não se trataria apenas de um instrumento de mediação entre as várias identidades e forças centrípetas, mas seria cooptado para um papel hegemónico, isto é, que congregasse todos os mecanismos de exercício de qualquer poder – político, social, económico, simbólico (CONCP, 1967; MPLA, 1975; Bragança e Wallerstein, 1978).

6.2.3 – Pós-colonialismo, conflito e reconfiguração social

A transferência da soberania política em 1975 não parece ter modificado substancialmente a natureza do Estado, mas alterou-se o discurso sobre o Estado produzido pelas elites políticas que herdaram o Estado colonial. Já não se esperava que o Estado fosse o aglutinador de identidades múltiplas e dispersas, ainda que acomodadas no discurso anticolonial, mas passaria a ser um dispositivo para a produção normativa de um espaço nacional, como dizem Cardoso, Macamo e Pestana (2002: 11): “em Angola a definição normativa de um espaço nacional constitui o elemento central da negociação da ordem social”. É aqui que se instaura o político, não como uma actividade independente da negociação e da produção da ordem social, mas como resultado das estratégias e dos contornos da negociação da ordem social, seja na actividade formal dos partidos políticos, seja na dos movimentos sociais e da conhecida sociedade civil – numa palavra, na constituição da própria sociedade.

Esse processo da constituição da sociedade passou, nos anos 70 e 80 do século XX, por momentos conturbados e de extrema violência. As tendências hegemónicas e as suas formas de resistência dentro da sociedade e no interior dos grupos sociais influenciaram o modo como o político se constituiu. Depois da longa transição dos anos 90 (Mabeko Tali, 2004), e apesar dos momentos de violência, a partir de 2002 as formas de negociação da ordem social adquirem um carácter menos propenso a produzir rupturas sociais bruscas, contrariamente aos anos passados, sem contudo eliminar o recurso à violência, verbal ou física, por parte de actores políticos e nas relações quotidianas. Mas isso não impede que surjam novas reconfigurações sociais e novas interacções, de que vamos apresentar apenas algumas.

6.3 – Reversões e rupturas sociais e políticas: os casos da UNITA e do MPLA

Embora não se possa reduzir os vários processos de reconfigurações às condicionantes históricas, é por outro lado inevitável identificar trajectos que apontam para algumas continuidades. Assim, a guerra – seja nos anos 80, na Guerra Fria (Dietrich, 2000a), ou na guerra pelos recursos (Collier e Hoeffler, 2002), nos anos 90 – não pode ser reduzida apenas a

jogos de interesses internacionais, mas também remete para reposições e reconfigurações de poderes e identidades. Estão presentes ainda, como já vimos acima, tendências hegemónicas e a sua contestação.

6.3.1 – A reconversão política de uma força sócio-militar: o caso da UNITA

Embora o fim da guerra fosse precedido pela morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi, costuma perguntar-se se o fim da guerra é consequência da sua morte ou se a sua morte foi a consequência da perda da guerra. Em entrevistas com militantes da UNITA, especialmente ex-militares, a morte do líder da UNITA é descrita como grande perda, embora ressaltem também que os seus ensinamentos continuam vivos. Simpatizantes do MPLA vêem na morte de Savimbi o elemento decisivo que trouxe a paz; no entanto, entrevistas com militares das Forças Armadas reforçam que foram a perícia e os novos armamentos adquiridos, bem como as estratégias de contra-informação, que ditaram o fim de Savimbi.

Independentemente destas considerações, já se assistia em meados dos anos 80 a uma transformação dentro da UNITA (Bridgland, 1995; Muekalia, 2010). Apesar de a base social que lhe deu origem estar localizada no Planalto Central, este não pode ser tido como um movimento diferente dos outros movimentos nacionalistas que emergiram em Angola entre os finais dos anos 40 e meados dos anos 60 do século XX e que se revoltaram contra a hegemonia do Estado colonial. Mas essa revolta, como vimos, tinha tanto de disputa entre os vários projectos sociais, por exemplo aquele que emergia no contexto social das Igrejas protestantes, como de redefinição da autoridade nas zonas rurais. O projecto social das Igrejas protestantes visava reconstruir as comunidades rurais, de maneira a que a ordem social fosse negociada com base nos valores religiosos (Péclard, 1998a). Desse modo, o trabalho manual (mecânica, costura, agricultura) e os trabalhos de cuidado a manutenção da comunidade (enfermagem, ensino) não se afastariam da sua função moral de manter a comunidade coesa. A autoridade, que até então era a do soba, passaria para o pastor e o catequista (Edwards, 1962; Pössinger, 1986; Messiant, 2006). As escolas protestantes administravam o ensino profissional de ofícios, com actividades para os homens e para as mulheres, através do regime de internato. As formas de organização social das comunidades rurais, como o sistema de parentesco, seriam recuperadas e reconvertidas em base da organização das comunidades cristãs. Assim, os clãs foram sendo reconvertidos em comunidades cristãs e em vez do soba havia o pastor, com a sua Igreja, ou o professor, com sua escola; o conselho dos anciãos da tradição africana foi reconvertido no “conselho dos mais velhos”, que integrava o pastor, o professor, o catequista e o enfermeiro (Péclard, 1998b; Edwards, 1962).

No contexto da contestação nacionalista dos anos 50 e 60, esta organização social foi vista pelas autoridades como uma ameaça ao sucesso do empreendimento colonial (Henderson, 2006; Schubert, 2010). Sob o ponto de vista dos membros dessas sociedades, por seu lado, o colonialismo já não era apenas um escolho à construção das comunidades rurais, passou a ser visto também como um projecto que na sua origem procurava instaurar um sistema de crónica subjugação (Chiwale, 2008; Vakulukuta, 1971). Sob o ponto de vista moral e religioso, o sistema colonial foi interpretado como um sistema perverso e pecaminoso, já que a sua base era a ganância, a acumulação desmedida de riqueza e de poder; era também associado aos vícios da cidade, lugar de corrupção, da promiscuidade e da desmesura. A oposição ao colonialismo não era, portanto, apenas uma batalha política, mas continha também um elemento de emancipação moral (Henderson, 2006; Agbobli, 2005).

É neste contexto que nasce a UNITA. Independentemente da biografia do seu fundador, Jonas Savimbi (ver Bridgland, 1988), e da sua ideologia, maoista, primeiro, e conservadora, mais tarde, confluíam na UNITA várias tendências e expectativas: dos descendentes das monarquias africanas do Planalto Central, que viam no colonialismo um inimigo externo que usurpara o poder das autoridades autóctones e dispersara as populações; dos descendentes daqueles que tinham sofrido injustiças sociais, sobretudo aqueles que foram forçados a trabalhar nas construções dos caminhos-de-ferro e das estradas e enviados como contratados para as plantações de café no Norte; dos descendentes das novas autoridades religiosas, pastores, enfermeiros, catequistas, professores (Chiwale, 2008; Heywood e Thornton, 2007).

Embora a UNITA fosse fundada em meados dos anos 60, só depois da independência de Angola as várias tendências se reuniram dentro de um único projecto político. Em parte isto deveu-se às opções ideológicas dos novos governantes – socialistas de partido único e ateu – e em parte também ao facto de o novo Estado ter sido interpretado como herdeiro do Estado colonial, especialmente na sua dimensão hegemónica. A famosa marcha de 1977 (Valentim, 2010), em que a UNITA abandona as cidades, especialmente o Bié, Benguela, o Huambo e o Lobito em direcção às matas, a fim de fundar uma base sócio-militar de resistência ao MPLA, marcou a sua refundação (Pearce, 2012). Essa marcha, em termos militares, foi interpretada como um recuo para organizar a guerrilha; em termos políticos, tratou-se uma rejeição do sistema político vigente. A marcha teve também um significado simbólico no âmbito moral e religioso: significou a rejeição dos vícios da cidade, em contraposição com os valores do campo, e foi comparada à marcha bíblica em que Moisés levou o povo israelita do Egipto à terra prometida, passando primeiro pelo deserto. A mata era assim o lugar de resistência, mas

também o lugar da purificação da nacionalidade e de exílio (Malkki, 1992), do resguardo da tradição africana (Brinkman, 2005).

As alianças políticas que a UNITA activou a seu favor no exterior, para sobreviver política e militarmente, dependeram de várias conjunturas. A primeira é a da Guerra Fria, em que o alinhamento geoestratégico com cada um dos blocos tinha consequências logísticas a nível local, quer para a manutenção do poder dos Estados, quer para a alimentação de guerrilhas. Porém, contrariamente à ideia de que a sobrevivência da UNITA dependeu apenas da conjuntura da Guerra Fria (Messiant, 2004; Dietrich, 2000b), sendo a sua guerra conhecida como uma guerra por encomenda (*proxy war*), é interessante salientar as várias facetas das suas alianças. A UNITA alinou com a África do Sul, apesar do regime do *Apartheid*. Esse alinhamento decorreu da cumplicidade dos países do Ocidente no apoio à África do Sul, sobretudo nos anos 70 e princípios dos anos 80. Com a sombra da ameaça do comunismo, conseguiu também apoios dos países do Ocidente – Alemanha, Inglaterra, Suíça, França e Estados Unidos – e de alguns países africanos – Marrocos, Costa de Marfim, República Democrática do Congo, Togo e Egipto. Além disso, através de antigas alianças das Igrejas protestantes, conseguiu introduzir-se nas comunidades cristãs do Sul dos Estados Unidos e no Conselho Mundial das Igrejas Protestantes, com forte influência nos países ocidentais. Com alguns regimes africanos a UNITA explorou a ideia de que os detentores do poder em Angola eram descendentes de colonos e que portanto a verdadeira independência ainda não tinha sido alcançada; com Portugal a UNITA usou a ideia de que o MPLA tinha destruído o legado colonial, em vez de o aproveitar para a nova Angola, e que, depois do colonialismo, deveria ter sido introduzido um sistema multipartidário em que várias formações políticas disputassem o poder.

Em meados dos anos 80, a coesão interna da UNITA começou a ruir. Dois elementos concorreram para isso: os vários segmentos sociais que compõem a UNITA não encontram então suficiente espaço de negociação ou resistem a diluir os seus projectos ou expectativas num único projecto político que a direcção da UNITA pretende implementar. Por outro lado, a organização passa de um projecto sociopolítico em que a força tinha apenas uma dimensão política, para uma organização político-militar (Beck, 2012); a estratégia política e militar condiciona e substitui a componente social e os vestígios da componente religiosa; as lideranças militares substituem as lideranças dos mais velhos; os pastores, professores, catequistas e líderes tradicionais são substituídos por conselheiros militares, membros da brigada de informação e comissários políticos. As quotas residuais de poder que podem ser disputadas dentro da organização são concentradas na pessoa do líder do movimento (Jamba,

2002). A ordem social dentro da pequena “sociedade UNITA” já não é negociada a partir de um discurso normativo baseado em valores morais e religiosos, mas na base de uma única visão do que significa “ser angolano”: a UNITA passou de um movimento político e social que disputava a ordem normativa imposta pelo MPLA, a fim de acomodar não apenas o seu projecto político e social, mas também outros projectos, a um movimento que reclamava ter o único projecto viável para Angola. Essa transformação implicou a agudização do poder hegemónico dentro da organização; o controlo social deixou de ser feito através da politização, passando a depender da violência e do castigo corporal – os dissidentes ou suspeitos eram executados.⁹⁴

Se a disciplina férrea e a coesão interna da UNITA conferia eficácia em termos militares, dessanguava-a em termos morais e políticos. No final dos anos 80, o poder militar da UNITA ligado à conjuntura externa levou a que o Governo do MPLA fizesse reformas para acomodar diferentes sensibilidades políticas e sociais, mas em termos políticos e morais a UNITA vivia um momento de erosão. O regresso às cidades tornou visíveis as contradições da UNITA e sobretudo a ausência de uma alternativa credível. A contestação aberta ao líder depois dos acordos de paz e das eleições de 1992 – que se manifestou na dissidência dos principais líderes políticos, bem como na deserção de altas patentes e comandantes militares das fileiras do exército da UNITA – mostrava que a sua estratégia político-militar, apesar de ter granjeado fama, estava longe dos ideais e das expectativas que estiveram na base da adesão de muitos jovens do Planalto Central, especialmente da área protestante, à sua causa. A morte do líder em combate não foi certamente o fim da UNITA, mas foi o fim da estratégia seguida por esta força a partir da segunda metade dos anos 80.

Com o Memorando do Lwena, assinado em 2002 entre os elementos residuais do exército da UNITA e as Forças Armadas Angolanas, terminou o longo processo de transição, de reconfiguração social e política dentro da própria UNITA. A eleição do novo líder no

⁹⁴ É interessante, neste sentido, o testemunho de Fred Bridgland, jornalista da *Sunday Telegraph*, de Londres, que escreveu a biografia mais importante de Jonas Savimbi, nos anos 80, e lhe deu uma grande projecção internacional. Mas em 1995, num testemunho publicado na revista *Politique Africaine*, mostra justamente o contrário. Narra a desintegração dentro da UNITA que tinha acontecido justamente a partir de meados dos anos 80, em que figuras destacadas da UNITA, como Tito Chingunji (representante da UNITA nos Estados Unidos), Katalayo (um líder militar), Wilson do Santos (jornalista), Sangumba (responsável pelas relações exteriores da UNITA) e Vakulukuta (intelectual e responsável das relações exteriores) foram executadas.

congresso de 2004 não eliminou as tensões no seu seio, que ainda persistem, mas deu espaço a que diferentes sensibilidades se expressassem. Três tendências apesar de tudo ainda continuam em conflito de baixa intensidade. Uma dessas tendências é preconizada pelo grupo dos remanescentes da ala militar reconvertidos em políticos, que apostam numa radicalização do discurso político contra o MPLA, através de clivagens e denúncias da corrupção e má governação e da ideia de que os governantes seriam crioulos. Há ainda a ala que pretende recuperar as ideias da UNITA dos anos 70, anterior à grande marcha, apostada em refazer as bases sociais, especialmente na zona do Planalto Central e nas zonas periféricas das cidades, com destaque para o Huambo, Luanda e Benguela. A terceira tendência advoga uma postura pragmática: negociar e fazer concessões ao Governo do MPLA em determinadas medidas e, ao mesmo tempo, ir moderando o discurso político de modo a incluir a juventude urbana descontente com a governação do MPLA (Pearce, 2012, 2015).

Esta última tendência dominou o partido de 2002 a 2008, altura dos primeiros resultados eleitorais depois do conflito armado. O fraco resultado obtido pela UNITA nessas eleições levou a que a ala intermédia ganhasse peso no partido e definisse os termos da sua actuação. A melhoria dos resultados em 2012, quando comparados com os de 2008, confirmou a tendência da aposta na reconstrução da base eleitoral através de um regresso à sua base social. No entanto, a tendência moderada perdeu poder e resultou no segundo movimento de dissidência, que levou à fundação da Convergência Ampla de Salvação de Angola – Coligação Eleitoral (CASA-CE), de momento apenas uma aliança que agrupou vários pequenos partidos para disputar as eleições. Em 2012, obtendo 8% dos votos, colocou-se na posição de terceira força política em Angola.

Actualmente, a UNITA prossegue a estratégia de refazer a sua base eleitoral, ao mesmo tempo que procura o equilíbrio interno das suas fileiras. A contestação ao Governo não tem vingado, já que não possui força parlamentar suficiente para contestar certas políticas.

6.3.2 – Legitimidade e reconversão hegemónica: o caso do “MPLA-Governo”

Tal como vimos, a base social do MPLA situou-se nas zonas urbanas e numa parte do interior que vai de Luanda a Malange, onde se incluem as zonas protestantes de tradição metodista (Messiant, 2006). Vários grupos constituem o contexto social que dá origem ao MPLA. Além de uma franja mestiça que se formou especialmente no século XIX e teve influência social na passagem do século XIX para o século XX, houve também um sector de “assimilados africanos”.

Estes “assimilados” não se formaram em virtude da engenharia e política social introduzidas pelo Estado colonial, mas sim a partir de um conjunto de reconfigurações sociais que já vinham de décadas anteriores: têm origem nos africanos que participaram no comércio de escravos (Dias 1984; Heimer, 1973a; Mabeko Tali, 2001a; Messiant, 2006) e mais tarde no comércio de longa distância, que conseguiram acumular alguma riqueza, o que lhes permitiu dar uma educação ocidental aos filhos, enviando-os, em alguns casos, para a “metrópole”, especialmente quando provinham das zonas urbanas (Dias, 1984; M. E. M. Santos, 1998); nos africanos que foram incorporados nas Forças Armadas Portuguesas, primeiro como ajudantes e mais tarde como oficiais (Pélissier, 1978; Wheeler, 1969); nos africanos que foram educados nas missões protestantes, a partir do último quartel do século XIX (Messiant, 2006), o que lhes deu oportunidade de adquirirem não só instrução escolar, mas também hábitos ocidentais, ainda que não necessariamente portugueses; em pequenos agricultores, especialmente no interior de Luanda e no corredor de Kwanza, que conseguiam investir na educação dos filhos através de professores privados; no Seminário católico de Luanda, que também foi viveiro de formação ou “assimilação” de nativos; nas associações civis, grêmios, associações profissionais e associações cristãs e de caridade, como a conferência de São Vicente de Paula, que contavam entre as suas actividades o ensino regular para crianças e aulas de alfabetização para adultos. Essa transformação da paisagem cultural, juntamente com a curiosidade individual dos autodidactas, permitiu criar nas zonas urbanas um ambiente em que falar português e ter um estilo de vida percebido como ocidental fazia o prestígio social. Esta reconversão cultural foi sendo acompanhada por certas transformações sociais: a exibição da cultura ocidental marcava uma certa distinção social que muitas famílias se esforçavam por atingir (Castelo, 1998; E. Rodrigues, 2003).

A guerra de conquista do território e a consequente reorganização administrativa da colónia trouxe ao de cima clivagens sociais latentes desde o final da escravatura: os mestiços e assimilados, especialmente aqueles que se dedicavam ao comércio, primeiro de escravos, depois de longa distância, entraram socialmente em crise quando esses tráficos terminaram, devido não só à exigência de Inglaterra, mas também à queda dos preços dos produtos nos mercados externos (Dias, 2000; M. C. Neto, 2000; Alegre, 2000). Parte dos indivíduos que pertenciam a esta classe entraram nas Forças Armadas, outros na administração pública, e alguns tornaram-se fazendeiros e agricultores. Porém, a contestação nos jornais da suposta injustiça cometida pelos comerciantes e fazendeiros brancos contra os indígenas, especialmente no interior, acabaria por levar a que a administração e as forças armadas fossem cada vez mais ocupadas por imigrantes portugueses. Além disso, políticas sociais

baseadas na raça exacerbavam as clivagens raciais e nem a República nem o Estado Novo resolveram estas clivagens. O movimento de contestação social dos anos 40 e 50 foi pouco a pouco sendo traduzido em contestação política.

Nesta contestação política confluíram várias circunstâncias e interesses: os assimilados e mestiços excluídos da administração pública em virtude da chegada de imigrantes portugueses (E. Rodrigues, 2003; Matos, 1953; Moreira, 1960); a contestação de trabalhadores dos caminhos-de-ferro e das plantações, especialmente de algodão em Malange; associações culturais e semipolíticas que floresciam em Luanda, Benguela e Lobito e que questionavam o discurso da identidade, produzido pela metrópole, em que não se reviam; associações de estudantes angolanos no estrangeiro, especialmente em Lisboa, que, em contacto com outros movimentos africanos de emancipação, foram forjando ideias emancipadoras que eram comunicadas para o interior de Angola (M. Bittencourt, 2008; Lara, 2006).

O resultado destas circunstâncias foi que, no início dos anos 60, surge o MPLA como um movimento de libertação que reivindica a independência política de Angola. Os vários interesses e grupos, tal como aconteceu com a UNITA, acomodaram-se na ideologia nacionalista e nos discursos de emancipação. Havia no MPLA, entretanto, três grandes tendências. Uma era a dos chamados mestiços e “assimilados antigos”, que postulavam uma reforma política precedida por uma reforma social do sistema colonial, de modo a permitir uma transição política sem grande perturbação social (Andrade e Messiant, 1999; Messiant, 2006; Matrosse, 2005). Havia um segundo grupo, os chamados “novos assimilados”, que provinham das missões protestantes e católicas, especialmente do interior de Angola, e que advogavam uma ruptura com o sistema colonial em que a independência política total fosse o único termo de negociação; dentro deste grupo havia uma ala mais politicamente ideologizada que defendia uma implementação do socialismo, embora reservasse um papel especial para as elites intelectuais na gestão do movimento (Mabeko Tali, 2001a). Outro subgrupo era comandado especialmente por guerrilheiros que advogavam um mecanismo de decisão mais colegial, em que os assuntos do partido fossem discutidos num fórum aberto (Mabeko Tali, 2001b).

As reformas introduzidas pelo Governo colonial nos anos 60 retiraram ímpeto às reivindicações nacionalistas, especialmente quando insistiam nas clivagens raciais e desigualdades. Estas reformas fizeram emergir, sobretudo nas zonas urbanas, uma juventude vibrante, politizada e com vontade de aderir à causa nacionalista. Contrariamente à primeira geração de independentistas, que não enfatizava tanto os aspectos ideológicos da

reivindicação nacionalista mas antes a denúncia do sistema colonial como um sistema injusto, a nova geração procura uma justificação ideológica para a luta nacionalista (Andrade e Messiant, 1999). Em meados dos anos 70, várias dissidências vão marcar a vida interna do MPLA. A dissidência dos militares da frente leste de Angola, que criticava a direcção do movimento por descurar os aspectos logísticos da luta armada, teve como resultado a deserção do partido do líder desse movimento, Daniel Chipenda (Mabeko Tali, 2001c). Outra dissidência foi a dos antigos assimilados, conhecida por revolta activa, que reclamava da tendência hegemónica do movimento sobre os seus líderes, deixando pouco espaço para a discussão de ideias e dos projectos para o país (Pimenta e Maria, 2011). Mais tarde, já depois da Independência, em Maio de 1977, outra contestação à direcção do partido foi liderada por Nito Alves, ministro do Interior do primeiro Governo de Angola (Pawson, 2014). Essa última foi especialmente marcante no percurso político e social do MPLA. Os contestatários de Maio de 1977 eram na sua maioria antigos guerrilheiros (Francisco, 2007), bem como jovens comprometidos nas várias associações e movimentos para-políticos, principalmente negros e descendentes dos chamados novos assimilados, embora houvesse descendentes dos antigos assimilados (Mabeko Tali, 2001c; Mateus e Mateus, 2009). Trava-se ainda a discussão sobre o carácter desta disputa: tratava-se de uma clivagem racial sob forma de contestação política ou apenas de uma clivagem social sob a forma de um debate ideológico? Lara Pawson (2014) e Miguel Francisco (2007) parecem inclinar-se para a questão racial; Dalila Cabrita Mateus (2007) e Jean-Michel Mabeko Tali (2001c) para questões ideológicas, a primeira, e para rivalidades que têm origens históricas misturadas com questões ideológicas. O resultado foram milhares de mortos entre os contestatários, além de muitas vítimas civis, alegados inocentes.

Uma consequência dessa contestação foi a imposição, tal como aconteceu na UNITA, de um discurso hegemónico em que todos os poderes foram concentrados no líder do MPLA, que era, ao mesmo tempo, o presidente da República. Outra consequência foi a mudança do papel social das Forças Armadas. Uma vez que a contestação à liderança do partido partiu das Forças Armadas, estas perderam autonomia enquanto grupo com tendência a servir de contrapoder. Além disso, mesmo no momento mais alto da guerra, como no conflito contra o exército da África do Sul, nos finais dos anos 70 e durante os anos 80, foram auxiliadas por tropas cubanas e conselheiros militares soviéticos; nos anos 90, contra a UNITA, foram auxiliadas por um exército privado, a Executive Outcome, e por conselheiros militares israelitas. Embora a contestação militar de 1977 fosse controlada por militares cubanos, foram no entanto os serviços de segurança e contra-informação do Estado que passaram a controlar

qualquer forma de movimento social susceptível de se constituir em contrapoder. Assim, as associações civis, profissionais e religiosas ou foram proibidas ou inseridas em organizações controladas pelo partido; às Igrejas tradicionais, católica e evangélicas, foi retirado qualquer instrumento de intervenção social: as escolas e infantários, jornais, rádios e seminários foram nacionalizados ou proibidos pelo Governo. Só as práticas estritamente religiosas continuaram a ser permitidas.

No entanto, muitas organizações sociais independentes do MPLA foram-se reconvertendo em bases sociais do partido. As organizações partidárias juvenis tornaram-se o meio pelo qual muitos jovens acediam aos lugares mais altos da administração pública, ao serviço da diplomacia, a altos cargos de gestão das empresas públicas e nas Forças Armadas. Essa reconversão permitiu uma certa reconfiguração social dentro do exíguo espaço de negociação política. Os termos de negociação eram o discurso normativo sobre a identidade nacional que implicava, a partir do início dos anos 80, não contestar politicamente a liderança do partido. Esse estado de “política mínima” permitiu, portanto, como já se disse, a reconfiguração dos distintos grupos em competição nos anos 60 e 70 dentro do MPLA e que se acomodassem social e politicamente. Isso não implicou, evidentemente, a eliminação de clivagens raciais e sociais, mas um aparente estado de hibernação destas clivagens permitiu um certo convívio social e político de grande parte da sociedade, apesar da retracção económica e da contestação militar da UNITA. No final dos anos 80, as clivagens sociais e sobretudo políticas foram vindo ao de cima, por um lado devido às dificuldades económicas que o país vivia e, por outro, a um certo isolamento internacional que condicionava as pretensões cosmopolitas do remanescente das elites urbanas. Contrariamente ao que se diz, as reformas políticas não foram apenas fruto da queda do muro de Berlim (Messiant, 2007; Vidal, 2007a). Embora esta as tivesse condicionado, houve no interior do partido e de Angola movimentos contrapostos que se foram ampliando e exigindo reformas. As reformas, que começaram por ser económicas, a partir da segunda metade dos anos 80 implicaram abertura política e vários segmentos da sociedade foram ganhando espaço (Messiant, 2007; Rocha, 2010; Carneiro, 2004).

Os acordos de paz de 1991, precedidos pelos acordos de Nova Iorque, implicavam a independência da Namíbia, a retirada dos cubanos em Angola e, conseqüentemente, dos sul-africanos, e voltaram a dar espaço social e político aos militares. A saída dos cubanos punha-os frente a frente com a UNITA. As negociações, embora fossem feitas por civis, dependiam dos avanços no terreno. No entanto, os dois exércitos e os dois partidos estavam em contraciclo. Enquanto o exército da UNITA estava coeso, com moral alto, bem equipado, e

definia os termos das negociações, o exército governamental estava exausto, com o moral em baixo e com um equipamento em muitos aspectos menos sofisticado que os dos sul-africanos e do exército da UNITA. Quanto aos dois partidos, também havia movimentos contrários: o MPLA tentava refazer a sua base social, que tinha entrado em estado comatoso em virtude da penúria económica e da repressão policial, especialmente a partir de 1977. Em 1991, sob o *slogan* “reunir a grande família do MPLA”, reintegrou os dissidentes e descontentes. A UNITA, pelo contrário, vivia em clima de asfixia e forte dissidência. Nomes sonantes do partido desertavam fazendo denúncias nos meios públicos de comunicação social, denúncias que eram aproveitadas politicamente pelo seu adversário político, o MPLA.

As eleições de 1992 foram proveitosas para o MPLA: a vantagem de ter permanecido nas cidades durante os anos 80 deu ao MPLA espaço suficiente para refazer a sua linguagem e o seu discurso político; as denúncias e atrocidades cometidas pela UNITA foram exacerbadas e manipuladas pela comunicação social pública controlada pelo Governo. O acesso à riqueza do Estado permitiu ao MPLA preparar uma campanha eleitoral moderna e sofisticada. Além disso, o MPLA reconciliou-se com alguns sectores da sociedade, como a Igreja Católica, reconciliação essa que foi encenada na visita do Papa João Paulo II a Angola e na devolução dos bens que o Governo tinha confiscado em 1977. As Igrejas evangélicas foram reconhecidas como tendo contribuído para a formação dos nacionalistas. Alguns jornalistas e escritores críticos para com o MPLA reafirmaram então a sua lealdade ao partido.

A rejeição dos resultados eleitorais pela UNITA trouxe o retorno da guerra e os anos 90 são caracterizados por várias transições. A economia segue o seu percurso de liberalização. As aberturas democráticas são condicionadas pelo contexto de guerra que se estende por todo o país, com grande parte do território controlado pela UNITA. A UNITA é repartida em três: uma parte, a ala militar, prossegue com a guerra; outra parte, a civil, continua em Luanda e faz parte do parlamento; outra parte ainda forma um movimento de dissidência, conhecido como UNITA-Renovada, ao qual aderem alguns membros da UNITA que se encontram em Luanda. Enquanto a guerra prossegue, há também duas mudanças dentro do MPLA: a primeira é o reaparecimento da figura do militar.

No início da “segunda guerra” angolana, como a denominam Guus Meijer e David Birmingham (2004: 15), houve mudanças quanto à influência sociopolítica dos militares: as batalhas travaram-se nas cidades, inclusive nas cidades do litoral, como Luanda, Benguela e Lobito. A estratégia para derrotar a UNITA passava por um bloqueio diplomático por parte das chancelarias diplomáticas europeias e africanas, e por um corte radical das suas fontes de rendimento, como as minas de diamantes. No primeiro caso, tratava-se de um trabalho

político e diplomático; no segundo, o trabalho era executado no terreno militar, de batalha em batalha. Quando as zonas ricas em recursos diamantíferos eram “abandonadas” pela UNITA ou “recuperadas” pelo exército governamental, ficavam sob tutela dos chefes militares e só passariam à administração civil do Estado quando houvesse “perfeitas condições de segurança”. Uma vez que a UNITA representava, pela primeira vez na sua história, uma séria ameaça de tomada do poder pela “força das armas”, o presidente passou a confiar absolutamente na acção nos militares, mesmo que o preço fosse a privatização e exploração dos recursos do Estado. Os militares exigiam além disso disponibilidade orçamental para dotarem o exército nacional de artilharia pesada, a fim de combaterem “os rebeldes”, como a UNITA passou a ser designada nos anos 90, ou os “terroristas”, a partir de 2001. Para a compra de material bélico, os militares recorriam ao “mercado negro” ou a “intermediários solidários com Angola”, escapando deste modo ao bloqueio de venda de material bélico a Angola que fora imposto pelos Acordos de Bicesse.

À medida que a guerra foi avançando, os militares foram acumulando poder político e social até então concentrado no presidente da República, José Eduardo dos Santos, através do Comité Central e do Bureau Político do MPLA. Antes dos Acordos de Bicesse, apesar da situação de guerra, a influência dos militares era muito mais forte nos lugares em que os cenários de guerra eram mais evidentes. Além disso, o exército governamental era apoiado com quase igual número de homens pelo exército cubano, e contava ainda com a ajuda de estratégias militares russos, o que, em certo sentido, retirava protagonismo militar às patentes angolanas. Os Acordos de Nova Iorque, assinados em 1987, ao estipularem a retirada do exército cubano em Angola e dos sul-africanos na Namíbia, deixavam pela primeira vez o exército angolano entregue a si mesmo. A presença militar nas cidades do litoral era diminuta, se comparada com a das cidades do interior, onde a ameaça das tropas da UNITA era mais evidente. O poder do presidente era exercido com o apoio dos serviços de inteligência e segurança do Estado e suportado por um escol de apoiantes instalados no Comité Central.

A década de 90 também coincide com os primeiros pacotes de privatizações das empresas do Estado, correspondente às empresas que tinham sido nacionalizadas depois da Independência (M. E. Ferreira, 1991). O processo de privatização, feito de modo pouco transparente (Ferreira e Barros, 1996; Messiant, 2007), transpôs patrimónios estatais para as mãos de altas patentes do Estado, designados simplesmente por “generais”. Dessa forma, além do poder militar, estes acumularam também poder económico que, à medida que a guerra se foi aproximando do fim, foi sendo reconvertido em poder social e político (Messiant, 2007; Gomes, 2009).

6.4 – Autoridade e poder político: burocracia e reconfiguração quotidiana

Pode-se perguntar se há uma reconfiguração específica do poder político no pós-conflito angolano. É mais fácil falar de uma reposição de indivíduos e grupos na estrutura do poder, do que de uma mudança radical na estrutura do poder e nas condições em que ele é exercido, pelo menos desde a ascensão do poder social dos generais e da sua ligação ao poder económico, tal como vimos no capítulo VII. Christine Messiant (2007) fala, no entanto, de uma reconversão hegemónica do poder, quando deixa de ser exercido por uma *nomenklatura* assente no *bureau* político e passa a ser gerido directamente pelo presidente. Esse processo foi legitimado através da mudança da Constituição em 2010, que confere poderes acumulados ao presidente: é chefe do Governo e chefe de Estado; nomeia os juízes e convoca e organiza as eleições. Jon Schubert (2010) fala de partidarização, Patrick Chabal e Nuno Vidal (2007) chamam-lhe neopatrimonialismo: no primeiro caso, o partido seria o suporte a partir do qual o presidente exerceria e legitimaria o poder; no segundo, trata-se da criação de redes clientelares, sem que haja necessariamente uma conexão estritamente partidária, mas o poder seria exercido a troco de influência.

Nas entrevistas realizadas com generais do exército na reserva transparece a questão da estabilidade militar e não da adesão política no seu sentido estrito, como mecanismo de tomada de decisão, participação política, visão do país em termos de progresso e desenvolvimento e funcionamento da burocracia. Estes elementos não estão presentes: “O país já está bom, nós já fizemos muito, os partidos têm que se entender.” [Entrevista n.º 62]

O que sobressai nas entrevistas é o mau funcionamento da administração e burocracia, isto é, da prestação de serviços básicos como “electricidade”, “água” e “tratar os documentos”; aparece também a ideia de que “aqueles que roubam” devem ser julgados. Estes temas foram mais comuns nas zonas periféricas e nas zonas difusas. Nas zonas de novos condomínios e nas zonas urbanas (Luanda, Huambo e Benguela) o tema da “infra-estrutura”, “segurança” e “respeito pelas leis” teve mais expressão. Nas novas centralidades (Luanda e Lubango) também foi recorrente o tema dos “serviços básicos”: “água”, “luz”, “saúde e escola”.

Quanto à participação política, tirando os membros e simpatizantes dos partidos, estes surgiram nas entrevistas como “impotentes”, por não poderem influenciar as decisões políticas, e também como não tendo meios para fazer “*check and balance*” das medidas políticas do Governo. Nas várias entrevistas, “eles” e “o Partido” apareciam como sinónimos ou também associados à “riqueza” e ao “poder económico”.

6.4.1 – Burocracia racional *versus* “ordens superiores”

Os últimos anos da administração colonial foram marcados por um funcionamento do sistema burocrático jurídico-racional, com produção de normas, leis e decretos aplicáveis a vários sectores da administração. Este funcionamento dava ao Estado uma unidade administrativa, apesar do carácter autoritário do poder em termos da decisão política. A percepção de que certas decisões favoreciam uma minoria branca não impedia, no entanto, a existência e funcionamento da burocracia. No início do período pós-colonial, com a saída de funcionários públicos, na sua maioria portugueses brancos, e a introdução de um modelo socialista de Estado, era esperado que se passasse por um período de transição, de administração revolucionária, entre a administração colonial e a administração pós-colonial. Porém, a aplicação de um novo sistema administrativo foi obstruída pelo recrudescimento da guerra, que fez com que as prioridades administrativas em termos de orçamento geral do Estado fossem direccionadas para a “manutenção da segurança”; havia também a prioridade de controlar politicamente, sendo um sistema político autoritário, qualquer forma de organização social ou para-política que minasse o mecanismo de exercício do poder, e esse controlo implicava que os funcionários do partido, com estatuto diferente dos outros funcionários, ficassem isentos do cumprimento de certas normas. Por outro lado, a falta de controlo por parte do Estado de certas parcelas do território e a presença da ideologia marxista-leninista em todos os aspectos da vida social impediam a produção de um quadro legal geral que impusesse uma obrigatoriedade.

Além disso, alguns acontecimentos políticos marcaram decisivamente as formas do exercício do poder e tiveram consequências na organização administrativa do Estado. O que teve maior destaque foi o 27 de Maio de 1977. Como já referimos anteriormente, a contestação ao chefe de Estado partiu de um corpo de elite do exército. Sendo este um órgão de soberania, depois de a contestação ter sido dominada, o exército deixou de ser um órgão semiautónomo e passou a depender directamente, através de serviços militares de inteligência, da tutela do chefe de Estado. Contrariamente ao que diz Christine Messiant (2007), não é em meados dos anos 80 que se dá uma reconversão do poder hegemónico, mas sim no final dos anos 70, em decorrência do alegado golpe de Estado e do seu imediato controlo: foi então que emergiu a necessidade de um controlo restrito do exército, passando este a depender, directamente, do presidente da República. Essa concentração do poder militar no presidente, além de garantir a possibilidade de conter qualquer forma de contestação, significou também, em termos simbólicos, a solidificação hegemónica de um modelo de exercício de poder, isto

é, o de manter rédeas nos mecanismos de tomada de decisão. A outra consequência é que a nível local, naqueles sectores em que o presidente não podia, por questões logísticas, exercer directamente o poder, fá-lo através de homens de confiança que agem sempre em seu nome. É neste contexto que nascem as relações clientelares (ver Médard, 1987). Essa prática, que alastrou a todos os domínios do aparelho do Estado e da administração pública, inverteu a mecânica do funcionamento do modelo burocrático racional, caracterizado como impessoal, geral e abstracto, favorecendo um processo de “personalização administrativa”, caracterizado como arbitrário, personalizado e desregrado – assente num organograma de decisão política centralizada e, quanto à sua aplicação, condicionado pelos interesses e ligações do chefe local, que não podia ser contestado devido à ausência da participação política e de leis claras. Até 1999 conviviam-se neste domínio com dois códigos administrativos do período liberal (1820-1910) – a Carta Orgânica da Província de Angola (1917) e o Estatuto político-administrativo de Angola (1963) –, a Lei Fundamental de Angola (1975), leis e decretos do período revolucionário (Lei Constitucional de 1975, Lei n.º 1/76, Lei n.º 20/77, Lei de revisão de 1980, Lei n.º 7/81 e Lei n.º 21/88) e leis produzidas no período da transição para a democracia (Lei n.º 12/91, Lei n.º 23/92 e Decreto-Lei n.º 17/99).

Nos anos 80 e 90, como vimos, a deslocação das populações do interior para as cidades, ou simplesmente de cidades pequenas para os grandes aglomerados, não foi precedida por uma intervenção burocrático-administrativa para, por exemplo, proceder à alocação de espaços habitáveis, ou à criação de infra-estruturas para saneamento básico e serviços.

Embora haja, a partir de 2002, um processo de produção de leis e uma tentativa de se retomar um modelo administrativo jurídico-racional – através, por exemplo, da desconcentração e descentralização administrativa (Feijó, 2001; Guedes *et al.*, 2003) –, esse processo esbarra, como veremos em seguida, com o mecanismo de tomada de decisão.

Tomemos o exemplo concreto da tentativa de reconversão de dois bairros periféricos no Huambo, o bairro de Kamussamba e o bairro de Fátima. Kamussamba pertence a uma zona difusa e Fátima pertence a uma zona periférica estabelecida. O projecto consistia em criar condições para a instalação de infra-estruturas (esgotos, água canalizada e electricidade), redesenhar arruamentos, legalizar alguns terrenos para possíveis construções, e foi gerido pela ONG Development Workshop em coordenação com a administração municipal do Huambo e os moradores dos referidos bairros. O desfecho foi desigual. No primeiro caso, o de Fátima, conseguiu-se criar condições para arruamentos, legalizar terrenos e vender parte deles, com o objectivo de financiar a construção de infra-estruturas. Em Kamussamba, os terrenos não foram vendidos, mas sim distribuídos gratuitamente pelos funcionários da administração a

indivíduos que constavam de uma lista de espera que já existia a esse nível e que não eram residentes de Kamussamba. Ao serem concedidos de forma gratuita, e não vendidos, os terrenos em causa não geraram receitas que permitissem custear os trabalhos de intervenção no bairro: terraplanagem, abertura de valas. Nos antigos terrenos foram novamente construídas casas de forma desregrada, o que dificultou ainda mais a intervenção.

Outro exemplo é o da mudança de instalações da Conservatória do Registo Civil no Lobito. O serviço, que funcionava num edifício com espaço suficiente para atendimento ao público, zona de escritório para os funcionários e uma área para conservar os livros de assentos (nascimento, casamento, morte, etc.), foi transferido para um outro edifício, exíguo, sem condições de trabalho, com pouco espaço e sem divisão entre a área de atendimento ao público e a área de trabalho dos escriturários. Na entrevista com os funcionários da Conservatória transpareceu a ideia de terem recebido “ordens superiores” ou ordens da “central” para a deslocação dos escritórios; o antigo edifício fazia parte de um complexo de edifícios que seria transformado num centro comercial. A implantação de uma actividade de âmbito privado, como é a exploração do centro comercial, interferiu assim com o funcionamento de uma instituição do Estado, sem que essa interferência fosse suportada por qualquer documentação.

Tanto no caso da reconversão dos bairros como no da deslocação da Conservatória do Registo Civil, houve uma interferência externa no funcionamento da administração. Não interessam para a nossa pesquisa os contornos e as causas dessa interferência, mas apenas salientar como a dimensão formal de uma instituição absorve no seu funcionamento aspectos informais, que estão ligados ao mecanismo de decisão política. Estes aspectos, entre a tentativa de se instalar um modelo burocrático-racional e o mecanismo existente de decisão política, introduzem a dimensão da incerteza com a qual indivíduos e grupos têm de lidar no dia-a-dia.

6.4.2 – “Quem manda, manda; quem não manda, obedece”: participação e representação política

A participação política refere-se à possibilidade de influenciar as decisões políticas sobre a vida de uma comunidade a nível local ou nacional. Essa participação pode ser directa, por exemplo através da participação nas escolhas de políticas que concernem a um grupo ou comunidade, ou indirecta, através de mandatos de representantes. Nas zonas rurais umbundu, Edwards (1962) e Childs (1949) falam da existência do conselho de anciãos, os *sekulos*, além do soba, através dos quais a autoridade era exercida; essa estrutura também existia entre os

bakongos (Thornton, 2000) entre os humbe-nhaneka, no sul de Angola (Estermann, 1983) e entre os mbundos, no corredor Luanda-Malange (Miller, 1988). Essa estrutura de poder foi sendo modificada à medida que se foi estendendo a autoridade do Estado e outro tipo de autoridade, como já foi observado anteriormente, foi emergindo no mundo rural – nas figuras do pastor, do catequista e do enfermeiro –, além do chefe do posto, representante da autoridade do Estado nas circunscrições mais pequenas. O poder das autoridades tradicionais foi reduzido ao de colaboradores informais do Estado (Florêncio, 2011; Kyed, 2007; Orr, 2010)⁹⁵ ou de intermediários em circunscrições onde a autoridade do Estado era quase nula ou houvesse conflito entre agricultores africanos e comerciantes, como aconteceu no Planalto Central (Pössinger, 1986). Outra transformação ocorreu quando, por imposição administrativa, os sobas, por exemplo nas Lundas, eram obrigados a angariar mão-de-obra para o serviço nas minas de diamante.

Nas zonas urbanas, Luanda (cujo corredor ia até Malange) e Benguela (cujo corredor ia até Caconda), tiveram sempre autoridades militares e mais tarde governadores. Angola passa de domínio ultramarino, durante a República, a colónia, no Estado Novo, e mais tarde a província ultramarina. Com a Reforma de 1951, o Acto Colonial de 1933 é integrado na Constituição Portuguesa. A reclamação da autoridade pelos nacionalistas, como já vimos, traz consigo a exigência da Independência.

No período pós-independência, como já foi dito anteriormente, o MPLA foi o movimento nacionalista ao qual os portugueses transmitiram a autoridade do Estado, complementada pelo reconhecimento do Estado independente por países estrangeiros e algum suporte popular. Estes elementos conferiram ao Governo do MPLA legitimidade suficiente para exercer o poder político. Mas essa legitimidade foi alargada e aprofundada através da instauração do regime político de partido único consagrado na Lei Constitucional de 1975. Essa consagração não exclui apenas outras forças políticas, os outros movimentos nacionalistas e pequenas formações, mas também limita outras formas de organização social, mesmo que sem carácter político: as igrejas, os sindicatos, as organizações juvenis e profissionais, as associações culturais e artísticas e as ONG. O partido político passa a partido-Estado, ou seja, é no Comité Central e no Bureau Político que são desenhadas as políticas do Estado e os seus membros são também os que compõem as assembleias provinciais, municipais e nacional. É através do

⁹⁵ Para uma discussão sobre a relação entre chefes tradicionais e o poder colonial, ver, por exemplo, Groff (1991).

partido e das suas organizações que é possível a participação política, que consistia neste contexto em debater políticas públicas, desde que dentro do quadro ideológico marcado pelo partido e sem nunca pôr em causa os mecanismos de decisão política; na possibilidade de apresentar propostas a nível das assembleias municipais e provinciais; na denúncia de corruptos ou dos que se afastavam da doutrina oficial do partido. As práticas de “*check and balance*” ou a decisão de aplicação de uma política estavam a cargo dos “responsáveis”, entendidos como os superiores hierárquicos na estrutura do partido.

A partir dos finais dos anos 80, como também já notámos, o afastamento das actividades partidárias ocorria em simultâneo com o aumento da procura de satisfação das necessidades básicas de alimentação e emprego, e verifica-se o aumento do comércio informal (Lopes, 2007).

A assinatura dos Acordos de Bicesse em 1991 e a preparação das eleições faz ressurgir o alinhamento partidário. Mas o recomeço da guerra em 1992 e medidas de repressão de ambos os lados contra civis por serem membros de partidos adversários aprofundou o fosso entre actividades partidárias, participação política e discussão de políticas públicas. Depois do conflito, em 2002, era mais frequente que os membros do MPLA mostrassem publicamente que eram membros do partido do que acontecia com os membros de outras formações políticas. Entrevistas com membros da UNITA associavam esse receio a práticas que vinham do passado, em que os membros do MPLA teriam acesso a emprego na administração pública ou nas empresas do Estado, cargos que os membros de outros partidos tinham fracas possibilidades de obter.

6.5 – Reconfigurações pós-conflito: “os nossos”, “eles” e a política dos afazeres

A ligação entre o partido e o Estado teve consequências na organização da administração: sendo o partido também Governo, os governadores e administradores são membros do partido; todos os ramos da actividade económica que são, entretanto, nacionalizados (M. E. Ferreira, 1999), são administrados pelos membros do partido.⁹⁶ Essa sobreposição política e administrativa possibilitou, ao longo das décadas de 1980 e 1990, a acomodação de grupos sociais que já tinham, entretanto, alguma expressão nos últimos anos do colonialismo. É neste *milieu*, essencialmente urbano, que acontece a ascensão de grupos económicos cuja projecção se faz notar no final dos anos 90 e sobretudo no pós-conflito.

⁹⁶ Existe a escola do partido, onde são formados os gestores das empresas – desde padarias, pescarias, pequeno comércio, até às grandes empresas públicas do Estado.

6.5.1 – Administradores, militares e diplomatas

A saída massiva de portugueses em 1975 permitiu, como vimos, a ascensão de funcionários dos escalões baixos e médios da administração pública para escalões médios e altos já no contexto pós-colonial. Alguns funcionários africanos e mestiços tinham sido incorporados na administração pública em resultado de reformas introduzidas pelas autoridades coloniais a partir de 1961, entre as quais o alargamento da rede escolar e de liceus, bem como de escolas médias de formação profissional. Os alunos saídos destas escolas, especialmente das escolas industriais, eram incorporados na administração pública e nas empresas de prestação de serviços. A seguir à Independência, estes alunos transitam ainda para a administração pública, empresas públicas e serviços de diplomacia. Elementos da polícia e militares que pertenciam ao exército português são também incorporados no novo exército e na nova polícia nacional.⁹⁷

Nesse contexto, as clivagens raciais que existiam nos anos anteriores entre mestiços, brancos e negros, embora não pressupondo a reconfiguração de identidades, estiveram presentes no modo como os grupos se organizavam. Alguns destes grupos são caracterizados apenas como crioulos. Patrick Chabal (2007: 2) sugere que há uma continuidade do antigo grupo de crioulos, mestiços e assimilados que surgiu nas zonas urbanas entre o final do século XIX e o princípio do século XX, ao qual, mais tarde, se foram juntando os “novos” assimilados vindos das missões protestantes estabelecidas nas zonas urbanas (Messiant, 2006). É discutível se esse grupo se manteve “isolado” ao longo de quase 40 anos de pós-colonialismo, como sugere Marcelo Bittencourt (2000). O que se pode dizer é que a mistura entre a convivência à sombra do partido, o *milieu* urbano e as ligações afectivas e culturais à antiga metrópole levou à acumulação de capital social e capital cultural neste grupo. Esses arcabouços permitiram a estes grupos estar na charneira quando Angola passou de uma economia centralizada e socialista a uma economia de mercado, sem que essas transformações fossem acompanhadas por liberalizações políticas. Dada a estrutura da economia angolana, isto é, de carácter substancialmente rendeiro e associada sempre ao controlo do Estado, e portanto ao poder político, facilmente o capital cultural e social foi reconvertido em capital económico. Assim, em vez de se falar apenas de uma elite corrupta,

⁹⁷ Além de elementos que vinham da administração colonial, há também antigos estudantes que pertenciam aos movimentos juvenis dos partidos que receberam formação técnica e militar nos antigos países do Bloco do Leste. Há também uma grande quantidade de jovens angolanos que são enviados para Cuba e União Soviética e vão integrar tanto as forças armadas como as administrações do Estado e das empresas públicas, tendo entretanto recebido formação naqueles países.

podemos falar de um grupo social que se acomodou na nova conjuntura política e económica, aliando-se ao poder político desde a Independência.

6.5.2 – Partidos, ONG e Igrejas

A UNITA e os outros partidos políticos não têm expressão devido à natureza do poder político. A UNITA continua no seu processo de reconversão de força principalmente militar em partido político. Os vários congressos que realizou mostraram essa reconversão, mas, por outro lado, os vários movimentos de dissidência mostram que o poder dentro do partido ainda é retido por um grupo restrito que controla as comissões provinciais e as bases. São elas que elegem os delegados, que, por sua vez, elegem o presidente e os membros da direcção do partido. Além disso, não dispo de meios financeiros, como dispunha anteriormente, o acesso ao público é limitado, já que os meios de comunicação social estatais são controlados pelo partido do Governo, seu adversário político.

Outros partidos, como a CASA-CE, embora com assento no parlamento – com 8% nas últimas eleições –, não têm grande expressão a nível nacional.

As igrejas e as ONG, mesmo não sendo forças políticas, têm grande impacto a nível nacional, principalmente nas localidades. A Igreja Católica, que tinha sido reduzida a mera confissão religiosa – já que os seus meios de intervenção social tinham sido confiscados pelo Estado pós-colonial, está a recuperar socialmente o seu poder. Durante os anos de guerra foi a voz que criticou a opção belicista das partes em conflito e foi também a única a sugerir abertamente que a democracia liberal seria o meio para o sanar. Neste momento, além da Universidade Católica e da Rádio Eclésia, que já lhe dão muita projecção social, de certa maneira política, está também envolvida em vários projectos educativos, especialmente no ensino básico e secundário. Este poder, contudo, não é usado para influenciar politicamente as acções do Governo.

As Igrejas protestantes estão na mesma situação que a Igreja Católica, embora tenham menos implantação no país; também apostam em projectos na área da formação escolar básica e secundária, bem como na Universidade Metodista. Estas Igrejas têm sido desafiadas pelo aparecimento de Igrejas pentecostais, como por exemplo a Igreja Universal do Reino de Deus, que tem alguma implantação nos meios urbanos e mantém projectos sociais, como escolas e rádios.

Várias Organizações Não Governamentais, nacionais e estrangeiras, têm também uma forte implantação no país. Ganham maior projecção durante os anos de guerra, com projectos de ajuda de emergência. A partir de 2002 também foram reconfiguradas e apostam

em projectos de desenvolvimento, principalmente a nível local. Se estas organizações aparecem, por um lado, como parceiras do Governo em projectos onde as administrações locais parecem não possuir *know-how* e estratégia, por outro lado são olhadas com desconfiança pelo mesmo Governo, já que as suas intervenções implicam críticas a certas políticas governamentais. Nesse aspecto, entram também na esfera da disputa do poder.

6.6 – Conclusão

A reconfiguração do poder é indissociável do contexto histórico que explica os vários processos de reconfiguração social. Um dos elementos importantes é o Estado. Além da sua função enquanto entidade política e institucional, o Estado é, também, no caso específico de Angola, o elemento cuja emergência implicou a redefinição das várias identidades em competição no território. Erigido como instrumento de modernização, o Estado burocrático colonial exacerbou as clivagens políticas, raciais e sociais que persistiam na sociedade, ao mesmo tempo que conseguiu introduzir, pelas suas reformas, um modelo jurídico racional de burocracia que, nos últimos anos do colonialismo, tentava neutralizar as tensões que existiam em décadas anteriores.

A contestação anticolonial, inicialmente de cariz reformista, converteu-se em contestação nacionalista, o que não só obrigava o Estado a redefinir a sua função na negociação das identidades, mas sobretudo o desligava do seu estatuto identitário. A contestação anticolonial fez emergir novos actores sociais, mas também projectou Angola como uma comunidade de destino. Essa projecção passava, antes de tudo, pela aquisição do poder do Estado.

O Estado pós-colonial desracializa-se, mas não se democratiza. A consequência é uma nova contestação violenta, como no passado colonial. Além disso, mantém um carácter autoritário. Contrariamente ao Estado colonial, o Estado pós-colonial usa um modelo arbitrário de administração – por oposição ao modelo jurídico-racional –, um sistema de funcionamento que, aliado a uma ideologia e sistema político, facilitou o desenvolvimento do modelo informal. No pós-conflito, concorrem várias reconfigurações: por um lado, há grupos que se repositionam na sociedade, tirando proveito da estrutura de poder, e que reconvertem o seu capital social e cultural em capital económico; por outro lado, o mau funcionamento da administração introduz um elemento de incerteza na vida dos grupos e indivíduos que tentam recriar os seus quotidianos e que têm assim de lidar com essa incerteza. Além disso, o modelo existente de poder político não só não permite uma participação activa que possa influenciar politicamente as decisões, como também impele o Estado para uma retracção na sua função de negociador das identidades. Assim, os grupos e partidos políticos são não apenas

competidores pelo poder político, mas também uma espécie de “retransmissores” da tensão identitária que ainda prevalece em Angola. Neste sentido, o pós-conflito não é apenas reconciliação e reconstrução, mas também renegociação do próprio quotidiano.

PARTE III

CAPÍTULO VII – ENTRE O CONFLITO E O PÓS-CONFLITO: NARRATIVAS, PROCESSOS E READAPTAÇÃO

7.1 – Introdução

Embora o trabalho tivesse começado seis anos após o final da guerra, chamou-nos a atenção nas entrevistas a reconstituição do significado do conflito. Essa reconstituição não pareceu depender apenas da experiência directa com o conflito ou da pertença a um dos lados da contenda, mas antes ser uma acomodação que fazia sentido na situação presente no momento da entrevista. O mesmo se podia dizer da calendarização do conflito e sua tipologia. Ressaltamos este foco porque foi notória, não a descrição dramática dos momentos de guerra – que também esteve presente em algumas entrevistas –, mas a insistência em ter um discurso coerente sobre a guerra, as suas causas, como e porque terminou. Nem sempre essa percepção coincidia com as descrições convencionais da literatura sobre o conflito em Angola, mas antes, em muitos casos, com o que é apresentado pelo governo do MPLA ou mesmo pela UNITA. Este capítulo recolhe estas percepções como uma primeira aproximação da reconstituição social no pós-conflito.

7.2 – Percepção do conflito armado: cronologia e tipificação

Como já se disse antes, o conflito angolano foi encaixado em distintas taxonomias no quadro de conflitos globais, não só de acordo com as ideias que os seus actores tinham sobre a violência e as suas causas, mas também de acordo com os recursos materiais para a sua execução e as condições dos alinhamentos políticos internacionais que o tornavam possível. Embora alguns entrevistados reproduzissem estas taxonomias, outros não só as contrariavam como as liam a partir de posicionamentos no próprio conflito.

Conflito/Tipologia/-92

MDC/Categorias predicativas/Actividades

“Em 1975, mas mesmo já antes tivemos de optar. Ou com os internacionalistas cubanos e com a amizade dos povos socialistas, ou com o outro lado que naquela época dizíamos imperialistas. Agora já não falávamos assim. Mas naquele tempo... prontos. Eram outros tempos. Já tínhamos tido ajuda. Eu mesmo fiz um curso, estuda lá, Jugoslávia. Antiga, agora aquilo mudou. Era

assim, não havia hipótese. A FNLA era apoiada pelos americanos e por Mobutu. Epá, UNITA ainda não era nada. Só depois.” [Entrevista n.º 29]

Embora na Guerra Fria os posicionamentos internacionais fossem claros, havia no entanto ambiguidades que as divisões oficiais não cobriam. A UNITA, que era apoiada pelos sul-africanos e pelos países do bloco ocidental, era também apoiada por países africanos contrários ao regime do *Apartheid*.⁹⁸ Os Estados Unidos, que não tinham relações diplomáticas com Angola mas cujas empresas, principalmente petrolíferas, operavam em Angola, ao mesmo tempo ofereciam apoio logístico e financeiro à UNITA.

Conflito/Tipologia/-92

MDC/Categorias predicativas/Actividades

“Eles (os americanos) sabiam qual era a nossa causa. Não éramos um grupo qualquer. O Dr. Savimbi foi recebido na Casa Branca. A nossa causa era justa. Éramos disciplinados. Os sul-africanos também nos apoiavam, mas nós combatíamos, não era como no outro lado que andavam aí no meu bem bom, a comer do bom e do melhor enquanto os cubanos e os filhos dos desgraçados é que combatiam. Muitos que hoje são generais, nunca ouvimos falar deles. Onde combateram? Onde fizeram a recruta?” [Entrevista n.º 33]

A activação de apoios externos para suportar conflitos internos foi sempre uma constante dentro da história dos vários conflitos angolanos. Já no tempo colonial, Portugal, mesmo considerando a guerra anticolonial, antes de tudo, como uma guerra interna, cedo percebeu que os movimentos nacionalistas tinham apoios externos não só de países vizinhos, como também de potências estrangeiras como os Estados Unidos, para o caso da ajuda à FNLA, a União Soviética e a China, na ajuda ao MPLA e à UNITA. Portugal recorreu também à ajuda de possíveis aliados na região, como a África do Sul e a antiga Rodésia, e activou parceiros estrangeiros para a compra de material bélico, como aconteceu, por exemplo, com a antiga Alemanha Federal. No entanto, estes apoios foram mudando à medida que os contornos do conflito se foram tornando mais complexos. A UNITA recebeu apoios da Alemanha Federal, Estados Unidos e Israel. No final do conflito esse papel foi invertido, isto é, os Estados Unidos e Israel apoiaram o Governo do MPLA, sobretudo na fase final do conflito, enquanto antigos países do Leste europeu, apoiantes tradicionais do MPLA, venderam armas à UNITA.

⁹⁸ Países como o Togo, a República Democrática do Congo, o Reino de Marrocos, a Costa do Marfim, o Egipto e a Zâmbia apoiavam a UNITA. Estes mesmos países davam apoios financeiros e militares a organizações como a SWAPO e o ANC, que lutavam contra o regime de *Apartheid* sul-africano.

Nas entrevistas, tanto ex-militares das FAPLA/FAA como ex-militares das FALA ordenam estas informações, algumas contraditórias, de modo a manterem a coerência narrativa e sobretudo a dar-lhe sentido no contexto de pós-conflito.⁹⁹

Conflito/Periodização/Cronologia/-92

MDC/Categorias predicativas/Actividades

“Eu estou cansado... lutei muito. Muito mesmo. Hoje estamos assim, alguns bem outros mal, foi graças ao nosso sacrifício. Demos o cabedal. Quando eu tinha 14 anos já andava nas estruturas clandestinas. Quando veio o 25 de Abril já me encontrou na tropa. Não andei no maqui. Isso é verdade. Epá, os meus não me deixavam. Mas depois, combati a FNLA no Kifangondo, os sul-africanos. Estive no Cuito-Canaval, aquilo foi fogo. Na guerra de 90 já não participei, mas também me apanhou no Sumbe. O território ficou completo. Nós vamos partir, e vamos entregar a terra aos nossos filhos como tirámos dos portugueses. Epá é assim. Epá ainda falta muito para fazer, epá mas prontos. O país está inteiro.” [Entrevista n.º 3]

Embora a entrevista sugira que o objectivo da guerra da parte do Governo do MPLA fosse manter o território, a integridade territorial, como era comum dizer-se nos anos 80,¹⁰⁰ em virtude da invasão sul-africana na fronteira sul de Angola, a UNITA fazia o mesmo discurso, ainda que os invasores fossem, para ela, os cubanos e os soviéticos.

A cronologia da guerra também varia segundo o posicionamento num dos lados do conflito. Para o Governo do MPLA, entre 1961 e 1975/76 travou-se uma guerra de libertação: primeiro uma guerra anticolonial contra os portugueses, de 1961 a 1974, e mais tarde uma guerra “contra a ocupação” ou “segunda guerra de libertação”, contra os zairenses e sul-africanos, de 1974 a 1975/76. Entre 1976 e 1988 deu-se a guerra contra a invasão sul-africana, após a qual foi assinado um documento, os chamados Acordos de Nova Iorque, de 1987, que estabelecia que os cubanos deviam abandonar Angola e os sul-africanos a Namíbia. Fernando França Dias Van-Dúnem e António dos Santos França “Ndalú”, um ex-primeiro

⁹⁹ FALA: Forças Armadas de Libertação de Angola, designação do exército da UNITA. FAPLA: Forças Armadas Populares da Libertação de Angola, designação do exército angolano até à introdução do multipartidarismo, após a qual, na decorrência dos Acordos de Bicesse, foram criadas as FAA: Forças Armadas Angolanas, unificação dos dois anteriores exércitos.

¹⁰⁰ Nos anos 80, quando a administração americana passou a apoiar mais directamente a UNITA, com a chegada ao poder de Ronald Reagan, passava um *spot* publicitário na televisão angolana em que uma mão gigantesca agarrava um mapa de Angola e o ia soltando lentamente, enquanto uma voz dizia “Reagan, deixa Angola em Paz!”

ministro e um general na reserva, salientaram numa conferência em Luanda que os Acordos de Nova Iorque foram possíveis em decorrência de vitórias militares e permitiram não apenas a saída dos sul-africanos da Namíbia, mas também o fim do regime do *Apartheid*.¹⁰¹ A guerra entre 1988 e 1991, altura dos Acordos de Bicesse, foi de facto um período de transição, durante a maior parte do qual decorreram negociações entre o Governo e a UNITA a fim de terminar o conflito armado. A guerra entre 1992 e 2002 foi denominada pelo Governo do MPLA como “guerra de reposição da ordem constitucional”.

A cronologia e a tipificação pelo lado da UNITA nem sempre coincidem com as do Governo do MPLA. A guerra entre 1961-1974 é tida como guerra de libertação nacional, e nisso coincide com o MPLA e a FNLA. A guerra entre 1975/76 e 1977 é a guerra do tempo do recuo, da “grande marcha”. Entre 1976/77 e 1986/87 foi a chamada “guerra de resistência”, contra a invasão russo-cubana; a guerra entre 1987 e 1991 seria a “guerra pela democracia (Muekalia, 2010). A Guerra entre 1991 e 2002 seria, por fim, a “guerra de sobrevivência” (Sakala, 2006).

Jorge Alicerces Valentim (2010), antigo quadro da UNITA e depois dissidente, denomina a guerra de 1992-2002 como “guerra contra o terrorismo”, portanto, contra a ala terrorista da UNITA. Para Jorge Valentim, a base da reconciliação nacional, onde os interesses da UNITA e do MPLA convergiam, foi estabelecida entre os Acordos de Gbagdolite (1989) e os de Bicesse (1991). A sua interpretação é que a UNITA trai, em 2002, essa base.

Conflito/Periodização/Cronologia/-92

MDC/Categorias predicativas/Actividades

“Eu nasci no alto Catumbela e depois houve um ataque da UNITA. Eu vivia assim no internato, estás a ver? Eu andava na 6.^a classe. Uma vez de madrugada ouvimos tiros. Tivemos que fugir. Nunca me esqueço. Morreu muita gente. Até os meus colegas do quarto, muitos morreram. Depois assim, pensámos, não, vamos sair daqui. E saímos. Vamos mudar para Benguela. Uns foram para o Lobito, outros para Luanda, outros para o Huambo, etc. Outros entraram na tropa. Eu vim aqui, era o ano de 88, saí de lá Agosto de 1988. Quando cheguei vi que aqui nunca se passou guerra. Nunca mais vi mais guerra de perto. Só mesmo em 1992 aqui em Benguela, mas

¹⁰¹ Em conferência proferida em Luanda a 14 de Novembro de 2012, por ocasião do Dia do Jornalista. Ver http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2012/10/46/Acordos-Nova-Iorque-contribuiram-para-estabilidade-Africa-Austral,21a6e55e-4d91-417a-9440-0e7738a26db0.html no *site*

aquilo já não foi nada, eu vi o pior. Agora estamos bem. A guerra nunca mais, mesmo. Nunca mais.” [Entrevista n.º 46]

Este entrevistado, que saiu da sua terra em 1988 depois de uma experiência de guerra, sugere que ter chegado a Benguela, uma cidade na costa e longe do cenário de violência armada, foi de facto a sua experiência de pós-conflito. Não apenas a periodização da guerra depende da posição em que cada um dos lados esteve, como inclusive a data do início do pós-conflito depende da experiência e da exposição à violência do próprio conflito.

Conflito/98/Huambo

MDC/Categorias predicativas/Actividades

“Quando saímos mesmo à aldeia era bem escuro... não sei se era cinco ou quatro da madrugada. Ouvimos só alguém bateu à porta. Estão a dizer lá todos mesmo sair, se preparar... As crianças. Não dá para levar lá muito. Cada um leva lá um pouco. Até a minha filha de 7 anos levou lá uma coisa na cabeça para fugir. Isso custa, ya? A voz de sair veio do soba, o soba mesmo o nosso pai, ele é um soba mesmo verdadeiro. Andamos. Só ouvimos bummm. Tatata. Bummm. Medo! Sofrimento! É corrida!” [Maria Cangote, 33 anos, natural de Saboto, residente no Huambo, entrevista de grupo n.º 6]

Aqui a experiência de guerra não foi o contacto entre os militares da UNITA e as forças do Governo, mas o estar num cenário de guerra. Este cenário não consiste tanto em estar debaixo de fogo cruzado, mas em ter de deixar a casa de madrugada e de ver a filha, ainda pequena, ter de carregar bagagem.

Conflito/98/Huambo

MCD/Categorias predicativas/Actividades

“Andamos toda noite. Até o tal caminho nem estamos a ver. Mas o soba e os homens é que diziam vamos aqui, vamos ali. Subir montanha, descer, subir, descer. Se esconder nas árvores quando estamos a ouvir lá um cabarulho [um som vago]. É capaz são eles. Depois encontramos as tropas do Governo. Medo? Revistaram os homens se tinham armas. Nessa guerra não se sabe. Alguns não cumprem só, fazem lá as suas coisas. Revistar os homens... mesmo todos, até os miúdos pequenos se tinham pistolas ou quê. Mas disseram afinal para continuar. Chegámos até à Missão do Canhe.¹⁰² Descansámos e andámos mais até. Primeiro fomos no CFB.¹⁰³ Quando

¹⁰² Missão Católica do Canhe, que fica à entrada da cidade do Huambo.

chegámos já no CFB, coração voltou um pouco no lugar. Era só fome e os pés doer. Mas lá nos falaram que há muitas pessoas, para ir mais até Coalha. Lá ficámos, mas doença era muito. A Cruz Vermelha e o PAM¹⁰⁴ é que nos ajudaram muito. Então nos mudaram já para Kassequel. Com o tempo já se habituámos.” [Maria Cangote, 33 anos, natural de Saboto, residente no Huambo, entrevista de grupo n.º 6]

O medo que se sentia diante da presença dos militares do Governo era quase igual ao que se sentiria estando na presença dos militares da UNITA. Não dependia do lado em que se estava, mas da interpretação que o chefe da operação fazia no momento do encontro. Essa incerteza sedimentava-se nos indivíduos e era narrada posteriormente como parte da experiência de guerra. O MCD entra em crise: as tropas do Governo não significavam necessariamente segurança nem a UNITA significava forçosamente perigo. A situação do encontro é que determinaria a posição e definiria o que era ser inimigo. O conflito não era, por isso, apenas a guerra entre dois exércitos convencionais, ou entre um exército oficial e um grupo de rebeldes. Por isso, chegar ao destino, chegar ao campo de refugiados, era uma espécie de experiência de pós-conflito.

Conflito/98/Huambo

MCD/Categorias predicativas/Actividades

“Luciano nasceu em Caconda, província de Huíla. De Caconda, ainda muito jovem, foi viver para Katata, a 200 quilómetros. Com 20 anos voltou para Caconda. Casou-se e tem agora quatro filhos. Em Katata, além do trabalho no campo, construía casas, especialmente de adobe. O trabalho do campo dava para a alimentação; não vivia da ajuda humanitária. Quando a guerra começou, em 1998, saiu de casa de madrugada com a esposa e três filhos. O último filho nasceu no campo. A ida para o campo foi difícil porque, por ter nascido em Caconda, era visto como alguém da UNITA, embora não tivesse nada a ver com a UNITA.” [Registo do autor a partir de entrevista com Luciano, 47 anos, natural de Katata, residente actualmente no Huambo]

Mesmo estando no campo, num lugar seguro sob a responsabilidade do Governo, não havia desaparecido o cenário ou imagens da guerra, a incerteza e a sua ambiguidade. Caconda tinha sido ocupada pela UNITA, embora tal não significasse que os seus habitantes aderiam à UNITA. Mas, ao construir o MCD, identifica-se uma ligação entre Caconda e ser da UNITA.

¹⁰³ Caminho-de-Ferro de Benguela. Refere-se à estação central dos caminhos-de-ferro no Huambo, para onde se dirigia a maior parte dos refugiados antes de serem encaminhados para os campos respectivos.

¹⁰⁴ Programa Mundial das Nações Unidas para a Alimentação, conhecido apenas pelas siglas PAM.

O conflito não se restringia ao medo psicológico de enfrentar a morte eminente, ou de um dano físico ou da perda material; implicava também o medo da perda de símbolos, da identidade e significados, já que isso podia ter como consequência a própria exclusão da comunidade (Entrevista n.º 26).

Conflito/a92/UNITA/

MCD/Categorias predicativas/Actividades

“OK, eu realmente fui militar, entrei na UNITA em 77, pronto, fui militar, lutei lá na Jamba, cheguei lá na Jamba me deram a política e percebi bem a causa do problema que existe aqui em Angola, fui lá nos treinos, treinei muito bem e sou tropa. Estive na tropa a combater o inimigo e pronto. Chegamos em 2001 é quando saltei no exterior, na Zâmbia, por causa deste assunto, se não, não iria, por causa da derrota daquelas acções que recebi na UNITA que combinou eu ir pro exterior, se não, não iria. Eu estive aí na Zâmbia no campo Uquime, pronto, a HCR nos tratou muitíssimo bem sem problemas.” [Entrevista n.º 34]

Além de cenários de guerra em que civis se viam envolvidos, havia também, evidentemente, militares politicamente engajados. Para estes, um cenário de pós-conflito seria uma derrota militar sob o adversário, o “inimigo”. Parece haver uma diferença entre a ideia de conflito armado anterior aos anos 90 e a do reacender da guerra depois das eleições (Pearce, 2012).

Conflito/a92/UNITA/Interpretação

MCD/Categorias predicativas/Actividades

“Entre na UNITA em 72, dia 17 de Setembro. Naquela altura eu já tinha acima de 18 anos. Sim, sim. Então prontos. Lá vivemos [?] vivemos o fim da guerra [?] com o [português?]. Quando pensámos que a situação agora está ganha porque temos o nosso país – afinal não aconteceu. Houve várias ambições de outros paí... de... de outros partidos, o caso do MPLA, por exemplo, que teve que afastar, ahh, os outros grupos ou os outros movimentos como a FNLA, que esses realmente viveram todos os acordos em Janeiro de 75. Isto tudo depois falhou. Isto quando tudo isto falha, pronto, a guerra [incendiou?] o coiso e portanto o MPLA incita a guerra em Angola. Houve assim uma [particular?] e prontos. Ah, apareceram também vários [?] elementos que quiseram apoiar certas partes. Nós vimos naquele lado, no lado da FNLA, por exemplo, viveu os sul-africanos [?] porque naquela altura o americano tinha apoiado a FNLA. Muito menos a UNITA. [Dado?] não. E... finalmente, também entra os russos e os cubanos em Angola, [lá?] da guerra, sim senhora, os dois confrontaram-se.” [Entrevista n.º 41]

As distintas etapas da guerra, a sua cronologia e tipificação, são organizadas não necessariamente como aconteceram, ou de acordo com a história oficial, mas de modo a

cabermem no universo social do narrador e assim dar sentido ao quotidiano e justificá-lo. A guerra passa a ser então uma guerra de causas que se confunde com a sua biografia. Os vários acontecimentos e os intervenientes no conflito são alinhados para dar coerência à narrativa.¹⁰⁵ Desse modo, a sua história de vida, a sua biografia, mesmo que com aparente perda e sofrimento, mantém o senso de dignidade que não decorre de uma atribuição exterior, mas da coerência entre a interpretação que faz dos acontecimentos e o significado que lhes dá no presente:

“Voltámos a fazer guerra aos 76. Uma luta [empenhosa?] e [?] pronto, surgiram depois aqueles [acordos?] que marcavam uma ponte [?] da guerra para a vida de paz. Povo esteve esperançoso, aguardou com muita ansiedade essa aproximação de paz mas é uma paz que depois [?] custou-nos bastante. Quando [vais?] às eleições, a UNITA tinha ganho as eleições. Que hoje, mesmo o mundo, vem a dizer que sim, realmente, a UNITA tinha ganhado, ah, ganho as eleições. Pois... por razões talvez de corrupção [ou?] outra forma nós perdemos [não? + incompreensível] eleições de setembro de 92. Quando reivindicámos a negociar talvez até os nossos elementos no caso do... do... do [?] e mais outros, foram mortos até numa mesa de negociações. Resistimos. Fome, chuva, frio. Hoje estamos aqui. Ninguém me pode dizer que não lutei pela paz. Depois a paz chegou e aqui estamos. Entreguei a arma, está lá com eles. E começámos outra luta. Sempre a resistir.” [Entrevista n.º 29]

Contrariamente à ideia de que a guerra tinha um cunho étnico ou tribal, o entrevistado reforça a ideia de que a causa da guerra era justa, a luta era necessária; essa justificação da guerra, que podia ser fruto de uma doutrinação, é apresentada na narrativa dentro de um quadro de interpretação que dá sentido ao seu trajecto de vida já no pós-conflito.

A participação dos jovens no conflito não seguiu o único padrão da adesão, tanto do lado governamental como do lado da UNITA. No lado governamental havia uma lei de serviço militar que ordenava que os jovens a partir dos 18 anos entrassem no exército. No entanto, essa ordem não era acatada voluntariamente por todos. Havia aqueles que, de facto aderiam;

¹⁰⁵ “No fim dessa guerra, 75 a 76, houve assim uma palavra de ordem que dizem que [bom?] pronto todos os estrangeiros deviam se retirar. Que o problema de Angola passa-se apenas na mão dos angolanos, que eles resolvessem. Então, prontos, os sul-africanos retiraram-se. E os russos e os cubanos permaneceram em Angola, fomos obrigados, sobretudo a partir do momento que nos dizem ir para a [...], os inimigos da paz que eram a UNITA e a FNLA não teriam nem sequer um palmo de terra. Nós não tínhamos outra maneira de fazer senão resistirmos porque sabíamos que a terra é mesmo a terra da nossa origem onde os nossos antepassados viveram e que cresceram e assim nós nascemos. Resistimos.”

outros eram levados compulsivamente, nas conhecidas “rusgas”, que consistiam em recolher os jovens em casa de madrugada e enviá-los para campos de treinos e em seguida para campos de combate; as escolas e lugares onde os jovens se aglomeravam eram outros dos lugares destas “rusgas”. No caso da UNITA, além das primeiras adesões, provavelmente voluntárias, no final dos anos 70, também foi usado método semelhante às “rusgas”, o rapto de jovens em aldeias, depois transformados em soldados; outro método consistia em acolher refugiados que abandonavam zonas de combate intenso e procuravam refúgio e segurança nas zonas controladas pela UNITA, inserindo compulsivamente os jovens refugiados no seu exército (ver Minter, 1994: 31).

Depois do conflito, as narrativas e memórias sobre a participação no conflito dependem também do contexto de interação em que estas memórias são produzidas. Alguns soldados da UNITA que deixaram esse exército em 1992 e passaram para o exército governamental ou simplesmente abandonaram a vida militar justificam a sua participação na guerra como “combatentes pela democracia ou pela liberdade”: “Depois das eleições vimos que o país já estava a salvo, fazer a guerra mais para quê? Pus as armas no chão e passei a civil, começar mais vida. É outra luta...” (Entrevista n.º 26) Aqueles que continuaram a lutar pelo lado da UNITA, mesmo depois de 1992, justificam a sua participação pelo facto de a democracia ainda não ter chegado e que era preciso continuar a luta (Entrevista n.º 34). Do lado do Governo, no entanto, jovens que teriam sido ruscados usam o mote “defender a pátria” para justificar a sua participação na guerra. Aqueles que, por exemplo, sofreram algum ferimento ou que andaram na guerra e depois não usufruem de uma pensão suficiente para o dia-a-dia, dizem, por exemplo, que andaram a fazer a guerra para defender os “ricos”:

“Eu andei no Cuito Canaval, dei o litro, apanhei estilhaços, mas estou aqui, sofrimento é demais. Aqueles que nesse [tempo] andaram na Europa no bem bom, é que estão a comer. Uns até já receberam a tal patente de general, sem nunca estarem na kitota. Kota, até vendo mesmo bem, demos o cabedal para os balados viverem bem; ya, mas deixa só. Deus é que sabe. Mas estamos bem, e estamos em paz e pronto, cada um lá em cima é que vai saber o que falar...”
[Entrevista n.º 13]

A ideia de participação na guerra como “sacrifício pela pátria” é diluída pelo modo como a memória da guerra interfere no presente. Não existe de facto uma única visão nem uma cronologia objectiva. Qualquer destes quadros, mesmo quando impostos pela via institucional, é localmente re-especificado. Assim, a noção de paz e reconciliação usada a nível oficial para caracterizar um tempo de reconstrução da história social é re-especificada, re-situada a nível local, de modo a dar sentido ao quotidiano.

7.3 – A violência do poder e a vida quotidiana

Embora a violência seja associada à destruição, ela tem também, enquanto comportamento humano, acção humana, portanto, o potencial de transformar a sociedade. Este elemento decorre da característica da própria violência: por um lado, a violência, mesmo fora dos contextos estritamente de guerra, consiste em experimentar no corpo a dor e o sofrimento, independentemente da sua origem. Mas quando esta dor e sofrimento são percebidos por quem os padece, não como resultado do azar, do destino ou da má sorte, mas como tendo sido infligidos intencionalmente por alguém, então emerge o carácter relacional da violência: a dor é infligida de propósito sobre o corpo de alguém a fim de alcançar uma submissão. Esta submissão remete para a estruturação da própria sociedade, em que as hierarquias sociais são estabelecidas e reproduzidas. A violência passa a ser então, não um evento, mas um processo através do qual as relações sociais são reconfiguradas.

Conflito/a92/Violência/Poder

MCD/Categorias predicativas/Actividades

“O meu sobrinho andava na universidade, aqui mesmo em Luanda, já sabes como são os jovens. Meterem-se naquelas coisas de política, não sei mais. Depois, com o andar do tempo estavam sempre em encontros. Depois não sei mais como ouvimos que ia haver um golpe de Estado. Ou que queriam fazer ao presidente Neto. E depois, e depois, estás a ver já rugas, começaram as rugas casa a casa! Foi uma razia. Não há famílias em que não levaram lá ninguém. Levaram o miúdo. Andámos para baixo e para cima em busca dele e nada. Ouvimos só, através do afilhado de uma senhora que foi minha colega na escola, que ele estava na cadeia de São Paulo. Só nos disseram que ia ser julgado. Depois um moço conhecido disse que lhe viu sangrar muito com a cara desfigurada. E a partir daí não sabemos mais nada. Se foi morto, se fugiu, se desapareceu, nada. Até hoje.” [Entrevista n.º 66]

A entrevista trata da dissidência dentro do MPLA, em que uma ala do partido contestava a liderança do mesmo ou a forma como era dirigido. Além de expulsões e suspensões e outras medidas de coacção, os críticos foram acusados de prepararem um golpe de Estado. E o método usado para o penalizar foi a inflicção de castigos corporais como tortura, escoriações e, chegando ao extremo, a eliminação física, a anulação absoluta.¹⁰⁶ A violência sobre o corpo

¹⁰⁶ Para entrevistas com testemunhas que sofreram a violência do 27 de Maio de 1977 e com alguns dos seus perpetradores, ver o livro de Lara Pawson (2014). Um exemplo de testemunho de torturas no 27 de Maio é o livro de Américo Cardoso Botelho (2007). Um testemunho em primeira mão de vítimas

não serviu apenas para penalizar um desvio de comportamento – a contestação da liderança do partido – mas introduziu uma técnica de gestão dos assuntos políticos em que a possibilidade do castigo severo, como a tortura e a privação da liberdade, fizesse parte dos termos do debate e da definição dos limites; estabeleceu também uma hierarquia não só dentro do Partido, mas que se estendeu e entranhou na sociedade. A actividade política exerce-se dentro de uma estrutura já estabelecida através da violência, mesmo que esta, no pós-conflito, não tenha sempre e em todas as ocasiões os contornos dramáticos que assumia quando esta estrutura foi estabelecida.

Conflito/a92/Violência/Poder

MCD/Categorias predicativas/Actividades

“Muitos desapareceram. Diziam que não seguiam as orientações do partido ou eram traidores. Diziam apenas que foram para outras bases ou foram para a frente de combate, mas nunca mais ouvimos falar deles até o dia de hoje. Até um meu primo mesmo, disseram que foi estudar na Zâmbia. Mas já sabíamos que não. Porque há sempre comunicações para saber onde uma pessoa estava. Mesmo quando estávamos na mata, tínhamos conhecimento sobre os nossos familiares que estavam nas cidades. Agora mesmo na Zâmbia, era aqui perto. Era só cruzar a fronteira. Uns vinham, outros iam. Quando acabou a guerra, acabou, ficámos a saber tudo. Mas já sabíamos.” [Entrevista n.º 41]

Dentro da UNITA usou-se a mesma técnica de hierarquização; as hierarquias políticas foram estabelecidas por técnicas violentas em que a dissidência e a crítica deram lugar à submissão e “aceitação”. O que no MPLA aconteceu no final dos anos 70, isto é, a definição de hierarquias sociais e políticas através de técnicas violentas, na UNITA sucedeu a meados dos anos 80, com um maior controlo político em que a violência – tortura, prisões, execuções – se estabeleceu como técnica para introduzir diferenças sociais entre os que tinham o poder de infligir castigos e aqueles que o sofriam (Jamba, 2002; Muekalia, 2010).¹⁰⁷

dessa violência é dado no livro de Miguel Francisco (2007). Para um enquadramento histórico destes acontecimentos, ver o livro de Dalila Cabrita Mateus e Álvaro Mateus (2009).

¹⁰⁷ Sobre o período dessa transformação dentro da UNITA em que o uso da violência passou a estruturar as relações sociais no seio da organização, ver por exemplo o artigo de Sousa Jamba (2002) no jornal *Expresso*, “Savimbi foi inimigo de si próprio” (*Expresso*, suplemento “Revista”, 2 de Março de 2002, p. 59). Sobre o impacto que essa transformação teve dentro da UNITA, ver o livro de Jardo Muekalia (2010); para uma visão distanciada de um responsável da UNITA e que foi vítima de violência, mas que mesmo assim oferece para ela uma explicação, ver a biografia de Samuel Chiwale, antigo general

Alguns vendedores de rua, tanto em Luanda como no Lubango, queixaram-se da violência policial; o mesmo diziam os habitantes nas zonas periféricas de Luanda. Quanto aos primeiros, foi-lhes dito que estavam proibidos de venderem na rua, mas deviam vender em lugares assinalados pela administração. A polícia justifica que vender nas vias de trânsito põe em perigo o funcionamento do trânsito, portanto a mobilidade urbana: “Luanda tem muitos carros. Alguns senhores automobilistas param as viaturas enquanto são abordados pelos vendedores ambulantes; outros efectuam naquele local as suas compras. O que nós orientamos é que as vendas sejam feitas em lugares apropriados.”¹⁰⁸ O testemunho de algumas vendedoras é que a polícia usa violência:

Conflito/2002/Violência/Poder

“Eu estou andar com o meu balaio mesmo cabeça. Depois estou ouvir só lá bué de gritos... Corrida é corrida. Era naquela estrada do Rocha. Tinha fruta. Banana e mamão que fui pegar no Caxito. Nas pressas de correr caí. Escorreguei e o polícia pisou com as botas dele a banana. Perdi lá mesmo tudo. Mas por sorte não apanhei lá nada, mas a minha comadre apanhou lá no braço, até ficou inflamado uma semana.” [Entrevista n.º 36]

Alguns moradores das zonas periféricas das grandes cidades, cujas casas tinham sido construídas em zonas de risco e expostas a catástrofes – especialmente em Luanda, Lubango e Lobito – foram coagidos a deixarem as suas habitações e irem viver para zonas mais seguras. Em Luanda, os moradores da zona do Boavista, cujas casas foram construídas nas encostas que davam para a baía de Luanda, foram mudados para a zona do Zango. No entanto, muitos moradores foram afastados das suas coisas com violência policial. Alguns moradores alegam que as casas foram partidas por máquinas que tinham sido enviadas pela administração da cidade, acompanhadas por um grande dispositivo policial com armas e cães. A Polícia diz que cumpria ordens que vinha da administração e que o seu serviço era ajudar a fazer as mudanças de uma forma “ordenada”. Só usavam a força se algum morador resistisse ao cumprimento da lei. Os moradores entendiam que as mudanças eram feitas com violência e sem aviso, sem tempo de arrumarem as suas coisas. Além disso, iam para novas zonas que também não

das FALA e general na reserva das FAA (Chiwale, 2008); para um testemunho de cenas de violência dentro da Jamba, ver o impressionante relato de Bela Malaquias em carta enviada a Lukamba “Gato” (em resposta a um convite para participar numa cerimónia de homenagem a Savimbi).

¹⁰⁸ Entrevista de grupo n.º 3, testemunho de um agente da polícia de Benguela, mas que já tinha trabalhado em Luanda.

tinham condições; eram afastados dos parentes e amigos; nem sempre ao fazerem a mudança tinham logo acesso às casas, pois tinham de viver em tendas de campanha até que lhes fossem entregues as novas moradias. Enquanto esperavam, construíam casas precárias para se refugiarem das chuvas, porque as tendas de campanha não aguentavam os ventos.¹⁰⁹ O realojamento às vezes era feito ainda durante o tempo de aulas, o que dificultava a frequência da escola pelas crianças.

Nos dois casos, das vendedoras e dos moradores, havia a percepção de violência. No primeiro caso, era a violência directa sobre os corpos: não se tratava apenas de tornar ilegal uma actividade, mas havia um impedimento físico que implicava, na realidade, a inflicção de dor no corpo das mulheres. No segundo caso, ainda que nem sempre, segundo os relatos, a violência fosse infligida directamente sobre os seus corpos, havia a perda dos haveres, o distanciamento de pessoas próximas, vizinhos e familiares. Mas em caso de resistência, como aconteceu no Lubango, os agentes da política infligiam castigos corporais.

7.4 – A normalização do conflito armado e a vida quotidiana

Vários entrevistados narram as suas experiências de “vida normal” no contexto ainda de guerra, descrevendo-a com expressões como “continuar a vida ” (entrevista n.º 46) ou a “vida não pára” (entrevista n.º 15) ou “é preciso prover o amanhã” (entrevista n.º 23). Trata-se de recriar rotinas várias que haviam sido interrompidas. Contrariamente à ideia de que algumas actividades ou hábitos foram causados pela guerra, o que sobressai nas entrevistas é que a guerra condicionou o tipo de nova actividade em que se engajaram, mas não criou o impulso de estabelecer uma rotina. Verifica-se é a necessidade de criar outra rotina, de “continuar com a vida”, pelo que os actores sociais se envolvem na produção de uma nova ordem. A violência do conflito, seja directa ou indirecta, é assim inserida no processo de reconstrução do quotidiano. Neste sentido, como escreve Jabri, é preciso situar o conflito no processo da constituição da sociedade (Jabri, 1996: 22). Em vez da desordem, o conflito armado pode ser visto como um contexto, isto é, um terreno de acção e significados no qual a sociedade se reproduz e se transforma. Os conflitos passam a ser então “expressões de processos a longo-prazo que estabeleceram a guerra como uma forma de instituição ligada a práticas e discursos institucionais que definem a continuidade da sociedade” (Jabri, 1996: 22-23). O conflito

¹⁰⁹ Informação recolhida em entrevistas informais com moradores do Bairro do Zango I e com agentes da Polícia de Luanda e Lubango (entrevista de grupo n.º 5).

armado é, neste sentido, resultado e condição das acções sociais. A compreensão do conflito armado através do conceito de normalização da violência remete para a história social de Angola, para um processo mais vasto da constituição da realidade social angolana.

Conflito/d92/Normalização

MCD/Categorias predicativas/Actividades

“Nós não podíamos ficar parados. Havia guerra, mas tínhamos que comer. Então era ver... Quando os tiros acalmavam ainda um pouco é trabalhar na terra. Buscar água no rio. A cacimba secou. Assim mesmo vivemos. A tal guerra não acabava mais. Vem esse, entra esse, vem esse, entra esse. Já não se sabe porque se luta. É só matar e mais nada. Somos todos irmãos. Angola é grande. Agora esse é inimigo. Esse é rebelde. Mas são da mesma aldeia, uns são primos, sobrinhos, quê... quê. A nossa vida só está mesmo nas mãos de Deus.” [Entrevista n.º 25]

A integração da violência no quotidiano é parte da estratégia para lidar com a própria violência. Os ritmos são marcados pelos próprios acontecimentos. “Vem esse, entra esse” refere-se a cada um dos grupos armados, as tropas do Governo e da UNITA. Por outro lado, a guerra não é vista como desordem, especialmente quando se prolonga, mas como um constrangimento que obriga a repensar o quotidiano.

O MCD “soldado” forma diferentes empareiramentos: soldado do Governo/soldado da UNITA; soldado/rebelde; os soldados/o inimigo. Os diferentes empareiramentos de categorização são enunciados por actores envolvidos em situações distintas. Por exemplo, as agências humanitárias referem-se a soldados do MPLA e soldados da UNITA, apelando desse modo a uma posição neutra quanto ao conflito; os que, mesmo não estando envolvidos no conflito, favorecem a posição oficial do Governo, usam o emparelhamento soldado/rebelde; os que se identificam com as posições do Governo e estiveram envolvidos no conflito, usam claramente os soldados/o inimigo; os militares (dos dois lados) envolvidos na acção de combate usam também soldados/inimigos ou apenas nós/inimigo. Assim, a ideia do conflito não se restringe ao confronto militar, mas abrange também o modo como o seu significado é constituído na interacção.

Conflito/d92/Normalização/Cooperação

MCD/Categorias predicativas/Actividades

“Chegou um momento que nós tínhamos problemas de combustível. Os carros, as bombas não andavam. Então, arranjámos uns efectivos para irem ao terreno e localizar o estacionamento da tropa inimiga. Estes foram e fizeram o reconhecimento. E vimos que tinham combustível. Bem, assim pensámos. Atacar não vale a pena. Nem tínhamos ordens. E pensámos comprar. Nós

tínhamos meios à disposição em dólares. E assim foi. Eles vendiam os combustíveis para nós. Iam à civil, como se fossem negociantes, mas eram nossos efectivos. Assim foi durante sete meses, até que recebemos ordens para retirar.”

A falta de mantimentos durante o conflito levou a que os soldados da UNITA comprassem, por exemplo, combustível aos militares do Governo: a UNITA tinha ocupado áreas de produção de diamantes na zona das Lundas e comercializava diamantes no mercado informal em dólares americanos, tanto em Angola como nas praças internacionais, o que lhe garantia uma quantidade de dinheiro em moeda. O Governo, por seu lado, que financiava a guerra com o dinheiro vindo, na sua maior parte, da produção do petróleo, tinha à sua disposição o acesso aos combustíveis. Nas situações concretas de interacção, os militares da UNITA comercializavam com os soldados do Governo. Os MCD não têm um carácter definitivo, são activados em situações de contingência, isto é, descrevem situações/acções em que os actores sociais se encontram envolvidos a fim de que o fluxo da acção continue. Quando há uma discrepância entre uma situação e a categoria que a descreve, eles re-especificam, redescrevem a situação. No momento da venda de combustível, os MCD deixam de ser os “soldados inimigos” e passam a ser “comprador/vendedor” (entrevista n.º 27).

Conflito/d92/Normalização/Cooperação
MCD/Categorias predicativas/Actividades

“Aí entre 95 e 96 a situação estava mesmo mal. Eu era professor, mas o salário não dava para nada. Às vezes ficávamos três meses sem receber nada. Nada, nem valia a pena trabalhar. Mas também não podíamos deixar as crianças em vão. Então comecei também a cobrar. Para passar de classe pagar, esse um pouco, aquele um pouco. Com isso o professor era sustentado. Eu sabia que não era correcto, mas na situação, como é que eu podia fazer?” [Entrevista n.º 6]

Enquanto a guerra decorria, as actividades desenvolvidas em contextos de paz eram reestruturadas para o contexto de guerra. Não só os professores cobravam aos alunos os serviços que prestavam, mas também os enfermeiros, os polícias, os funcionários públicos. Isso não acontecia apenas nas zonas em que o conflito era mais intenso, mas também nas zonas urbanas, onde os conflitos estavam ausentes ou eram de baixa intensidade.¹¹⁰

¹¹⁰ Grupo de discussão: quando foi perguntado aos participantes quando tinha começado o pagamento de “gasosa” aos professores, todos foram unânimes em dizer que teria sido a partir dos anos 90; embora admitissem que já se praticasse ainda nos anos anteriores, afirmam que não era muito comum. Havia

Conflito/d92/Normalização/Cooperação
MCD/Categorias predicativas/Actividades

“Eu vivia no estrangeiro, precisava de renovar o bilhete de identidade, porque havia agora os novos bilhetes de identidade, estes. Antes havia aqueles grande amarelos de há muito tempo. Epá, ya, eu disse, vou aproveitar tratar. Eu vivia em Portugal, mas eu lá não precisava, mas como estava aqui, pensei, OK, vou aproveitar. Fui à DEFA, hiiii, só a fila! Pensei: não, deixa. Depois uma kamba disse: olha, com 50 dólares é dar só o teu documento e consegues rápido – e assim foi. Paguei e ele tinha lá um conhecido e entreguei os documentos, só demorou quatro dias. Já tinha os documentos. Novo em folha e autêntico. Era assim. Epá, era assim mesmo. Eu precisava os documentos porque tinha que voltar para Portugal e eles precisavam o dinheiro. Lhes pagavam mal.” [Entrevista n.º 41]

A seguir às eleições de 1992, a UNITA ocupou várias capitais de província: Huambo, Uíge, Mbanza-Congo, Lwena, Lacuna; ocupou também 70% dos municípios de todo o país. A administração do Estado estava portanto ausente nestas regiões. Os que conseguiam sair das regiões ocupadas e se deslocavam para a parte sob controlo do Estado não levavam documentos. Os que, por outro lado, iam para as zonas ocupadas pela UNITA, desfaziavam-se da documentação para não serem acusados de pertencerem às forças armadas do Governo. Essa prática, embora existisse antes da guerra de 1992, estendeu-se ainda mais nesse contexto.

Conflito/d92/Normalização/Adaptação
MCD/Categorias predicativas/Actividades

“As pessoas queriam documentos. Cédulas, bilhete, certidão. E o país estava mal. Não havia dinheiro. Era um desenrasque total. Cada um começou a safar-se no sítio onde trabalhava. Até os do registo criminal começaram a safar-se. Não era para ficar rico. Nem era cobrar muito, era só mesmo para o dia-a-dia. O país estava em guerra. A vida estava mal. As estradas estavam cortadas. Aqui era tudo apertado.” [Entrevista n.º 14]

Em várias entrevistas, o aspecto da guerra como contexto e a necessidade de se adaptar sobressaem pelo número de referências, mas também por se evidenciarem como base onde vários hábitos se configuraram. Não se trata de uma explicação de causalidade, mas de, num contexto determinado, usar um certo tipo de prática que depois é mantida porque emergem

favores entre pessoas conhecidas. Por exemplo, uma mãe podia ir falar com a professora para o filho passar, mas não se pagava; alguns professores envolviam-se sexualmente com as estudantes em troca de melhores notas. Mas a partir dos anos 90 o pagamento em dinheiro tornou-se uma prática comum em quase todas as actividades.

outras práticas associadas à inicial, embora desapareça o contexto inicial. A situação de conflito não explica por si só o tipo de ordem local que foi sendo constituída, mas dá o contexto a partir do qual certos tipos de interacção foram possíveis.

Conflito/d92/Normalização/Adaptação

MCD/Categorias predicativas/Actividades

“A UNITA tinha ocupado as áreas da produção de diamante. Deixaram entrar congolezes e outros cidadãos da África Ocidental para fazerem garimpo. Uma parte ficava para os garimpeiros, outra a UNITA recebia. Isso lhe dava uma boa base logística, para alimentar a guerra. Introduziam material através da fronteira leste e norte que eles controlavam. Então nós tínhamos que quebrar a alimentação, logística antes de tudo. Tínhamos que os expulsar da Lunda. Havia mais minas de diamantes, mas a Lunda era a principal.” [Entrevista n.º 17]

O entrevistado anterior, um general angolano na reserva, refere-se à acção puramente militar com o fim de ganhar a guerra. A fronteira entre as acções puramente militares e acções de carácter civil, político, económico e social dilui-se nos contextos em que é produzida. Cortar a base logística da UNITA pode ser definido como um objectivo militar, mas supôs uma operação que ultrapassava o âmbito estritamente militar. Era necessário lidar com as centenas de milhares de garimpeiros, entre angolanos e estrangeiros, que tinham assentado em novos bairros nos arredores das minas de diamante; era necessário negociar com governos de países vizinhos cujas fronteiras permitiam o fluxo migratório; era preciso negociar com as praças de mercados estrangeiros onde os diamantes eram vendidos; era preciso negociar com as Nações Unidas de modo a estabelecer formas de controlo da circulação de diamantes procedentes de zonas de conflito, os chamados diamantes de sangue; por fim, era necessário negociar com os compradores e vendedores informais de diamantes que tinham constituído um grande mercado informal, principalmente na zona das Lundas.

Conflito/d92/Normalização/Adaptação

MCD/Categorias predicativas/Actividades

“No final de 1999 recebemos ordens, ordens para mudar para Longove. Aí construí a casa com a ajuda de uns amigos e que depois também fui ajudar os outros. Recebi ajuda no campo que deu para remediar no princípio, mas depois já não chegava. O número de crianças não permitia esperar apenas pela ajuda das organizações. Comecei então a fazer biscato. Construir casas, buscar lenha e transportar coisas na praça. Quando a paz chegou eu já tinha a minha casa construída e as crianças já andam na escola. Ainda não penso voltar porque não sei como será a vida depois das eleições. O indivíduo não confia...” [Entrevista de grupo n.º 6]

O entrevistado, que se identifica como agricultor e mudou de actividade ainda durante a guerra, continuava a fazer a mesma actividade em 2007, o momento da entrevista. As eleições a que faz referência são as de 2008, que se realizariam, portanto, no ano seguinte. A rotina que tinha estabelecido no contexto de conflito não mudou a seguir ao conflito.

Conflito/d92/Normalização/Adaptação

MCD/Categorias predicativas/Actividades

“Mas caminharam a pé durante quase 14 dias. A caminhada foi feita em grupo. As pessoas com mais idade e as crianças eram as que mais sofriam. Tiveram que enterrar, durante a fuga, seis pessoas: dois senhora já com certa idade que já andavam doentes, uma senhora, a mais velha, Cacinda, que tinha filhas que estavam no Huambo, e três crianças, uma seis meses e duas com cerca de dois anos. De Catata foram para Cuima, mas não entraram na vila porque os militares diziam que as pessoas de Cuima também estavam a sair de Cuima e estava a ir para Caala. Eles então foram para Caala para uma antiga fábrica de salsicha. Aí receberam a ajuda da Cruz Vermelha e do WFP.” [Apontamentos do diário de campo n.º 4, entrevista com Luciano, 47 anos, natural de Katata, residente em Huambo; Grupo n.º 6]

Esta entrevista, que decorreu em 2007, cinco anos depois do fim da guerra, ainda tinha marcas de guerra. No entanto, o entrevistado vivia num bairro nos arredores do Huambo, onde se tinha refugiado em 1998, quando recomeçou a última guerra, de 1998 a 2002. Depois de ter percorrido vários campos, estabeleceu-se numa antiga fábrica de salsichas, na Caala, nos arredores do Huambo. Em 2000, ainda durante a guerra, mudou-se para Kasseque, já no Huambo, e aí começou então a “fazer biscatos”: construir casas, apanhar lenha e transportar coisas. No final, decidiu estabelecer-se no Kasseque com a sua família, mulher e dois filhos. Quando a guerra terminou, em 2002, sentiu que já tinha a vida estabelecida no Kasseque e não valia a pena voltar para o Tchitato de onde era natural. Em 2005 houve uma forte pressão, por parte das autoridades e das ONG, para que regressasse para a terra de origem. Mas nessa altura já tinha casa própria e já não precisava da ajuda da ONG. Com os biscatos e construções de casas, a vida começou a melhorar. Em 2007, no momento de entrevista, não só não pensava regressar, mas estava a pensar mudar-se para mais perto da cidade do Huambo, para o Bairro de S. João. Tinha receio de que no Kasseque os filhos não quisessem estudar. Viver perto da cidade ajudaria as crianças a irem para a escola, já que muitos meninos também vão, contrariamente ao que acontece no Kasseque. Em 2011, verifiquei numa visita ao Huambo que afinal ele não se tinha mudado, mas tinha conseguido uma casa no meio do bairro, grande e nova, construída por ele mesmo com a ajuda de “irmãos da Igreja”, perto da

qual havia uma boa escola. Tinha conseguido também comprar duas motorizadas que serviam de táxi, “táxi-mota”. Não dava muito, mas dava para remediar.

Num contexto de conflito armado e violência extrema, com cenários visíveis de destruição, os indivíduos não envolvidos directamente nos conflitos, os que não eram soldados, os não-combatentes, são tidos como vítimas de violência ou de guerra. Aliás, pesquisas sobre a violência sustentam que a exposição permanente a conflitos violentos leva à quebra psíquica e, em muitos casos, física (Schauer, Elbert e Neuner, 2005). Para um observador externo, é evidente a posição dos algozes e a posição das vítimas; além disso, um conflito violento dessangra e reduz os recursos materiais necessários à reprodução e sobrevivência de uma sociedade. No entanto, a rejeição moral da violência não impede de olhar aquilo que se pode designar por resultados sociais decorrentes do conflito. Num contexto de conflito armado, especialmente de conflito armado prolongado, o cenário de destruição é apenas parte do que acontece na guerra, pois existem também “esquemas” ou estratégias de sobrevivência e, mais concretamente, o esforço para se levar uma vida normal: um conjunto de actividades quotidianas como tomar refeições, produzir, educar os filhos, casar, participar nas reuniões religiosas. Estas actividades são adaptadas, evidentemente, ao contexto da guerra. Para estas pessoas a guerra não é um estado de emergência, nem é uma interrupção temporal da vida quotidiana, mas faz parte do quotidiano. O conjunto destas actividades cria hábitos de vida e estes hábitos constituem o social e, portanto, o objecto das ciências sociais.

O desafio conceptual não consiste em descrever o conflito em si mesmo, isto é, determinar as suas causas e efeitos, mas de que modo este serviu de constrangimento a partir do qual as práticas sociais durante o conflito adquiriram características específicas; que tipo de sujeitos emergiram deste contexto e de que modo estes moldaram a sociedade que subsistiu durante o conflito. Assim, o conflito armado, em vez de ser visto apenas na perspectiva da interrupção de uma ordem social, pode ser visto também enquanto modo como os sujeitos lidam com certa ordem social e na perspectiva de como isso pode levar a transformações sociais profundas.

7.5 – Fim da guerra e continuação do conflito: violência e ordem social

Conflito/Transição/Refugiado-Zâmbia

MCD/Categorias predicativas/Actividades

“Foi essa guerra o última que depois [?] como primeiro o partido da UNITA foi fragilizado foi... foi... foi [incompreensível] a toda a força. Todo o material e com sanções, não... não

tínhamos outra recorrência para conseguirmos ou adquirirmos alguns apoios, materiais, etc..., porque todo o mundo quase nos deu costas... E hoje todos aqueles que foram da UNITA foram dispersos apareceram no [?]. Outros foram para a Zâmbia, outros foram para a Namíbia e outros foram até para mais longe. Sobretudo aqueles que tiveram um pouco de dinheiro para fugirem para a distância. Foi assim que [?], ah, para mim. Dois mil e um [?] sou mandatado a fazer, a levar um grupo [?] de seis mil homens para a Zâmbia, cegos, mutilados, [?] outros amputados, é a missão que me levou para a Zâmbia como refugiado.” [Entrevista n.º 55]

Os últimos anos da guerra são vistos pelo entrevistado como de ruptura e dispersão; essa dispersão não é descrita como derrota militar, nem como desintegração interna, mas como consequência de perda de apoios, especialmente logísticos. A fuga para a Zâmbia, que podia significar uma desistência, é descrita como “missão”; ser refugiado é consequência de ter cumprido uma missão. A ida para os campos de refugiados é vista em termos ambíguos. Por um lado como perda, porque era uma dispersão, mas, por outro, como começo de uma nova rotina. Mas essa rotina era no estrangeiro. O pós-conflito não seria, por isso, necessariamente um corte com o passado violento, mas lidar com as condições que tornariam possíveis novas rotinas. O regresso a Angola, por exemplo, implicaria interromper a rotina estabelecida no campo de refugiados.

“Passei a vida a lutar. Entrei no exército em 1981, com 18 anos. Fiz um curso na antiga União Soviética, na academia militar. Mas estou cansado. Eu e as pessoas da minha geração. A guerra foi dura. Eu queria descansar. Retirar-me do exército e viver da minha pensão. Alguns colegas, generais como eu, meteram-se nessas makas dos diamantes. Libertaram a zona. Epá, cada um sabe de si... Mas eu não quero isso. É chatice. O inimigo foi esmagado, já não tem condições para fazer mais guerra, também não tem mais hipóteses... até estão aí os chefes da UNITA, nós lhes damos de comer e estão fofinhos...” [Entrevista n.º 23]

Para um oficial do exército governamental a guerra foi ganha, no sentido militar, já que “o inimigo” foi derrotado e obrigado a depor as armas. Parece sugerir também que a corrida aos diamantes por parte dos colegas generais era um prémio pelos anos de guerra. Para um oficial do antigo exército da UNITA, como na entrevista citada acima, houve, no entanto, uma espécie de desistência, justificada pela falta de apoio da comunidade internacional. Essas duas visões do fim da guerra parecem indicar que, enquanto por parte da UNITA houve uma derrota diplomática que teve consequências no terreno militar, por exemplo, no apoio logístico, por parte do Governo houve acção conjunta diplomática e militar: não se tratava apenas de vencer a UNITA militarmente, mas também diplomaticamente.

“Nós perdemos a guerra. Eles têm tudo. Hoje estamos humilhados e vencidos. Até a polícia pode vir aqui, revista as casas sem respeito. Lembra-nos sempre que somos da UNITA. Eu não posso fazer. Não tenho arma, nem tenho para onde ir. Até o meu sobrinho foi levado ao posto da Polícia. Lhe bateram, veio de lá bem batido. Isso é reconciliação? É essa a tal paz? Tudo o que disseram, nada se cumpriu. Terreno para construir não tenho. Trabalhar, não posso. Dizem que já estou velho. Apoio do MINARS, nenhum, é porque somos da UNITA. Estamos aqui sem nada mesmo. Graças a alguns amigos e familiares é que conseguimos comer, se não, não sei como seria a tal vida.” [Entrevista n.º 27]

Tal como notámos no ponto 7.3, a violência estrutura as relações, ainda que estas sejam assimétricas, entre dois actores cujas fronteiras são definidas pela posição do corpo: quem for capaz de infligir dor e sofrimento ocupa a posição dominante e aquele que sofre ocupa a posição inferior. Estas categorias eram evidentes durante a guerra e mais diluídas no pós-conflito. No fim do conflito estabeleceu-se de facto uma relação assimétrica, já que a UNITA perdeu a guerra, contrariamente à percepção que ela tinha em 1991, altura em que afirmava que o fim da guerra tinha sido o resultado de um acordo político e de um impasse no confronto militar.

A entrevista faz notar o desequilíbrio entre os que ganharam a guerra, com os meios de exercer violência e, portanto, de ditar as regras, e os que a perderam, numa posição inferior. A guerra é entendida não como um meio para combater um mal, neste caso uma rebelião, mas uma maneira de impor ou mudar uma relação assimétrica. A ideia que fica da última entrevista é a de que o esforço pela parte da UNITA para mudar esta relação não foi logrado e a perda da guerra é vista não apenas como um fracasso militar, mas como imposição de uma situação subalterna. Mas essa percepção é agravada pelas dificuldades que os ex-combatentes da UNITA encontram no dia-a-dia.

A ideia de que Angola saiu de um conflito armado violento em 2002 ainda persiste nos discursos oficiais, quer do Governo, quer da UNITA, embora com mais insistência do primeiro que do segundo. A insistência sobre o fim recente do desastre bélico é manipulada com o objectivo de retirar dividendos políticos diante de reivindicações da sociedade, principalmente resultantes da demora em tornar visíveis aspectos concretos dos dividendos da paz, como na saúde, educação, habitação e emprego. Serve também como meio para retardar reformas que implicariam a perda de instrumentos úteis para o controlo social, como por exemplo a Lei de Imprensa e a legislação sobre eleições locais.

A UNITA, enquanto partido, também usa o recente fim da guerra para reivindicar maior atenção do Governo em questões de reconciliação e programas de assistência social aos ex-militares das suas fileiras. Usa ainda esse discurso para manter o canal aberto a respeito de tensões políticas, em algumas regiões, que muitas vezes redundam em conflitos violentos.

7.6 – Conclusões

1. O objectivo deste capítulo consistiu em descrever o modo como o conflito violento que assolou Angola durante décadas é socialmente integrado na vida quotidiana no contexto de pós-conflito.¹¹¹

A narração das experiências dos vários conflitos angolanos faz parte da constituição do próprio conflito, já que nestas narrativas, especialmente quando feitas pelos indivíduos envolvidos, os contextos dos acontecimentos são recriados ao narrar estes mesmos acontecimentos. O processo de narrar acontecimentos violentos *a posteriori*, seja como perpetrador ou como vítima, situa o narrador/actor numa posição de observador, isto é, para além da díade carrasco/vítima. A posição de observador introduz a dimensão triádica: ao perpetrador e à vítima junta-se o observador.¹¹² Enquanto a posição dos primeiros é fácil de identificar, o papel do observador é convencionalmente representado pelas instituições – intermediário, força de interposição, juízes e testemunhas – que lidam com os conflitos.¹¹³

Se na relação carrasco/vítima parece evidente que a produção e expressão de uma posição de poder e dominação é feita através da inflicção de violência sobre o corpo, da submissão somática, já a figura do observador, o terceiro, introduz na experiência da violência o

¹¹¹ Usamos aqui “conflito violento” para significar a guerra que deflagrou em Angola entre 1975 e 2002. Algumas vezes usamos “guerra civil” ou “conflito armado”, outras vezes usamos apenas “conflito”. Refere-se, basicamente, ao estado de guerra definido por David Riches como “violence that is subject to a certain level of organization” (1986: 24).

¹¹² Os estudos sobre violência conheceram novos desenvolvimentos especialmente a partir dos anos 90, especialmente na Alemanha, destacando-se duas escolas: a escola de Berlim, a partir dos trabalhos do antropólogo Georg Elwert (1999), que introduziu o conceito de “mercado da violência”. O seu argumento era que a violência seria uma forma de acção humana que estrutura relações. A outra escola, a fenomenológica, emergiu a partir dos trabalhos de Wolfgang Sofsky (1997), que escreveu um livro sobre a violência nos campos de concentração nazis, fixando-se nos detalhes da organização da violência. Mas foi nos trabalhos de von Trotha (1997) Nedelmann (1997), Schlichte (2009) e, muito recentemente, Beck (2012) que o aspecto fenomenológico da violência foi desenvolvido.

¹¹³ Para um aprofundamento sobre este assunto, ver Beck (2011: 352).

elemento do juízo, da ética e da gravidade psicológica e psíquica da violência (ver Trotha, 1997: 31). Nesse sentido, a dimensão da violência deixa de ser evidente, porque dependerá dos limites em que certos comportamentos são socialmente catalogados como violentos e das condições de possibilidade da sua produção.

Os carrascos (*performers*), ou mesmo as vítimas podem assumir também, *a posteriori*, a figura de observadores, através das narrativas que fazem de acontecimentos violentos em que eles foram actores ou padecentes. A inflicção da dor ou a experiência do sofrimento no próprio corpo são re-especificados e, à distância, traduzidos ou reconstruídos como actos heróicos, sacrifícios pela pátria, preço a pagar, efeitos colaterais, etc.; o significado do conflito, a sua tipologia e periodização é encaixada – reordenada ou re-situada – no contexto de interacção em que o actor/narrador se encontra. O conflito violento deixa de ser um facto objectivo e evidente e passa a ser um fenómeno social, algo que faz parte da constituição da própria sociedade na medida em que é reconstruído num contexto de interacção, isto é, no processo da reconstrução do quotidiano.

Muita produção académica sobre o conflito angolano situa o ponto de partida para narrar a história dos conflitos em Angola na guerra pela independência (Marcum, 1978; Brittain, 1998; Brinkman, 2005, 2007; Guimarães, 1998; Malaquias, 2007; Messiant, 1997). Outros, no entanto, insistem no período a seguir à independência como o marco histórico central do início da história do conflito (Maier, 1996; Brittain, 1998; Chabal, Engel e Gentili, 2005). Mais recentemente, vários estudos sobre o conflito angolano centraram-se na chamada “última guerra”, também conhecida na literatura sobre os conflitos como “guerra dos recursos” ou “guerra económica” (Cilliers e Dietrich, 2000; Reno, 2000; Malaquias, 2007; De Beer e Gamba, 2000; Messiant, 1997).

O que é comum aos vários estudos é o impulso de explicar a causa do conflito e, em alguns casos, medidas para o resolver. Marcum, por exemplo, salientou que é na divisão étnica que se deve encontrar a chave para a compreensão do conflito angolano, já que os movimentos nacionalistas nunca se desprenderam do apoio dos grupos étnicos de que eram originários: a FNLA dos bakongos do Norte; o MPLA dos mbundos do Centro Norte e a UNITA dos ovimbundu do Planalto Central (Marcum, 1978). Assis Malaquias insiste que a guerra anticolonial tinha motivações políticas e de aquisição de direitos civis negados aos africanos pela política colonial, mas a guerra civil pós-colonial teria sido consequência da “inabilidade dos três grupos nacionalistas, divididos pela ideologia, etnicidade, região, classe social e raça” (Malaquias 2007: 11).

Além da etnicidade, outra causa apontada para o conflito angolano foi a Guerra Fria: segundo Christine Messiant (2004: 16), “Desde a guerra pela independência que os interesses externos desempenhavam um papel crucial em Angola. Embora não tenham sido eles a criar as divisões no seio do nacionalismo angolano – divisões nascidas de lutas pelo poder entre diferentes elites – muito seguramente exacerbaram-nas”. Adiante, Messiant insiste que a intervenção externa foi crucial no prosseguimento da guerra: “Durante e depois da grande guerra civil e internacional de 1975-76 que levou o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), marxista, ao poder, Angola viu-se envolvida em interesses estrangeiros, regionais e internacionais. A importância essencialmente estratégica deste *conflito regional* para as duas potências em confronto na Guerra Fria explica a ferocidade do conflito” (2004: 16).

Outra explicação para o conflito angolano centrou-se na abundância de recursos naturais. A partir da teoria das “novas guerras” (Duffield, 2001), os conflitos são caracterizados pela ausência de ideologia, como teria ocorrido na Guerra de Libertação ou no contexto da Guerra Fria e justificados pela sede de acumulação de recursos económicos e pela organização do poder por parte das elites políticas e militares (Cramer, 2005: 18). O mesmo é dizer, segundo Le Billon, que “recursos abundantes equivalem a mais conflitos, isto é, quando a riqueza depende do Estado ou do controle territorial, grupos em competição recorrem à não-cooperação ou à violência para controlar os recursos” (Le Billon, 2000: 23).

A maior parte das teorias usadas para explicar o conflito angolano foi produzida no âmbito da gestão de conflitos (*conflict management*) ou da resolução de conflitos (*conflict resolution*), com o objectivo final de elaborar propostas para a prevenção de conflitos (*conflict prevention*). Trata-se, sobretudo neste último caso, de criar conhecimentos e medidas políticas e pragmáticas para lidar com o conflito. Apesar do acervo de dados que estes estudos produziram, esta perspectiva deixa pouca margem para analisar, por exemplo, o pós-conflito. Além disso, como diz Cramer, “a evidência empírica que sustenta as afirmações do sucesso preditivo de modelos com base em variáveis específicas é fraca, já que é afectada tanto pela imperfeição dos dados como pela selecção condicionada de casos” (Cramer, 2005: 24). O conflito angolano, por exemplo, expõe os limites das teorias do conflito: os elementos usados para explicar o conflito foram desaparecendo sucessivamente à medida que se foi dando mais atenção ao conteúdo da história do país (Cramer, 2005: 32).

Mesmo nos casos em que os dados eram mais precisos devido ao acesso a informação mais actualizada e mais cuidada, prevaleceu no entanto uma concepção de conflito e de violência à margem do modo como ele é re-especificado socialmente pelos actores.

Esse capítulo pretendeu assim analisar o redimensionamento do conflito no contexto do pós-conflito e até que ponto o próprio conflito é reconstituído na produção de ordens locais pelas interações sociais quotidianas, sendo, também assim, constituído o pós-conflito.

2. Tal como dissemos na introdução, para além dos vestígios de violência do passado e da sua memória, as narrativas e reconstruções do conflito devem ser analisadas nas situações de interação do pós-conflito. Tanto os protagonistas de guerra, os que perpetraram danos corporais e materiais, como as vítimas, os que experimentaram no próprio corpo a violência da guerra, evocam e reconstroem diferentemente o passado de guerra de acordo com a situação presente em que se encontram. Esse processo de reconstrução tem a ver mais com a necessidade de lidar com o presente e da reconstrução do quotidiano do que simplesmente com curar as feridas do passado. É aqui que o pós-conflito é constituído.

Os estudos sobre violência tendem a considerar sempre dois elementos nos comportamentos violentos: um perpetrador e uma vítima. Se tivermos em conta a história de Angola desde a segunda metade do século XIX, o historial de violência apresenta diferentes protagonistas e vítimas, assim como diferentes cenários, inclusive daquilo que se entende como “comportamento violento”. No entanto, como também notámos na introdução, quando a violência é perpetrada intencionalmente ou a vítima assim o entende, então a violência passa a ser, independentemente do contexto que a explica – guerra civil, guerra anticolonial, guerra pela democracia ou guerra de sobrevivência –, uma forma de relação: entre um sujeito que possui o poder de infligir uma dor no corpo e um outro que sofre essa dor, independentemente do tipo de violência – ser alvejado por uma bala, apanhar estilhaços, amputação de um membro, accionar uma mina, ser refugiado ou deslocado –, estabelece-se uma relação assimétrica. O corpo, o corpo físico, é o lugar onde essa assimetria é produzida, pois é através dele que o sujeito é subjugado. Vimos também que no historial de violência de Angola as posições de vítima e perpetrador foram mudando, dependendo da época e das situações. O que não mudou de facto foi a relação assimétrica, ou seja, houve sempre uma vítima e um perpetrador.

Os estudos sobre violência trataram sempre de ambos os elementos dessa relação diádica, como vimos na introdução.¹¹⁴ Além desses elementos, a vítima e o carrasco, existe também o observador, aquele que não esteve envolvido directamente nos comportamentos ou acções

¹¹⁴ Não vamos aqui entrar no debate sobre violência e estrutura social (ver Introdução).

violentos, como vítima ou como carrasco, mas julga e analisa o comportamento de um e a situação do outro. É este terceiro elemento que avalia, julga, define e contextualiza o comportamento violento. Desse modo a violência sai, como vimos acima, do ciclo vicioso entre a acção violenta do perpetrador e o sofrimento da vítima e entra-se então na memória e reconstrução.

Entra-se aqui num dos argumentos desta tese: a reconstrução das memórias da guerra nos períodos de pós-conflito posiciona tanto os antigos perpetradores como as vítimas numa posição de observadores, isto é, numa posição de avaliar, julgar e contextualizar a violência. Mas os termos em que esta avaliação é feita dependem de situação de interacção em que se encontra o sujeito no momento do pós-conflito. É nessa situação que surge a necessidade de reconstruir o quotidiano, não no sentido moral ou psicológico, mas no sentido de estabelecer rotinas através das quais a vida possa decorrer com alguma previsibilidade. Isto não tem necessariamente a ver com a reconciliação nacional, nem com a reconstrução nacional ou a construção da nova Angola. Manifesta-se numa situação concreta de interacção, isto é, ao tornar possível o quotidiano: as acções são alinhadas para se conseguir esse objectivo. Esse alinhamento não decorre de intenções previamente estabelecidas, mas de procedimentos sequenciais para que cada acção esteja encadeada também nas acções dos outros com os quais se interage, de modo a tornar o quotidiano possível. As narrativas, mesmo as da guerra, nesse sentido, são re-especificadas para darem dar coerência ao quotidiano.

Antigos militares da UNITA contam as suas histórias de guerra e de violência de uma forma heróica, independentemente de terem sido vítimas de violência ou carrascos. Antigos refugiados, tanto os que viveram na Zâmbia como os que foram para o Congo e Namíbia, descrevem os anos no campo como tendo sido uma época em que “tínhamos quase tudo”. Dramáticas viagens são contadas como aventuras e antigos presos políticos do tempo colonial descrevem a tortura por que passaram como um sacrifício necessário para a libertação do país.¹¹⁵

¹¹⁵ Um exemplo concreto é o do General Chiwale (2008), antigo general da UNITA e actualmente membro destacado do partido do Governo, que conta na sua autobiografia como foi vítima de violência, tortura, prisão e severos castigos dentro do próprio partido, mas que, apesar disso, se refere ao líder do partido a mando do qual tinha sido castigado com devoção e adesão. Bela Malaquias, antiga jornalista da UNITA, mas actualmente jornalista da rádio estatal e membro do seu conselho de administração, que viu os seus familiares serem mortos no mesmo partido que Chiwale, rejeita e expõe todas as formas de violência que o partido praticou (ver carta atrás referida). O mesmo se pode

Com isso não rejeitamos o historial de violência, nem negamos a estrutura social forjada através de anos a fio de violência; indicamos justamente o seu oposto, isto é, que a violência como uma forma de interacção estruturou as relações entre perpetradores e vítimas, como vimos. Pode-se perguntar se as interacções sociais estabelecem uma estrutura social ou se as estruturas sociais é que condicionam e determinam as interacções sociais. Teorias construtivistas tendem a salientar a mútua interdependência das estruturas sociais e das interacções sociais. Norbert Elias (2006) sugere que as configurações resultam das interacções interdependentes. Pierre Bourdieu (1989), num esforço de criar um equilíbrio, com a noção de *habitus* a sugerir o aspecto da interacção e a noção de campo o das estruturas, não dá uma resposta inteiramente satisfatória. Michael Foucault (1977), com a teoria do discurso, insiste na criação de estruturas discursivamente, mas, ao mesmo tempo, em como as estruturas condicionam os discursos. Na mesma linha segue Niklas Luhmann (1995), com a “teoria dos sistemas” em que as acções tendem a sedimentar no indivíduo uma estrutura e também condicionam a acção dos indivíduos. Finalmente, Anthony Giddens (1984), com a teoria da estruturação, vê as estruturas sociais como recursos que o indivíduo utiliza para lidar com opções quotidianas e como estas, através de hábitos, sedimentam estruturas que tendem a reproduzir-se.

O nosso argumento, sem as negar, vai para além das teorias construtivistas. A violência como forma de interacção estabelece uma forma de relação em que os perpetradores e as vítimas se posicionam socialmente, daí o termos falado da posição diádica. No entanto, quando terminado o surto da violência, os dois elementos da relação violenta podem eles mesmos assumir o papel de observador, o terceiro elemento. Este papel realiza-se na maneira como reconstroem e rememoram os acontecimentos violentos. Beck (2012) argumenta que será necessário usar a violência para manter a estrutura criada por ela, e desse modo produzir uma ordem social; argumenta também que a ordem social causada pela violência pode ser mantida através de estruturas legítimas em que os aspectos da violência ou se tornam mais sofisticados ou são dourados com elementos como ordem, legitimidade, etc. O nosso argumento, no entanto, vai no sentido de mostrar que a ordem que se estabelece a seguir à

dizer de destacadas figuras do MPLA cujos familiares foram mortos em Maio de 1977 ou que foram eles mesmos vítimas, mas que são actualmente membros destacados do MPLA e reconstroem a história do MPLA em que as vítimas do 27 Maio aparecem quase como carrascos. Outros, no entanto, foram vítimas do 27 de Maio e continuam evidentemente a rejeitar a história da não-violência do MPLA.

violência – neste caso, após uma guerra prolongada – é produzida localmente, a nível de interações situadas. É esta ordem produzida localmente que permite reconfigurar a sociedade, isto é, lidar com a ordem produzida durante o tempo do conflito. Trata-se portanto de um problema empírico que fica em aberto, para futuras pesquisas.

CAPÍTULO VIII – LUGARES, ESPAÇOS SOCIAIS E NOVAS RELAÇÕES

8.1 – Introdução

Quando começámos o trabalho, tínhamos em mente que o aspecto de mobilidade dos angolanos, tanto a deslocação dentro de Angola como a de retorno, o regresso de países vizinhos onde muitos se tinham refugiado, fosse apenas um assunto residual no processo de reconstrução pós-conflito, seis anos após o seu fim. Este tópico emergiu nas entrevistas não tanto pelo problema da mobilidade em si – por exemplo, para onde e quando regressar, ou com que meios, ou como começar a vida depois do retorno –, mas englobado no processo de reconstituição pós-conflito – ou seja, de que modo era possível reconstituir o quotidiano sem que o facto de se viver ou ter vivido em espaços distintos pressupusesse uma ruptura, como se tinha criado um modo de vida. O que foi emergindo nas entrevistas era que o empenho em reconstituir justamente o dia-a-dia passava pelo esforço de fazer confluir os dois espaços, por exemplo mantendo uma casa na aldeia e outra na periferia de uma cidade, numa única ideia de “morar”. Morar já não significa apenas estar num único lugar à volta do qual se tem a família reunida e onde se exerce actividades vitais, mas passou a significar também mobilidade. Alguém podia, por exemplo, no tempo das colheitas e da plantação, estar na aldeia, mas no resto do tempo estar onde se vendia sem que isso significasse viver em sítios diferentes, mesmo que cada uma dessas actividades implicasse meses ou largas temporadas num ou noutro sítio. Quando por exemplo eu perguntava onde vivia, alguns entrevistados respondiam: “estamos aqui e estamos lá”, ou devolviam a pergunta: “no tempo da chuva ou no tempo seco”? Este capítulo procura recolher aspectos desse processo de reordenamento dos espaços. Aquilo que nos anos anteriores significava ruptura, por exemplo, ao abandonar a terra ou a cidade de forma violenta e “definitiva”, no pós-conflito parecia tender para uma reunificação dos dois espaços, reconstituindo-se o significado que se dava ao “morar”, mas que era também um novo significado atribuído à própria vida ou, pelo menos, ao esforço de a reconstituir.

O recrudescimento da guerra nos anos 90 reforçou a tendência de mobilidade que já vinha dos anos 80, especialmente do interior para a costa, e que, nos momentos de maior surto de violência, incluiu mobilidade transfronteiriça: das províncias do Norte e do Nordeste de Angola, de Zaire a Uíge, Lunda-Norte, para a República Democrática do Congo, saíram cerca de 193 mil pessoas; da província do Moxico e do Planalto Central, Leste e Centro de Angola, respectivamente, para a Zâmbia, cerca de 211 mil; das províncias do Cunene, Kuando-

-Kubango e Sul de Angola para a Namíbia, cerca de 24 mil. Houve também refugiados nos outros países vizinhos: República do Congo, 16 mil, e África do Sul, 10 mil (UNHCR 2002). Mas é no interior do país que as movimentações são mais acentuadas. Fernando Pacheco e Sandra Roque (1995) falam de duas épocas distintas e com dois tipos de movimentos: um primeiro, nos anos 80, em que a mobilidade se dá das zonas rurais do interior das províncias do Huambo, Bié, Benguela e Kwanza Sul para as cidades costeiras de Luanda, Benguela e Lobito, havendo também movimentações de pessoas para a cidade da Huíla; o segundo, nos anos 90, deu-se, além das zonas rurais, das cidades do interior (algumas também da costa) para as grandes cidades, especialmente Lobito-Benguela, Luanda, Huíla e Huambo (Pacheco e Roque, 1995: 213-214). Sugere-se que a guerra estaria na origem de ambas essas movimentações, mas especialmente da segunda. Os mesmos autores sugerem que os deslocados da primeira movimentação se integraram mais facilmente nas comunidades de destino porque as deslocações foram feitas dentro da mesma área cultural ou grupo étnico.¹¹⁶ Essa constatação não se afasta, de resto, do padrão geral dos estudos sobre mobilidade humana em que se investigam as causas – guerra, catástrofes, etc. –, as rotas da mobilidade e reintegração nas comunidades de destino ou o regime de acomodação nos campos de refugiados.¹¹⁷ Mas estes estudos não têm em conta a possibilidade de as deslocações transformarem as geografias sociais dos lugares de acolhimento. Alguns lugares são reinventados, outros são de tal maneira transformados que focar apenas aspectos como a causa da migração e a integração não permite descrever com exactidão o dinamismo criado pelas movimentações nem a realidade dos novos espaços sociais. As próprias categorias de “retornado” e “refugiado” não são assumidas automaticamente pelos que regressaram da Zâmbia e do Congo. O que se segue é a análise, primeiro, do efeito dos movimentos transfronteiriços na dinâmica do pós-conflito e, depois, de como as movimentações internas, as deslocações, reconfiguraram não apenas o espaço físico, mas também o espaço social.

¹¹⁶ O artigo de Pacheco e Roque foi publicado em 1995 e os autores não tiveram tempo, portanto, de verificar e analisar a integração da segunda vaga de deslocados.

¹¹⁷ Sobre isso ver, por exemplo, Hansen (1982); ver também Harrell-Bond (1999).

8.2 – Movimentações e novas geografias sociais

8.2.1 – Retornar ou ir: pós-conflito e movimentação transfronteiriça

Acomodação/adaptação/

Nas entrevistas com “retornados”, a ideia da integração não aparece explicitamente. Focou-se mais o aspecto da acomodação, por exemplo, no sentido de conseguir terreno para construir as próprias casas, ou as possibilidades de fazer negócios.

“Quando chegámos da Zâmbia fomos parar na Catumbela [aeroporto internacional da Catumbela]. O MINARS atendeu-nos. Mas depois o resto? [...] Sim, as condições, um terreno para construir a minha casa para a família e o emprego? Isso é que conta. As organizações e o MINARS já nos ajudaram até aqui, também disseram que ia apoiar nos primeiros meses. Depois cada um podia desenrascar-se. Mas depois de uma semana o MINARS abandonou. Tivemos que lutar. Mas agora tenho esse lugarzito. Não é muito, não estou na tenda. Os miúdos agora vão à escola. Cada dia é uma luta.” [Entrevista n.º 44]

No discurso do entrevistado, não se exigia ao Governo uma casa, mas um terreno. Em algumas entrevistas com retornados aparece também referência a pedidos de material de construção, especialmente para cobertura das casas, como chapas de zinco, provavelmente por ser o material que eles próprios não conseguiam obter directamente, já que se trata de um material industrial. Mas a construção das casas, especialmente casas de adobe, o próprio indivíduo podia fazer sozinho ou com o auxílio de outros.

Os que tinham profissões antes de se refugiarem, como professores ou enfermeiros, exigiam ser recolocados na função pública, escolas e hospitais. Alguns antigos soldados ou civis que se tinham refugiado nas matas, na Zâmbia, Namíbia ou Congo, foram reintegrados: alguns entrevistados afirmam que o MINARS indica que existe um número elevado de professores, enfermeiros e activos nas Forças Armadas e na Polícia. Mas esse número é menor que o daqueles que tiveram de se arranjar por si próprios.¹¹⁸

Os entrevistados salientaram o desejo de continuidade da vida que tinham antes: trabalho, uma casa, enviar os filhos à escola e serem respeitados como angolanos.¹¹⁹ Alguns fizeram referência à incomodidade de serem tratados como estrangeiros ou “zambianos”; nesse aspecto, pode-se falar de integração ou desintegração:

¹¹⁸ Entrevista com a direcção da UNITA no Lobito.

¹¹⁹ Entrevista a retornado no Lobito (campo da Catumbela).

“Estive na Zâmbia 14 anos, os meus filhos nasceram lá. Falam umbundo e falam inglês e português também, mas é pouco. Agora chegados aqui, dizem que somos ‘zambianos’. Parece que no estrangeiro nos tratam melhor que em nossa própria casa.” [Entrevista n.º 45]

Regressar/recomeçar/

O regresso de refugiados angolanos da Zâmbia foi guiado por um acordo tripartido entre os governos de Angola e da Zâmbia e as Nações Unidas, através do ACNUR, assinado em 2002 e que estabelecia o regresso “voluntário” de angolanos a partir de 2003 (UNHCR, 2002). Dos cerca de 100 mil refugiados, cerca de 70 mil teriam regressado a Angola, a grande maioria com apoio do ACNUR e alguns com os próprios meios. No entanto, cerca de 30 mil ainda permaneciam na Zâmbia até, pelo menos, 2009, e nos anos seguintes foram regressando autonomamente, o que dificulta a contagem oficial. Entre os retornados havia os migrantes de longa duração, de quase quatro décadas, e havia os de curta duração, menos de uma década. Assim, mais do que de regresso, tratava-se em muitos casos de uma chegada a Angola. É aqui que vários entrevistados falam da dificuldade de integração, não apenas por serem tidos como “zambianos”, mas porque alguns viram os seus documentos – verbetes passados pelo ACNUR, certificados escolares ou de formação profissional – não serem reconhecidos pela administração angolana.¹²⁰ Os que tinham conseguido fazer alguma poupança em dinheiro zambiano também tiveram dificuldades em fazer a transferência ou trocar a moeda em kwanzas. Outra dificuldade era política:

“Alguns retornados são da UNITA, mas não são todos. Os que estiveram no campo do Mayukwayukwa na sua maioria são os da tropa da UNITA, comando quê, quê. Mas nós que estivemos em Meheba fugimos só da guerra. Mas agora tratam todos como da UNITA.” [Entrevista n.º 44]

O fim do conflito violento não significou para alguns destes retornados o início de uma época de paz, no sentido lato, mas o momento em que se confrontaram com novos constrangimentos. Embora o Acordo de Repatriação falasse de regresso “voluntário” para alguns retornados, significou uma ruptura violenta e uma situação com a qual tiveram de lidar quase como quando buscaram refúgio:

¹²⁰ Sobre a educação de refugiados nos campos de refugiados ou no estrangeiro, ver, por exemplo, Kaun (2008). Um dos seus argumentos é que alguns jovens ex-refugiados tiveram melhor educação nos campos do que os jovens que permaneceram no país e que estes estudos ou formação não eram reconhecidos pelo Governo, o que dificultava a sua integração.

“Estávamos bem, tínhamos tudo. As crianças estudavam, eu cultivava, fazia o meu negócio. Mas quando ouvimos que a guerra acabou, pensei ok, vamos regressar, afinal a nossa terra é a nossa terra. Aqui estamos bem, mas é a terra do outro. Foi uma desgraça! Nem um terreno para construir uma casa. Um país tão grande!” [Entrevista de grupo n.º 5]

Outros entrevistados também “retornados” e vindos da Zâmbia tiveram, entretanto, outra experiência:

“Foi em 2003 até hoje. E os outros que estiveram na Zâmbia começaram também a regressar, também estamos todos aqui a construir. De princípio, dois anos, 2003 e 2004, houve intolerância política. Aqui nós tivemos que lutar com os outros encontrados.”¹²¹ [Entrevista de grupo n.º 5]

Embora este entrevistado use o verbo “lutar”, cujo campo semântico parece ainda denotar o ambiente de guerra recentemente terminado, quando se lhe pede para especificar a que tipo de luta se refere, então afirma:

“A luta de intimidação, intimidar nós que viemos, não é, que não merecemos conviver com eles. Mas como nós viemos no protocolo de acordo de entendimento do Lwena, do 4 de Abril, então tivemos o direito, somos angolanos. Se fomos na mata é um acto político, não houve entendimento 1975, os acordos feitos de Bicesse, não houve eleições, a democracia foi quebrada, então assim que os da UNITA pensaram ir na mata refugiar-se. O Governo queria prender todos. Então a luta foi assim até que houve acordo de entendimento do Lwena, do 4 de Abril.” [Entrevista de grupo n.º 5]

A fuga para a Zâmbia não significou apenas escapar da morte iminente ou da possibilidade de sofrer algum dano. Parece ter significado para alguns retornados uma forma de resistência ou contestação ao poder político, uma forma de exílio. O regresso é visto como sinal de vitória, mesmo que isso signifique perdas materiais. A narrativa sobre a experiência do campo de refugiados é assim apresentada com coerência e numa linha de continuidade entre o passado e o presente. É sobretudo esse discurso que torna as categorias de “refugiado” e “retornado” pouco apropriadas para descrever e explicar as movimentações. Se, por um

¹²¹ “Encontrados” é uma categoria usada pelos retornados quando se referem aos que não saíram de Angola durante a guerra. Os “encontrados” são descritos em algumas entrevistas como “invejosos” ou menos cultos por não saberem falar inglês; também se refere que, tendo ficado, não fizeram muitos progressos sociais, “vivem na mesma ou pior do que quando saímos” (Entrevista n.º 73). Os retornados do Congo, quando se referiam a esses “encontrados”, diziam “os angolanos” ou “os que ficaram”.

lado, elas fazem sentido no âmbito da burocracia e da gestão de movimentações de pessoas por agências internacionais e humanitárias, elas não são, por outro lado, assumidas automaticamente pelos próprios actores: onde essas agências vêem refugiados, os próprios vêem resistência e insistem na ideia de que são “bem angolanos”.¹²²

“O MPLA queria pisar-nos. Mas nós vimos, não, temos que recuar. Fomos para as matas. O dr. S. sempre nos disse: a luta exige sacrifício, sacrificar o presente para viver o amanhã.”

[Entrevista de grupo n.º 5]

Dos cerca de 76 mil retornados e repatriados a partir da República Democrática do Congo, 16 mil regressaram a partir de 2003 (UNHCR, 2003) e foram-se espalhando pelo país, especialmente Luanda, Huambo, MBanza-Congo e Uíge (Melo, 2013); os outros 50 mil que regressaram em 2010 ficaram confinados nas zonas fronteiriças de entrada.

Um número reduzido foi para o Huambo. Alguns entrevistados no Huambo que afirmaram que tinham estado como refugiados no Congo dedicavam-se ao comércio: cinco deles trabalhavam em “cantinas”. Dois cortavam cabelo (barbeiros), e um era fotógrafo. Nas entrevistas expressaram que eram do Norte de Angola: Quimbele, Damba, e Negage. Quando lhes perguntei porque é que tinham ido para o Huambo, sendo naturais do Norte, ou porque é que não tinham ido para Luanda ou ficado no Norte entre Uíge e MBanza-Congo, responderam (entrevista de grupo n.º 2):

1 – “Ali a polícia chateia muito, toda hora quer documento. Toda hora pergunta se você é congolês.”

2 – “Em Luanda já tem muita gente. Todos que vieram de Congo estão em Luanda. Vai ao bairro Palanca encontra muito.”

3 – “Aqui a vida é calma. Em Luanda tem muita confusão e tem muito bandido. Aqui não tem esse problema.”

4 – “Aqui falta muita coisa. Aqui na loja desde manhã até 20 horas, sempre a entrar gente. Aqui é calmo.”

¹²² Nesse sentido é interessante a comparação que faz Liisa Malkki (1992) entre a experiência de ser refugiado num campo e ser refugiado estando integrado numa aldeia ou vila. Enquanto os primeiros desenvolvem ou purificam o seu nacionalismo, os segundos tendem a ser mais cosmopolitas, já que se esforçam por se integrar e passar despercebidos como refugiados no meio da comunidade de acolhimento.

A questão de “fugir” da polícia pareceu ser a razão de maior peso. Disseram que em Luanda não apenas a polícia, mas também os falsos polícias exigiam documentos a troco de dinheiro:

“Sempre estão a dizer: você é estrangeiro, dá dinheiro; está a dizer é polícia, afinal é polícia de mentira. Se não fala bem português é estrangeiro. Eu falo lingala e francês. Português também, mas só um pouco. Mas aqui não há isso.”¹²³ [Entrevista de grupo n.º 2]

Em entrevistas feitas no Uíge, no município da Damba, onde estavam repatriados expulsos do Congo, estes queixaram-se da falta de documentação:¹²⁴

“Estamos aqui e não temos documentos. Nós não saímos, fomos corridos. Eu até estava no trabalho. Eu sou motorista, trabalhava no hospital. Do hospital directamente para os camiões e para a fronteira e sem tempo para ir a casa buscar as minhas coisas; na fronteira recebemos verbetes do ACNUR. Mas agora aqui pensam que somos congolezes e não nos dão documentos. Mas saí daqui e fui ao Congo como refugiado já no tempo dos portugueses, por causa da guerra. Lá nos diziam que somos angolanos e aqui nos dizem que somos congolezes...” [Entrevista de grupo n.º 13]

Este entrevistado pertence ao grupo de cerca de 50 mil angolanos que foram repatriados em 2010 a partir do Congo. Este grupo é diferente dos de angolanos que viviam nos campos de refugiados em consequência das últimas guerras e que começaram a regressar imediatamente a seguir à assinatura dos Acordos de Paz.¹²⁵ Neste caso, o repatriamento compulsivo deveu-se um conflito entre os dois estados, embora as razões da expulsão, segundo alguns entrevistados, se prendessem mais com o conflito interno do Congo: a oposição interna ao presidente da RDC, que domina o parlamento congolês, acreditava que existia uma ingerência de Angola nos assuntos internos da RDC, especialmente devido ao apoio que o Governo angolano prestava à guarda presidencial congoleza; a decisão de

¹²³ Os jornais reportam casos de polícias ou fiscais falsos que exigem dinheiro a estrangeiros ou aos cantoneiros ou ameaçam levar os carros mal estacionados, a troco de não ser feita a denúncia. Ver, por exemplo, “Falsos fiscais rebocam carros em Luanda”, em < <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/38881/falsos-fiscais-rebocam-carros-em-luanda> >.

¹²⁴ A entrevista foi inicialmente marcada só com sobas, mas apareceram também repatriados, trazidos por aqueles, como testemunhas (ver Anexo IV).

¹²⁵ Nos estudos sobre movimentações em Angola costuma estabelecer-se uma diferença entre movimentações antigas, anteriores a 1998, e as novas movimentações depois de 1998. No caso concreto dos retornados do Congo, há também dois movimentos de regresso. Os que regressaram a seguir aos acordos de paz, a partir de 2002, e aqueles que foram expulsos em 2010.

expulsar os angolanos teria sido uma iniciativa parlamentar apoiada pelos governos locais, sobretudo os das zonas fronteiriças com Angola. Alguns entrevistados alegaram, no entanto, que a expulsão se deveu a uma retaliação do Governo congolês pela expulsão de congoleses de Angola, especialmente em Cabinda e perto das zonas das minas de diamante, nas Lundas. Seja qual for a razão, a expulsão compulsiva dos angolanos não pareceu ter minado significativamente a relação entre os estados: as visitas de Estado entre os dois países continuaram.

Alguns repatriados entrevistados na Damba alegavam que não podiam sair das zonas da fronteira para irem para Luanda, porque podiam ser interceptados pela polícia e serem tidos como congoleses e repatriados.¹²⁶ Essa situação confinava-os na zona da Damba, neste caso. Entretanto, alguns, na zona em que se encontravam e onde tinham aprendido francês, abriram salas de explicações de francês para angolanos que quisessem mais tarde estudar no Congo; um enfermeiro abriu um pequeno posto médico e atendia as pessoas desde manhã cedo, “quando o sol está a nascer”, até ao entardecer. Disse que tinha aprendido a profissão no Congo e lá trabalhado muitos anos. O facto de falar lingala, língua de resto usada nos dois lados da fronteira, facilitava a aproximação das pessoas ao enfermeiro. Mas a falta de documentos impedia-o de alargar a sua actividade, com medo de ser apanhado pela Polícia (entrevista de grupo n.º 13; ver Auerbach, 2010).

Na entrevista com o conservador da província do Uíge, este alegou que o problema da falta de documentação era burocrático e não policial ou criminal. Em MBanza-Congo, capital da província do Zaire que também faz fronteira com a RDC, a vice-procuradora da República para aquela província alegou que era preciso fazer um trabalho de fiscalização, já que havia a possibilidade de alguns congoleses estarem infiltrados no grupo dos repatriados e adquirirem assim a nacionalidade angolana; já o chefe da polícia fronteiriça considerava também que não havia casos de infiltração de congoleses e o problema da falta de documentação seria apenas burocrático e não policial. Nas entrevistas de grupo com um conjunto de líderes tradicionais da região da Damba¹²⁷ salientou-se que o problema com os repatriados, além da burocracia e ou de possíveis problemas policiais, era a falta de ajuda material: havia repatriados que não

¹²⁶ Entrevista de grupo com jovens repatriados feita na Damba. Na entrevista com o director regional da Caritas do Uíge fez-se notar que, mesmo sem documentos, muitos repatriados conseguiram viajar até Luanda (entrevista de grupo n.º 13).

¹²⁷ Entrevistas com sobas da Damba que ajudaram a receber repatriados e trabalharam com a Caritas do Uíge.

conseguiram localizar nenhum familiar e que foram acolhidos, provisoriamente, em casas de sobas ou em famílias de acolhimento; os sobas cederam terrenos para que os próprios repatriados construíssem as suas casas e reportaram a falta de chapas de cobertura, pelo que seria necessária, nestes casos, a intervenção do Governo ou de organizações internacionais.¹²⁸ Quando se perguntou aos sobas se havia problemas entre os repatriados e os que ali se encontravam, todos salientaram que não:

“Somos família. A língua é a mesma. Esse daqui fala português. O que veio fala francês. Mas a língua mesmo que conta é o lingala. O que está fala. O que veio fala. Se entendem. Os que foram também saíram já há muito tempo. Ainda no tempo do branco, quando começou a confusão no tempo da UPA.” [Entrevista de grupo n.º 13]¹²⁹

Incerteza/adaptação/criatividade

O grupo de retornados do Norte de Angola entrevistados no Huambo parece mostrar que a ida para o Huambo, além de ser uma oportunidade de negócio, era também uma forma de lidar com a autoridade, a “verdadeira” e a “falsa”: com a autoridade verdadeira pelo desconforto e perigo real de serem deportados de Angola se não conseguissem provar que eram angolanos; e com os “fiscais e polícias falsos” porque permanecer implicaria estar na dependência económica destes indivíduos, isto é, ter de lhes pagar ou trabalhar para eles. Não saber se os polícias e os fiscais eram “verdadeiros” ou “falsos” criava incerteza na interacção:

“Quando vem o fiscal na cantina e vê uma coisa que não está, nós falamos bem, falamos como homens e nos ajudamos: pode ser um saldo,¹³⁰ ou alguma coisa para o fim-de-semana. Mas quando não sabes, hoje vem, amanhã vem mais, e sempre, e estraga o negócio.” [Entrevista n.º 2]

De qualquer maneira, a situação era de incerteza, e não detinham meios para a superar. Mudar-se para o Huambo poderia ser então uma forma de lidar com essa incerteza.

Assim, os argumentos baseados nas ideias do “regresso à terra de origem” ou da “reintegração” podem reflectir uma visão essencialista da “terra de origem” e não atenderem

¹²⁸ Na entrevista com os responsáveis da Caritas de Angola, uma organização de ajuda humanitária da Igreja Católica, informaram que foram distribuídas chapas de cobertura de zinco através dos sobas, mas que, além de serem poucas, algumas chapas foram “desviadas” e vendidas no mercado, situação que levou a que ainda alguns repatriados vivessem nas tendas de campanha.

¹²⁹ A UPA era a União dos Povos de Angola e, como referido no capítulo V, esteve na origem da FNLA, movimento nacionalista angolano que surgiu na região norte de Angola.

¹³⁰ “Saldo” refere-se aos cartões usados para ter crédito nos telemóveis.

suficientemente à perspectiva que a vê como uma construção social: mais do que de um regresso à terra de origem ou de uma reintegração, como afirma A. Kaun (2008),¹³¹ trata-se muitas vezes de uma adaptação ou recriação do quotidiano de acordo com as condições e as possibilidades do contexto.

Poder solidariedade/adaptação

Além desses repatriados que foram expulsos do Congo em 2010, houve retornados que regressaram da RDC a partir de 2002, como já referimos. Estes retornados na sua maioria foram viver para Luanda (Melo, 2013). Desses, alguns foram viver no Bairro Palanca, um bairro periférico de Luanda, também conhecido como musseque. Esse bairro é classificado por Fernando Mourão (2006: 436) como fazendo parte dos “novos musseques” nos quais a maioria da população proveio da zona norte de Angola.¹³² Ruy Duarte de Carvalho (2008: 321-322), no entanto, tem outra leitura: a maioria da população que veio da zona norte concentrava-se nos musseques de Mota, Rangel e Lixeira. Essa distribuição parece coincidir com os estudos de Michel Cahen (1989), que se baseou nos trabalhos de Ilídio de Amaral (1968) e de Ramiro Ladeiro Monteiro (1973). Sendo Mota, Rangel e Lixeira musseques mais antigos que Palanca, pode-se deduzir que a integração dos recém-chegados neste último não dependeu necessariamente do agrupamento étnico dos retornados ou imigrantes internos, mas antes das condições e das situações de interacção entre residentes e recém-chegados.

Em conversas informais com residentes do Bairro Palanca não sobressaiu a ideia de que a polícia fosse lá fazer rusgas. Ressaltaram que era uma zona “pacífica” e “trabalhadora”. Mesmo quando comentámos que tínhamos encontrado retornados da República Democrática do Congo originários do Norte de Angola a viver no Huambo, alegaram que podia ser que não fossem de facto angolanos. Acrescentaram ainda que havia muitos “falsos” angolanos que se faziam passar por gente de MBanza-Congo ou do Uíge, mas eram “bandidos” (observação n.º 7).¹³³

¹³¹ Ver também Human Rights Watch (2005).

¹³² Essa classificação de “novos musseques” obedece a um critério de antiguidade que é discutível, mas que tem a vantagem de apresentar o modo como o espaço habitacional de Luanda, periférico e urbano, foi sendo alargado ao longo dos anos. Assim, segundo esse critério, os musseques mais antigos são Sambizanga, Mota e Marçal; em seguida apareceram os musseques Lixeira, Rangel, Caputo, Catambor, Prenda, Calemba e Samba Pequena; mais tarde apareceram Cazenga, Cemitério Novo e Golfe; os mais recentes seriam Palanca, Petrangol, Mulemba e Rocha Pinto.

¹³³ Notas de trabalho de campo no Palanca.

O emprego das categorias “bandido”, “falsos angolanos” e “retornados” pelos entrevistados exigiu mais algum trabalho etnográfico no Bairro Palanca. Na conversa com líderes religiosos,¹³⁴ alegaram que alguns não se tinham integrado e o motivo era que não seriam “cristãos”. Em conversas com alguns negociantes, especialmente de “pedras preciosas”,¹³⁵ falaram da chegada de retornados do Congo que se instalaram no bairro a partir de 2003. Afirmaram também que os novos retornados queriam fazer negócios “sem respeitar e sem ordem”, quando o bairro era calmo e vivia lá gente respeitável, por exemplo um deputado.¹³⁶ Podia ser que os novos retornados contestassem as formas de controlo social exercido através das várias Igrejas, cristãs e sincréticas, que existiam no Palanca? Havia alguma cooperação entre as autoridades e os líderes religiosos para controlar, por questões de segurança, o fluxo de pessoas? Ou havia uma relação entre negociantes informais de produtos que só podiam ser vendidos com a autorização especial do Estado e a sua permissão a troco de vigiarem os mais novos? As informações e o trabalho etnográfico não permitiram ter uma percepção global das dinâmicas sociais, da rede de funcionamento do poder político, negócio, segurança e fluxos migratórios dentro do Palanca. Contudo, além destas questões, ganha relevância nas entrevistas e no trabalho etnográfico a ideia de que a experiência de mobilidade, tanto dentro como fora do país, por necessidade de segurança ou por questões económicas, é reconvertida no pós-conflito em recurso valioso para a reconstrução do quotidiano.

Política/partido/território

Se os retornados da Zâmbia foram dispersos pelo país, já que foram levados dos campos de refugiados até à Vila do Kazombo e de lá, de avião, até aos aeroportos do Huambo e da Catumbela, entrevistas com alguns retornados da Zâmbia no Lobito-Benguela e no Bié¹³⁷ mostraram padrões diferentes relativamente aos dos retornados da República do Congo.

¹³⁴ Membros da Igreja de Nosso senhor Jesus Cristo no Mundo, conhecida em Angola como Igreja Tocoísta, mas durante a entrevista não ficou claro que papel desempenhavam na Igreja, já que se referiam a si próprios por “nós, os líderes”.

¹³⁵ Nas entrevistas foi-me perguntado se estaria interessado em comprar ou vender pedras preciosas.

¹³⁶ Referia-se ao deputado Mfuka Fuacaca Muzemba, presidente da organização juvenil da UNITA e eleito deputado em 2012.

¹³⁷ A cidade do Kwito, Província do Bié, não estava incluída na área de pesquisa. No entanto, a proximidade da cidade do Huambo e o esforço de tentar compreender a rota dos retornados da Zâmbia que se instalaram nas cidade do Huambo, Kwito e Lobito (além de Luanda e Benguela)

A entrevista com retornados que foram viver para a cidade do Kwito mostrou características diferentes da interação entre aqueles que tinham regressado e aqueles que ficaram no país. Os retornados em questão neste exemplo são, na sua maioria, antigos militares da UNITA e civis que antes da guerra eram simpatizantes da UNITA; durante a fuga, dirigiram-se para as zonas controladas pela UNITA com medo de sofrerem represálias pelas tropas ou simpatizantes do Governo. Quando a guerra terminou, em 2002, e, em decorrência de um acordo tripartido entre os governos de Angola e da Zâmbia e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, iniciou-se o processo de retorno, conhecido tecnicamente como “repatriamento voluntário”. Foi desse modo que alguns retornados, com ajuda logística do ACNUR e do Governo de Angola, foram ter à cidade do Kwito. A hostilidade de alguns habitantes do Bié em relação aos retornados – por serem antigos inimigos – ainda era visível, apesar dos acordos de paz. Os retornados pediram ao governo da cidade que lhes concedesse um terreno nos arredores do Kwito onde pudessem erguer um bairro. Foi nesse local que construíram o novo bairro, chamado, ironicamente, Bairro da Zâmbia. À medida que alguns retornados iam chegando da Zâmbia, a partir de 2003, e caso não encontrassem no Bié sítio para viverem, ficavam na cidade do Kwito e instalavam-se no Bairro da Zâmbia. As entrevistas dão conta de um serviço de acolhimento aos recém-chegados e algumas hostilidades por parte de antigos residentes do Kwito. Ainda estavam presentes as marcas da guerra. O Kwito foi uma das cidades onde se travaram vários confrontos militares, tendo a cidade sido sitiada vários meses pelos soldados da UNITA; este sentimento ainda era presente, segundo os entrevistados, em alguns moradores do Bié, os “encontrados”, que olhavam para eles como “antigos inimigos”.¹³⁸ Para os entrevistados, o Bairro da Zâmbia tornou-se um espaço de resistência contra a hostilidade de outros angolanos, mas também um espaço da reconstrução de memória – da memória de guerra e da luta política. Enquanto os estudos das migrações insistem em questões como a reintegração dos retornados, no dia-a-dia tratava-se de reconstruir a memória para a encaixar nas práticas quotidianas e tornar possível a reconstrução da rotina.

levou-nos à cidade do Kwito e principalmente a estudar um caso concreto de interação entre retornados e “encontrados”.

¹³⁸ Entrevista de grupo n.º 8.

Cidadania/resistência

“Alguns já vieram há muito tempo, mas eles dizem ‘vocês são retornados’. Retornado de quê? Eu sou angolano também. Este mais velho que está aí, este mais velho mesmo que tem camisa de risca, viver sempre aqui. Saiu daqui em 1998. Esteve na Zâmbia, 99, 2000, 2001, 2002 e 2003 já veio. Se toda a vida viveu aqui, como é que só cinco anos já não é mais nem nano,¹³⁹ ou bieno ou angolano? Mas é [...] porque são os retornados. Estamos 2011. Até quando vamos ser retornados?” [Entrevista de grupo n.º 2]

Algumas evidências recolhidas no trabalho de campo no Kwito levantam questões quanto ao uso da categoria “retornado”: para os retornados no Bairro da Zâmbia, a experiência de vida como refugiados não foi apenas uma experiência de sofrimento e vulnerabilidade, mas também de resistência contra o poder político; das entrevistas deduz-se que eles reconstruíram para si próprios uma narrativa em que a experiência do campo era uma parte da reivindicação contra a centralização do poder político; a estadia no estrangeiro foi uma espécie de exílio semelhante ao que narra Liisa Malkki (1995) em relação aos refugiados hutu na Tanzânia. Para eles, ter sido refugiado não significa apenas a fuga da morte eminente em decorrência da violência da guerra civil, não foi uma migração forçada ou involuntária, mas uma forma de contestar o poder político. De igual modo, os retornados interpretavam o repatriamento ou o retorno como o fim dessa resistência. O sentido desse discurso, apesar da sua carga ideológica, era sobretudo prático: decorria da necessidade da reconstrução do quotidiano em que as experiências passadas são integradas ou encaixadas num discurso coerente e plausível; desse modo, não só davam sentido às suas vidas e ao seu mundo social, mas também integravam as suas experiências na própria história de Angola.

Cidadania/território

Entrevistados retornados da Zâmbia, sobretudo os jovens que estudaram em inglês e usavam o português e as línguas locais – umbundo, lunda, luvale – apenas em casa, mostraram também dificuldades na interacção. Alguns que foram viver para as cidades, principalmente para o Huambo, Bié, Benguela e Lobito, salientaram que o facto de não dominarem a língua portuguesa dificultou a interacção no dia-a-dia; as entrevistas, realizadas em 2010 e 2011, salientaram conflitos, alguns físicos, entre indivíduos que se afirmavam membros do MPLA e retornados, vistos por aqueles como membros ou simpatizantes da UNITA.

¹³⁹ Angolano oriundo da zona do Bié, usado também para se referir aos do Planalto Central.

Os retornados da Zâmbia insistiam nos conflitos por “intolerância política”, uma vez que, segundo as entrevistas, seriam associados à UNITA. Já nas entrevistas com os retornados do Congo este aspecto não sobressaiu, o que se deve talvez, pelo menos em parte, ao facto de a UNITA não ter tido muita penetração na zona norte de Angola, contrariamente às zonas do centro, sul e leste; além disso, antes do final da guerra, segundo informações e entrevistas recolhidas junto de antigos soldados da UNITA, na iminência de perder a guerra, a direcção da UNITA decidiu transferir as pessoas que estavam nas suas bases, principalmente mulheres, crianças, idosos e mutilados, para os campos de refugiados da Zâmbia.

O que mais pesava aos retornados do Congo, como já vimos, era a questão da documentação, já que muitos eram vistos como possíveis infiltrados congolezes. Devem ter concorrido para esta associação dois factores: o primeiro é que o fluxo de pessoas entre os dois lados da fronteira norte é mais frequente e é mais visível na cidade de Luanda do que o fluxo da fronteira leste; além disso, durante a guerra, especialmente nos anos 90, vários indivíduos oriundos do Congo, bem como um número considerável de cidadãos oriundos da África Ocidental, tinham conseguido penetrar em Angola através da fronteira congoleza em direcção às zonas mineiras das Lundas, até então ocupadas pela UNITA. Estes indivíduos, conhecidos por garimpeiros, extraíam diamantes nos leitos dos rios sob protecção e com a anuência dos militares da UNITA, à qual pagavam uma taxa, o que alimentava a sua logística militar (Dietrich, 2000b: 322-323; ver também Dietrich, 2000a: 164-165). A ideia inicial de quebrar a logística militar da UNITA implicou a expulsão dos “garimpeiros” e o controlo do fluxo fronteiriço entre os dois países.

Esta situação não impediu, no entanto, que a interacção entre os dois lados da fronteira continuasse, mesmo implicando que os retornados vivessem numa situação paradoxal: eram aceites socialmente pela população, mas estavam sob suspeita por parte das autoridades. Isto salienta duas características (dificuldades) do pós-conflito. No primeiro caso, parece tratar-se de um problema de cidadania, isso é, da relação jurídica a nível de direitos e de deveres de um indivíduo perante um Estado (Habermas, 1995; Haddad, 2003): o retorno de refugiados, pelo menos na fronteira norte, desafia a relação jurídica e política que os indivíduos têm com o Estado e a definição do que é, de facto, um cidadão angolano. No segundo caso, trata-se de um desafio à identidade. A fronteira política erigida entre Angola e o Congo não pressupôs uma ruptura social ou identitária entre as populações dos dois lados da fronteira. As dinâmicas sociais nas zonas transfronteiriças, desde o fluxo comercial até ao uso do outro lado da fronteira como recurso em caso de necessidade de segurança ou protecção, reforçaram a cooperação e laços identitários; por outro lado, parece haver uma desconexão entre

identidade e geografia, no sentido que aponta Liisa Malkki (1992, 1995; ver também Gilroy, 2002).

8.2.2 – Deslocações internas e reconfiguração de territórios: além do binómio campo/cidade

Além das deslocações transfronteiriças, como vimos na secção anterior, houve deslocações internas. Tanto as causas como o impacto dessas deslocações são objecto de estudos ainda antes e depois da Independência (R. L. Monteiro, 1972; Amaral, 1968; Cahen, 1989; Pepetela, 1990; R. D. Carvalho, 1989, 2008; Mourão, 2006). Embora estes autores se concentrem em Luanda, há também estudos sobre Benguela e Lobito (Development Workshop, 2005) e sobre Huambo e Lubango (Development Workshop, 2003; M. C. Neto, 2000; Cain, Weber e Festo, 2013). O principal impacto das deslocações dominantes nestes estudos é o surgimento ou ampliação de zonas periféricas desordenadas à volta das grandes cidades. Tanto Michel Cahen (1989) como Ruy Duarte de Carvalho (2008) retomam e ampliam a caracterização da morfologia física de Luanda que vinha do tempo colonial (R. L. Monteiro, 1972) e, a partir dela, são elaboradas tipologias dos assentamentos (A. C. A. Bittencourt, 2011; Development Workshop, 2005). Enquanto os estudos antes da Independência incidiram nas estruturas físicas e nos agregados familiares (R. L. Monteiro, 1972; Amaral, 1968), os estudos feitos imediatamente a seguir à Independência estavam interessados, além dos aspectos anteriores, na composição étnica com foco nas deslocações (Cain, 1987; Cahen, 1989; R. D. Carvalho, 1989, 2008). Estudos mais recentes, depois do conflito armado, focaram-se nos aspectos da pobreza (Oppenheimer, Carvalho e Raposo, 2003), na gestão, posse e legalização de terras (Development Workshop, 2003, 2005; Cain, 2002)¹⁴⁰ e na arquitectura (Mourão, 2006; A. C. A. Bittencourt, 2011). Houve também estudos sobre a reintegração de retornados (Melo, 2013) e de deslocados internos (Pacheco e Roque, 1995).

No entanto, a maior parte dos estudos, tirando aqueles que se referem à arquitectura, focam três aspectos principais: estrutura física e étnica (origens dos musseques, composição étnica); caracterização socioeconómica (tipologia dos musseques, tipologia das populações, agregados), políticas de intervenção social (legalização de terras, reintegração de deslocados, combate à pobreza). Foram estes estudos que levaram à elaboração de tipologias de assentamentos em Luanda que, mais tarde, foram aplicadas às outras cidades – Benguela,

¹⁴⁰ Para mais informação sobre assentamentos em zonas periféricas das cidades angolanas, consultar o *website* do UN-HABITAT em < www.unhabitat.org >.

Huambo e Lubango –, adaptadas para atender às devidas singularidades. Essas tipologias foram organizadas de acordo com as seguintes características: zona de origem dos residentes, período principal de afluxo ao assentamento, intenções da mudança, principais formas de acesso à terra (Development Workshop, 2005: 85). Algumas dessas características levaram a que os assentamentos fossem classificados da seguinte maneira: bairros populares, musseques antigos, musseques ordenados, musseques em transição, musseques periféricos e novos assentamentos – condomínios (Development Workshop, 2005: 105). Este modelo, elaborado sobretudo a partir de estudos de terreno realizados em Luanda, como já dissemos, foi depois aplicado no Huambo com alguma diferenciação. Por exemplo, Huambo e Lubango têm mais musseques rurais do que Luanda e Benguela. Esta constatação coincide com o censo de 2014, onde as províncias com mais zonas rurais são Huila (cuja capital é Lubango), com 67%, e Huambo, com 53%, enquanto que em Luanda a zona urbana abrange 97% e em Benguela é de 62% (INE, 2016).

Nota-se portanto um grande processo de urbanização, ao mesmo tempo que aumentou a população, isto é, passou de 8 milhões em 1975 para 24 milhões em 2014. Por esse motivo, a tipologia que opunha campo e cidade, usada sobretudo nos anos 70 e 80 do século XX, não capta bem o dinamismo social e económico das últimas décadas.

8.3 – Situação e ordem: quotidiano e flexibilidade tipológica

É certo que as deslocações internas, tal como vimos anteriormente, foram condicionadas fortemente pelo contexto de guerra prolongada. Este condicionamento não explica por si só o aumento da população em algumas zonas, a eleição dos destinos cujo impacto na estrutura física das áreas escolhidas para estudo é mais visível. Além da visibilidade de transformações na estrutura física, existe também a reconfiguração de espaços sociais, entendidos como um campo de inter-relações sociais em que se inscrevem o local, o cultural e o simbólico.¹⁴¹ Contrariamente ao modelo “centro/periferia” (Heimer, 1973a) em que o espaço social ocupado demarcava a posição social na rede de relações, trata-se aqui de um conjunto de possibilidades em que os actores sociais tecem relações “multidireccionais” e num fluxo

¹⁴¹ Sobre este assunto, veja-se, em particular, Simmel (1986: 644-646); Ledrut (1968); Bourdieu (1989: 133-139); Doise (1986); Gumuchian (1991); Jodelet (1989).

constante de reconfiguração.¹⁴² Estas reconfigurações, a partir de 2002, tiveram expressão na recriação e transformação dos espaços físicos em referentes sociais, isto é, neles se inscreveu um tipo específico de relações sociais. Estas são pautadas por interesses, emoções, sentimentos de actores sociais e no quadro de um percurso histórico com rupturas e continuidades. Isso torna complexos os fenómenos sociais daí decorrentes, dada a sua multidimensionalidade e dinamismo plurifacetado. Por estes motivos, é importante usar com cautela as tipologias elaboradas no âmbito da gestão da pobreza humana e intervenção social pelas ONG e agências humanitárias, que podem incorrer em riscos semelhantes aos do modelo “centro/periferia”: ainda que as novas tipologias tivessem sido construídas a partir de caracterizações extraídas do trabalho de terreno, elas não fogem ao pendor normativo que determina a oposição entre o que é formal e informal, ou legal e ilegal, por exemplo.

A análise que se segue combina, por isso, as novas tipologias das zonas urbanas como uma forma de orientação para reflectirmos sobre o dinamismo das cidades e apontarmos algumas mudanças, a partir das interpretações que os actores sociais fazem do seu quotidiano e do trabalho etnográfico realizado. As tipologias dos assentamentos tendem a fixar as condições de habitabilidade e a identificar os tipos de assentamento, por associação ou dependência, com o tipo de práticas sociais que neles se encontram. Entrevistas e trabalho etnográfico tornam essa relação complexa, como veremos, tomando como exemplo mais aprofundado o caso do Huambo.

8.3.1 – Entre o “não rural” e o “não urbano”

“Quando saímos do Sambo viemos aqui no Huambo. Primeiro era difícil. Mas muito mesmo. O tal emprego está onde? Os confrontos nunca não paravam mais. Então decidimos construir aqui, só para remediar. Um tecto para as crianças. Se esperamos quando a tal guerra parar, ninguém sabe quando pára. Com ajuda desse e desse e daquele fomos construindo. Quando havia material era avançar e quando não havia era trabalhar, bater a cabeça até quando tinha um bocadinho de dinheiro. E compra lá já alguma coisa, cimento, as vigas, os ferros.” [Entrevista de grupo n.º 2]

A entrevista citada foi feita com uma família que se deslocou do Cuima, zona rural no interior do Huambo, para a cidade do Huambo, ainda durante a última guerra, 1998-2002. O primeiro destino foi Coalfa, um campo de transição para deslocados, em 1998, e só em 1999 é

¹⁴² Pierre Bourdieu, ao considerar a “topologia social”, afirma que “É possível [...] comparar o espaço social a um espaço geográfico no interior do qual se recortam regiões” (2009 [1987]: 153).

que se mudaram para o Kasseque III. Este foi um assentamento para deslocados, com cerca de 30 mil pessoas. Os deslocados tinham vindo de vilas e municípios do interior do Huambo: Sambo, Cachiungo, Bailundo, Londuimbale, Katata, Ekunha, Tchindjendje (ver quadro 8.1).

Quadro 8.1 – Exemplo de mobilidade no Huambo (1998-2000)

	Cuima	Coalfa	Kasseque III
Tipo de zona	Zona rural	Zona periférica	Zona periférica
Posição no processo de mobilidade	Origem da deslocação (1998)	Assentamento temporário de deslocados (1998/1999)	Reassentamento de deslocados (1999/2000)
Apoios institucionais	Sobas, soldados das FAA	ONG, Igreja, Governo	ONG, Igreja, Governo

Durante o conflito, Cuima esteve sob ocupação da UNITA, o que obrigou as pessoas a refugiarem-se, dirigindo-se para a cidade do Huambo. Cuima, já referenciada nos anos 30 do século XX, é uma zona rural composta de várias pequenas aldeias. Na fuga para o Huambo, várias aldeias se deslocaram sob a orientação dos respectivos sobas. Houve grupos que se deslocaram com a ajuda de militares do exército angolano que foram encontrando pelo caminho. Nas entrevistas apareceram ainda testemunhos de grupos que se deslocaram sem os seus sobas nem ajuda dos militares.

Coalfa foi um dos centros de acolhimento dos deslocados do interior do Huambo. O acolhimento foi feito por ONG, Igrejas e equipas do MINARS (Ministério para a Reinserção Social) e do governo local. Com a afluência de multidões que fugiam da terra em busca de refúgio, o campo tornou-se pequeno e as condições de higiene degradaram-se. Trabalhadores da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) que entrevistei falaram de surtos de cólera e disenteria, afirmando que as agências e ONG envolvidas não conseguiam dar resposta a esses problemas. Tomou-se então a decisão de abrir uma zona de reassentamento para descongestionar as áreas de assentamento provisório.

O Kasseque III, nos arredores do Huambo, situa-se ao lado de bairros antigos, Kasseque I e II.¹⁴³ Destinou-se inicialmente ao reassentamento de deslocados que se encontravam nos

¹⁴³ O Kasseque I e o Kasseque II já existiam. Antes de se transformar em bairro, o Kasseque III era apenas uma área para deslocados. Só mais tarde, quando se tornou residencial, é que passou a chamar-se Kasseque III.

campos da Coalfa, transferidos em 1999, com a ajuda de ONG e do Governo. Os próprios deslocados trabalharam no reassentamento em troca de comida (observação n.º 5).

A partir de 2002 o governo da província do Huambo iniciou progressivamente o desmantelamento dos reassentamentos para os deslocados e as agências humanitárias foram cortando, primeiro no abastecimento de alimentos e depois no arranjo das manivelas de água: “eles queriam que toda gente abandonasse e regressasse para as terras de origem” (entrevista de grupo n.º 4). Com o fim da guerra, algumas famílias foram regressando às aldeias. Em 2007 havia ali apenas 6 mil famílias e o Kasseque III transformou-se então num bairro residencial.

A transformação do bairro foi precedida, no entanto, pela transformação dos seus residentes. Enquanto decorria o ano de 1999, ano zero no novo assentamento, estes dependiam das ONG e agências internacionais para as necessidades básicas: alimentação, vestuário e habitação.¹⁴⁴ Os homens começaram a colaborar nos trabalhos da manutenção do campo: primeiro na construção de valas, para drenar a águas das chuvas; depois na construção de casas, que pouco a pouco foram substituindo as tendas de campanha. Alguns entrevistados aprenderam uma nova profissão e tornaram-se construtores. As técnicas de construção foram ensinadas pelas ONG, como a técnica de “adobe prensado”. Assim foram construindo as casas do novo bairro. Quando terminaram, além de dominarem a técnica de construção, tinham formado equipas. Começaram a procurar trabalho fora do bairro. Mas desse modo o Kasseque III tinha deixado de ser um reassentamento para deslocados e passara a ser um bairro que oferecia mão-de-obra (entrevista de grupo n.º 2).

Há aqui uma mudança na *membership category* do discurso dos entrevistados. A categoria “deslocado” está “associada” às categorias “ajuda” (recebida), “dependência”, “projectos”; está também associada a “temporário”. Quando os antigos deslocados passaram a oferecer-se como “mão-de-obra”, surgem novas “associações”, ligadas à acção de “construir” casas. Uma vez que as acções implicam (ou pressupõem) “interacções”, as narrativas da vida no novo bairro são compostas por um conjunto de novas categorias de pertença. A acção de construir refaz também a perspectiva que têm do quotidiano. A guerra, que apareceu como algo externo que se intrometera no seu quotidiano quando estavam em Cuima e que os

¹⁴⁴ A alimentação era essencialmente constituída por farinha de milho, óleo vegetal, feijão, arroz, leite em pó. A ração era distribuída semanalmente, de acordo com o número de membros na família (SDC, 2008).

obrigara a deslocarem-se para o Huambo, é agora integrada no novo “quotidiano”: “Se esperamos quando a tal guerra parar, ninguém sabe quando pára”, afirmou um entrevistado. É neste sentido que se pode falar de “reconfiguração”, isto é, de reconstituição “local” e “situada” do quotidiano.

Algumas mulheres do Kasseque III passaram a trabalhar nas lavras; outras dedicavam-se ao “comércio”. As que trabalhavam nos campos de cultivo nos arredores do Kasseque III tinham de arrendar os terrenos. Os entrevistados mencionaram que alguns donos dos terrenos viviam na Kamussamba, um outro bairro periférico do Huambo. O arrendamento consistia em usar a terra para cultivar, entregando uma parte da colheita ao dono como forma de pagamento. Temos também aqui novas *membership categories*. Os donos dos terrenos trabalhavam eles mesmos as terras, mas, com o aparecimento de deslocados que estavam “desempregados” mas tinham conhecimentos sobre o trabalho da terra, os proprietários passaram a “empregadores”. Não foi possível averiguar se antes da chegada massiva dos deslocados já havia a prática de arrendar terrenos. Nas entrevistas com mulheres de Kasseque III, mencionaram que iam aos campos primeiro “para ajudar”. Algumas diziam que iam a sítios mais distantes “queimar carvão” para vender nos mercados; pelo caminho passavam pelos campos e conversavam com os donos e aí surgiu a possibilidade de arrendarem as terras. Quanto aos proprietários dos campos, as categorias (*membership categories*) associadas a “proprietário” eram “recurso”, “capital”, mas quando assumem essa mão-de-obra, passam também a estar associados à categoria “empregador”.

Nas entrevistas realizadas, as mulheres referem-se aos proprietários dos campos com a palavra *mwele*, que em umbundo significa “dono”, mas também “senhor”, não no sentido de autoridade, *ñgala*, mas no sentido que se usa na relação entre senhor e servo. Por exemplo, quando se referiam ao Governo também usavam o termo *mwele*: “*va mwele yo feka*”, os donos/senhores da terra. Com a palavra *mwele*, as mulheres descrevem uma relação entre empregador e empregado, mas também descrevem uma “situação”, um tipo específico de “contexto” em que se produz uma “relação” através de um conjunto de acções – que são, de facto, “interacções”. São estas interacções que produzem uma certa “ordem”. Essa ordem não consiste apenas em que os actores estejam inseridos numa actividade quotidiana, mas exprime-se e ganha realidade também quando os actores nomeiam ou produzem categorias para descrever estas acções: é de facto aí que o “mundo-da-vida” é reconstruído (ver Macamo, 2006: 203; entrevista de grupo n.º 2).

A transformação do quotidiano teve impacto no aspecto físico da cidade e na própria representação do espaço. O Kasseque III não era uma zona rural, atendendo às suas

características em termos de organização do espaço e relações sociais, mas também não era uma zona urbana, nem uma das antigas zonas periféricas da cidade do Huambo, como São Pedro ou Bom Pastor. Tal como aparece nas entrevistas e apontámos acima, a transformação do Kasseque III começou ainda durante a guerra, quando os deslocados começaram a construção das casas. A partir da transformação do Kasseque III, isto é, a partir das relações que os residentes foram estabelecendo, deu-se também uma certa reconfiguração da geografia social do espaço, que vai um pouco além dos seus limites físicos e implica ligações fortes com outras zonas. A demarcação de três zonas de estudo atendendo a critérios de ordenamento, antiguidade e presença de infra-estruturas permitiu aprofundar a análise sobre este contexto em termos das dinâmicas e interações dos actores sociais. As zonas escolhidas foram Kasseque III (que poderá entretanto ser classificado como nova zona periférica), Cuima (comuna rural para onde regressaram deslocados do Kasseque III, como vimos), e Kamussamba (um antigo bairro periférico do Huambo que teve um aumento da densidade demográfica e se expandiu em área nos anos 90). A zona rural do Cuima aparece nas entrevistas como “terra de origem” e Kasseque III aparece como um lugar “inventado”: “construímos do nada”. Kamussamba é um bairro de referência presente nas entrevistas com residentes de Kasseque III, como um lugar onde vivem familiares ou conhecidos que saíram das aldeias nos anos 80 e 90 e foram para a cidade, ou ainda como bairro dos donos dos terrenos que os residentes do Kasseque III alugam para o cultivo da terra.

Mais de 70% dos anteriores habitantes do Kasseque III deixaram o bairro. Os restantes, cerca de três mil, permaneceram. Nas entrevistas com residentes, tornou-se relevante que além do “regressar” ou “permanecer” houve outras modalidades. A família Tchipindo, por exemplo, decidiu dividir-se. Os filhos mais velhos, Lázaro, de 14 anos, e Maria, de 11, que andavam na escola, ficaram no Kasseque III. A mulher e o senhor Tchipindo alternam entre o bairro e a aldeia, Cuima: umas vezes vai ela, outras vezes ela fica e é o marido que vai para Cuima. Essa alternância depende da época das colheitas ou de semear:

“Quando é para trabalhar a terra, assim vou. E estou lá. Assim já faço o trabalho. Desde manhã, muito cedo mesmo, e está ainda um pouco escuro, até quando o sol está aqui [indica com a mão direita] é trabalhar. Depois ir mais no Huambo, vir só mesmo tirar o capim. Depois trocamos. A mulher vem também com as crianças. Para ir às *nakas*,¹⁴⁵ aí também trabalha lá e traz lá

¹⁴⁵ *Nakas* são pequenas hortas, geralmente perto de um riacho ou lago, onde se cultivam produtos hortícolas para consumo doméstico, mas que, nos anos 80 e 90, passaram a ser comercializados. A

também tomate, *lombi*,¹⁴⁶ batata-doce. Depois leva no Huambo para comer. E quando a mulher está lá, eu aqui também faço biscato, na construção, na mota, quê, quê! E assim nos remediamos.” [Entrevista de grupo n.º 2; observação n.º 5]

A estratégia de usar os dois espaços parece flexibilizar as noções de mundo rural e urbano. Além disso, a aldeia é usada como um recurso: não só representa o lugar de origem e pertença, mas é também uma maneira de lidar com a incerteza da cidade ou da economia urbana. A cidade, por sua vez, que durante a guerra serviu como lugar de protecção (zona periurbana), transforma-se num recurso para lidar com a incerteza política no contexto rural. Alguns entrevistados salientaram o facto de não poderem voltar porque as pessoas da aldeia ou eram todas da UNITA ou do MPLA e que havia casos, em 2007, de conflitos ou ressentimentos políticos. Manter a casa no Kasseque III e na aldeia, mesmo que em condições precárias, como mostram os estudos da Development Workshop (2005), revela-se, no entanto, uma estratégia para lidar com a precariedade.

Nas zonas costeiras, por exemplo no Lobito e em Luanda, as entrevistas mostraram estratégias que apontavam para a mesma ideia. Antigos residentes das zonas urbanas antigas mudaram-se para os novos assentamentos. E as suas antigas casas foram alugadas ou a organizações estrangeiras, no caso de Luanda, ou a novos residentes que, tendo-se mudado para o Lobito ou Benguela vindos do interior da província ou do Huambo, quando este esteve ocupado pela UNITA, em 1993, e tendo um rendimento fixo – por exemplo, professores ou enfermeiros –, preferiam viver nas zonas urbanas. Essa troca, em que os novos residentes com rendimento médio arrendavam nas zonas urbanas, ou nos musseques antigos, aponta, para além das mudanças geográficas, mudanças da própria economia: os que vão para os novos assentamentos (condomínios e novas urbanizações) são não só os que podem pagar de uma vez as novas residências, mas os que têm um rendimento fixo ou contrato permanente nas suas empresas. O aluguer das suas casas a novos inquilinos não estabelece apenas uma relação económica entre os proprietários e os arrendatários, mas também uma interligação entre os dois espaços. Essa relação em alguns casos pode ser de dependência, como no caso dos novos residentes que dependem do dinheiro do arrendamento para pagar as comodidades

introdução da *nakas* na economia doméstica na zona do Planalto Central de Angola é especialmente estudada por Hermann Pössinger (1973, 1986).

¹⁴⁶ *Lombi* é uma palavra umbundo mas muito generalizada no português angolano, principalmente no Sul de Angola, para referir verduras: as folhas das abóboras, da batata-doce e do feijão-verde são designadas genericamente por *lombi*.

do seu novo destino ou para a compra de novos terrenos. Por outro lado, o surgimento das chamadas construções anárquicas, que dão origem a novos musseques ou zonas difusas, especialmente na zona de Luanda (A. C. A. Bittencourt, 2011; Gameiro, 2001), não são apenas consequências da pobreza, como indicam por exemplo Oppenheimer e Raposo (2007), mas reflectem modos de lidar com essa pobreza.

Voltando ainda ao caso do Huambo, um exemplo concreto do que se referiu é o que aconteceu no Bairro Kamussamba. Sendo um bairro periférico e que com o tempo foi crescendo sem nenhum ordenamento (quanto à legalização da terra e infra-estrutura sanitária, por exemplo), foi escolhido para uma experiência-piloto para ser ordenado por várias ONG em colaboração com o governo local (da cidade do Huambo). A intervenção planeada consistia em que alguns terrenos seriam vendidos a empresas ou a indivíduos pela administração local e a receita seria investida na construção de infra-estruturas dos novos assentamentos, para além de permitir introduzir algum ordenamento nas construções antigas. Em vez disso, o governo local distribuiu gratuitamente os terrenos a indivíduos que, supostamente, estariam numa lista de espera para aquisição de terra para construção de casas; os novos donos dos terrenos, por sua vez, subalugaram-nos para que neles fossem construídas habitações. Nas entrevistas com alguns residentes de Kamussamba que vivem em casas de construções precárias, destacou-se também o aspecto da incerteza:

“Nós não podemos construir uma casa definitiva num terreno que não é nosso. Se um dia o dono vier e disser ‘quero o meu terreno’, como é que vais fazer? Partir a casa? E o investimento e o suor na construção da casa, vão para quem?” [Entrevista de grupo n.º 8]

De acordo com um questionário simples aplicado a cerca de 20 agregados residentes em Kamussamba, 75% possuíam terras próprias; contra 10% dos residentes do Kasseque III. No entanto, 45% dedicavam-se a actividades mistas, por exemplo, no comércio informal. Apenas trabalho etnográfico posterior permitiu ver que alguns dos residentes de Kamussamba eram donos de terrenos agrícolas que eram alugados para cultivo aos deslocados. Verificámos também que 55% dos entrevistados residentes no Kasseque III se dedicavam à agricultura conjugada com outras actividades, embora apenas 10% fossem donos de terras (quadro 8.2).

Estes resultados parecem apontar que os donos de terras no Kamussamba não eram proprietários dos terrenos onde tinham construído as suas casas, mas de terrenos que podiam ser cultivados. Apontam também para uma interacção entre indivíduos que adquiriram terrenos à administração local e os residentes de Kamussamba, que construíram, “anarquicamente”, casas sobre estes terrenos (Cain, 2013; entrevista de grupo n.º 8).

Quadro 8.2 – Comparação de zonas no Huambo

	Kasseque III	Cuima	Kamussamba
	Reassentamento, zona periférica nova	Capital da comuna, zona rural	Zona periférica antiga
Número de entrevistados	20	20	20
Terra própria	10%	85%	75%
Agricultura	75%	85%	60%
Agricultura como único meio de subsistência	20%	25%	15%
Agricultura e venda de produtos	5%	20%	20%
Agricultura de subsistência e outras actividades mistas e não agrícolas	50%	40%	25%
Biscatos	5%	0%	0%
Biscatos e outras actividades	45%	10%	20%
Trabalho permanente com rendimento fixo	0%	0%	0%
Trabalho permanente com rendimento fixo complementado por outras actividades	10%	20%	45%
Apenas comércio informal	0%	0%	10%
Comércio informal com outras actividades	40%	25%	45%

Embora esse processo possa levar a uma “periferização” e, portanto, à pobreza (Jenkins, Robson e Cain, 2002) parece apontar, por outro lado, situações concretas de interacção, em que há cumprimento das expectativas mútuas. Os donos dos terrenos não podem permitir construção permanente porque de facto a lei sobre as terras ainda não é muito clara e, além disso, não compraram as terras mas receberam-nas gratuitamente. Os que construíram as casas precisam de um espaço, mas também se acautelam em não investirem em construções “definitivas” por causa da incerteza da legalidade dos terrenos. Embora Allan Cain ressalte a importância da terra e da legalização da sua posse, considerando que resolveria grande parte dos problemas das construções anárquicas e, portanto, contribuiria para a redução da pobreza (Cain, 2013: 15-16), para os entrevistados parecia existir, de facto, certa ordem: as expectativas eram cumpridas.

No trabalho de campo no Lubango, a demarcação das zonas revela semelhanças com as do Huambo, embora os novos bairros, contrariamente ao que aconteceu no Huambo, não tenham emergido de assentamentos destinados especificamente a deslocados e geridos por

ONG e pela administração do governo local. As pessoas que fugiam das zonas rurais procuravam condições de habitabilidade nos arredores do Lubango e deste modo bairros como o Só Frio ou Favorita foram aumentando.

Nos casos das cidades de Luanda e Benguela-Lobito, além de serem cidades costeiras, verificam-se algumas semelhanças. Entre elas, nota-se o crescimento das zonas periféricas, algumas em decorrência da guerra, já que eram mais resguardadas e protegidas e por isso o destino principal de deslocados do interior. Absorveram também mão-de-obra vinda do interior, sobretudo no sector informal, em decorrência do declínio da produção agrícola, inclusive a de subsistência dos anos 80 e 90. É também nessas zonas que estão a crescer os chamados “novos assentamentos” urbanos e condomínios (ver Jenkins, Robson e Cain, 2002). Se no Huambo e Lubango as zonas rurais ainda fazem parte da periferia da cidade, em Benguela e em Luanda as zonas rurais foram sendo absorvidas pelas novas construções, quer pelo aumento de novos assentamentos urbanos, quer pelo aumento de zonas periféricas.

8.3.2 – Topologias flexíveis: lógicas heterogéneas

Nas interações quotidianas, as várias zonas são postas em relação, desafiando assim as categorizações tipológicas mais estanques, que contudo podem ser úteis como ponto de referência. Os distintos tipos de zonas, mais do que delimitarem o âmbito geográfico e social do quotidiano, são referências simbólicas a partir das quais algumas acções ganham o seu significado; este, por sua vez, varia de acordo com o valor que lhe é dado num determinado contexto.

O esquema apresentado no quadro 8.3 resulta da tentativa de identificação de dinâmicas e nexos entre diversos fenómenos, procurando captar as suas lógicas sem descurar a ambiguidade de certas práticas, que sempre dificulta um enquadramento tipológico rígido dos espaços sociais.

Nas zonas rurais, as pessoas têm na sua maioria casas próprias, por terem sido construídas pelos proprietários em terrenos de seus antepassados ou, no caso de imigrantes, em terrenos doados pela comunidade. Isto não acontece nas zonas periféricas difusas, onde as casas são, na sua maioria, alugadas e os donos exigem uma renda, ainda que baixa. A dificuldade de se construir casa própria nestas zonas não se deve apenas ao custo dos materiais de construção, mas também a obstáculos à aquisição de terreno. Alguns funcionários da administração pública vendem terrenos ilegalmente, em geral comprados pelos habitantes das zonas periféricas estabelecidas. Estes, além de poderem construir casas, conseguem negociar, através de “esquemas”, formas de as legalizar, com o fim de as arrendar ou vender.

Quadro 8.3 – Caracterização social dos tipos de zonas

	Actores sociais	Práticas sociais dominantes	Dinâmicas relevantes	Configuração social
Zonas urbanas antigas	Altos e médios funcionários públicos, políticos, médios e altos empresários, negociantes regulares, partidos políticos, empregados de privados, direcções de ONG	Actividade profissional regular, participação política, actividades de lazer, optimização do capital, práticas religiosas cristãs	Controlo do poder político e militar, acesso ao capital económico, criação de grupos económicos, parcerias com grupos externos	Interdependência entre poder económico, poder político e poder militar
Zonas periféricas estabelecidas (tipo 1)	Médios e baixos funcionários públicos, assalariados, negociantes regulares, negociantes informais	Optimização do rendimento, actividade profissional regular e actividade informal, práticas religiosas cristãs sincréticas	Participação activa no poder político e militar, controlo médio e baixo da administração pública, acesso ao crédito bancário, parceria em pequenos negócios nacionais, práticas de <i>kixikila</i> (empréstimo informal)	Interdependência entre actividade formal regulada e actividade formal mas não regulada, interdependência entre actividade formal e informal
Zonas periféricas difusas (tipo 2)	Ex-deslocados, tarefeiros, assalariados informais, agricultores, vendedores ambulantes, funcionários de ONG estrangeiras, membros da polícia de intervenção rápida	Sobrevivência, alargamento da rede de solidariedade, actividade comercial informal, práticas religiosas cristãs, sincréticas e animistas	Cuidar da segurança física, fidelidade dos fornecedores de produtos, fazer as cobranças dos produtos	Dependência das dinâmicas das zonas periféricas estabelecidas, relações de assimetria na base da sobrevivência, alargamento da rede de solidariedade
Zonas rurais	Agricultores, autoridades tradicionais, líderes comunitários, administradores, baixos funcionários públicos, membros de ONG nacionais	Cultivo da terra, manter laços comunitários, práticas religiosas cristãs e religiões tradicionais africanas, ligação ao soba, manter boa vizinhança	Co-dependência entre agricultores, comerciantes e transportadores, cooperação entre autoridades tradicionais e administração local	Relativa autonomia em relação às cidades no geral, forte interdependência com as zonas periféricas, especialmente zonas periféricas difusas

As casas dos habitantes das zonas periféricas estabelecidas algumas vezes pertencem aos moradores das zonas urbanas e a relação entre uns e outros é de senhorio e inquilino. Este tipo de relação supõe uma diferenciação social que não implica necessariamente um maior poder

aquisitivo, podendo depender apenas de um acesso diferente às fontes de legalização (entrevista de grupo n.º 1).

Nas zonas urbanas, as actividades profissionais são mais regulares e apresentam um tipo de ligação institucional mais formal. Por exemplo, o número dos que possuem bilhete de identidade é significativamente maior nas zonas urbanas (79%) do que nas zonas rurais (7%) ou nas zonas periféricas. Também é aqui que está a maior parte das pessoas que possuem cartão de débito “multicaixa”, e que ocorrem as práticas religiosas em Igrejas mais antigas, como a católica e igrejas evangélicas. Este cenário religioso é parecido nas zonas rurais do interior do país; nas zonas periféricas também se encontra estas práticas, mas, à medida que se vai progredindo para as zonas periféricas difusas, vão aumentando as práticas religiosas sincréticas.

Nas zonas periféricas estabelecidas mantém-se o exercício profissional assalariado, formal, próximo do das zonas urbanas embora de perfil mais baixo – por exemplo, trabalho numa empresa ou numa ONG estrangeira. Mas é aqui que se encontram também actividades regulares embora não formais: uma oficina de recauchutagem ou alfaiataria, por exemplo. Há aqui trabalhadores, como motoristas de táxi ou do sector doméstico, mas sem nenhum vínculo formal. Enquanto nas zonas urbanas o trabalho assalariado é assegurado também através de um vínculo formal com o empregador, nas zonas periféricas o vínculo formal não é predominante nas actividades remuneradas com certa regularidade (grupo de discussão n.º 3).

Nas zonas periféricas difusas as actividades profissionais são mais incertas; há uma predominância do sector informal, seja no mercado, na construção ou em pequenos biscatos. Aqui existe uma relação com as zonas periféricas estabelecidas. Os vendedores ambulantes adquirem os seus produtos nos armazéns situados, na sua maioria, nessas zonas¹⁴⁷ e os produtos são vendidos quer nas zonas urbanas, quer nas zonas periféricas estabelecidas. Nos casos do Huambo e Lubango, os produtos agrícolas, a partir de 2004, começaram a vir das zonas rurais à volta das cidades para serem comercializados nos mercados informais das zonas periféricas. Estes produtos são de produção “semicomercial”, com preços mais baixos do que aqueles que são importados e comercializados nas zonas urbanas (observação n.º 7).

¹⁴⁷ Os produtos referidos são considerados “modernos”, na sua maioria importados dos países asiáticos, com predominância de produtos provenientes da China, e incluem acessórios automóveis, vestuário, electrodomésticos, etc., no caso de Luanda. No Lubango, os produtos vêm na sua maioria da África do Sul, ainda que estes, por sua vez, provenham da Índia ou da China.

Nas zonas rurais, além do funcionalismo público – administração municipal, escolas, postos médicos, polícia –, as principais actividades são a agricultura e o comércio. A produção agrícola é baixa e de subsistência, reduzindo-se na sua maioria a cereais, legumes e fruta.¹⁴⁸ Contrariamente às zonas urbanas, são notórios ainda laços mais próximos de solidariedade, bem como uma forte presença da autoridade tradicional.

Quadro 8.4 – Espaços sociais por províncias

	Luanda	Benguela-Lobito	Huambo	Lubango
Zonas rurais	Bom Jesus	Bairro do Cemitério	Kuando, Katchiungo	Arimba, Mapunda, Quilemba
Zonas urbanas antigas	Ingombota, Alvalade, Bairro Azul, Miramar, São Paulo	Sé, Peça, Praia Morena, Benfica, Restinga, Bairro 28, Caponte (Lobito)	Baixa, Alta, Bairro dos Ministros	Senhora do Monte, Comercial, Minhota, Lucrecia, Lage, João de Almeida, Benfica, Santo António, Ferrovia
Zonas periféricas estabelecidas (tipo 1)	Samba, Cazenga, Rangel, Prenda, Mártires do Kifangondo, Ngola Kiluanji (Sambizanga)	Fronteira, Massangalara, Kamunda, Bairro 70, Lixeira, Alto Liro, Canata	Benfica, Fátima, São Pedro	Tchioco, Mitcha, Calumbiro
Zonas periféricas difusas (tipo 2)	Tungango, Vila da Mata, São Pedro da Barra, Lixeira, Boa Vista, Kwangana, Catinto, Augusto Ngangula (Kikolo)	Kassequel, Fapa, Controle, Caponte (Benguela), Cavipa, Pomba	Kamussamba, Kasseque III	Só Frio, Lalula, Maringa, Favorita
Novos assentamentos (condomínios e centralidades)	Nova Vida, Lar do Patriota, Talatona – condomínio da Sonangol, Vianna II	Urbanização do Luongo e Teni, Graça	Lossambo (caala)	Quilemba, na Eywa

Atendendo às dinâmicas sociais identificadas por meio da investigação realizada, os espaços sociais nas quatro províncias analisadas são identificados no quadro 8.4.

¹⁴⁸ Os principais produtos são o milho e a mandioca, de que se faz farinhas que são a base da alimentação. Os legumes incluem, além de *lombi* (hortaliça), batata, cebola, tomate. Quanto à fruta, depende das zonas, mas destaca-se a manga, a banana e o ananás.

8.4 – Zonas rurais

8.4.1 – Chefes, autoridade e tradição

Acentuando a relação entre as zonas rurais e as zonas periurbanas, verificámos que alguns aspectos da vida rural, como por exemplo em relação às autoridades, se fazem presentes nas zonas periurbanas. No bairro Kasseque III, além do administrador, “chefe do sector”, existe o regedor, o conselho de anciãos e os vários sobas. O bairro está dividido em seis zonas. Cada zona tem entre 50 e 70 famílias. Cada zona tem um soba e o conjunto de várias zonas está sob a autoridade de um regedor. O regedor é coadjuvado por um conselho de anciãos que assumem responsabilidades, não políticas, a respeito do dia-a-dia do bairro: falar com o administrador municipal para construir uma escola; registar a chegada dos novos membros, fazer a mediação em caso de conflito entre o MPLA e a UNITA. Por outro lado, existe um administrador, ou chefe do sector, que é o representante da autoridade do Governo e membro do MPLA.

Nas entrevistas transpareceram algumas disputas entre os dois tipos de autoridades. Nas entrevistas de grupo com os sobas e um regedor, estes salientaram os aspectos sociais: poucos professores, interrupção das aulas, algumas salas de aulas com janelas partidas, as manivelas de captação de água que não funcionavam. As autoridades do Governo salientaram o controlo político: “A UNITA não faz confusão aqui” (entrevista de grupo n.º 9). Por outro lado, a autoridade dos sobas e do regedor no Kasseque III parece ter sido atribuída pelo Governo, o que se deve, segundo as entrevistas, ao processo de deslocação: algumas aldeias deslocaram-se para os campos de refugiados com os seus sobas e mantiveram essa autoridade, apesar de estarem em assentamentos de refugiados. As ONG tentaram organizar os campos agrupando as pessoas por aldeias com as respectivas autoridades. Quando os campos foram desmantelados e os deslocados voltaram para as suas aldeias de origem, nem sempre os sobas regressaram. São alguns destes sobas que encontramos no Governo, embora entre os residentes da sua área de “jurisdição” se encontrem pessoas vindas da mesma aldeia. Além disso, alguns sobas foram indicados pela afinidade com o partido MPLA. Nas entrevistas transparecia essa tensão entre os sobas que se designavam a si mesmos como “sobas da tradição” e os sobas nomeados pelo Governo e que, anteriormente, não o eram.

Fernando Florêncio (2009), no seu trabalho sobre as autoridades tradicionais no Bailundo, também na província do Huambo, designou o modelo como “novo *indirect rule*”. Através da estrutura das autoridades tradicionais, o Governo exerceria o controlo, ou disciplina, segundo Foucault (1977), sobre as populações. Salienta-se assim apenas o aspecto normativo do

exercício do poder, em que existe a autoridade do Estado, por um lado, e as autoridades tradicionais, por outro, estando as últimas subjugadas à primeira (ver Orr, 2010). Porém, as entrevistas com alguns sobas apontam para relações mais complexas no exercício do poder. Além das autoridades do Estado, os chefes tradicionais relacionam-se com outras autoridades, como por exemplo as ONG, que durante os anos de guerra emergiram de facto como tal. Também a Igreja Católica e Igrejas protestantes antigas, como as neopentecostais, e as Igrejas africanas tradicionais (ver Sarró e Blanes, 2009) eram autoridades com as quais os sobas tinham de disputar não apenas o poder simbólico sobre as populações, mas também o poder político e, em alguns casos, o poder material. A ligação dos sobas ao Estado, mesmo sendo sobas de linhagem (ver sobre isso Kyed, 2007; M. C. Neto, 2002), servia, do que se deduz de entrevistas com alguns sobas,¹⁴⁹ para reafirmar o seu próprio poder. Por exemplo, o regedor Tchinuki na zona do Kazombo desafiava o poder do Estado ao não aceitar o poder (auto-)atribuído à rainha Nhakatolo como soberana de todos os chefes tradicionais do Moxico. Tchinuki entendia que a rainha Nhakatolo era apenas rainha dos luvales, um grupo etnolinguístico na região do Moxico e fronteira com a Zâmbia (entrevista n.º 68).¹⁵⁰

No caso da Lunda, por exemplo, existem dois reis ou chefes lundas: o primeiro é reconhecido pelo Estado angolano, o *muatxisengue*¹⁵¹ Alberto Ndvumba, e há um segundo *muatxisengue* segundo a tradição. Ambos aparentemente têm legitimidade – num caso conferida pelo Estado, no outro pela tradição –, e entrevistas com habitantes das Lundas, políticos e académicos, inclusive membros do governo provincial, revelam que gozam de igual respeito e veneração. No entanto, o segundo *muatxisengue*, enfermeiro de profissão já desde o tempo colonial, parecia crítico com o Governo pelo facto de este não o ter reconhecido como rei dos lundas. Entrevistas realizadas com políticos do Partido Renovador Social (PRS), com a sua base principal de apoio nas províncias das Lundas, mostram que estes apoiam o rei não oficial (entrevista de grupo n.º 15). Nas eleições de 2008, o PRS teve

¹⁴⁹ Durante a pesquisa, fizemos entrevistas com vários sobas e regedores, e aproveitámos outros trabalhos não directamente relacionados com esta pesquisa para recolher informações sobre a relação entre autoridades tradicionais e autoridades do Estado. As entrevistas foram realizadas com sobas do Uíge (Maquela do Zombo e Damba); sobas que estiveram nas zonas da UNITA (sobas do Cubal e Ganda); o rei dos tchokwe (em Saurimo); os sobas luvale e lunda (no Alto Zambeze); a rainha Nhakatolo (Kazombo); um soba Mbundo (também no Alto Zambeze). No total foram entrevistados cerca de 35 sobas.

¹⁵⁰ Entrevista com o regedor Tchinuki e entrevista com rainha Nhakatolo.

¹⁵¹ *Muatxisengue* é o título do rei lunda (entrevista n.º 69).

muitos apoios nas Lundas, a ponto de adquirir lugares no parlamento. Esses resultados foram interpretados, em entrevistas com políticos do PRS e com alguns membros do governo provincial, como uma influência do segundo *muatxisengue* sobre a população. A partir desse momento começou uma aproximação do governo ao segundo rei.¹⁵²

A interacção entre tradição, identidade e política que subjaz à relação entre o Estado e os chefes tradicionais não pode ser reduzida apenas a uma instrumentalização destas estruturas pelo Estado, nem ao exercício de um contrapoder, como sugerem Aslak Orr (2010)¹⁵³ e Armando Marques Guedes (2007). O aspecto da reconfiguração da autoridade não parece ser suficientemente explorado por Orr (2010), nem mesmo por Fernando Florêncio (2009). As suas propostas, apesar de apresentarem um quadro actual e sistemático sobre a relação entre o Estado e as autoridades tradicionais dentro do debate do pluralismo jurídico,¹⁵⁴ não escapam à normatividade que esta relação pressupõe nem à perspectiva que vê nessa relação uma solução para resolver os problemas de governabilidade e, em última instância, do desenvolvimento socioeconómico. Não é apenas a estrutura do Estado que tem de mudar para que as autoridades tradicionais sejam reconhecidas, mas é importante também a consciência e participação política dos cidadãos. É a partir deles que pode vir a fortalecer-se, e a transformar-se, a relação entre as autoridades do Estado e as autoridades tradicionais. Trata-se mais de uma transfiguração política que passa pela participação política das pessoas comuns, entendendo isso, segundo sugeriam Macamo e Neubert (2004: 55), como “um compromisso activo das pessoas no processo de práticas políticas que apresentam possibilidade de influenciarem decisões políticas”.

8.4.2 – Reconfiguração do espaço rural

A partir de 2002, mesmo tendo em conta os constrangimentos da situação de pós-conflito, o regresso das pessoas às zonas rurais e a interligação mais intensa e frequente entre as zonas rurais e as periurbanas levaram a que produtos das *nakas* fossem vendidos em pequenos mercados. Não se pode falar de uma economia sustentada de mercado, mas de transacções de

¹⁵² O rei, o não oficial, além de ter recebido do Estado uma carrinha de caixa aberta, recebe visitas oficiais de alguns membros do Governo.

¹⁵³ Orr (2010) interroga-se se os chefes tradicionais são fantoches ou cavalos-de-Tróia, isto é, se são figuras decorativas e instrumentalizadas ou possuem agendas próprias.

¹⁵⁴ Para uma discussão mais detalhada sobre a pluralidade institucional nos Estados africanos, ver, por exemplo, Boone (2003) e Blom (2002).

produtos agrícolas das zonas rurais em mercados das cidades. Esse processo parece ser mais evidente nas cidades do Lubango e Huambo do que nas cidades de Luanda e Benguela.

Quadro 8.5 – Origem dos produtos vendidos em mercados nas cidades

Cidade (mercado) / Produto	Luanda (Mercado dos Congolenses)		Huambo (Mercado central)		Benguela (Praça Caponte)		Lubango (Mercado do Mutundo)	
	Externa	Interna	Externa	Interna	Externa	Interna	Externa	Interna
Batata	9	1	4	6	5	5	3	7
Milho	7	3	2	8	6	4	4	6
Farinha de Milho	10	0	10	0	10	0	10	0
Tomate	8	2	3	7	6	4	2	8
Cebola	7	3	1	9	7	3	3	7
Banana	5	6	3	7	1	9	5	5

A venda de produtos agrícolas nos mercados informais, ou “praças”, é ainda muito comum,¹⁵⁵ e no nosso trabalho centrámo-nos principalmente na proveniência desses produtos. O quadro 8.5 mostra um exercício realizado nos mercados das cidades em estudo. Escolhemos vários produtos e quisemos saber a sua origem. Seleccionámos quatro mercados, nas cidades de Luanda (mercado dos Congolenses), Benguela (mercado da Caponte), Lubango (mercado do Mutundo),¹⁵⁶ e Huambo (mercado central).¹⁵⁷ Atribuímos uma classificação, de 1 a 10, à quantidade de produtos importados. Por exemplo, encontrámos várias senhoras a venderem cebola em Luanda e das 10 bancas ou vendedoras, 7 vendiam cebola importada e 3 vendiam cebola vinda do interior de Angola – Malange e Bié. O pequeno exercício ilustrou, entretanto, que nos mercados ou praças do Huambo e do Lubango

¹⁵⁵ Sobre este assunto, ver os trabalhos de Carlos Lopes (2007) sobre mercados informais em Luanda e Huambo. Embora a sua investigação se centrasse nos mercados das zonas urbanas, na tipologia dos mercados informais são incluídos os mercados ou praças das zonas rurais.

¹⁵⁶ Este mercado, também conhecido por mercado do Tchico, foi transferido pelo governo municipal do Lubango, em 2011, para o Bairro do Mutundo, passando a ser conhecido por Mercado do Mutundo.

¹⁵⁷ Não se pode dizer exactamente que o mercado central do Huambo seja informal. Além de ser um edifício construído pelo governo municipal do Huambo, destaca-se pelas condições de higiene – casas de banho, separação por secções (hortícolas, outros produtos alimentares, aves, etc.), pequenos armazéns e serviço de limpeza –, além da obrigação de pagamento de uma taxa pelos vendedores. Existem, no entanto, à volta do mercado, pequenos prestadores de serviços, vendedores de sacas, carregadores “roboteiros”, cozinhas ao ar livre. A fronteira entre os dois espaços, o formal e o informal, não é visível.

apareciam mais produtos agrícolas locais ou regionais do que nos mercados de Luanda e Benguela.¹⁵⁸

A razão dessa disparidade pode estar na maior ou menor proximidade das portas de entrada a partir do exterior: Luanda e Benguela são duas cidades próximas de zonas portuárias – os portos de Luanda e do Lobito, respectivamente –, o que facilita a importação de produtos e o seu transporte para os mercados informais através dos armazenistas. Também pode estar ligada ao transporte e infra-estruturas: o Lubango e o Huambo estão mais próximos das zonas rurais e, portanto, os produtos locais chegam mais facilmente aos mercados dessas cidades sem custos acrescidos.

Essa disparidade não implica, no entanto, um recorte absoluto entre os dois tipos de mercados. Informações adquiridas junto de algumas lojas, as grandes superfícies, sugerem que há uma relação entre os importadores, os armazenistas e os revendedores a retalho dos mercados informais. Os importadores vendem aos armazenistas que os distribuem às lojas, pequenas e grandes. As revendedoras dos mercados, além de comprarem produtos dos campos, como no caso de Lubango e Huambo, também compram nos armazenistas. Por exemplo, um saco de arroz de 5 kg, que numa loja de cadeia alimentar custa 850 kwanzas, é revendido a retalho nos mercados informais por quilo, pelo valor de 200 kwanzas, ou seja, os 5 kg rendem 1000 kwanzas. Esses preços podem variar dependendo de várias circunstâncias: o preço dos táxis (*candongueiros*), as dificuldades da chegada de camiões com produtos vindos do interior, se há escassez destes produtos enquanto os barcos não são descarregados nos portos, etc. Uma vez que as lojas formais não podem mudar constantemente os preços, estas “usam” os revendedores informais e as variações dos preços nos mercados informais para compensarem possíveis perdas nos mercados formais. Por exemplo, o aumento das taxas aduaneiras em 2012, ao abrigo da nova Pauta Aduaneira sobre os produtos importados (Versão Harmonizada 2012), com o intuito de estimular a produção interna, teve impacto no

¹⁵⁸ Este exercício não é conclusivo; seria necessário uma amostra maior e uma melhor contextualização da origem dos produtos. Além disso, algumas vendedoras tentavam “adivinhar” as inclinações dos clientes. Se o cliente mostrasse alguma preferência pelos produtos da terra, então todos diziam que os produtos eram da terra, mesmo que os rótulos indicassem proveniência estrangeira. O contrário também acontecia, daí a pouca fiabilidade dos dados recolhidos. O exercício ilustra, no entanto, a competição entre os produtos de “fora” e os produtos de “dentro” e até que ponto essa concorrência pode causar impacto nas zonas rurais ou nos pequenos agricultores.

Índice de Preços no Consumidor (IPC).¹⁵⁹ Ou seja, a revenda nos mercados informais reflectia efeitos das medidas oficiais sobre os mercados formais. Além disso, no caso concreto dessa nova Pauta Aduaneira e em decorrência das novas taxas, alguns armazenistas passaram a comprar directamente os seus produtos agrícolas aos pequenos produtores do interior de Angola. Também há mulheres que importam estes produtos e os vendem directamente nos mercados informais.¹⁶⁰

Essa mudança não se reflectiu, porém, na redução dos preços dos produtos agrícolas, nem num estímulo relevante da produção rural. Entrevistas com vendedoras de produtos agrícolas, especialmente hortícolas, mostram que, devido à baixa margem de lucro que se obtém desta actividade económica, há alguma discrepância entre as expectativas e a perspectiva real de realização económica:

“Oh pai, então se rende pouco vou ficar só no chão? Assim não pode. Só quando está doente ou tiver deficiência (o tal corpo já não pode mesmo), assim a pessoa fica parada. Se não é lutar mesmo. Assim as outras estão a ver lá que estás a lutar lá. Cada dia um pouco e assim estás a remediar.” [Entrevista n.º 41]

Embora a expectativa do lucro esteja no horizonte das actividades das vendedoras, parece ser relevante a dimensão social, a interacção, não apenas no sentido diádico, entre vendedor e cliente, mas num sentido triádico, isto é, entre a vendedora, o cliente e “as outras”. Aqui, “as outras” tanto pode remeter para a sociedade no geral, mas representada nas companheiras de trabalho e nos familiares, como ser uma forma concreta de se referir à ideia abstracta do “valor” do trabalho ou do “dever”. Assim, a actividade económica, sugere-se, não é apenas um meio para o sustento material de um agregado, mas também um dispositivo moral através do qual a ordem social é reconstruída pelo empenho num determinado tipo de actividade quotidiana. Só as doenças ou deficiência, quando o “tal corpo já não pode mesmo”, é que poderiam quebrar a “ordem”, já que quebrariam a rotina. Neste caso, seriam activados outros recursos que podiam ser a solidariedade familiar, a Igreja, o apoio de ONG ou serviços sociais do Estado. O sociólogo Paulo de Carvalho (2008) defende no seu livro sobre mutilados de guerra que estes pertencem à franja mais pobre da sociedade porque, muitos, por terem sido

¹⁵⁹ Para mais informações, consultar dados do Instituto Nacional de Estatística de Angola em < www.ine.gov.ao >.

¹⁶⁰ Ver o trabalho etnográfico mais detalhado sobre mulheres nos mercados informais realizado por Aline Afonso (2011), onde são analisados os mecanismos de aquisição e venda dos produtos.

militares, perderam os laços com as famílias e com as suas comunidades; essa perda pode ser traduzida na impossibilidade de activarem recursos sociais para lidarem, por exemplo, com o funcionamento deficiente dos serviços sociais do exército.¹⁶¹

A presença de produtos agrícolas nos mercados urbanos (observação n.º 7) não significa, necessariamente, a reactivação da produção agrícola e conseqüentemente a reconstrução do mundo rural, pelo menos relativamente aos últimos anos do tempo colonial. Uma tabela comparativa pode dar-nos alguma indicação (quadro 8.6).

Quadro 8.6 – Produção agrícola entre 1965 e 2003

Ano	Milho		Cereais		Raízes e tubérculos		Café	
	Toneladas	Kg per capita	Toneladas	Kg per capita	Toneladas	Kg per capita	Toneladas	Kg per capita
1965	5.180	450.000	869	562.000	1.085	1.580.000	205.000	396
1975	450.000	727.000	558.000	902.000	1542.000	2492	180.000	291.000
1985	250.000	301	308.000	371	1.580.000	1.904	12.000	14
1995	211.000	194	296000	272	2.772.500	2.542	3.300	3
2003	430.000	317	550.000	405	5.782.000	4285	2.160	2
2003 ^(*)	545.146	401	670.244	494	6.439.639	4.782		

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FAOSTAT, consultados *online* em 2004.

(*) FAO/WFP (2003).

Nos últimos quinze anos do tempo colonial, além das transformações jurídicas (o fim do estatuto dos indígenas) e sociais (como as urbanizações e a extensão da rede escolar), destacou-se o aumento da produção agrícola, com destaque para a produção e exportação do café. Além do café, era relevante a produção de cereais. No entanto, o número de pequenos e médios proprietários agricultores, na sua maioria portugueses, diminuiu drasticamente com a sua saída de Angola em 1975 e, conseqüentemente, verificou-se um declínio da produção agrícola. A intensificação da guerra, no final dos anos 70 e durante os anos 80 e 90, implicou o êxodo da população do campo para a cidade, contribuindo ainda mais para esse declínio,

¹⁶¹ Este assunto é também retratado num filme angolano, *O Herói*, de Zezé Gamboa. Narra a história de um ex-soldado, mutilado de guerra (não tinha uma perna) e sem-abrigo que procura emprego para refazer a sua vida. Nas peripécias que se vão sucedendo ao lidar com a burocracia, cruza-se com uma prostituta, também ela rejeitada pela sociedade. Uma terceira pessoa, sem ligação prévia com eles, é um menino órfão, que vai levar a que se crie um novo círculo de relações. Gera-se assim o contexto para que o herói de guerra, estatuto que ele nunca perde de vista apesar da sua condição precária, reconstrua a sua vida. O filme parece funcionar como metáfora da perda e da reconstrução de laços sociais como um recurso que torna possível a reconstrução do quotidiano.

especialmente da agricultura comercial e de exportação, agravado também pela disseminação de minas terrestres nos campos. Embora a população quadruplicasse nos últimos 40 anos, houve, no entanto, entre a Independência e 2010, aproximadamente, uma redução de cerca de 60% *per capita* na produção de cereais, que eram a base da alimentação da maior parte da população angolana. Essa base alimentar foi substituída entretanto por raízes e tubérculos, o que significou um aumento, por exemplo, da produção da mandioca, batata rena (batata do reino) e batata-doce (ver quadro 8.7).

Apesar do aumento da produção de cereais como o milho, de feijão e de amendoim, a agricultura continua a ser, na sua maior parte, de subsistência, isto é, garante a alimentação básica e apenas uma parte é usada no pequeno e médio comércio. O aumento da produção da mandioca e do milho justificam-se, em parte, por serem a base da alimentação nas zonas norte, centro-norte, nordeste e a leste do país; o milho é a base nas zonas centro, centro-sul e no sul do país. Na impossibilidade de uma agricultura industrial ou comercial, pelas razões apresentadas acima, a agricultura, deduzindo dos dados, passou a ser uma actividade para prover o básico da alimentação diária. E quando, por razões de segurança, foi necessário abandonar a aldeia, como aconteceu aos deslocados de guerra, os indivíduos que se dedicavam à agricultura também mudaram de actividade ou complementavam pequenas actividades agrícolas com o comércio, trabalhos na construção civil e prestação de serviços.¹⁶²

Como vimos acima (quadro 8.2), no Cuima, uma localidade rural, 40% dos interrogados dedicam-se, além da agricultura, a outras actividades não agrícolas. Esse conjunto de dados pode apontar para uma transformação social nas zonas rurais. A falta de dados e a escassez de pesquisas científicas sobre as áreas rurais de Angola não permitem, contudo, determinar o alcance dessas transformações. As pesquisas feitas por ONG e agências internacionais a operar em Angola, sobretudo nas áreas rurais, põem o foco na redução da pobreza através de incentivos à produção agrícola (ADRA, 2004; PNUD, 2005; MINAGRI, 2010) e na resolução de problemas dos terrenos agrícolas e estratégias de desenvolvimento rural (Pacheco, 2002; PNUD, 2006); insistem na migração para as cidades e na diminuição da produção agrícola e menos na análise da transformação demográfica, na ideia do trabalho de campo, ou na história de invenção do rural em Angola – aliás, fenómeno recente. Esse aspecto concorre para o argumento desses trabalhos, isto é, o pós-conflito não significa apenas a reconstrução do que

¹⁶² Fernando Pacheco interpretou estes dados com mais detalhes em 2011, no momento da apresentação do *Relatório Económico de Angola de 2010*, numa sessão em Benguela.

foi destruído, não significa apenas “restauração”, que funciona como ideia-chave sob a qual se desenham os planos de desenvolvimento, mas consiste também nos modos como indivíduos e grupos refazem as suas vidas dentro da situação contingente em que se encontram, que pode não coincidir com a situação que se vivia antes ou mesmo durante o conflito.

Quadro 8.7 – Evolução da produção agrícola (toneladas por habitante, 2007-2010)

Produto \ Ano agrícola	2007/2008	2008/2009	2009/2010
Mandioca	15	13	15
Batata rena	8	8	8
Batata-doce	7	6	7
Milho	702	970	1.320
Massango/Massambala	27	68	92
Arroz	8	14	19
Feijão	124	247	384
Amendoim	92	111	172
Soja	8	6	9

Fontes: MINAGRI (2010); MINADER (2010); CEIC (2011).

No caso concreto em análise, os dados confirmam o aumento da população urbana nos últimos 40 anos – cerca de 62,3% da população angolana reside actualmente nas zonas urbanas (INE, 2016) – e apontam, ao mesmo tempo, para o aumento da importação de bens de consumo básico, inclusive de produtos agrícolas. Isto coloca uma questão: até que ponto é que a categoria “espaço rural”, enquanto provedor de bens agrícolas, ainda tem pertinência para analisar as recomposições sociais pós-conflito em Angola? Além da guerra e das migrações forçadas, podemos supor que as transformações rurais em Angola também estão ligadas às reconfigurações globais dos espaços, à circulação de bens de consumo “urbanos” e, em certo sentido, à “re-ruralização” de outros espaços – como por exemplo, o Brasil, Turquia, ou Portugal, países exportadores de produtos agrícolas para Angola. Para além disso, como veremos em seguida, o aumento das zonas periféricas das grandes cidades poderá significar também a reconfiguração ou reinvenção dos espaços rurais, especialmente em zonas como o Huambo e o Lubango, ainda que se continuem a aplicar categorias como as de zonas rurais, zonas periféricas e espaços urbanos.

8.5 – Zonas urbanas e periurbanas

Tal como referimos no ponto 8.3, o crescimento das zonas urbanas, sobretudo das zonas periféricas, levou à elaboração de um conjunto de tipologias, principalmente por parte das ONG, para facilitar a aplicação de políticas de intervenção: legalização das terras, combate à pobreza, criação de infra-estruturas. Também já foi apontado que estudos anteriores, nos anos 60, 70 e 80, e mais recentemente, nos anos 2000, aprofundaram e alargaram o âmbito das tipologias das zonas urbanas – tendo em conta o aparecimento de novos assentamentos, tanto os de construção precária, como os condomínios – e Luanda e Huambo foram as cidades relativamente às quais se ensaiaram as principais classificações das zonas periféricas, depois aplicadas a outras cidades.¹⁶³ Não nos interessa, de momento, uma discussão sobre estas tipologias ou os critérios usados para a sua elaboração. Interessa-nos o fenómeno das configurações urbanas enquanto tal, o tipo de dinamismos sociais que tornam possível o aparecimento de novos assentamentos e a forma como interagem no dia-a-dia grupos e indivíduos, a partir e apesar dos novos assentamentos, os tipos de interacção daí decorrentes e como se diferenciam das interacções anteriores. As tipologias dos assentamentos que aqui apresentamos são meramente pontos de referência, daí usarmos a expressão “topologias flexíveis”, para nos distanciarmos das abordagens que tendem a identificar certas dinâmicas sociais com certos tipos de zonas;¹⁶⁴ em vez disso, preferimos considerar que os comportamentos não são determinados pelas localizações geográficas.

8.5.1 – Zonas periféricas “difusas” e musseques antigos

As zonas periféricas difusas referem-se a espaços localizados junto das zonas urbanas e de recente assentamento (A. C. A. Bittencourt, 2011; DAR, 2008). Esses espaços são zonas periféricas de transição entre a zona rural e as zonas periurbanas, como vimos acima. O início da sua constituição remonta já aos anos de 1980, embora conhecessem uma franca expansão nos anos 90. São zonas habitadas predominantemente por pessoas que ali se refugiaram

¹⁶³ Algumas classificações, como dissemos acima, foram elaboradas por agências humanitárias e ONG no âmbito do combate à pobreza e, especialmente, ao tratar questões ligadas à legalização das terras ou ordenação dos bairros periféricos. A posse de documentos sobre os terrenos ou algum título de propriedade serviu como base para essas tipologias.

¹⁶⁴ Essa perspectiva foi dominante desde os anos 20 do século XX e dominou a sociologia urbana praticamente durante décadas (ver Brym e Lie, 2007).

vindas das áreas directamente afectadas pelo conflito armado.¹⁶⁵ Encontramos estas zonas junto das quatro cidades em análise: Luanda, o eixo Benguela-Lobito, Huambo e Lubango. A designação de “zona difusa” obedece a um critério administrativo e, por consequência, também social. Estas zonas não foram planificadas e, por isso, não contam com serviços sanitários básicos: redes de esgotos, electrificação, abastecimento de água canalizada. A zona do Controlo, no Lobito, por exemplo, era, literalmente, um posto de controlo policial que se encontrava à entrada da cidade do Lobito.¹⁶⁶ Durante a guerra, os deslocados devido ao conflito ou simplesmente migrantes, assentaram na zona descampada imediatamente a seguir ao referido posto de controlo policial. Com os anos, o assentamento tornou-se um bairro, simplesmente chamado Controlo. Embora a administração mais tarde inserisse o bairro dentro do perímetro residencial do município, este manteve-se uma zona ambígua, já que os seus limites geográficos não eram claros, pelo que pertencia a várias subzonas administrativas dentro do município. Além disso, os residentes destas zonas mantinham contacto com as zonas rurais.

8.5.2 – Novos assentamentos: assentamentos “difusos” e assentamentos “ordenados”

O surgimento de novos assentamentos difusos, comum a várias cidades (Luanda, Huambo e Lubango), justapõem-se aos novos assentamentos ordenados (ver quadro 8.8). Nestes últimos, contrariamente aos primeiros, quer assumam a forma de condomínio (como Talatona, em Luanda), ou simplesmente de novas urbanizações (Lossambo, no Huambo; Eywa, no Lubango; Luongo, entre Benguela e Lobito), há infra-estruturas de saneamento básico, água e electricidade, e os donos das casas possuem títulos de propriedade dos imóveis. A densidade populacional é média nestes novos assentamentos ordenados e tende a ser elevada nos

¹⁶⁵ Depois de 1992, com o reinício da guerra, chegaram a Benguela multidões de refugiados das zonas de conflito, na sua maioria vindos da província do Huambo. A primeira vaga de refugiados em Benguela é de 1993, depois de a UNITA ocupar o Huambo a seguir a uma batalha ininterrupta de 55 dias. No Lubango, o grosso dos refugiados chega a partir de 1998, quando são rompidos os acordos de Lusaka e o Governo envereda pela batalha final contra as bolsas de resistência da UNITA que só termina com a morte do seu líder, Jonas Savimbi, ao que se seguiu um acordo de paz, o Memorando do Lwena.

¹⁶⁶ O posto de controlo policial à entrada das cidades foi um sistema instaurado em Angola a seguir à Independência. As pessoas eram obrigadas a andarem com uma “guia de marcha”, emitida pela administração municipal (comissariado municipal), na qual constava não apenas o destino da viagem, mas também os seus motivos. Estes postos serviam para verificar a guia de marcha.

assentamentos difusos, sobretudo naqueles que emergiram perto de antigas zonas periféricas já instaladas, como é o caso de alguns aglomerados perto do Catambor, em Luanda; nos casos em que os novos assentamentos surgiram um pouco fora da cidade, como por exemplo no Controlo, no Lobito, ou no Kasseque III, no Huambo, a densidade populacional é média.

Quadro 8.8 – Novos assentamentos (Luanda, Benguela, Huambo e Lubango)

	Período de assentamento	Densidade populacional	Infra-estrutura	Tipo de construção
Novos assentamentos “difusos”	Meados dos anos 90	Média em Lubango, Benguela e Huambo; elevada em Luanda	Nula, construções desordenadas, sem arruamentos	Construções precárias, materiais pouco resistentes
Novos assentamentos “ordenados” (condomínios e “centralidades”)	Finais dos anos 90	Média	Saneamento básico, água e electricidade; óptimas condições de habitabilidade	Padrões elevados de qualidade da construção

8.5.3 – Zonas urbanas e zonas periféricas estabelecidas

As “zonas periféricas” sempre existiram à volta das cidades, embora não apresentassem os contornos materiais e geográficos que lhes mereceram a classificação de “periferia” nos anos 50 e 60. Selma Pantoja, que estuda o surgimento da “lógica do espaço” em Luanda na transição do século XIX para o século XX, fala sobretudo das deslocações das populações africanas, por referência em particular às quitandeiras, do centro da cidade para as zonas limítrofes, à medida que os arruamentos e edifícios urbanos foram ganhando espaço (Pantoja, 2000). Assim, o conceito de “periferia”, ou “musseque”, usado por Ramiro Ladeiro Monteiro (1972) e mais tarde aprofundado por Michael Cahen (1989), tem por substrato o modelo zonal (*zone model*) usado sobretudo na sociologia urbana da Escola de Chicago, especialmente por Robert Park, Ernest Burgess e Roderick McKenzie (1967 [1925]), que, com a teoria da Ecologia Humana, estabeleceram uma relação rígida entre as dimensões social e física das cidades e deduziram daí um padrão de crescimento das mesmas. Mas foi Louis Wirth quem propôs o conceito de “modo de vida urbano”, em contraposição ao das zonas rurais (Wirth, 1938).

No caso de Angola, os musseques ou zonas periféricas foram identificados a partir da proveniência geográfica e origem étnica dos seus residentes (Cahen, 1989; R. D. Carvalho, 2008), ou de acordo com tipos de construções (Development Workshop, 2005), ou

simplesmente por não seguirem um padrão de construção segundo regulamentos existentes (A. C. A. Bittencourt, 2011).

Os núcleos centrais urbanos das cidades, especialmente de Luanda e Benguela, são antigos, referenciados já no século XVII e XVIII; o de Lubango também é referenciado nos séculos XVIII e XIX e o do Huambo apenas no século XX. No entanto, é sobretudo na passagem do século XIX para o século XX que a necessidade de urbanização entra na lógica da colonização, atingindo o seu apogeu a partir da segunda metade do século. As zonas “periféricas estabelecidas”, as mais antigas, surgiram à medida que as próprias cidades iam emergindo – e daí a relação entre as zonas periféricas estabelecidas e as zonas urbanas.

No caso concreto do Lobito, que se caracteriza por um relevo acentuado, a cidade foi dividida em duas partes: a parte baixa – Restinga, Bairro 28, Caponte – foi urbanizada segundo os princípios modernos da planificação e arquitectura urbana. A parte alta – Alto Liro, Lixeira – era a zona periférica, embora fosse ordenada (com arruamentos), e foi a população da baixa que vivia em casas precárias que foi transferida para a parte alta, tendo as construções das casas de seguir certos regulamentos impostos pela câmara municipal. O crescimento da periferia da cidade nos anos 80 e sobretudo 90 não interferiu muito no núcleo central da cidade, contrariamente aos casos de Luanda – Bairro Operário, Catambor – e Lubango – Tchico, Mitcha –, em que as zonas periféricas se aproximaram muito mais das zonas urbanas propriamente ditas.

A transformação visível do final dos anos 90 – mas com maior acentuação a partir de 2002 – foi o aumento das “zonas difusas”, que cresceram ou além das zonas periféricas estabelecidas (Kamussamba, no Huambo; Favorita, no Lubango; Controlo, no Lobito; Boa Esperança, em Luanda), ou nos espaços livres dentro das zonas periféricas estabelecidas, o que descaracterizou algumas destas, aumentando a densidade populacional e dificultando uma intervenção de fundo para a construção de infra-estruturas de saneamento básico. Mas, como veremos a seguir, no que diz respeito às interações sociais, a complexidade é muito maior, já que, como notámos, essas interações transcendem os limites geográficos.

8.6 – Conclusão

A aglomeração de pessoas nos grandes centros urbanos em decorrência da guerra não diminuiu no pós-conflito, apesar do incentivo por parte do governo para que as pessoas regressassem às terras de origem e do desmantelamento dos campos de deslocados instalados nos arredores das cidades. Se, por um lado, no fim da guerra ainda subsistiam receios de segurança por causa das minas antipessoais ou do mau estado das vias rodoviárias para o

interior, por outro lado pareceu existir uma reconstituição do que seria a “terra de origem” e da distinção “campo/cidade”, por parte de indivíduos ou grupos que se tinham deslocado para as grandes cidades. Como vimos com alguns entrevistados, a reconstituição do quotidiano do pós-conflito implicava usar os dois espaços, a casa na aldeia e a casa na periferia de uma cidade, não tanto como espaços inteiramente separados, mas como complementares e um recurso que permitia manter o quotidiano. Isso podia estar relacionado com a incerteza da situação económica nas cidades, fortemente dependentes dos produtos importados, razão porque era importante manter pequenas lavras na aldeia; mas também com a insegurança ou o medo de represálias por causa de rivalidades políticas e militares antigas nas aldeias, que fazia com que se mantivesse a casa na periferia da cidade, onde estas rivalidades estão mais diluídas. Esta solução pode ter como efeitos a permanência de aglomerados residenciais nos arredores das cidades e a baixa densidade populacional no interior. Nas cidades, como também vimos, teria provocado uma pressão demográfica que não foi acompanhada por infra-estruturas sólidas – e daí também o surgimento de vários tipos de aglomerados residenciais. Mas os residentes destes aglomerados, com o mesmo intuito de produzirem rotinas e tendo de se adaptar às condições em que se encontravam, empenharam-se em manter certa estabilidade no dia-a-dia. No esforço coerente de manter esta estabilidade, notou-se a emergência de novas dinâmicas sociais. Algumas das dinâmicas descritas neste capítulo referem-se, por exemplo, à reconfiguração do poder das autoridades tradicionais nas aldeias; outras, principalmente nas cidades, ligam-se à reconfiguração dos espaços, como vimos a partir do exemplo das tipologias das zonas residenciais; outras influências verificaram-se ainda nas actividades comerciais, sobretudo nos espaços de maior transacção entre o campo e a cidade.

Em todos os exemplos prevalece a ideia central de que o empenho em manter o quotidiano através de interacções locais influenciava a maneira como certas configurações se processavam a nível mais geral.

CAPÍTULO IX – ECONOMIAS DISPERSAS E ORDEM LOCAL

9.1 – Introdução

Este capítulo recolhe aquilo que nas entrevistas apareceu como “re-arranjar” as relações para justamente, como também aparece numa entrevista, “fazer a vida andar” ou reconstituir o quotidiano. As situações em que “fazer a vida andar” emergiam podiam ser as trocas comerciais, ou as relações com a autoridade, por exemplo com um chefe militar. Isso notou-se especialmente nas entrevistas com antigos militares da UNITA que trabalhavam com ou para generais do exército, geralmente donos de empresas ou responsáveis de algumas instituições. Convencionalmente podia-se considerar que se teriam como inimigos, já que tinham pertencido a lados opostos como militares e, portanto, tinham participado e tinham-se empenhado na “eliminação do inimigo”. Isso teria implicado uma representação do que era o inimigo que envolvia, além de elementos simbólicos e sentimentos, um discurso ideológico que destacava uma concepção de Angola ou da sociedade sem a presença do inimigo. No final da guerra, depois de o inimigo supostamente ter sido vencido pelo MPLA, como é que seriam as relações além do discurso oficial de “reconciliação”? Nas entrevistas sobressai concretamente um exemplo de reconstituição desse tipo de relações e das estratégias em que ambos os lados estão imersos. Parece existir uma negociação em que o importante será a garantia da actividade em que ambos estão empenhados e é a própria actividade que faz reajustar as expectativas, os discursos ou a representação que cada um faz do outro. Aparentemente, não é o discurso sobre a reconciliação que faz a colaboração funcionar, mas sim a necessidade de “fazer a vida andar” que conduz à reelaboração dos discursos.

9.2 – Incertezas, possibilidades e reconstruções

A última guerra angolana, 1992-2002, passou por um período de indefinição, que Jean-Michel Mabeko Tali (2004) designou período de “não-paz e não-guerra”, nos anos de 1994 a 1998. A aplicação dos Acordos de Lusaka, assinados pelo Governo e pela UNITA em 1994, marcava a agenda política. Um dos pontos fortes dos acordos era a extensão da administração pública a todo o território, que implicava que a UNITA, ainda com alguns lugares sob a sua ocupação, devia entregar, livremente, estes lugares à administração do Governo. A UNITA, por seu lado, desconfiava e pretendia manter uma reserva no caso de os acordos falharem. Isso criava uma situação de impasse e, sobretudo, uma situação de não-guerra, porque havia um cessar-fogo, e de não-paz, porque havia dois exércitos em posição de combate. Esse impasse

decorria em parte, segundo Christine Messiant (2004), de falhas técnicas já detectadas nos Acordos de Bicesse e que tornavam a sua aplicação pouco provável. Os Acordos de Lusaka não garantiam a participação de organizações civis como as ONG, as igrejas ou partidos políticos. Essa exclusão parecia retirar ao processo de paz um elemento fundamental para o controlo e verificação da aplicação dos acordos. A ausência de um mecanismo de tomada de decisão em que a sociedade pudesse participar, directamente ou através dos seus representantes, e mesmo de um mecanismo de controlo da aplicação das decisões tomadas abriu um precedente que mais tarde, depois da guerra, seria, entretanto, seguido. O resultado foi uma contínua personalização do poder, aspecto que transpareceu nas entrevistas, relativamente ao período após o conflito armado, a partir de 2002.

Expressões como “eles é que mandam”, “o pai grande”, “tudo é deles” ou “vamos fazer mais como?”, pareciam traduzir impotência, ou submissão, mas, no contexto das entrevistas realizadas, sintetizavam o apelo à adaptação, à criatividade e à sobrevivência. Na ausência de uma ordem externa, em que o poder do Estado era percebido como personalizado e portanto arbitrário, os entrevistados ressaltavam a aspecto da reconstrução do quotidiano e a necessidade de lidar com o imprevisto.

Negociação/previsibilidade/ordem

Um dos entrevistados que trabalhava como guarda (para uma empresa de segurança e protecção civil) numa das sucursais do BCP Millenium no Lobito tinha sido militar da UNITA:

“Depois eu vi sofrimento, era demais. Eu tinha deixado a minha irmã cassula [mais nova], nunca foi nas matas. Só eu mais o meu irmão mais novo, mas ele morreu em 1987. Nos acordos de Bicesse desmobilizámos. Depois voltámos mais nos confrontos de 1992 quando eu vi pessoas a serem mortas. Voltei, andei Ganda, Cubal e Caimbambo. Depois vi sofrimento, é demais. Abandonei. Em vez de ficar lá na Ganda ou Cubal, vim aqui. Aqui ninguém me conhecia. A minha irmã vive na Bela Vista. Depois eu ouvi que estão a precisar de pessoas, pessoal numa empresa. O dono da empresa é um general. Fiz o treino, eu já sabia porque fui sempre militar. E estou aqui. O tal dinheiro não é muito, mas dá para remediar.” [Entrevista n.º 42]

Quando lhe perguntei se ninguém tinha descoberto que ele tinha sido militar da UNITA, ele disse que os colegas já sabiam, alguns chefes também, mas que já ninguém ligava. A maior parte das empresas de segurança pertencem a oficiais do exército. Alguns ex-militares, mesmo os do exército nacional, conseguiram trabalho nestas empresas. Parecia existir uma

relação de confiança, mas sobretudo uma relação de troca. Se, por um lado, para os donos das empresas era um negócio, podia ser igualmente uma maneira de manter sob controlo elementos que durante muitos anos usaram a força como principal ocupação. Para os soldados, sobretudo os da UNITA, era também uma maneira de estarem integrados e serem aceites na sociedade. O entrevistado insistia que o dono da empresa era um general que socialmente era símbolo de poder, mas além disso, no seu caso, era símbolo de segurança e protecção. Embora o dinheiro “não fosse muito”, podia fazer outros biscatos, como disse mais tarde na entrevista. O entrevistado vivia numa zona periférica da cidade e a entrevista foi feita no seu local de trabalho, no centro da cidade. Assim, quando trabalhava durante a noite usava uma parte do dia para fazer biscatos. Este esquema era usado por outros guardas, no Huambo e no Lubango. Quando perguntei no Huambo a um ex-militar das FAA se não era difícil, a resposta foi precisar que “a guerra agora é aqui”.

Outro entrevistado era um “moto-taxista” no Huambo.¹⁶⁷ Veio de uma aldeia do interior, Saboto, a fugir da guerra. Trabalha na zona da Baixa. O dono da motorizada é um senhor que trabalha na secretaria da Universidade José Eduardo do Santos e tem seis motorizadas. Fica com a motorizada durante toda a semana, mas é adventista do sétimo dia e não trabalha aos sábados. Não existe um contrato formal entre o dono da motorizada e o moto-taxista, apenas a palavra. Quando há problemas com a polícia, se a mota é apreendida, é o dono que vai lá buscá-la. O entrevistado conseguiu uma licença de moto-taxista através do dono da motorizada, o que também estabelece uma relação informal de contrato. Mas o moto-taxista tem adicionalmente uma banca que vende medicamentos num dos mercados de São Pedro, um bairro periférico do Huambo. Durante o dia vai lá, com a motorizada, controlar se o negócio está a andar. Conseguiu alugar um quarto onde estão hospedados os miúdos que vendem na banca:

“Eles estudam, a família deles estão na aldeia. Eles estão aqui, têm onde dormir e comer. Eles vendem medicamento. Um estuda de manhã, outro de tarde. Então assim se revezam.”
[Entrevista n.º 35]

O encontro seguinte consistiu numa visita ao mercado para encontrar os meninos vendedores de medicamentos, em São Pedro. Os dois meninos viveram em lares de órfãos pertencentes à Igreja Católica. Um viveu num dos lares de uma congregação italiana, Pobres Servos da Divina Providência, e outro na Casa de Rapazes da Arquidiocese do Huambo,

¹⁶⁷ No Huambo são conhecidos por “kupapatas” (ver Lopes, 2010).

pertencente à Diocese do Huambo. Os meninos, cujos pais tinham sido dados como desaparecidos, foram acolhidos nesta instituição. Os pais apareceram mais tarde, mas preferiram que os filhos permanecessem na instituição. Estudavam durante o dia, numa escola metodista no Bairro Benfica, mas vendiam medicamentos, “fazer negócios”, num dos mercados de São Pedro.

Estabelece-se assim uma cadeia de relações baseada, ao que parece, na troca e na mútua expectativa: entre os guardas, ex-militares da UNITA, e os donos da companhia de segurança, ex-oficiais do exército nacional; entre os moto-taxistas e o funcionário público; entre o funcionário público e os polícias; entre os moto-taxistas e os vendedores de medicamentos. Essa interacção tem elementos formais e informais: ser polícia, ir à escola e ser funcionário da universidade são os elementos formais. No entanto, a incerteza – por exemplo no atraso do pagamento dos salários do funcionário público e dos polícias – e a vulnerabilidade do que significa ser moto-taxista – acidentes frequentes, apreensão da motorizada pela polícia – fazem com que uns e outros complementem estas actividades com outras. As actividades informais – ter uma moto-táxi e vender medicamentos – servem como dispositivos sociais que tornam possível o quotidiano, um artifício para lidar com a incerteza, a “imprevisibilidade”.

9.3 – Transporte urbano, rotina e constrangimentos: os táxis

Domingos Caterça é um taxista de Luanda, de 38 anos. O seu táxi, também conhecido por *candongueiro*, é na verdade um *minibus* dos cerca de 30 mil que operam em Luanda. Domingos vive no Bairro Rocha Pinto, uma zona periférica da cidade. Não fica muito distante do aeroporto, e fica perto da Estrada para Benfica, na saída sul de Luanda. Domingos viveu na Ilha de Luanda, quando chegou do Lobito em 1995. Depois mudou-se para Cacuaco e só em 2007 é que se mudou para Rocha Pinto, porque tinha conseguido um novo emprego como motorista de táxi: “Quando comecei já sabia conduzir porque trabalhei como mecânico-electricista, primeiro na Ilha, depois perto da Petrangol e só depois é que me tornei taxista.”

O serviço de transporte público nas cidades, principalmente nas grandes cidades, é feito não apenas por empresas públicas, mas também por privados, com recurso a carrinhas *Toyota Hiace* de nove lugares. Caterça tem um percurso fixo. Parte de um ponto chamado Rotunda da Gamek e vai em direcção ao Aeroporto. Quando está a render vai até à Mutamba, em direcção à Baixa. O dono do táxi trabalha no Ministério das Obras Públicas. Além do dono, Domingo Caterça trabalha com um cobrador, Paulo Pinto, de 24 anos, natural do Kwanza-Sul mas há oito anos a viver em Luanda.

O serviço começa às 5h00 da manhã. É quando as pessoas chegam à paragem da Rotunda da Gamek. Estas pessoas vêm do ponto mais a sul em direcção ao centro de Luanda; vêm do Benfica, do Futungo, zonas periféricas de Luanda, e param na Rotunda do Gamek. É aí que Domingos Caterça e Paulo Pinto recolhem os passageiros. O destino é a paragem Aeroporto. Mas os passageiros podem pedir para sair a meio do percurso e outros podem subir, depende do lugar. Tecnicamente o táxi tem nove lugares, mas chega a levar 16 pessoas. Pedem às pessoas para “emagrecerem”, apertarem-se. O preço de cada percurso é fixo, 100 Kwanzas (€ 1,33). É o cobrador quem recebe o valor da passagem, à saída ou então durante o percurso; é também o cobrador quem chama os clientes ou diz, em voz alta, o ponto de destino. Além do cobrador também costuma haver, nos locais de partida ou destino, os “chamadores”, aqueles que indicam às pessoas que táxi tomar consoante o destino pretendido. Quando o tráfico diminui, fazem uma pausa para tomar o pequeno-almoço. Costuma ser aí pelas 10h00. O almoço faz-se geralmente entre as 12h30 e as 13h30. A partir das 14h00 as pessoas já começam a sair dos serviços para regressar às suas casas, então volta a ser hora de muito trabalho. O dia termina às 19h00. Antes de irem para casa vão pôr combustível e depois passam pela casa do dono do táxi e entregam os valores. Entregam cada dia 100 dólares, de segunda a sexta-feira. Sábado é o dia de trabalho “deles”, ou seja, ficam com a receita, e domingo é dia de descanso. O carro é estacionado no quintal da Caritas a troco de 250 kwanzas por noite. Um táxi pode gerar, num bom dia, entre 200 e 250 dólares americanos (observação n.º 1).

Tal como dissemos acima, circulam em Luanda cerca de 30 mil táxis, o que significa que há cerca de 30 mil motoristas e 30 mil cobradores; destes, apenas 4 mil estão legalizados. Há táxis que têm dois motoristas e fazem turnos: das 5h00 da manhã até às 14h00, e das 14h00 até as 23h00. Diariamente, mais de 3 milhões de utentes usam o serviço de táxi. Os táxis geram rendimentos directos para os proprietários, motoristas e cobradores, mas estão associados a esta actividade ainda os importadores das viaturas, os vendedores de combustíveis e lubrificantes, os mecânicos, bate-chapas, electricistas, lavadores, pintores, os serviços de recauchutagem.¹⁶⁸

O quadro 9.1 foi feito a partir do estudo de Carlos Lopes (2010: 383-384) e esquematiza as actividades associadas ao serviço de táxis; na última coluna tento mostrar como, na

¹⁶⁸ O estudo mais importante sobre comércio informal, e especialmente sobre os transportes em Angola, foi feito por Carlos Lopes (2010, por exemplo).

perspectiva dos entrevistados, estas categorias são apresentadas como factores de risco e incerteza.

Quadro 9.1 – Actividades associadas aos táxis

Actividades formais	Actividades informais	Actividades Ilegais	Riscos e incertezas
Mecânica	Mecânica		Uso de peças impróprias
Importação de viaturas	Transformação de carroçarias	Furto e contrabando de viaturas	Dificuldade de verificar a autenticidade da documentação
Comércio de peças e sobresselentes	Comércio de peças, reparação de baterias	Emissão e comercialização de documentação falsificada	Dificuldade de verificar a autenticidade da documentação
Revenda de combustíveis e lubrificantes		Extorsão por parte de agentes policiais	Trocas, negociação
Parqueamento	Parqueamento		
Lavagem de viaturas	Lavagem de viaturas		
Recauchutagem de pneus	Recauchutagem de pneus		

Os táxis, além de serem um instrumento que permite várias operações (transporte de pessoas, etc.), são um espaço social onde as várias interações são constituídas. Os taxistas interagem com os donos, com mecânicos, com os cobradores e com outros taxistas. Estabelece-se de facto uma rotina em que as acções são mutuamente constituídas e tenta-se manter um máximo de previsão. Às vezes, esta rotina é quebrada. Por exemplo, quando chove torrencialmente, dado o mau estado das estradas e sistema dos esgotos, os percursos podem ter de ser mais curtos e os utentes poderão ser forçados a apanhar vários táxis para chegarem ao destino; a rotina também pode ser quebrada por acidentes, muito frequentes em Luanda; ou devido a encontros com a Polícia (observação n.º 1).

Muitas vezes a Polícia monta postos de controlo num dos percursos. No dia em que fizemos a nossa etnografia, tivemos um encontro com a Polícia num dos percursos entre Gamek e Aeroporto. A meio do caminho, o polícia fez sinal e o taxista diminuiu a marcha e depois estacionou. O polícia não foi ao encontro do taxista, foi este que foi ao encontro do polícia. O taxista levou uma carteira com os documentos. Cinco minutos depois, o taxista voltou ao táxi e de outra carteira tirou umas notas de kwanzas. Foi novamente ao encontro do polícia, mas desta vez foi atendido por um segundo agente de quem, num único gesto rápido, quase imperceptível, recebeu de volta os documentos ao mesmo tempo que lhe entregou o

dinheiro. Houve murmúrio entre os utentes. Não pela entrega de dinheiro, mas por o processo ter sido muito demorado. Contudo, esta situação não é uma cena típica de interrupção da rotina. Aliás, os taxistas já contam com isso. A interrupção dá-se quando o polícia não aceita o dinheiro e apreende os documentos ou do carro, ou do motorista. Em alguns casos tem de se aumentar a quantia.

Na entrevista sobre o funcionamento desse sistema, obtivemos informação complementar. Como referimos, dos 30 mil táxis que circulam em Luanda, apenas cerca de 4 mil estão legalizados ou em processo de legalização. Esse processo é moroso e a burocracia é pesada. Alguns taxistas preferem negociar directamente com os polícias de trânsito nas estradas do que esperar meses, inclusive anos, pela documentação. Por outro lado, num grupo de discussão em que também participou um polícia, este falou sobre “entrejuda”: os taxistas sem documentos não devem conduzir os táxis; os táxis não legais também não deviam circular; por outro lado, o Estado não oferece serviço público suficiente para o número de pessoas de uma cidade, especialmente de Luanda. Para além disso, é preciso os polícias controlarem motoristas que são perigosos nas estradas porque conduzem mal. Mas há polícias que não aceitam nem exigem dinheiro e simplesmente apreendem as viaturas ou a carta de condução ou o livrete (observação n.º 1).

Outras quebras da rotina prendem-se com os riscos associados a essa actividade. Ao lado de aspectos formais e informais relacionados com o sistema de transporte, existem actividades ilegais, como o furto de viaturas e a falsificação de documentação (ver quadro 9.1). Mas ao estabelecer uma fronteira, como faz Carlos Lopes (2010), entre actividades ilegais e actividades informais, corremos o risco de impor erradamente uma categoria. Por exemplo, algumas viaturas são compradas com os respectivos documentos, mas não se pode ter a certeza absoluta se os documentos não serão falsificados. O mesmo se pode dizer de viaturas importadas, às vezes em segunda mão, mas com um alto risco de falsificação da quilometragem. Assim, em vez de usar categorias como formal ou ilegal, preferimos usar categorias como as de incerteza e risco, centrando-nos na capacidade dos indivíduos e grupos para lidarem com esses elementos.

9.4 – Saldo, sal e vela: as lojinhas e os espaços de transição

Os mercados e praças são conhecidos como lugares de comércio tradicionais. No final dos anos 90 proliferaram no entanto pequenas “cantinas”, especialmente nas zonas periféricas. São também conhecidas por “lojinha” ou, em Luanda, por “Mamadou”. Em Luanda estas cantinas espalharam-se primeiro em zonas de forte imigração de oriundos da África Ocidental

(Mali, Senegal, Guiné Conacri), eram visíveis nos Bairros Mártires do Kifangondo e Bairro Palanca (observação n.º 9).

O nosso trabalho a esse respeito foi feito principalmente no Huambo e em Luanda. No Huambo, contrariamente a Luanda e Lubango, a loja observada estava localizada no centro urbano, no Bairro dos Ministros. O vendedor, um cidadão senegalês, era sócio de um angolano. Durante um dia inteiro de observação, o produto mais caro que se comprou foi o cartão de recarga para os telemóveis, o chamado “saldo”, que custa 900 kwanzas. As lojinhas são frequentadas por pessoas de baixo rendimento. Os produtos, por exemplo, sal, detergente, biscoitos, são vendidos a retalho e em pequenas quantidades. Havia produtos que custavam menos de 50 kwanzas.

Embora só tenhamos feito entrevistas em duas lojas (uma no Huambo e outra em Luanda), entrámos em cerca de outras vinte, no Lubango, Benguela, Lobito, Uíge e Saurimo. Em nenhuma das lojas vendiam produtos hortícolas de proveniência angolana. Em alguns casos havia feijão, mas também era importado e vendia-se em pacotes, ou outros alimentos congelados, como ervilhas. Na sua maioria, os produtos eram importados: sal, água, azeite, óleo vegetal, fósforos, vinho e material de escritório. Havia diferenças entre as lojinhas que se situavam nas zonas urbanas ou nas fronteiras com as zonas periféricas, e aquelas que se localizavam nas zonas periféricas difusas. Nessas últimas, a maior parte dos vendedores parecia ser estrangeira, contrastando com as lojinhas das zonas urbanas. Na entrevista conduzida no Huambo, o vendedor falou da dificuldade de se conseguir empregar angolanos; ressaltava também que era um trabalho que exigia muita paciência porque se vendia coisas baratas. Mas ao final do mês podiam chegar a ganhar 2 mil dólares. Era preciso pagar o aluguer do edifício ao dono angolano, que, em geral, queria que se pagasse adiantado um ano. Muito dificilmente os estrangeiros conseguiam documentação para terem os seus próprios negócios, daí que recorressem a angolanos como sócios. Alguns produtos eram comprados nos armazéns de libaneses, que eram os grandes importadores, e de chineses. A cadeia de distribuição a partir dos importadores, armazenistas e revendedores era bastante complexa. Os dados obtidos a partir do Ministério do Comércio e das suas delegações nas províncias não permitiram obter números exactos. Mas chama a atenção que entre os documentos necessários para se obter a licença de venda constasse um croqui de localização do estabelecimento. Esse croqui, segundo os lojistas, permitia o trabalho dos fiscais e da polícia económica.

Nos novos assentamentos de tipo condomínios também surgiram lojas, por exemplo a cadeia de supermercados Kero, cujos produtos provêm de Portugal, contrariamente às lojinhas cujos produtos são provenientes de países emergentes: Turquia, Marrocos, Brasil, África do

Sul e China. E a diferença entre os dois tipos de mercados era não apenas o preço, mas sobretudo o perfil de clientes e actividades. Nas lojas Kero, por exemplo, não se vendem cartões de recarga para telemóveis.

Tal como dissemos em relação aos taxistas, também as lojinhas estavam ligadas a uma rede de fornecedores: importadores, armazenistas, transportadores, proprietários de casas. Sofriam igualmente riscos e um certo nível de incerteza. Por outro lado, a necessidade de garantir o dia-a-dia levava a que indivíduos e grupos interagissem, recriando uma certa ordem a partir de regularidades e expectativas. Essa ordem, contudo, era susceptível de ser interrompida, conduzindo a novas reconstruções.

9.4.1 – A lojinha no Bairro Mártires do Kinfangondo

Mártires do Kinfangondo, um bairro localizado dentro do perímetro urbano de Luanda e construído ainda no tempo colonial, tornou-se uma zona de comércio. É conhecida em Luanda como uma zona onde vive uma comunidade de cidadãos vindos da África Ocidental e também como lugar de transacções económicas, por exemplo, venda de moeda estrangeira. Mas é um lugar ainda onde a polícia faz muitas vezes raides para interceptar actividades ilegais e estes raides incidem justamente, com frequência, nas lojinhas.

Entre as várias que visitámos, uma lojinha localizada numa rua paralela à praça central chamou a atenção. Quando perguntámos sobre o impacto que os raides da polícia tinham sobre o negócio, o lojista disse que tinham sorte de nunca terem sido incomodados nem pelos fiscais durante os raides policiais. A minha primeira conclusão foi que tinham os documentos em ordem ou não era uma loja suspeita de pertencer a uma cadeia de lugares onde se fazia comércio ilegal. Mas o lojista disse-me também que a loja estava “protegida por Deus” e que, para garantir essa protecção, eles tinham que cumprir a lei. Durante a conversa, quando fui pedindo mais informação sobre quando a loja tinha começado e como funcionava a cadeia de distribuição, apercebi-me de que o dono da loja era um polícia, fiscal da polícia económica. Isso não parecia por si só garantir a protecção dos negócios, tinha de ser complementado com o cumprimento dos termos de um acordo entre o vendedor, que era estrangeiro, oriundo de um país da África Ocidental, e o polícia fiscal. Os vendedores interpretavam a existência do acordo como “uma bênção divina” e o seu cumprimento como um dever moral. Através desse acordo conseguiam não apenas exercer a actividade – vender –, mas também assegurar o estatuto de residente em Angola, podendo entrar e sair do país, ou emprestar dinheiro para que os outros recém-chegados iniciassem os seus negócios. O polícia fiscal, por sua vez, tinha na lojinha uma fonte adicional de rendimento. Mas, enquanto polícia fiscal, provavelmente

estaria informado sobre o circuito da distribuição da mercadoria. Poder-se-ia imaginar que haveria algum confronto entre a visão convencional do polícia fiscal como autoridade que representa o Estado no controle de uma certa actividade social, como é o comércio; a do estrangeiro que vem para Angola em busca de novas condições de vida e para isso tenta encontrar um espaço para exercer a sua actividade em competição com os nacionais; e por fim a dos clientes que às vezes vêem os próprios vendedores como “comerciantes ilegais”. Mas no dia-a-dia essa relação é reconstruída: a autoridade é também o empreendedor que dirige a actividade comercial e, desse modo, legitima socialmente a presença de vendedores estrangeiros; os próprios estrangeiros vêem aparentemente nos representantes da autoridade competidores ou possíveis sócios e não apenas detentores de uma posição de poder; os clientes das lojinhas, como pareceu ser o caso dos deste bairro, viam-nas menos caras do que os supermercados, considerando, ao invés, que os preços se pareciam com os das pracinhas ou mercados informais, tendo a vantagem de terem mais higiene, ao serem espaços fechados e terem os produtos arrumados nas prateleiras.

9.5 – Velhos camaradas e novas acções: figurões e reconfigurações

Como apontámos acima, a composição social de Angola no final do colonialismo já continha traços definidos em termos de composição (Heimer, 1980). Os impactos das reformas introduzidas nos anos 60 fizeram-se notar já no final do colonialismo: aumentou o número de africanos “ocidentalizados”, mesmo que sem o estatuto oficial de assimilados (M. C. Neto, 1997). A saída maciça de portugueses provocou uma mobilização brusca, levou a que sectores sociais médios e médio-baixos de africanos ocupassem sectores médio-altos e altos da sociedade.

Embora até ao início dos anos 80 se vivesse uma situação de transição, com um claro retrocesso social nas zonas rurais e um certo atrofiamento das zonas urbanas, em parte devido ao conflito armado e ao sistema político-económico centralizado, novos grupos sociais foram emergindo. Destacam-se os membros do Comité Central do MPLA, administradores das empresas do Estado e uma camada residual da pequena burguesia que emergiu no final do colonialismo, bem como oficiais médios e altos das Forças Armadas (Messiant, 2004).

A partir dos anos 90 assiste-se a uma mudança lenta, mas progressiva, em termos sociais, com uma rápida aceleração a partir dos anos 2000. Esta mudança consistiu numa acentuação da estratificação social e numa maior visibilidade de desigualdades sociais. O entusiasmo que sucedeu ao Memorando do Lwena, que pôs fim ao conflito armado, e o discurso oficial sobre a reconstrução e reconciliação foram-se dissipando à medida que as possibilidades e os

constrangimentos foram emergindo no quotidiano; as situações tidas como de “emergência” durante a guerra, como a precariedade das habitações, foram-se transformando em constrangimentos com os quais os indivíduos tinham de lidar. A posição dos actores sociais no novo contexto político era fortemente condicionada pelo capital social e simbólico acumulado nos anos recentes e estes eram activados de acordo com a nova situação em que se encontravam inseridos. A combinação entre o conjunto de oportunidades e os constrangimentos que o pós-conflito oferecia, o capital social e o quadro institucional dentro do qual os indivíduos tinham de interagir configurava um tipo de práticas sociais trepidantes e difusas nos primeiros anos do pós-conflito, mas que, progressivamente, foram ganhando uma regularidade mais pronunciada.

9.5.1 – A ascensão dos “generais” e dos “big men”

Tal como notado acima, as altas patentes das Forças Armadas que até então detinham o “capital da força” foram-no reconvertendo em capital económico, com consequências visíveis em termos sociais. Situamos a sua origem no final dos anos 80. Embora o Estado angolano fosse, desde o seu início, em 1975, um Estado em permanente conflito armado, que situava, neste sentido, os militares como actores sociais de relevo, estes não detinham o “capital da força”. Além do exército nacional existia também, em colaboração, o exército cubano, com um número de efectivos semelhante ao dos efectivos das Forças Armadas Angolanas, o que retirava protagonismo a estas últimas; além disso, havia conselheiros militares soviéticos que delineavam as estratégias de que os militares angolanos eram executores. Havia ainda outras forças de segurança, como os serviços secretos e a guarda presidencial, de que dependia em parte o poder do Estado.

Os acordos de Nova Iorque, que reconheceram a independência da Namíbia, implicaram a retirada das forças cubanas de Angola; a queda do muro de Berlim veio diminuir a presença de conselheiros militares russos no país; os acordos de paz entre a UNITA e o Governo implicaram, por sua vez, a criação de um exército único. O reacender da guerra a seguir às eleições de 1992 deu aos militares novos poderes. Houve uma ameaça real de a UNITA tomar o poder por via das armas, já que ocupava vastas zonas do território nacional. A desocupação das zonas tomadas pela UNITA deu aos militares prestígio social, além de capital de força, e estes foram então reconvertidos em capital económico. O exagerado investimento de grande parte do orçamento do Estado no esforço de guerra dava aos militares, especialmente aos de alta patente, um acesso directo e sem muito controlo às verbas do Estado. Além disso, quando a UNITA desocupava as zonas militares especialmente ricas em recursos naturais, como

diamantes, estas zonas ficavam sob o controlo destes militares, que mantinham um acesso directo a esses recursos, mas sem o controlo do Estado. Constituíram-se, rapidamente, empresas ou grupos económicos que os exploravam. Na privatização das empresas do Estado, a partir dos anos 90, estes grupos tiveram acesso imediato, não só pelo capital que possuíam, mas também pelas ligações ao partido no poder e à administração do Estado.

O grupo restrito de generais foi alargando a sua área de empreendimento e investimentos, conseguindo contratos milionários com o Estado nos sectores da construção civil, prestação de serviços, finanças, indústria petrolífera, transportes, importação de bens, telecomunicações, pesca e turismo (R. Marques, 2010).

9.5.2 – “Camaradas” e legisladores

Ao grupo de generais juntaram-se antigos “camaradas” de partido com altos cargos na administração do Estado e nas empresas estatais.¹⁶⁹ Na sua maioria eram membros do MPLA com um percurso de longa data na administração do Estado, no Governo ou simplesmente na actividade política. Não formam um grupo à parte, mas diferencia-os a sua formação e o modo como acumularam riquezas. Parte da sua origem situa-se nos anos 70 e 80, aquando da mobilização brusca de sectores intermédios da sociedade colonial; tratava-se, no fundo, de indivíduos ou grupos próximos da sociedade colonial, com uma forte componente de assimilação da cultura ocidental e alguma formação secundária ou mesmo, em número baixíssimo, elementos que haviam frequentado ou concluído o ensino superior.

Estes grupos de indivíduos, além de integrarem as Forças Armadas, a administração do Estado ou outros meios de actividade política, faziam parte também da matriz social das zonas urbanas. Uma vez que se tratava de um Estado de cariz socialista, era comum a convivência em centros de formação, actividades políticas e de militância no partido, o que teria criado uma rede social alargada, ainda que com diversos graus de aproximação. Na década de 1990, parte desta rede social foi sendo transformada ou reconvertida, quando através destes canais seria possível adquirir melhor emprego, contratos de empresas privadas e acesso ao património financeiro do Estado. Muitos dos elementos destes grupos são altos

¹⁶⁹ Não se consideram elementos da UNITA, já que os poucos que passaram para o lado do MPLA, apesar de tudo, não têm grande visibilidade como sendo “*big men*”. Há casos de antigos elementos da UNITA que ocupam cargos no Estado, como o actual ministro das Relações Exteriores ou o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Alguns elementos da UNITA integraram a administração pública ou empresas privadas, mas não fazem gala do seu activismo político.

responsáveis da Polícia, juízes, juristas, directores de repartições públicas do Estado que decidem sobre actividades económicas ou operações financeiras.

Trata-se, no fundo, da reconversão do capital social acumulado ao longo dos anos em capital económico. A via de acumulação de riqueza foi, neste caso, o acesso directo aos recursos financeiros, provenientes na sua maioria da renda petrolífera (Carneiro, 2004). Muitos grupos económicos criaram empresas que prestam serviços ao Estado e alguns dos responsáveis destas empresas são funcionários do Estado, ou de empresas estatais ou com fortes ligações ao Estado.¹⁷⁰ Alguns responsáveis de grupos económicos são também membros do Parlamento Nacional, encarregues de produzirem leis sobre as actividades económicas. Ao contrário dos “*big men*” do Quénia, trata-se de uma mistura ou fusão entre os interesses do Estado, públicos, e os interesses privados.

9.5.3 – Excluídos e marginalizados

Embora na secção anterior nos tenhamos referido aos grupos sociais destacados pela acumulação de capital económico e que se expandiram a partir dos anos 90, com forte visibilidade a partir da década de 2000, existem também os que sofreram uma redução social. O grosso destes grupos provém das zonas rurais, especialmente a partir dos finais dos anos 70, com forte incidência nos anos 80 e muito maciçamente nos anos 90. No final do colonialismo podemos dizer que havia uma certa expansão da agricultura comercial (Pacheco, 2005; Pössinger, 1986). Embora houvesse uma emigração para as zonas urbanas, havia também uma extensão das zonas de cultivo, quer pelos agricultores portugueses, quer por africanos. No entanto, depois da Independência, e apesar dos programas de desenvolvimento rural, começou a haver um retrocesso em termos sociais na zona interior do país, em parte devido ao aumento das actividades de guerrilha, que dificultavam o trabalho no campo, à redução de investimentos a nível rural e ao centralismo administrativo, que deixava as zonas rurais à mercê de administradores comunais inexperientes, transformando vastas zonas do interior em zonas periféricas.

A intensificação da guerra nos anos 80 levou a que um número elevado de pessoas, especialmente na zona do Uíge, Malange, Kwanza-Norte, Bié e Huambo, se deslocasse para as zonas costeiras, e a partir dos anos 90 essa deslocação tornou-se ainda mais intensa. Uma

¹⁷⁰ Entre estas empresas com forte ligação ao Estado encontram-se as de recolha de lixo, ou de prestação de serviços de *catering* nos transportes públicos de Angola ou nas plataformas petrolíferas.

das consequências destas migrações foi a criação de zonas periféricas difusas (ou de tipo 2), como vimos. Nestas zonas vivem pessoas com nível de instrução baixo ou com mínimos rudimentos de alfabetização. Não têm nenhum acesso regular aos meios de sobrevivência nem de ajuda do Estado, vivendo apenas de actividades comerciais informais ou de redes de solidariedade e programas das ONG. Além disso, não têm acesso a nenhuma assistência médica, recorrendo muitas vezes, em caso de necessidade, a enfermeiros ou agentes de saúde com deficiente formação ou prática. Esta situação deixa estes grupos vulneráveis. Os mutilados de guerra constituem o núcleo mais frágil: além de terem impedimentos físicos ao exercício de actividades comerciais de sobrevivência, são estigmatizados socialmente (P. Carvalho, 2008). Nestas populações incluem-se também as “crianças de rua”, que pululam pelas cidades em grupos, vivendo em escadas de prédios ou em edifícios abandonados. Dedicam-se a actividades de grande risco, como lavar e guardar automóveis ou carregar mercadorias. Grande parte destes indivíduos não tem documentos oficiais que comprovem a sua vinculação ao Estado nem referências familiares.

9.5.4 – Os “não ricos” e “não pobres”

Já se pode falar de um estrato social intermédio em formação em Angola, sem que, contudo, possa ser definido ainda como classe média. É de recente formação, heterogéneo, vulnerável e sujeito ainda a variações decorrentes da instabilidade política, da fragilidade do mercado e das leis laborais, de uma alta taxa de desemprego. É composto por funcionários públicos, trabalhadores de ONG ou de empresas privadas, pequenos empresários, ou pessoas que se dedicam a actividades informais mas com um alto grau de regularidade. Este grupo vive em geral nas zonas urbanas ou nas zonas periféricas estabelecidas (tipo 1). Possui alguma escolaridade, frequentou o ensino secundário e, em alguns casos, tem formação superior. Mas também aqui é possível encontrar uma grande variedade, quer dentro das zonas a serem analisadas, quer também entre regiões. O custo de vida em Luanda e no Lubango é muito mais elevado que no Huambo, embora se aproxime do de Benguela. No entanto, um salário médio de 1500 dólares pode ser suficiente para se ter uma vida razoável no Huambo ou em Benguela, mas vive-se com muito mais dificuldade com esse salário em Luanda.

9.6 – Conclusão

Uma das imagens que se retém da guerra de Angola, sobretudo a do início dos anos 90, é a da debandada de pessoas em fuga, em busca de zonas seguras. Fugia-se da guerra, ou da sua iminência, independentemente das fronteiras territoriais, regionais ou políticas. Durante essa

década e na seguinte, a mobilidade humana em Angola aumentou. Essa mobilidade transfigurou a geografia social, especialmente aquela que parecia estável a partir dos anos 40 e 50 do século XX, mesmo contando com a migração para zonas urbanas a partir dos anos 60 e o aumento das zonas periféricas nos anos 80 e 90. Este capítulo centra-se nos resultados desta mobilidade já no pós-conflito, não enquanto problema social, mas sim vista na perspectiva da forma como indivíduos e grupos sociais interpretam e reconstróem as suas vidas em situações concretas e da ordem social que decorre dessas reconstruções. Os aspectos concretos focados são deslocações que, de facto, implicaram a reinvenção dos espaços sociais e, em segundo lugar e como consequência do primeiro, a reconstrução de novas rotinas, isto é, de actividades quotidianas – comércio, educação, práticas religiosas, etc. – através das quais indivíduos e grupos sociais dão sentido às suas vidas e ordem ao seu mundo.

Se, por um lado, o movimento de pessoas em fuga desordenada, apressada e em bandos, tinha aspectos dramáticos – crianças e idosos a percorrerem enormes distâncias, por exemplo – que eram expostos nas televisões e fotografias de jornais, por outro lado, não fugia do padrão de movimentações que ocorreram em Angola desde o final do século XIX, especialmente os movimentos de ida e volta entre Angola e Zâmbia (Heintze e Oppen, 2008; Hansen, 1982; Bakewell, 2000) e entre Angola e Congo (Tallio, 2004) e vice-versa,¹⁷¹ embora houvesse épocas de menos movimentações, em alguns casos por força da administração do Estado, tanto colonial, como, mais tarde, pós-colonial. Ao tratarmos aqui a mobilidade do pós-conflito, referimo-nos sobretudo ao modo como as pessoas tiveram de lidar com situações adversas independentemente da origem e da gravidade dessas situações. Há estudos (Adey, 2006; Jónsson, 2011) que mostram que em situações semelhantes de constrangimentos – ainda que violentos – há indivíduos ou grupos sociais que decidem não migrar.¹⁷² Isso faz da possibilidade da emigração um recurso a que indivíduos ou grupos sociais recorrem para lidar com situações difíceis (Lubkemann, 2008; ver também Bakewell, 2008). Existe, portanto,

¹⁷¹ *Angola em Movimento* é precisamente o título de um livro organizado por Beatrix Heintze e Achim von Oppen (2008), no qual vários autores destacam esse padrão da mobilidade humana desde a época pré-colonial e que percorre toda a época colonial, e como as várias transformações que concorreram para a actual configuração de Angola resultaram, em parte, dessa mobilidade: algumas vezes como reacção às políticas de ordenamento territorial, outras para conter surtos de violência, outras ainda apenas como forma de lidar com transformações políticas e económicas.

¹⁷² Ver, por exemplo, Lubkemann (2008), um estudo de caso com refugiados de guerra moçambicanos. Para um debate sobre imobilidade, apesar de situações adversas, ver, por exemplo, Bryan Turner (2007).

espaço para decisões no momento de partida, ainda que os estudos sobre mobilidade humana continuem a usar categorias como as de migração “forçada” ou “involuntária”. Em vez disso, as entrevistas realizadas, embora descrevam situações dramáticas com que os entrevistados tiveram de lidar, salientam, no entanto, noções como as de “adaptação” e “criatividade”¹⁷³ ao lidar com estes constrangimentos; salientam também como no pós-conflito, uma vez dirimidas as supostas causas ou a origem da mobilidade, alguns entrevistados têm de lidar com os rótulos de “refugiado”, “deslocado”, “retornado” ou “repatriado”, que originam, por sua vez, novos ciclos de mobilidade.¹⁷⁴ A mobilidade passa a ser então parte da estratégia de vivência no pós-conflito, isto é, da recriação do quotidiano, e menos uma consequência do conflito em si mesmo.

Outro aspecto em destaque neste capítulo é o que podemos designar, genericamente, a reconstrução de rotinas: refere-se a actividades quotidianas através das quais os indivíduos fazem as suas vidas e ao modo como, para isso, interagem com outros indivíduos. Essa interacção consiste, fundamentalmente, em acções encadeadas nas acções de outros. Estas acções, justamente por estarem encadeadas nas acções de outros, contêm em si mesmas uma ordem sequencial: uma acção praticada é correspondida por outra acção e a expectativa de correspondência implica que a acção anterior seja inteligível pelo actor seguinte. A expectativa de correspondência faz com que as acções sejam dispostas com uma certa sequência; esta disposição de sequências em situações concretas do dia-a-dia é que compõe a ordem das interacções e é também desse modo que se criam as rotinas. Assim, as várias actividades quotidianas – apanhar o táxi, fazer compras, vender, cozinhar, construir casas, viajar, ir à igreja – decorrem num contexto de mútua expectativa, reciprocidade e inteligibilidade; o significado que os indivíduos dão às suas acções é orientado para tornar o quotidiano – a interacção – possível; este significado ou sentido não é, portanto, alheio à situação em que estas interacções são produzidas. Quando as expectativas não se cumprem,

¹⁷³ O uso do conceito de criatividade e de alguma maneira de adaptação já foi discutido no primeiro capítulo, de enquadramento teórico. Adoptou-se o conceito proposto em 1992 por Hans Joas (1996).

¹⁷⁴ Usa-se o termo “deslocados” para referir aqueles que se movimentam internamente; “refugiados” são os que foram para os outros países, por exemplo Zâmbia, Congo ou Namíbia; “retornados” são os que, depois de terminar a guerra, especialmente os que estiveram nos campos de refugiados, voltam a Angola; “repatriados” refere-se àqueles indivíduos que foram forçados a deixar os países em que tinham sido acolhidos como refugiados, mas usa-se esse termo com mais frequência referindo-se aos angolanos que estiveram na RDC e que foram compulsivamente reenviados para Angola, a partir de 2010, como retaliação pela expulsão de congolezes pelo Governo angolano.

gera-se desordem na sequência das acções e seus significados e, conseqüentemente, rompe-se o quotidiano e dá-se uma crise. O próximo passo será o de reconstruir o quotidiano e o sentido das acções. É nesta medida que o pós-conflito, enquanto contexto de acção, não pode ser imposto, mas é constituído em situações concretas de interacção. É justamente o que se tenta descrever neste capítulo, isto é, o modo como no dia-a-dia as novas rotinas foram sendo construídas e o tipo de ordem social que emergiu dessas reconstruções (Jónsson, 2011; Adey, 2006).

Assim, se a deslocação das pessoas foi uma das características dos anos 90, especialmente nos últimos anos de guerra, a recomposição dos espaços foi uma das características do pós-conflito. Essa recomposição não obedeceu ao discurso oficial sobre reconstrução e reconciliação nacional, mas à necessidade de indivíduos e grupos reconstruírem as suas vidas no dia-a-dia. Esse processo também é visível a nível institucional. Os anos de conflito armado, especialmente a sua longa duração, a sua lógica de “emergência” e mudanças abruptas, a sua logística e regras, condicionaram o funcionamento regular das instituições públicas: não se conseguiu estabelecer um modelo racional burocrático-administrativo tal como o que havia nos últimos anos do colonialismo.

A essa fragilidade juntou-se um tipo de poder político em que as tomadas de decisão não pressupunham um mecanismo de controlo. Isso gerou um constrangimento no funcionamento das instituições, já que não gerou um sistema de produção de leis, nem um mecanismo de coacção para o seu cumprimento.

Por outro lado, poder-se-ia dizer que existia uma sociedade em estado avançado de constituição em que o vínculo institucional era um elemento decisivo no seu processo de consolidação. Mas a ausência de uma estrutura administrativa sólida deixou espaço para que os indivíduos se servissem dos seus recursos e capitais para manterem vínculos sociais estáveis, embora sujeitos a vicissitudes e incertezas da vida em sociedade. As distintas zonas geográficas e as suas características, como vimos, mostram o empenhamento individual ou de grupos em manterem os vínculos sociais, mas mostram, ao mesmo tempo, as incertezas e riscos a que estão sujeitos. O resultado é a existência de várias lógicas: por um lado, a visão normativa de um tipo de relação que apela à constituição de um sistema jurídico e burocrático, mas, por outro, a insuficiência deste mesmo sistema para servir de “orientação” a partir da qual os actores reconstróem o seu quotidiano. Gera-se aquilo que se pode designar abstractamente por incerteza: a não previsibilidade. Assim sendo, as regularidades dependem de interacções locais e é aí que a sociedade se reconstrói no pós-conflito.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa pretendeu abordar a reconfiguração social em Angola depois do longo conflito. O ponto de partida era que, pelas características do conflito angolano – que, além de se ter prolongado e ter decorrido em diversas fases, foi sobretudo uma guerra civil –, o seu fim teria, por dedução lógica, alguma implicação no quotidiano dos indivíduos e grupos e no funcionamento das instituições. Uma parte prévia do trabalho consistiu em identificar os possíveis impactos do fim da guerra. Um dos aspectos relevantes do fim do conflito foi o discurso oficial e institucionalizado do pós-conflito, que inaugurava uma era de reconstrução e de restauração. Esse discurso era produzido pelo Estado – pelo Governo do MPLA –, mas também assimilado por instituições e organizações internacionais, e ainda pela sociedade civil angolana – composta por ONG, igrejas, associações profissionais e locais. A ideia de reconstrução e restauração não servia apenas de resguardo político-administrativo para “reorganizar” aquilo que, supostamente, os anos do conflito “desorganizaram” – degradação das infra-estruturas, elevado número de deslocados e o colapso da burocracia –, servia também como um constructo cognitivo que pretendia dar substância e sentido às expectativas que os indivíduos tinham sobre o seu quotidiano numa Angola pós-conflito. Foi sobre este último aspecto que se centrou o trabalho empírico, isto é, procurou-se saber como é que indivíduos e grupos lidaram no seu quotidiano com o fim da guerra e como eles próprios interpretaram essa transição.

Como instrumento analítico usámos a noção de produção de ordem local, segundo a qual é nas interacções quotidianas que os indivíduos estabelecem rotinas com que ordenam as suas expectativas e dão sentido às suas vidas. Procurámos saber como o fim da guerra condicionou o modo como esta ordem local foi sendo constituída e se, como resultado, esta já teria, mais de dez anos após o fim do conflito, uma expressão mais geral na reconfiguração social de Angola. A hipótese geral da pesquisa era que seria no empenho de cada grupo ou de indivíduos em manter certa coerência nos afazeres quotidianos, na construção de uma certa rotina que garantisse, ainda que mínima, uma certa planificação, que se situaria a ordem: ela consistiria, portanto, no “método”, na ordenação da interacção para prover o quotidiano, onde eram aplicados também os recursos sociais e culturais de modo a manter a rotina. O trabalho consistiu em verificar como, no caso concreto de Angola e através de alguns exemplos, essa ordem local era produzida.

Ao optar pela ideia de reconfiguração social pretendeu-se fazer uma análise longitudinal, inserir a reconfiguração social do pós-conflito num processo mais vasto de constituição da própria sociedade angolana. Neste sentido, o trabalho pretendeu responder também à questão sobre o que representa o pós-conflito na configuração social de Angola, o que remete, em certo sentido, para a história social angolana.

O recurso à história social de Angola permitiu detectar uma transformação significativa a partir do século XIX que afectou, embora não exclusivamente, o processo de reconfiguração de sociedade. Nas transformações ocorridas no século XX destacam-se as trocas comerciais, como o comércio de longa distância, que teve influência na interconexão do território e na delimitação da fronteira externa, e a transformação do poder dentro das pequenas unidades político-administrativas. É nesse contexto que inserimos também o impulso para a ocupação do território. Por um lado, esse impulso deveu-se à disputa pelo controlo dos mercados e das rotas comerciais, especialmente a partir da segunda metade do século XIX; por outro lado, ao facto de haver chefes africanos que detinham o controlo não apenas sobre certos produtos mas, no final do século XIX e princípios do século XX, sobre as próprias rotas comerciais. O interesse dos comerciantes (fossem portugueses ou africanos, e incluindo-se entre estes alguns chefes) em terem acesso a estes produtos e/ou rotas comerciais levou a que esse sector ganhasse espaço e fosse apoiado pelas forças militares portuguesas, composta também por africanos. A ocupação do território decorreu assim tanto de movimentos internos de diversos interesses, como de uma reconfiguração de grupos na Europa que detinham poder económico, político e militar sob o impulso de ideologias progressistas e evolucionistas.

O estabelecimento da colonização, isto é, a ocupação efectiva do território, a extensão da administração e o desenvolvimento de uma economia essencialmente rendeira, baseada nos recursos naturais (na primeira fase, no diamante), na monocultura (de café e algodão) e nos transportes (caminho-de-ferro), condicionou novas reconfigurações: o desenvolvimento das cidades como sedes do poder político, financeiro e social, e das zonas rurais como fornecedoras de mão-de-obra e da produção económica; reconfigurações identitárias entre os africanos que assimilaram a cultura ocidental, quer fosse a portuguesa, quer de outras proveniências (através das missões estrangeiras); produção e assimilação da ideia de indígena como categoria social, de início, tornando-se pouco a pouco uma espécie de grupo social.

Novas tensões e novos conflitos de diversos grupos ou identidades dentro da colónia foram sendo também condicionados pelas reconfigurações a nível internacional: desde a crise da ideia de colonização, a guerras sangrantes entre as potências coloniais, até à emergência da “autonomia dos povos” como um valor que permitiu a negociação das “interdependências”.

No caso de Angola, as várias identidades e grupos sociais que compunham a colónia entraram em crise depois de uma aparente estabilização a partir dos anos 30 do século XX, o que exigiu novas negociações dentro da configuração angolana e implicou reformas sociais, mas também políticas. Apesar da introdução das reformas sociais nos anos 60 – a nível da educação, da eficiência da burocracia, da reorganização das cidades, vilas e aldeias, da contenção da resistência armada –, a crise dentro da configuração tinha-se exacerbado e essas reformas não aliviaram as tensões e os conflitos ou as velhas querelas. A aquisição do poder do Estado transformou-se no principal meio da contestação colonial. Essa contestação, traduzida politicamente pela doutrina nacionalista, reuniu sob uma mesma luta diversos grupos, mas não eliminou, contudo, as clivagens – identitárias, raciais e sociais – existentes, pelo contrário, permitiu novos alinhamentos políticos e ideológicos.

O pós-colonialismo emergiu dentro deste contexto de lutas e tensões, que tiveram expressões de grande violência. A UNITA e o MPLA, dois movimentos nacionalistas que sobreviveram no período pós-colonial (enquanto a FNLA, o terceiro movimento, se desfez), envolveram-se numa guerra civil prolongada e violenta, que activou e envolveu aliados exteriores, mas foi sobretudo uma guerra interna em torno da concepção do Estado, das tendências hegemónicas de alguns grupos, de diversas clivagens que já vinham do próprio processo da constituição da sociedade angolana. A transição para o pós-colonialismo e a posterior solidificação do Estado pós-colonial criou um contexto que permitiu também novas reconfigurações.

Enquanto funcionários públicos médios e intermédios dos últimos anos da administração colonial se acomodaram na nova estrutura burocrática do Estado pós-colonial, foi sobretudo no MPLA, transformado numa espécie de partido-Estado, que esta concentração teve maior relevância. As forças armadas (especialmente no caso das altas patentes), a diplomacia, sectores intermédios e altos da administração do Estado, as principais empresas públicas e sobretudo o bureau político do MPLA tornaram-se os lugares onde a política era exercida, mas também onde novos grupos se acomodavam. Tal como no nacionalismo, também no pós-colonialismo não houve unanimidade entre os diferentes grupos que compunham o MPLA e a pulsão hegemónica levou a negociações e lutas renhidas e violentas, que resultaram na prisão de membros da revolta activa ou em formas cruéis como o suposto golpe de Estado e as execuções sumárias a seguir ao seu controlo. A UNITA, que optara por uma resistência armada contra o Estado pós-colonial, não se viu também livre de pulsões hegemónicas no seu seio, que implicaram, tal como no MPLA, a eliminação física de possíveis contestatários.

Além destas lutas internas, o conflito em que as duas forças estavam envolvidas teve consequências na sociedade. Acentuou-se a retracção do interior do país, quer a nível económico quer a nível social, bem como a tendência para as cidades se transformarem em pólos de aglomeração populacional, tendência que já vinha dos últimos anos do colonialismo mas que foi acelerada pelo conflito violento e prolongado. O desmoronamento da burocracia, que entretanto tinha alcançado um nível razoável de eficiência nos últimos anos do colonialismo e que padecera da saída maciça de funcionários portugueses a seguir à Independência, conduziu a uma concentração do poder – político, militar e financeiro – num grupo cada vez mais restrito de pessoas à volta do presidente, que se afirmou como símbolo de poder absoluto e hegemónico. Houve ainda a migração em massa de pessoas para fora do país, especialmente para os países vizinhos; a dependência quase exclusiva da extracção mineira, que acentuou a economia rendeira; e já no final do conflito, a reconversão do capital social e cultural de membros do partido, ligados ao poder político, em capital económico e financeiro; a quase total divisão do território com a diminuição do poder do Estado, já que uma parte era controlada pela UNITA, não só militarmente, mas também administrativamente.

O pós-conflito, a partir de 2002, emerge num contexto de transformações sociais que já se notavam a partir dos anos 90, mas que se acentuaram depois do fim da guerra. As grandes cidades da costa, Luanda e Benguela, e do interior, Huambo e Lubango, denunciam maiores mudanças tanto a nível da sua geografia física como da sua geografia social. A necessidade de indivíduos e grupos criarem para si próprios um sentido de ordem e de previsibilidade dentro de um contexto de mudanças rápidas e interrupções contínuas das rotinas levou a que as interacções quotidianas fossem mais “situadas”, procurando os indivíduos interagir com aqueles que lhes pudessem garantir uma certa rotina e, ao mesmo tempo, encontrar formas de lidar com as incertezas.

As incertezas com que indivíduos e grupos se confrontaram decorriam em parte do mau funcionamento da burocracia e da excessiva personalização da administração. Para lhes fazer face e manter o sentido de ordem quotidiana a nível local, as negociações informais acentuaram-se, ganhando quase um estatuto de normalidade. Essa informalidade podia verificar-se no funcionamento da administração pública, ou nas negociações de actividades quotidianas relacionadas com o comércio, a educação, o policiamento e sectores da saúde. Em resultado dessa informalidade e da incerteza da administração do Estado, ocorreram transformações geográficas das zonas urbanas. Os aglomerados populacionais nas grandes cidades passaram de zonas urbanas e zonas periféricas a zonas urbanas antigas, zonas de novos condomínios ou novas centralidades; as zonas periféricas passaram de zonas periféricas

antigas ou estabelecidas a zonas periféricas novas ou difusas. Na nova configuração, os tipos de zona não estruturam as relações, mas descrevem as interações e dinamismos sociais, bem como as suas complexidades. As zonas rurais, até então vistas como opostas às cidades, são agora reconvertidas em recursos que tornam possível e de facto completam o quotidiano das zonas periféricas das grandes cidades.

O poder político continua hegemónico, controlando os meios que tornariam possíveis as negociações das distintas identidades: os meios de comunicação social, o poder judiciário e legislativo, o poder executivo e as formas civis de organização social estão fortemente condicionados por grupos sociais e políticos transformados em poderes económicos. Porém, ao mesmo tempo que estes grupos tentam criar redes e procuram formas para a sua reprodução e sustentação, novas formas de resistência vão emergindo. As Igrejas, quer as protestantes quer a católica, que até então embarcavam no discurso sobre a reconstrução pós-conflito, vão exigindo a renegociação de alguns poderes concentrados no Estado e no partido, como a educação e a comunicação social, e novas formas de Igrejas sincréticas vão emergindo que não só põem em causa a hegemonia das Igrejas tradicionais como catalisam a construção de novas ordens locais. As ONG, quer nacionais quer estrangeiras, até então inseridas em actividades de emergência e na aplicação de políticas de desenvolvimento, reivindicam espaços de debate político e de negociação com o poder político estabelecido. Os partidos, no contexto de pós-conflito, não são apenas forças que lutam pelo poder político que lhes permitiria aplicar políticas diferentes, mas são também espaços ou meios de reivindicação identitária, mesmo que as suas performances sejam apenas as de forças estritamente políticas.

O Estado, que foi erigido como uma forma de negociação de identidades, já desde o tempo colonial, foi-se reconvertendo, ao longo da história, em meio de imposição de uma visão hegemónica. Nos últimos anos do colonialismo e com as reformas introduzidas para conter a reivindicação nacionalista, o Estado colonial deu azo, através da eficácia do funcionamento administrativo e burocrático, a que alguns grupos se acomodassem na sociedade, mas tal não foi suficiente para conter o anticolonialismo, já que este reivindicava para si não apenas o papel do Estado colonial na intermediação social, mas também a função da decisão política. Esta transferência dependia de uma transformação absoluta do regime. O Estado pós-colonial, neste sentido, representou de algum modo um retrocesso em relação ao Estado tardo-colonial: enquanto este reservava para si o poder de decisão política mas deixava margem, ainda que mínima, para que certos grupos se reconfigurassem, aquele não só assumiu o papel de decisor político, mas também se eximiu de qualquer possibilidade de ser

um instrumento de negociação das diferenças sociais, políticas, ideológicas, religiosas e étnicas. É aliás essa carência, ou a excessiva presença do Estado em aspectos concretos como o da segurança, que leva a que a ordem social seja produzida localmente. É a nível local que o pós-conflito é constituído, negociado, produzido. Essa tensão entre, por um lado, um discurso político hegemónico e algo abstracto sobre a reconstrução pós-conflito e as suas promessas de desenvolvimento e, por outro lado, a construção situacional da ordem local, com o que isso implica de incerteza e risco, constitui uma das características, talvez a principal, do pós-conflito em Angola.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

- AAVV (1984 [1901]), *Voz de Angola Clamando no Deserto Oferecida aos Amigos da Verdade pelos Naturais*, Lisboa, Edições 70.
- Abranches, Henrique (1986), *Reflexões sobre a Cultura Nacional*, Lisboa, Edições 70.
- Abu-Lughod, Janet L. (1989), *Before European Hegemony: The World System A.D. 1250-1350*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- Adey, Peter (2006), “If mobility is everything then it is nothing: towards a relational politics of (im)mobilities”, *Mobilities*, 1 (1), pp. 75-94.
- ADRA [Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente] (2004), *Sistemas de Uso da Terra Agrícola em Angola: Estudos de Caso nas Províncias do Huambo, Uíje e Lunda Sul, Relatório Final (vol. I)*, Luanda, Rede Terra.
- Afonso, Aline (2011), *Vendedoras no Sector Informal de Luanda: Sobrevivência e Entrelajada em Contexto de Liberalização Económica*, Tese de Doutoramento em Estudos Africanos, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Agbobli, Atsutsé Kakouvi (2005), *Jonas Savimbi: Combats pour L’Afrique et la Démocratie (Entretiens avec Atsutsé Kokouvi Agbobli)*, Lausanne, Favre.
- Alegre, Luísa D’Almeida (1990), *Travail, Salarie, Proletarianisation et Classe Ouvrière en Angola: Le Cas du Secteur de la Construction dans la Région de Luanda, de 1875 à 1975*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, mémoire de D.E.A.
- Alegre, Luísa D’Almeida (2000), “Nativos versus gentio: o que nos dizem algumas fontes africanas nos anos 1914-1922”, in Maria Emilia Madeira Santos (org.), *A África e a Instalação do Sistema Colonial, c.1885-c.1930: III Reunião Internacional de História de África (Actas)*, Lisboa, IICT, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, pp. 645-654.
- Alexander, Jeffrey C. (1982), *Theoretical Logic in Sociology, vol. I: Positivism, Presuppositions and Current Controversies*, Berkeley, University of California Press.
- Alexandre, Valentim (2000a), *O Império Africano: Séculos XIX e XX*, Lisboa, Colibri.
- Alexandre, Valentim (2000b), *Velho Brasil, Novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*, Porto, Afrontamento.
- Alexandre, Valentim e Jill Dias (orgs.) (1998), *O Império Africano: 1825-1890*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Amaral, Ilídio de (1960), *Aspectos do Povoamento Branco de Angola*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
- Amaral, Ilídio de (1968), *Luanda: Estudo da Geografia Urbana*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar.
- Amin, Samir (1974a), “Introduction”, in Samir Amin, *Modern Migrations in Western Africa*, Londres, Oxford University Press (para o International African Institute), pp. 65-124.
- Amin, Samir (1974b), *Accumulation on a World Scale: A Critique of the Theory of Underdevelopment*, Nova Iorque, Monthly Review Press.
- Amselle, Jean-Loup e Elikia M’Bokolo (1999), *Au coeur de l’ethnie: ethnie, tribalisme et État en Afrique*, Paris, La découverte & Syros.
- Andrade, Mário Pinto de (1962), *Le nationalisme angolais, Présence Africaine*, 42 (3), pp. 5-24.

- Andrade, Mario Pinto de (1971), *Liberté pour l'Angola: Etude Socio-Économique*, Paris, François Maspero.
- Andrade, Mário Pinto de (1978), "O que é o lusotropicalismo?", in Aquino de Bragança e Immanuel Wallerstein (orgs.), *Quem é o Inimigo?*, vol. 1, Lisboa, Iniciativas Editoriais, pp. 225-233.
- Andrade, Mário Pinto de (1998), *Origens do Nacionalismo Africano: Continuidade e Ruptura nos Movimentos Unitários Emergentes da Luta contra a Dominação Colonial Portuguesa, 1911-1961*, Lisboa, Dom Quixote.
- Andrade, Mário Pinto e Christine Messiant (1999), "Sur la première génération du MPLA: 1948-1960 – Mário de Andrade, entretiens avec Christine Messiant (1982)", *Lusotopie*, 1999: 185-221.
- Andrade, Mário de e Marc Ollivier (1974), *A Guerra em Angola*, Lisboa, Seara Nova.
- Appelrouth, Scott e Laura Edles (2007), *Sociological Theory in the Contemporary Era*, Londres, Sage.
- Appiah, Kwame Anthony (1997), *Na Casa do Meu Pai: África na Filosofia da Cultura*, Rio de Janeiro, Contraponto.
- Areia, Manuel L. (1976), "Tradition et modernité en Angola: entretiens avec un chef de village", *Revue de l'Institut de Sociologie*, 4, pp. 425-438.
- Aron, Raymond (1950), "Social structure and the ruling class", *British Journal of Sociology*, 1 (1), pp. 1-16.
- Atkinson, Paul e Martyn Hammersley (1994), "Ethnography and participant observation", in N. K. Denzin e Y.S. Lincoln (orgs.), *Handbook of Qualitative Research*, Thousand Oaks, Sage, pp. 248-261.
- Auerbach, Jess (2010), "Flowing into the state: returning refugee youth and citizenship in Angola", Oxford, Refugee Studies Centre, University of Oxford, working paper n.º 68.
- Austin, Ralph (1997), *African Economic History*, Londres, James Currey, 1997.
- Badi, Mbuye Kabunda (2005), "Relaciones entre Estados y grupos étnicos en África: teorías y prácticas", in Mbuyi Kabunda Badi e Carlo A. Caranci (orgs.), *Etnias, Estado y Poder en Africa*, Vitoria, Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco, pp. 7-40.
- Bakewell, Oliver (2000), "Repatriation and self-settled refugees in Zambia: bringing solutions to the wrong problems", *Journal of Refugee Studies*, 13, pp. 356-373.
- Bakewell, Oliver (2008), "Research beyond the categories: the importance of policy irrelevant research into forced migration", *Journal of Refugee Studies*, 21 (4), pp. 432-453.
- Balandier, Georges (1966), *Ambiguous Africa: Cultures in Collision*, Londres, Chatto and Windus.
- Barbeitos, Arlindo (2003), *A Sociedade Civil: Estado, Cidadão, Identidade em Angola*, Lisboa, Novo Imbondeiro.
- Barbeitos, Arlindo (2009), *Angola-Portugal: des identités coloniales équivoques, historicité des représentations de soi et d'autrui*, Paris, Harmattan.
- Barth, Fredrik (org.) (1969), *Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Culture Differences*, Londres, George Allen & Unwind.
- Bayart, Jean-François (1993), *The State in Africa: The Politics of the Belly*, Londres, Longman.
- Bayart, Jean-François, Achille Mbembe e Comi Toulabor (1992), *La Politique par le Bas en Afrique Noire: Contribution à une Problématique de la Démocratie*, Paris, Karthala.
- Beck, Teresa Koloma (2011), "The eye of the beholder: violence as social process", *International Journal of Conflict and Violence*, 5 (2), pp. 345-356.

- Beck, Teresa Koloma (2012), *The Normality of Civil War: Armed Groups and Everyday Life in Angola*, Frankfurt e Nova Iorque, Campus Verlag.
- Becker, Howard S. e Blanche Geer (1960), “Participant observation: the analysis of qualitative data”, in Richard N. Adams e Jack J. Preiss (orgs.), *Human Organization Research: Field Relations and Techniques*, Homewood, Ill., The Dorsey Press, pp. 267-289.
- Bender, Gerald (1978), *Angola sob o Domínio Português: Mitos e Realidades*, Lisboa, Editora Sá da Costa.
- Bierschenk, Thomas (2010), *States at work in West Africa: sedimentation, Fragmentation and Normative Double-Binds*, Working Paper Nr. 113, Mainz, Institut für Ethnologie und Afrikastudien.
- Birmingham, David (1966), *Trade and Conflict in Angola: The Mbundu and their Neighbours under the Influence of the Portuguese, 1483-1790*, Oxford, Clarendon Press.
- Birmingham, David (1975), “The Kongo kingdom”, in *The Cambridge History of Africa*, vol. IV, ed. Richard Gray, Londres, Cambridge University Press, pp. 329-343.
- Birmingham, David (1978), “The coffee barons of Cazengo”, *The Journal of African History*, XIX (4), pp. 523-538.
- Birmingham, David (2000), “Daily life in colonial Angola”, in M. Emília Madeira Santos (org.), *A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885 – c. 1930): III Reunião Internacional de História de África – Actas*, Lisboa, IICT, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, pp. 417-429.
- Birmingham, David (2003), *Portugal e África*, Lisboa, Vega.
- Bittencourt, Andrea Corina de Almeida (2011), *Qualificação e Reabilitação de Áreas Urbanas Críticas: Os Musseques de Luanda*, Tese de Mestrado em Arquitectura, Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.
- Bittencourt, Marcelo (1999), *Dos Jornais às Armas: Trajectórias da Contestação Angolana*, Lisboa, Vega.
- Bittencourt, Marcelo (2000), “A resposta dos ‘crioulos luandenses’ ao intensificar do processo colonial em finais do século XIX”, in M. Emília Madeira Santos (org.), *A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885 – c. 1930): III Reunião Internacional de História de África – Actas*, Lisboa, IICT, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, pp. 655-671.
- Bittencourt, Marcelo (2008), *“Estamos Juntos!” O MPLA e Luta Anticolonial, 1961-1974*, Luanda, Kilombelombe.
- Blom, Astrid Benedikte (2002), *Beyond Despotism: An Analysis of the Constitution of Chiefs’ Authority through Land Dispute Processes in Angónia District, Central Mozambique*, tese de doutoramento, Roskilde, Institute of Geography and International Development Studies, Roskilde University.
- Boone, Catherine (2003), *Political Topographies of the African State: Territorial Authority and Institutional Choice*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Botelho, Américo Cardoso (2007), *Holocausto em Angola: Memórias de Entre o Cárcere e o Cemitério*, Lisboa, Vega.
- Bourdieu, Pierre (1989), *Outline of a Theory of Practice*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Bourdieu, Pierre (2009 [1987]), *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense.

- Bragança, Aquino de e Immanuel Wallerstein (orgs.) (1978), *Quem é o Inimigo?*, vol. 1, Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- Brasio, António (1971), *Monumenta Missionaria Africana: África Ocidental, volume XI (1651-1655)*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar.
- Bratton, Michael (1989), *The Politics of Government-NGO Relations in Africa*, *World Development*, 17 (4), pp. 569-587.
- Bratton, Michael e Nicolas Van de Walle (1992), “Popular protest and political reform in Africa”, *Comparative Politics*, 24 (4), pp. 419-442.
- Braz, Moura (1943), *Fronteira do Território Nacional no Ultramar*, Lisboa, Agência Geral das Colónias.
- Bridgland, Fred (1988), *Jonas Savimbi: Uma Chave para a África*, Lisboa, Perspectivas e Realidades.
- Bridgland, Fred (1995), “Savimbi et l’exercice du pouvoir: un témoignage”, *Politique Africaine*, 57, pp. 92-102.
- Brinkman, Inge (2005), *A War for People: Civilians, Mobility and Legitimacy in South-East Angola during the MPLA’s War for Independence*, Colónia, Rüdiger Köppe Verlag.
- Brinkman, Inge (2007), “Angolan civilians in wartime (1961-2002)”, in J. Laband (org.), *Daily Lives of Civilians in Wartime Africa: From Slavery Days to Rwandan Genocide*, Westport, CT, Greenwood Press, pp. 169-194.
- Brittain, Victoria (1998), *Death of Dignity: Angola’s Civil War*, Londres, Pluto Press.
- Brym, J. Robert e John Lie (2007), *Sociology: Your Compass for a New World*, Belmont, CA, Thomson Wadsworth.
- Bukharin, Nikolai (1971), *Economics of the Transformation Period*, Nova Iorque, Bergman.
- Burawoy, Michael (1991), “The extended case method”, in Michael Burawoy, Alice Burton, Ann Arnet Ferguson, *Ethnography Unbound: Power and Resistance in the Modern Metropolis*, Berkeley e Los Angeles, CA, University of California Press, pp. 271-287.
- Burawoy, Michael (1998), “The extended case method”, *Sociological Theory*, 16 (1), pp. 4-33.
- Bustin, Edouard (1975), *Lunda under Belgian Rule: The Politics of Ethnicity*, Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- Caetano, Marcelo (1954), *Os Nativos na Economia Africana*, Coimbra, Coimbra Editora.
- Cahen, Michel (1989), *Luanda, 1974-1981: Burgos e Villes en Afrique Lusophone*, Paris, L’Harmattan.
- Cain, Allan (1987), “Building participation in Angola”, *Dialog*, 6, pp. 30-31.
- Cain, Allan (2002), *Urban Poverty and Civil Development in Post-War Angola*, Report R-2002:8, Bergen, Christen Michelsen Institute.
- Cain, Allan (2013), “Luanda’s post-war land markets: reducing poverty by promoting inclusion”, *Urban Forum*, 24 (1), pp. 11-31, disponível em <<http://link.springer.com/article/10.1007/s12132-012-9173-x>>.
- Cain, Allan, Betat Weber e Moises Festo (2013), “Participatory inclusive land readjustment in Huambo, Angola”, comunicação apresentada à The Annual World Bank Conference on Land and Poverty. Washington, DC, 8-11 de Abril.
- Cain, Peter J. e A. G. Hopkins (2001), *British Imperialism, 1688-2000*, Londres e Nova Iorque, Longman, 2.^a ed.

- Cardoso, Carlos, Elísio Macamo e Nelson Pestana (2002), “Da possibilidade do político na África lusófona: alguns subsídios teóricos”, *Cadernos de Estudos Africanos*, 3, pp. 7-25.
- Carneiro, Emmanuel Moreira (2004), *Especialização Rendeira e Extroversão na África Subsariana: Caracterizações e Consequências*, Cascais, Principia.
- Carvalho, Paulo de (1991), *Estrutura Social e Linguagem: O Caso da Angola Colonial*, Coimbra, Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra.
- Carvalho, Paulo de (1994), “Angola: estrutura social da sociedade colonial”, comunicação apresentada ao III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Lisboa 4-7 de Julho, texto policopiado.
- Carvalho, Paulo de (2008), *Exclusão Social em Angola: O Caso dos Deficientes Físicos de Luanda*, Luanda, Kilombelombe.
- Carvalho, Ruy Duarte de (1989), *Ana a Manda: Os Filhos da Rede*, Lisboa, IICT e EGPL–Editora Gráfica Portuguesa.
- Carvalho, Ruy Duarte de (2008), *A Câmara, a Escrita e a Coisa Dita*, Lisboa, Livros Cotovia.
- Castelo, Cláudia (1998), *O Modo Português de Estar No Mundo: O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, Porto, Edições Afrontamento.
- Castro, Armando (1978), *O Sistema Colonial Português em África (Meados do Século XX)*, Lisboa, Caminho.
- Cavazzi, João António (1965), *Descrição Histórica dos Três Reinos do Congo, Matamba e Angola*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 2 volumes.
- CEDETIM [Groupe Afrique Centrale du Centre d’Études Anti-Impérialistes] (1977), *Angola: La Lutte Continue*, Paris, Maspéro.
- CEIC [Centro de Estudos e Investigação Científica] (2011), *Relatório Económico de Angola 2010*, Luanda, Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola.
- Certeau, Michel de (2000 [1980]), *La Invención de lo Cotidiano, 1: Artes de Hacer*, México D.F., Universidad Iberoamericana.
- Chabal, Patrick (2007), “E pluribus unum: transitions in Angola”, in Patrick Chabal e Nuno Vidal (orgs.), *Angola: The Weight of History*, Londres, Hurst and Co., pp. 1-18.
- Chabal, Patrick e Jean-Pascal Daloz (1999), *Africa Works: Disorder as Political Instrument*, Oxford, James Currey.
- Chabal, Patrick, Ulf Engel e Anna-Maria Gentili (orgs.) (2005), *Is Violence Inevitable in Africa? Theories of Conflict and Approaches to Conflict Prevention*, Leiden, Brill.
- Chabal, Patrick e Nuno Vidal (orgs.) (2007), *Angola: The Weight of History*, Londres, Hurst and Co.
- Chan, Stephen (2009), “Chabal’s sweeping bon sequitur”, *Critical African Studies*, 1 (2): 5-9.
- Chestnutt, I. G. e K. F. Robson (2001) “Focus groups – what are they?”, *Dental Update*, 28 (4), pp. 189-192.
- Childs, Gladwyn Murray (1949), *Umbundu Kinship and Character*, Londres, Oxford University Press para o International African Institute.
- Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante Editora.
- Cilliers, Jakkie e Christian Dietrich (orgs.) (2000), *Angola’s War Economy: The Role of Oil and Diamonds*, Pretoria, Institute for Security Studies.
- Clarence-Smith, W. G. (1979), *Slaves, Peasants, and Capitalists in Southern Angola, 1840-1926*, Cambridge, Cambridge University Press.

- Clarence-Smith, W. G. (1980), "Class structure and class struggles in Angola in the 1970s", *Journal of Southern African Studies*, 7 (1), pp. 109-126.
- Clarence-Smith, W. G. (1983), "Capital accumulation and class formation in Angola", in David Birmingham e P. Martin (orgs.), *History of Central Africa*, vol. II, Londres, Longman, pp. 163-199.
- Clarence-Smith, Gervase (1985), *The Third Portuguese Empire, 1825-1975: A Study in Economic Imperialism*, Manchester, Manchester University Press.
- Clarence-Smith, W. G. e R. Moorsom (1975), "Underdevelopment and class formation in Ovamboland, 1845-1915", *The Journal of African History*, 16 (3), pp. 365-381.
- Cleveland, Todd Charles (2008), *Rock Solid: African Laborers on the Diamond Mines of the Companhia de Diamantes de Angola (Diamang), 1917-1975*, tese de doutoramento, Minneapolis, MN, University of Minnesota.
- Cohen, Percy S. (1968), *Modern Social Theory*, Londres, Heinemann.
- Collier, Paul e Anke Hoeffler (2002), "On the incidence of civil war in Africa", *Journal of Conflict Resolution*, 46 (1), pp. 13-28.
- Comte, August (1999 [1848]), *Discours sur l'ensemble du positivisme*, Paris, Flammarion.
- CONCP [Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas] (1967), *La lutte de libération nationale dans les colonies portugaises: La conference de Dar es-Salaam, Alger-Hydra*, Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas.
- Connolly, Paul (1998), "'Dancing to the wrong tune': ethnography generalization and research on racism in schools", in P. Connolly e B. Troyna (orgs.), *Researching Racism in Education: Politics, Theory, and Practice*, Buckingham, Open University Press, pp. 122-139.
- Cooper, Frederick (1981), "Peasants, capitalists and historians", *Journal of Southern African Studies*, 7 (2), pp. 284-314.
- Copans, Jeans (1990), *La longue marche de la modernité africaine: savoirs, intellectuels, démocratie*, Paris, Karthala.
- Coquery-Vidrovitch, Catherine (2005 [1993]), *The History of African Cities South of the Sahara: From the Origins to Colonization*, Princeton, NJ, Markus Winer Publishers.
- Corominas, Joan (1974), *Diccionario Crítico Etimológico de la Lengua Castellana*, vol. I., Madrid, Editorial Credos.
- Coser, Lewis A. (1977), *Masters of Sociological Thought: Ideas in Historical and Social Context*, Nova Iorque, Harcourt Brace Jovanovich, 2.^a edição.
- Cramer, Christopher (2005), "Angola and the theory of war", in Patrick Chabal, Ulf Engel e Anna-Maria Gentili (orgs.), *Is Violence Inevitable in Africa? Theories of Conflict and Approaches to Conflict Prevention*, Leiden, Brill, pp. 17-34.
- Cruz, Viriato da (1964), "Angola: quelle independence?", *Révolution*, 6, pp. 5-16.
- Cunha, J. M. da Silva (1952), *O Sistema Português de Política Indígena: Princípios Gerais*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- Cunha, J. M. da Silva (1965), "Continuaremos a nossa luta", in *Boletim Geral do Ultramar*, 468 (A 41), pp. 43-48.
- Cuvelier, J. (1946), *L'Ancien Royaume de Congo*, Bruges, Desclée de Brouwer.
- DAR (2008), "Análise do inquérito sobre a expansão urbana e de infra-estruturas", *Plano Integrado de Expansão Urbana e de Infra-Estrutura de Luanda e Bengo*, Luanda, Dar al-Handasah e SINFIC, Sistemas de Informação Industrial e Consultoria.

- De Beer, Hannelie e Virginia Gamba (2000), “The arms dilemma: resources for arms or arms for resources?”, in Jakkie Cilliers e Christian Dietrich (orgs.), *Angola’s War Economy: The Role of Oil and Diamonds*, Pretoria, Institute for Security Studies, pp. 69-93.
- Decker, Hartmann C. (1939), “Die Jagazüge und das Königtum im mittleren Bantugebiet (Ein Beitrag zum Wesen rhodesischer Kultur)”, *Zeitschrift für Ethnologie*, 4-6, pp. 229-293.
- Denzin, Norman K. (1978 [1970]), *The Research Act: A Theoretical Introduction to Sociological Methods*, Nova Iorque, McGraw-Hill, 2.^a edição.
- Denzin, Norman K. (1989), *The Research Act: A Theoretical Introduction to Sociological Methods*, Englewood Cliffs, NJ, Prentice-Hall, 3.^a edição.
- Development Workshop (2003), *Priorities for Peace-Building in Angola*, Luanda, relatório de pesquisa, Luanda, Development Workshop e Centre for Common Ground.
- Development Workshop (2005), *Terra: Reforma sobre a Terra Urbana em Angola no Período Pós-guerra: Pesquisa, Advocacia e Políticas de Desenvolvimento*, Occasional Paper n.º 6, Luanda, Development Workshop.
- Devisch, Renaat (1985), *Perspectives of Divination in Contemporary Sub-Saharan Africa*, in W.v. Binsbergen e M. Schffeleers (eds), *Theoretical Explorations in African Religion*, Londres, Kegan Paul.
- Dewey, John (1917), “The need for a recovery of Philosophy”, in J. Dewey *et al.*, *Creative Intelligence: Essays in the Pragmatic Attitude*, Nova Iorque, Henry Holt, pp. 3-69.
- Dewey, John (1990), *Lectures by John Dewey: Moral and Political Philosophy, 1915-1916*, ed. W. J. Samuels e D. F. Koch, Londres, JAI Press.
- Dias, Jill R. (1976), “Black chiefs, white traders and colonial policy near the Kwanza: Kabuku Kambiloand the Portuguese, 1873-1896”, *Journal of African History*, XVIII (2), pp. 245-265.
- Dias, Jill R. (1981), “Famine and disease in the history of Angola, c. 1830-1930”, *Journal of African History*, 22 (3), pp. 349-378.
- Dias, Jill R. (1984), “Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 1, pp. 61-94.
- Dias, Jill R. (1998), “Angola”, in Valentim Alexandre e Jill Dias (orgs.), *O Império Africano: 1825-1890*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 319-556.
- Dias, Jill R. (2000), “Relações portuguesas com as sociedades africanas em Angola no século XIX”, in Valentim Alexandre (org.), *O Império Africano: Séculos XIX e XX*, Lisboa, Colibri, pp. 69-93.
- Dietrich, Christian (2000a), “Inventory of formal diamond mining in Angola”, in Jakkie Cilliers e Christian Dietrich (orgs.), *Angola’s War Economy: The Role of Oil and Diamond*, Pretoria, Institute for Security Studies, pp. 141-172.
- Dietrich, Christian (2000b), “Porous borders and diamonds”, in Jakkie Cilliers e Christian Dietrich (orgs.), *Angola’s War Economy: The Role of Oil and Diamond*, Pretoria, Institute for Security Studies, pp. 317-344.
- Dilolwa, Carlos Rocha (2000 [1978]), *Contribuição à História Económica de Angola*, Luanda, Editorial Nzila.
- Diouf, Mamadou (1998), *Political Liberalization or Democratic Transition: African Perspectives*, Dakar, Codesria, col. New Path Series, n.º 1.

- Doise, Willem (1986), “Les représentations sociales: définition d’un concept”, in Willem Doise e Augusto Palmonari (orgs.), *L’Étude des représentations sociales*, Lausanne, Delachaux et Niestlé, pp. 81-94.
- Duffield, Mark (2001), *Global Governance and the New Wars: The Merging of Development and Security*, Londres e Nova Iorque, Zed Books.
- Duffy, James (1959), *Portuguese Africa*, Cambridge, MA, Harvard University Press.
- Duffy, James (1962), *Portugal in Africa*, Baltimore, Penguin Books.
- Durkheim, Émile (1976 [1912]), *The Elementary Forms of Religious Life*, Londres, Allen & Unwin.
- Durkheim, Émile (2009 [1894]), *Les Règles de la méthode sociologique*, Paris, Payot & Rivages.
- Edwards, Adrian C. (1962), *The Ovimbundu Under Two Sovereignties: A Study of Social Control and Social Change Among a People of Angola*, Londres, International African Institute e Oxford University Press.
- Elias, Norbert (1990 [1939]), *O Processo Civilizador, I: Uma História dos Costumes*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Elias, Norbert (1997), “Towards a theory of social processes: a translation”, *British Journal of Sociology*, 48 (3), pp. 355-383.
- Elias, Norbert (2006 [1939]), *O Processo Civilizacional*, Lisboa, Dom Quixote.
- Elwert, Georg (1999), “Markets of violence”, in Georg Elwert, Stephan Feuchtwang e Dieter Neubert (orgs.), *Dynamics of Violence: Processes of Escalation and De-escalation in Violent Group Conflicts*, Berlim, Duncker & Humblot, pp. 85-102.
- Erdmann, Gero e Ulf Engel (2007), “Neopatrimonialism reconsidered: critical review and elaboration of an elusive concept”, *Commonwealth & Comparative Politics*, 45 (1), pp. 95-119.
- Estermann, Carlos (1983), *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro): Colectânea de Artigos Dispersos*, ed. Geraldine Pereira, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical.
- FAO/WFP [Food and Agriculture Organization of the United Nations] (2003), *Special Report: FAO/WFP Crop and Food Supply Assessment Mission to Angola*, FAO.
- Faria, Paulo Conceição João (2013), “The dawning of Angola’s citizenship revolution: a quest for inclusionary politics”, *Journal of Southern African Studies*, 39 (2), pp. 293-311.
- Feijó, Carlos (2001), *Problemas Actuais do Direito Público Angolano: Contributos para a Sua Compreensão*, Cascais, Principia.
- Ferreira, Eduardo de Sousa (1978), “Transformação e consolidação da economia colonial angolana”, manuscrito não publicado.
- Ferreira, Manuel Ennes (1991), “Angola no espaço económico português”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 14-15, pp. 77-112.
- Ferreira, Manuel Ennes (1999), *A Indústria em Tempo de Guerra: Angola, 1975-1991*, Lisboa, Cosmo.
- Ferreira, Manuel Ennes e Carlos Barros (1996), “Peace as a public good: Angola in a post-war environment”, Lisboa, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento – ISEG, Documentos de Trabalho, n.º 43.
- Ferreira, Vicente (1932), *A Política Colonial Portuguesa em Angola*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Fieldhouse, D. K. (1999), *The West and the Third World: Trade, Colonialism, Dependence, and Development*, Oxford, Blackwell.

- Fielding, Nigel G. e Jane L. Fielding (1986), *Linking Data*, Londres, Sage.
- Flick, Uwe (2005), *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*, Lisboa, Monitor.
- Florêncio, Fernando (2009), “Un reino, dos reyes: diferentes legitimidades em Bailundo (Angola)”, *Revista CIDOB d’Afers Internacionals*, 87, pp. 167-189.
- Florêncio, Fernando (2010), “No reino da toupeira: autoridades tradicionais do M’Balundu e o Estado angolano”, in F. Florêncio *et al.*, *Vozes do Universo Rural: Reescrevendo o Estado em África*, Lisboa, Centro de Estudos Africanos/ISCTE-IUL & Gerpress, pp. 79-175.
- Florêncio, Fernando (2011), “Pluralismo jurídico e Estado local em Angola: um olhar crítico a partir do estudo de caso do Bailundo”, *Antropologia Portuguesa*, 28, pp. 95-134.
- Fonte, Maria Manuela (2007), *Urbanismo e Arquitectura em Angola: De Norton de Matos à Revolução*, Tese de Doutoramento em Planeamento Urbanístico, FA-UTL, Lisboa.
- Fortes, Meyer (1945), *The Dynamics of Clanship among the Tallensi*, Oxford, Oxford University Press.
- Fortes, Meyer e E. E. Evans-Pritchard (orgs.) (1940), *African Political Systems*, Oxford, Oxford University Press.
- Foucault, Michel (1977), *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*, Londres, Allen Lane.
- Foucault, Michel (1978), *The History of Sexuality, Vol. I: The Will to Knowledge*, Londres, Penguin Books.
- Francisco, Miguel (2007), *Nuvem Negra: O Drama do 27 de Maio de 1977*, Porto, Clássica Editora.
- Freudenthal, Aida (1989), *Arimos e Fazendas: A Transição Agrária em Angola*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- Freudenthal, Aida (2001), “Angola”, in A. H. O. Marques (org.), *O Império Africano, 1890-1930*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 259-467.
- Galvão, António (1933), “A África será para os brancos ou para os negros?”, *Boletim Geral das Colónias*, 98-99, pp. 20-28.
- Gameiro, António Pereira (2001), *A Problemática da Habitação em Angola: Os Musseques e a Requalificação Urbana*, Luanda, Edição de autor.
- Gann, L. H. e Peter Duignan (orgs.) (1969), *Colonialism in Africa 1870-1960, vol. I: The History and Politics of Colonialism 1870-1914*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Garfinkel, Harold (1967), *Studies in Ethnomethodology*, Englewood Cliffs, NJ, Prentice-Hall.
- Garfinkel, Harold (1991), “Respecification: evidence for locally produced, naturally accountable phenomena of order, logic, reason, meaning, method, etc. in and as of the essential haecceity of immortal ordinary society (I): an announcement of studies”, in Graham Button (org.), *Ethnomethodology and the Human Sciences*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 10-19.
- Garfinkel, Harold (2002), *Ethnomethodology’s Program: Working Out Durkheim’s Aphorism*, ed. Anne Warfield Rawls, Londres, Rowman and Littlefield Publishers.
- Garfinkel, Harold (2005 [1948]), *Seeing Sociologically*, Boulder, CO, Paradigm Press.
- Geertz, Clifford (1983), *Local Knowledge*, Nova Iorque, Basic Books.
- Gellner, Ernest (1997), *Nationalism*, Londres, Weidenfeld and Nicholson.
- Giddens, Anthony (1978), *Durkheim*, Londres, Fontana.
- Giddens, Anthony (1979), *Central Problems in Social Theory: Action, Structure and Contradiction in Social Analysis*, Londres, Macmillan.

- Giddens, Anthony (1984), *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge, Polity Press.
- Giddens, Anthony (2000), *Dualidade da Estrutura: Agência e Estrutura*, Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, Anthony (2007), *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2.^a edição.
- Gilroy, Paul (2002), *There Aint No Black in the Union Jack*, Londres, Routledge.
- Glaser, Barney G. (1978), *Theoretical Sensitivity: Advances in the Methodology of Grounded Theory*. Mill Valley, CA, The Sociology Press.
- Glaser, Barney G. e Anselm L. Strauss (1967), *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*, Chicago, Aldine.
- Goffman, Erving (1958), *The Presentation of Self in Everyday Life*, Edimburgo, University of Edinburgh.
- Goffman, Erving (1983), “The interaction order”, *American Sociological Review*, 48, pp. 1-17.
- Goffman, Erving (2005 [1967]), *Interaction Ritual: Essays on Face-to-Face Behavior*, New Brunswick, NJ, Transaction Publisher.
- Gomes, Catarina (2009), *De Como o Poder Se Produz: Angola e as Suas Transições*, tese de doutoramento, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Gonçalves, António Custódio (1985), *Le Lignage contre l'Etat: Dynamique Politique Kongo du XVIème au XVIIIème Siècle*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Gonçalves, António Custódio (2003), *Tradição e Modernidade na Reconstrução de Angola*, Porto, Edições Afrontamento.
- Gonçalves, José Júlio (1963), *Política de Informação: Ensaio*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar.
- Gonos, George (1977), “‘Situation’ versus ‘frame’: the ‘interactionist’ and ‘structuralist’ analyses of everyday life”, *American Sociological Review*, 42 (4), pp. 854-867.
- Goodlad, Graham D. (2000), *British Foreign and Imperial Policy, 1865-1919*, Londres, Routledge.
- Graber, Edith E. (1985), “Law and society in Max Weber’s sociology”, in Vatro Murvar (org.), *Theory of Liberty, Legitimacy and Power: New Directions in the Intellectual and Scientific Legacy of Max Weber*, Londres e Boston, Routledge, pp. 86-107.
- Gramsci, Antonio (1971), *Selections from the Prison Notebooks of Antonio Gramsci*, Londres, Lawrence and Wishart.
- Groff, David (1991), “The dynamics of collaboration and the rule of law in French West Africa: the case of Kwame Kangah of Assikasso (Côte d'Ivoire), 1898-1922”, in Kristin Mann e Richard Roberts (orgs.), *Law in Colonial Africa*, Londres, James Currey, pp. 146-166.
- Guedes, Armando Marques (2007), “The State and the traditional authorities in Angola: mapping issues”, in Armando Marques Guedes e Maria José Lopes (orgs.), *The State and Traditional Law in Angola and Mozambique*, Coimbra, Almedina, pp. 15-65.
- Guedes, Armando Marques *et al.* (2003), *Pluralismo e Legitimação: A Edificação Jurídica Pós-Colonial de Angola*, Coimbra, Almedina.
- Guerra, Henrique Lopes (1988 [1975]), *Angola: Estrutura Económica e Classes Sociais*, Luanda, União dos Escritores Angolanos.
- Guimarães, Fernando Andresen (1998), *The Origin of the Angolan Civil War: Foreign Intervention and Domestic Political Conflict*, Basigstoke, Macmillan Press.
- Gumuchian, Hervé (1991), *Répresentations et aménagement du territoire*, Paris, Anthropos.

- Gupta, Akhil e James Ferguson (1997), “Discipline and practice: ‘the field’ as site, method, and location in Anthropology”, in Akhil Gupta e James Ferguson (orgs.), *Anthropological Locations: Boundaries and Grounds of a Field Science*, Berkeley, LA, University of California Press, pp. 1-46.
- Habermas, Jürgen (1984), *Theory of Communicative Action, vol I: Reason and Rationalization of Society*, Boston, Beacon Press.
- Habermas, Jürgen (1995), “Citizenship and national identity: some reflections on the future of Europe”, in R. Beiner (org.), *Theorizing Citizenship*, Nova Iorque, State University of New York, pp. 255-283.
- Haddad, Emma (2003), *The Refugee in International Society: Between Sovereigns*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Hamilton, Russel (1981), *Literatura Africana, Literatura Necessária: I – Angola*, Lisboa, Edições 70.
- Hammersley, Martyn (1990), *Reading Ethnography Research: A Critical Guide*, Londres, Longman.
- Hammond, Richard James (1966), *Portugal and Africa, 1815-1910: A Study in Uneconomic Imperialism*, Stanford, CA, Stanford University Press.
- Hammond, Richard James (1969), “Uneconomic imperialism: Portugal in Africa before 1910”, in L. H. Gann and Peter Duignan (orgs.), *Colonialism in Africa, 1870-1960, vol. 1: The History and Politics of Colonialism*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 352-382.
- Hansen, Art (1982), “Self-settled rural refugees in Africa: the case of Angolans in Zambian Villages”, in Art Hansen e Anthony Oliver-Smith (orgs.), *Involuntary Migration and Resettlement: The Problems and Responses of Dislocated People*, Boulder, Westview Press, pp. 13-35.
- Harrell-Bond, Barbara (1999), “The experience of refugees as recipients of aid”, in Alastair Ager (org.), *Refugees: Perspectives on the Experience of Forced Migration*. Londres, Pinter, pp. 136-168.
- Have, Paul ten (2004), *Understanding Qualitative Research and Ethnomethodology*, Londres, Sage Publications.
- Have, Paul ten e George Psathas (orgs.) (1995), *Situated Order: Studies in the Social Organization of Talk and Embodied Activities*, Washington, DC, University Press of America.
- Heath, Christian (1981), “The opening sequence in doctor-patient interaction”, in Paul Atkinson e Christian Heath (orgs.), *Medical Work: Realities and Routines*, Farnborough, Gower, pp. 71-90.
- Heimer, Franz-Wilhelm (1973a), “Estrutura social e descolonização em Angola”, *Análise Social*, X (40), pp. 621-655 [publicado efectivamente em 1975].
- Heimer, Franz-Wilhelm (1980), *O Processo de Descolonização em Angola, 1974-1976: Ensaio de Sociologia Política*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- Heintze, Beatrix (2008), “Long-distance caravans and communication beyond the Kwango (c. 1850-1890)”, in Beatrix Heintze e Achim von Oppen (orgs.), *Angola on the Move: Transport Routes, Communications and History / Angola Em Movimento: Vias de Transporte, Comunicação e História*, Frankfurt am Main, Otto Lembeck Verlag, pp. 144-162.
- Heintze, Beatrix e Achim von Oppen (orgs.) (2008), *Angola on the Move: Transport Routes, Communications and History / Angola Em Movimento: Vias de Transporte, Comunicação e História*, Frankfurt am Main, Otto Lembeck Verlag.

- Henderson, Lawrence W. (1971), "Protestantism: a tribal religion – Ethnic units of the Protestant churches in Angola", in Robert Thomas Parsons (org.), *Windows on Africa: A Symposium*, Leiden, E. J. Brill, pp. 61-80.
- Henderson, Lawrence W. (1990), *A Igreja em Angola: Um Rio com Várias Correntes*, Lisboa, Além-Mar.
- Henderson, Lawrence W. (2006), *Development and Church in Angola: Jesse Chipenda, the Trailblazer*, Nairobi, Acton Publishers.
- Henriques, Isabel Castro (1997), *Percursos da Modernidade em Angola: Dinâmicas Comerciais e Transformações Sociais no Século XIX*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical – Cooperação Portuguesa.
- Heritage, John (1984), *Garfinkel and Ethnomethodology*, Cambridge, Polity Press.
- Hester, Stephen e Peter Eglin (1997), *Culture in Action: Studies in Membership Categorization Analysis*, Washington, DC, University Press of America.
- Hester, Stephen e David Francis (2004), *An Invitation to Ethnomethodology: Language, Society and Social Interaction*, Londres, Sage Publications.
- Heywood, Linda (1989), "Unita and ethnic nationalism in Angola", *The Journal of Modern African Studies*, 27 (1), pp. 47-66.
- Heywood, Linda (1998), "Towards an understanding of modern political ideology in Africa: the case of the Ovimbundu of Angola", *Journal of Modern African Studies*, 36 (1), pp. 139-167.
- Heywood, Linda (2000), *Contested Power in Angola, 1840s to the Present*, Rochester, University of Rochester Press.
- Heywood, Linda M. e John K. Thornton (2007), *Central Africans, Atlantic Creoles, and the Foundation of the Americas, 1585-1660*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Hobsbawm, Eric J. (1968), *Industry and Empire: From 1750 to the Present Day*, Harmondsworth, Penguin Books.
- Hobson, J. A. (1902), *Imperialism: A Study*, Londres, James Nisbet & Co., disponível em <<http://www.archive.org/details/imperialismastu00goog>>.
- Hodges, Tony (2007), "The economic foundations of the patrimonial State", in Patrick Chabal e Nuno Vidal (orgs.), *Angola: The Weight of History*, Londres, Hurst & Co., pp. 175-199.
- Honer, Anne (1994), "Das explorative Interview: Zur Rekonstruktion der Relevanzen von Expertinnen und anderen Leuten", *Schweizerische Zeitschrift für Soziologie*, 20, pp. 623-640.
- Hopkins, Anthony G. (1973), *A Economic History of West Africa*, Londres, Longman.
- Human Rights Watch (2005), *Coming Home: Return and Reintegration in Angola*, relatório, disponível em <<http://www.hrw.org/sites/default/files/reports/angola0305.pdf>>.
- Huntington, Samuel P. (1991), *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*, Norman e Londres, Oklahoma University Press.
- Husserl, Edmund (1970), *The Crisis of European Sciences and Transcendental Phenomenology: An Introduction to Phenomenology Philosophy*, Evanston, Northwestern University Press.
- Husserl, Edmund (1973), *Zur Phänomenologie der Intersubjektivität, Text aus dem Nachlass, Teil 3, 1929-1935*, Den Haag, Nijhof.
- INE (2016), *Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014*, Luanda, Instituto Nacional de Estatística de Angola.

- Inheteven, Katharina (2010), *Die politische Ordnung des Flüchtlingslagers*, Bielefeld, Transcript Verlag.
- Jabri, Vivienne (1996), *Discourses on Violence: Conflict Analysis Reconsidered*, Manchester e Nova Iorque, Manchester University Press.
- Jacobsen, Michael Hviid e Søren Kristiansen (2015), *The Social Thought of Erving Goffman*, Londres, Sage Publications.
- Jadin, Louis (1975), *L'Ancien Congo et l'Angola, 1639-1655: d'après les Archives Romaines, Portugaises, Néerlandaises et Espagnoles*, Bruxelas, Institut Historique Belge de Rome.
- Jamba, Sousa (2002), “Savimbi foi o pior inimigo de si próprio”, *Expresso*, suplemento “Revista”, 2 de Março, p. 59.
- James, William (1891), *The Principles of Psychology*, Londres, Macmillan & Co., disponível em < <http://www.archive.org/details/principlesofpsyc01jameuoft> >.
- Jenkins, Paul, Paul Robson e Allan Cain (2002), “Local responses to globalisation and peripheralisation in Luanda, Angola”, *Environment and Urbanisation*, 14 (1), pp. 115-127, disponível em < <http://eau.sagepub.com/content/14/1/115.full.pdf+html> >.
- Joas, Hans (1993), *Pragmatism and Social Theory*, Chicago, University of Chicago Press.
- Joas, Hans (1996), *The Creativity of Action*, Londres, Polity Press.
- Joas, Hans (2001), *The Genesis of Values*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Joas, Hans e Jens Beckert (2001), “Action theory”, in Jonathan H. Turner (ed.), *Handbook of Social Theory*, Nova Iorque, Springer, 269-285.
- Jodelet, Denise (1989), *Folies et représentations sociales*, Paris, PUF.
- Jónsson, Gunvor (2011), “Non-migrant, sedentary, immobile, or “left behind”? Reflections on the absence of migration”, Oxford, International Migration Institute, IMI Working Papers, n.º 39.
- Jourde, Cédric (2009), “The ethnographic sensibility: overlooked authoritarian dynamics and Islamic ambivalence in West Africa”, in C. Schatz (org.), *Political Ethnography: What Immersion Contributes to the Study of Power*, Chicago, Ill e Londres, The University of Chicago press, pp. 201-216.
- Kanuha, Valli Kalei (2000), “‘Being’ native versus ‘going native’: Conducting social work research as an insider”, *Social Work*, 45 (5), pp. 439-447.
- Kaun, Alexandra (2008), “When the displaced return: challenges to reintegration in Angola”, Genebra, UNHCR Policy Development and Evaluation Service, New Issues in Refugee Research, research paper n.º 152.
- Kitzinger, Jenny (1994), “The methodology of focus groups: the importance of interaction between research participants”, *Sociology of Health and Illness*, 16 (1), pp. 103-121.
- Klein, Martin A. (1971), “Slavery, the slave trade and legitimate commerce in late Nineteenth Century Africa”, *Études d'Histoire Africaine*, 2, pp. 5-58.
- Krohn-Hansen, Christian (2008), *Political Authoritarianism in the Dominican Republic*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan.
- Kuper, Adam (1988), *The Invention of Primitive Society: Transformations of an Illusion*, Londres, Routledge.
- Kyed, Helene Maria (2007), *State Recognition of Traditional Authority: Authority, Citizenship and State Formation in Rural Post-War Mozambique*, tese de doutoramento, Copenhaga, Roskilde University Centre.

- Lara, Lúcio (2006), *Um Amplo Movimento: Itinerário do MPLA através de Documentos e Anotações de Lúcio Lara, vol. II (1961-1962)*, Luanda, Lito Tipo.
- Lari, Andrea (2004), *Returning Home to a Normal Life? The Plight of Displaced Angolans*, Pretória, Institute for Security Studies, paper n.º 85.
- Law, Robin (org.) (1995), *From Slave Trade to "Legitimate" Commerce: The Commercial Transition in Nineteenth-century West Africa*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Le Billon, Philippe (2000), "The political economy of resource wars", in Jakkie Cilliers e Christian Dietrich (orgs.), *Angola's War Economy: The Role of Oil and Diamonds*, Pretoria, Institute for Security Studies, pp. 23-42.
- Ledrut, Raymond (1968), *Sociologie urbaine*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Lefebvre, Henri (1991), *The Production of Space*, Oxford, Blackwell.
- Lenin, Vladimir I. (1939), *Imperialism: The Highest Stage of Capitalism*, Nova Iorque, International Publishers.
- Lima, José Joaquim Lopes de (1844), *Ensaio sobre a Statistica das Possessões Portuguesas na África Ocidental e Oriental; na Ásia Ocidental; na China e na Oceânia, vol. III: Ensaio sobre a Statistica d'Angola e Benguela e Suas Dependências na Costa Ocidental d'África ao Sul do Equador*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Lopes, Carlos M. (2007), *Roque Santeiro: Entre a Ficção e a Realidade*, Lisboa, Principia.
- Lopes, Carlos M. (2010), "Dinâmicas do associativismo na economia informal: os transportes de passageiros em Angola", *Análise Social*, vol. XLV (195), pp. 367-391.
- Lopo, Júlio de Castro (1964), *Jornalismo de Angola: Subsídios para a Sua História*, Luanda, Centro de Informação e Turismo de Angola.
- Lovejoy, Paul E. (org.) (1981), *The Ideology of Slavery in Africa*, Beverly Hills, Sage.
- Luansi, Lukonde (2003), "Angola: movimentos migratórios e Estados pré-coloniais: identidade nacional e autonomia regional", comunicação apresentada no simpósio internacional "Angola on the Move: Transport Routes, Communication and History", Berlim, 24-26 de Setembro, disponível em < [https://www.zmo.de/angola/papers/Luansi_\(29-03-04\).pdf](https://www.zmo.de/angola/papers/Luansi_(29-03-04).pdf) >.
- Lubkemann, Stephen C. (2008), "Involuntary immobility: on a theoretical Invisibility in forced migration studies", *Journal of Refugee Studies*, 21 (4), pp. 454-475, doi:10.1093/jrs/fen043.
- Luhmann, Niklas (1995), *Social Systems*, Stanford, CA, Stanford University Press.
- Lynch, Michael (2002), "The living text: written instructions and situated actions in telephone surveys", in Douglas W. Maynard *et al.* (orgs.), *Standardization and Tacit Knowledge: Interaction and Practice in the Survey Interview*, Nova Iorque, John Wiley, pp. 125-151.
- Lynch, Michael e Mark Peyrot (1992), "Introduction: a reader's guide to ethnomethodology", *Qualitative Sociology*, 15 (2), pp. 113-122.
- Mabeko Tali, Jean-Michel (2001a), "Algumas achegas sobre a nova crise no seio do MPLA", *Angola: 40 Anos de Guerra*, 6, pp. 88-93.
- Mabeko Tali, Jean-Michel (2001b), *Dissidências e Poder de Estado: O MPLA perante Si Próprio, vol. I (1962-1974)*, Luanda, Editorial Nzila.
- Mabeko Tali, Jean-Michel (2001c), *Dissidências e Poder de Estado: O MPLA perante Si Próprio, vol. II (1974-1977)*, Luanda, Editorial Nzila.
- Mabeko Tali, Jean-Michel (2004), "Cabinda between 'no peace' and 'no war'", *Accord: An International Review of Peace Initiatives*, 15, pp. 36-39.

- Macamo, Elísio (2005), “Negotiating modernity: from colonialism to globalization”, in Elísio Macamo (org.), *Negotiating Modernity: Africa’s Ambivalent Experience*, Londres e Dakar, Zed Books e Codesria, pp. 1-16.
- Macamo, Elísio (2006), “Accounting for disaster: memories of war in Mozambique”, *Afrika Spectrum*, 41 (2), pp. 199-219.
- Macamo, Elísio e Dieter Neubert (2004), “When the post-revolutionary state decentralizes: the reorganization of political structures and administration in Mozambique”, *Cadernos de Estudos Africanos*, 5-6, pp. 51-74.
- MacGaffey, Wyatt (2008), “Crossing the river: myth and movement in Central Africa”, in Beatrix Heintze e Achim von Oppen (orgs.), *Angola on the Move: Transport Routes, Communications and History / Angola Em Movimento: Vias de Transporte, Comunicação e História*, Frankfurt am Main, Otto Lembeck Verlag, pp. 221-242.
- Mafeje, Archie (1971), “The ideology of ‘tribalism’”, *The Journal of Modern African Studies*, 9 (2), pp. 253-261.
- Maier, Karl (1996), *Angola: Promises and Lies*, Londres, Serif.
- Malaquias, Assis (2007), *Rebels and Robbers: Violence in Post-Colonial Angola*, Uppsala, Nordiska Afrikainstitutet.
- Malkki, Liisa (1992), “National Geographic: the rooting of peoples and the territorialization of national identity among scholars and refugees”, *Cultural Anthropology*, 7 (1), pp. 24-44.
- Malkki, Liisa (1995), *Purity and Exile: Violence, Memory and National Cosmology among Hutu Refugees in Tanzania*, Chicago, University of Chicago Press.
- Mamdani, Mahmood (1996), *Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*, Princeton, Princeton University Press.
- Mamdani, Mahmood (2011), “The invention of the indigène”, *London Review of Books*, 33 (2), pp. 31-33.
- Mamdani, Mahmood, Thandika Mkandawire e Wamba-dia-Wamba (1992), “Movimentos sociais, mutações sociais e luta pela democracia em África”, in AAVV, *Ciências Sociais em África: Alguns Projectos de Investigação*, Lisboa, Edições Cotovia, pp. 63-90.
- Marcum, John A. (1978), *The Angolan Revolution, vol. II: Exile Politics and Guerrilla Warfare (1962-1976)*, Cambridge, Mass., The MIT Press.
- Margarido, Alfredo (1971), “L’Eglise catholique en Afrique portugaise”, *Revue française d’études politiques africaines*, 61, pp. 87-112.
- Margarido, Alfredo (1980), *Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- Marques, A. H. Oliveira (org.) (2001), *O Império Africano, 1890-1930*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Marques, Rafael (2010), *Diamantes de Sangue: Corrupção e Tortura em Angola*, Lisboa, Tinta da China.
- Mateus, Dalila Cabrita (2007), *Purga em Angola*, Alfragide, Edições Asa.
- Mateus, Álvaro e Dalila Cabrita Mateus (2009), *Purga em Angola*, Alfragide, Edições Asa.
- Matos, Norton de (1944), *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, Lisboa Editora Marítimo Colonial.
- Matos, Norton (1953), *África Nossa*, Porto, Edições Marânus.
- Matrosse, Dino (2005), *Memórias (1961-1971)*, Luanda, Nzila.

- Mbembe, Achille (2000), *De la postcolonie: Essai sur l'imagination politique dans l'Afrique contemporaine*, Paris, Karthala.
- M'Bokolo, Elikia (2003), *África Negra História e Civilizações*, Lisboa, Editora Vulgata.
- Médard, Jean-François (1987), "Charles Njonjo: portrait d'un 'big man' au Kenya", in Emmanuel Terray (org.), *L'Etat Contemporain en Afrique*, Paris, L'Harmattan, pp. 49-87.
- Meijer, Guus e David Birmingham (2004), "Angola from past to present", *Accord: An International Review of Peace Initiatives*, 15, pp. 10-15.
- Melo, André Joaquim (2013), *Regresso a uma Vida Melhor: A Integração dos Ex-Refugiados Angolanos após o seu Regresso a Angola*, relatório de pesquisa, s/l., Luanda, Development Workshop Angola e Observatório ACP das Migrações.
- Merleau-Ponty (1976 [1945]), *Phénoménologie de la perception*, Paris, Gallimard.
- Messiant, Christine (1994), "Angola, les voies de l'ethnisation et de la décomposition – I: de la guerre à la paix (1975-1991), le conflit armé, les interventions internationales et le peuple angolais", *Lusotopie*, 1994, pp. 155-210.
- Messiant, Christine (1997), "La paix au Mozambique: un succès de l'ONU", in R. Marchal e C. Messiant (orgs.), *Les chemins de la guerre et de la paix: Fins de conflits en Afrique orientale et australe*, Paris, Karthala, pp. 49-105.
- Messiant, Christine (2004), "Why did Bicesse and Lusaka fail? A critical analysis", in G. Meijer (org.), *From Military Peace to Social Justice: The Angolan Peace Process*, Londres, Conciliation Resources, pp. 16-23.
- Messiant, Christine (2006), *1961: L'Angola Colonial, Histoire e Société, les prémisses du mouvement nationaliste*, Bâle, P. Schlettwein Publishing.
- Messiant, Christine (2007), "The mutation of hegemonic domination", in Patrick Chabal e Nuno Vidal (orgs.), *Angola: The Weight of History*, Londres, Hurst & Co., pp. 93-123.
- Metcalf, Peter (2002), *They Lie, We Lie: Getting on with Anthropology*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- Mildner-Spindler, Joseph (1987), *Grundzuege der ethnischen Entwicklung im Territorium angolas*, tese, Leipzig, Universidade de Leipzig.
- Miller, Joseph C. (1970), "Cokwe trade and conquest", in Richard Gray and David Birmingham (orgs.), *Pre-Colonial Trade in Central Africa*, Oxford, Oxford University Press.
- Miller, Joseph C. (1973), "Slaves, slavers and social change in nineteenth-century Kasanje", in Franz-Wilhelm Heimer (org.), *Social Change in Angola*, Munich, Weltforum Verlag, pp. 9-29.
- Miller, Joseph C. (1976), *Kings and Kinsmen: Early Mbundu States in Angola*, Oxford, Clarendon Press.
- Miller, Joseph C. (1988), *Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*, Londres, James Currey.
- Miller, Joseph C. (2008), "From group mobility to individual movement: the colonial effort to turn back history", in Beatrix Heintze e Achim von Oppen (orgs.), *Angola on the Move: Transport Routes, Communications and History / Angola Em Movimento: Vias de Transporte, Comunicação e História*, Frankfurt am Main, Otto Lembeck Verlag, pp. 243-262.
- MINADER (2010), *Estimativas dos Resultados da Campanha Agrícola 2009-2010*, Luanda, Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

- MINAGRI (2010), *Relatório Sectorial de Balanço das Actividades Desenvolvidas (Anos de 2008 e 2009)*, Luanda, Ministério da Agricultura.
- Minter, William (1994), *Apartheid's Contras: An Inquiry into the Roots of War in Angola and Mozambique*, Witwatersrand, Witwatersrand University Press.
- Monteiro, Armindo (1933), *Os Portugueses na Colonização Contemporânea*, Lisboa, Agência Geral das Colónias.
- Monteiro, Armindo (1935), *Da Governação de Angola*, Lisboa, Agência Geral das Colónias.
- Monteiro, Armindo (1942), *As Grandes Directrizes da Governação Ultramarina Portuguesa entre as Duas Guerras (1919-1939)*, Lisboa, Bertrand.
- Monteiro, Ramiro Ladeiro (1972), *A Família nos Musseques de Luanda: Subsídios para o Seu Estudo*, Luanda, Fundo de Acção Social do Trabalho em Angola.
- Monteiro, Ramiro Ladeiro (1973), "From extended to residual family aspects of social change in the musseques of Luanda", in Franz-Wilhelm Heimer (org.), *Social Change in Angola*, Munique, Weltforum Verlag.
- Moreira, Adriano (1958), *A Jurisdição Interna e o Problema do Voto na ONU: Documentos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
- Moreira, Adriano (1960), "A unidade política e o estatuto das populações", in *Boletim Geral do Ultramar*, ano 36, n.º 417, pp. 101-120.
- Morgan, David L. (1998), *The Focus Group Guidebook*, Londres, Sage Publications.
- Mourão, Fernando Augusto Albuquerque (1978), *A Sociedade Angolana através da Literatura*, São Paulo, Editora Ática.
- Mourão, Fernando Augusto Albuquerque (2006), *Continuidades e Descontinuidades de um Processo Colonial através de uma Leitura de Luanda: Uma Interpretação do Desenho Urbano*, São Paulo, Terceira Margem.
- MPLA (1961), *Angola: Exploitation esclavagiste, résistance nationale*, Dakar, Comité directeur.
- MPLA (1975 [1965]), *História de Angola*, Porto Afrontamento.
- Mudimbe, V. Y. (1991), *Parables and Fables: Exegesis, Textuality and Politics in Central Africa*, Madison, The University of Wisconsin Press.
- Muekalia, Jardo (2010), *Angola, a Segunda Revolução: Memórias da Luta pela Democracia*, Lisboa, Sextante.
- Narroll, Raoul (1964), "On ethnic unit classification", *Current Anthropology*, 5 (4), pp. 283-311.
- Nedelmann, Brigitta (1997), "Gewaltsoziologie am Scheideweg: die Auseinandersetzungen in der gegenwärtigen und Wege der künftigen Gewaltforschung", *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, 37, pp. 59-85.
- Neto, Agostinho (1988), *Sagrada Esperança*, Luanda, União dos Escritores Angolanos.
- Neto, Maria da Conceição (1997), "Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX", *Lusotopie*, 1997, pp. 327-359.
- Neto, Maria da Conceição (2000), "Angola no século XX até 1974", in Valentim Alexandre (org.), *O Império Africano: Séculos XIX e XX*, Lisboa, Colibri, pp. 175-195.
- Neto, Maria da Conceição (2002), "Do passado para o futuro: que papel para as autoridades tradicionais?", palestra proferida no Fórum Constitucional, Huambo, 20-22 de Março, disponível em < <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/neto.pdf> >.

- Neto, Maria da Conceição (2012), *In Town and Out of Town: A Social History of Huambo (Angola), 1902-1961*, dissertação de doutoramento, Londres, School of Oriental and African Studies/University of London.
- Neubert, Dieter (2009), "African politics revisited from below: Chabal's plea for more social anthropological analysis in political sciences", *Critical African Studies*, 1 (2), pp. 28-35.
- Nießen, Manfred (1977), *Gruppendiskussion: Interpretative Methodologie, Methoden, Begründung, Anwendung*, Munique, Fink.
- Newitt, Malyn (1981), *Portugal in Africa: The Last Hundred Years*, Londres, C. Hurst and Co.
- Newitt, Malyn (2007), "Angola in historical context", in Patrick Chabal e Nuno Vidal (orgs.), *Angola: The Weight of History*, Londres, Hurst & Co., pp 19-92.
- Nogueira, Alberto Franco (1993), *Salazar*, Lisboa, Gradiva.
- O'Donnell, Guillermo, Philippe C. Schmitter (1986), *Transitions from Authoritarian Rule: Prospects for Democracy*, Baltimore, MD, Johns Hopkins University Press.
- Oliveira, Mário António Fernandes de (1968), *Luanda, Ilha Crioula*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- Oliveira, Mário António (1990), *Reler África*, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- Oliveira, Ricardo Soares de (2011), "Illiberal peacebuilding in Angola", *The Journal of Modern African Studies*, 49 (2), pp. 287-314.
- Oliveira, Ricardo Soares de (2015), *Magnificent and Beggar Land: Angola since the Civil War*, Londres, Hurst.
- Oliver, Roland (1970), "The problem of the Bantu expansion", in J. D. Fage and R. Oliver (orgs.), *Papers in African Prehistory*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 141-156.
- Onwuegbuzie, Anthony J. e Nancy L. Leech (2007), "Validity and qualitative research: an oxymoron?", *Quality & Quantity*, 41, pp. 233-249.
- Oppenheimer, Jochen, Paulo de Carvalho e Isabel Raposo (2003), *A Pobreza em Luanda*, relatório apresentado ao Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Lisboa.
- Oppenheimer, Jochen, e Isabel Raposo (2007), *Subúrbios de Luanda e Maputo*, Lisboa, Edições Colibri.
- Orr, Aslak (2010), *Entrenching the Party-State in the Multiparty Era: Opposition Parties, Traditional Authorities and New Councils of Local Representatives in Angola and Mozambique*, tese de doutoramento (PhD), Bergen, University of Bergen.
- Ostermann, Ana Cristina e Joseane de Souza (2011), "As demandas internacionais das ligações para o Disque Saúde e sua relação com trabalho prescrito", *Alfa: Revista Linguística*, 55 (1), pp. 135-162.
- Ostermann, Ana Cristina, Tatiane Rosa Carvalho e Minéia Frezza (2014), "Quem decide (ou não) pela camisinha? A abordagem da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis em ligações para um call center governamental sobre saúde", *Polifonia*, 21 (29), pp. 177-197.
- Owen, Roger, e Bob Sutcliffe (orgs.) (1972), *Studies in the Theory of Imperialism*, Londres, Longman.
- Pacavira, Manuel Pedro (1981), *Gentes do Mato*, Lisboa, Edições 70.
- Pacheco, Fernando (2002), *A Questão da Terra para Fins Agrícolas em Angola*, Luanda, FAO.
- Pacheco, Fernando (2005), *Sistemas de Uso da Terra Agrícola em Angola: Estudos de Caso nas Províncias do Huambo, Lunda Sul e Uíje*, Luanda, Centro de Estudos Sociais e Desenvolvimento.
- Pacheco, Fernando e Sandra Roque (1995), "Les 'déplacés' en Angola: la question du retour", *Lusotopie*, 1995, pp. 213-220.

- Palanque, Luís (1997), *Angola: A Fabulous Country*, Luanda, Ed. Global.
- Pantoja, Selma (2000), “Quitandas e quitadeiras: história e deslocamento na nova lógica do espaço em Luanda”, in Maria Emilia Madeira Santos (org.), *A África e a Instalação do Sistema Colonial, c.1885-c.1930: III Reunião Internacional de História de África (Actas)*, Lisboa, IICT, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, pp. 175-186.
- Pareto, Vilfredo (1980 [1916]), *Compendium of General Sociology*, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Park, Robert E., Ernest W. Burgess e Roderick D. McKenzie (1967 [1925]), *The City*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Parsons, Talcott (1968a [1937]), *The Structure of Social Action: vol. I: Marshall, Pareto, Durkheim*, Nova Iorque, The Free Press.
- Parsons, Talcott (1968b [1937]), *The Structure of Social Action, vol II: Weber*, Nova Iorque, The Free Press.
- Parsons, Talcott (1991 [1951]), *The Social System*, Londres, Routledge.
- Pawson, Lara (2014), *In the Name of the People: Angola's Forgotten Massacre*, Londres, I. B. Tauris.
- Pearce, Justin (2012), “Control, politics and identity in the Angolan civil war”, *African Affairs*, 111 (444), pp. 442-465.
- Pearce, Justin (2015), “Contesting the past in Angolan politics”, *Journal of Southern African Studies*, 41 (1), pp 103-119.
- Péclard, Didier (1998a), “‘Eu sou americano’: dynamiques du champ missionnaire dans le Planalto Central angolais au XXe siècle”, *Lusotopie*, 1998, pp. 357-376.
- Péclard, Didier (1998b), “Religion and politics in Angola: the church, the colonial state and the emergence of Angolan nationalism, 1940-1961”, *Journal of Religion in Africa*, 28 (2), pp. 160-186.
- Pélissier, René (1978), *La Colonie du Minotaure: Nationalismes et Révoltes en Angola (1926-1961)*, Orgeval, Éditions Pélissier.
- Pélissier, René (1997 [1988]), *História das Campanhas de Angola: Resistência e Revoltas, 1845-1941*, 2 vols., Lisboa, Estampa, 2.^a ed.
- Pepetela (1990), *Luandando*, Porto, Elf Aquitaine Angola.
- Perrings, Charles (1977), *Gold and Migrancy in the South African Political Economy*, Roma/Lesotho National University of Lesotho, Faculty of Social Sciences.
- Perrings, Charles (1979), *Black Mineworkers in Central Africa: Industrial Strategies and the Evolution of an African Proletariat in the Copperbelt 1911-41*, Londres, Heinemann.
- Pestana, Nelson (2005), “Abordagem metodológica das classes sociais em Angola”, *Lucere: Revista Académica da Universidade Católica de Angola*, 2, pp 55-71.
- PNUD [Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento] (2005), *Defusing the Remnants of War: Economic Report on Angola in 2002-2004*, Luanda, United Nations Development Programme.
- PNUD [Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento] (2006), *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Relatório de Progresso 2005*, Luanda, Nações Unidas e Ministério do Planeamento de Angola.
- Pimenta, Fernando Tavares e Adolfo Maria (2011), *Angola no Percurso de um Nacionalista: Conversas com Adolfo Maria*, Porto, Afrontamento.

- Pinto, António Costa (2001), *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, a Guerra Colonial e a Descolonização, 1961-1975*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Popper, Karl (2007), *A Pobreza do Historicismo*, Lisboa, Esfera do Caos.
- Pössinger, Hermann (1973), “Interrelation between economic and social change in rural Africa: the case of Ovimbundu of Angola”, in Franz-Wilhelm Heimer (org.), *Social Change in Angola*, Munique, Weltforum Verlag, pp. 31-51.
- Pössinger, Hermann (1986), “A transformação da sociedade umbundo desde o colapso do comércio das caravanas”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 4-5, pp. 75-158.
- Powles, Julia (2004), “Life history and personal narrative: theoretical and methodological issues relevant to research and evaluation in refugee contexts”, Geneva, UNHCR Evaluation and Policy Analysis Unit, New Issues in Refugee Research, working paper n.º 106.
- Przyborski, Aglaja e Monika Wohlrab-Sahr (2009), *Qualitative Sozialforschung: Ein Arbeitsbuch*, Munique, Oldenburg.
- Radcliffe-Brown, A.R. (1952), *Structure and Function in Primitive Society*, Londres, Cohen & West.
- Rawls, Anne Warfield (1989), “Language, self, and social order: a reformulation of Goffman and Sacks”, *Human Studies*, 12, pp. 147-172.
- Rawls, Anne Warfield (2003), “Harold Garfinkel”, in G. Ritzer (org.), *The Blackwell Companion to Major Contemporary Social Theorists*, Malden, MA, Blackwell Publishing, pp. 122-153.
- Rawls, Anne Warfield (2004), *Epistemology and Practice: Durkheim’s The Elementary Forms of Religious Life*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Rawls, Anne Warfield (2005), “Garfinkel’s conception of time”, *Time & Society*, 14 (2-3): pp. 163-190.
- Rawls, Anne Warfield (2009), “An essay on two conceptions of social order: constitutive orders of action, objects and identities vs aggregated orders of individual action”, *Journal of Classical Sociology*, 9 (4), pp. 500-520.
- Rawls, Anne Warfield (2010), “Social order as moral order”, in Steven Hitlin and Stephen Vaisey (orgs.), *Handbook of the Sociology of Morality*, Nova Iorque, Springer, pp. 95-121.
- Redinha, José (1970), *Distribuição Étnica da Província de Angola*, Luanda, Centro de Informação e Turismo de Angola, 6.ª edição.
- Rego, A. da Silva (1969), *O Ultramar Português no Século XIX, 1834-1910*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 2.ª edição.
- Reis, António (1990), “A política de ensino: do controlo ideológico às exigências da industrialização”, in António Reis (org.), *Portugal Contemporâneo (1926-1958), vol. IV: Ascensão e Consolidação do Estado Novo, Controlo Ideológico e Resistência Cultural, sob a Égide dos Valores Conservadores*, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 271-278.
- Reno, William (2000), “The real (war) economy of Angola”, in Jakkie Cilliers e Christian Dietrich (orgs.), *Angola’s War Economy: The Role of Oil and Diamonds*, Pretoria, Institute for Security Studies, pp. 219-235.
- Ribas, Óscar (1960a), “O mestiço angolano”, *Gil Vicente: Revista de Portugalidade*, XI (7-8), pp. 115-121.
- Ribas, Óscar (1960b), “O mestiço angolano”, *Gil Vicente: Revista de Portugalidade*, XI (9-10), pp. 152-158.

- Ribas, Óscar (1960c), “O mestiço angolano”, *Gil Vicente: Revista de Portugalidade*, XI (11-12), pp. 181-189.
- Ribeiro, Orlando (1981), *A Colonização de Angola e o Seu Fracasso*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Riches, David (1986), “The phenomenon of violence”, in David Riches (org.), *The Anthropology of Violence*, Oxford e Nova Iorque, Blackwell, pp. 1-27.
- Ritzer, George (2000), *Sociological Theory*, Nova Iorque, McGraw Hill.
- Ritzer, George (2007), *The Blackwell Encyclopedia of Sociology*, Malden, MA, Wiley-Blackwell.
- Rocha, Alves da (2010), *Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola: Os Factores de Competitividade Territorial*, Luanda, Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola.
- Rocha, Alves da, Nelson Lourenço e Armando Morais (1979), “Angola nas vésperas da independência – II”, *Economia e Socialismo*, 37, pp. 39-45.
- Rodrigues, Eugénia (2003), *A Geração Silenciada: A Liga Nacional Africana e a Representação do Branco*, Porto, Afrontamento.
- Rösen, Jakob e Truz von Trotha (1999), *Dezentralisierung, Demokratisierung und die lokale Repräsentation des Staates: Theoretische Kontroversen und empirische Forschungen*, Köln, Rüdiger Köppe.
- Sacks, Harvey (1984a), “Notes on methodology”, in J. Maxwell Atkinson e John Heritage (orgs.), *Structures of Social Action: Studies in Conversation Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 2-27.
- Sacks, Harvey (1984b), “On doing ‘being ordinary’”, in J. Maxwell Atkinson e John Heritage (orgs.), *Structures of Social Action: Studies in Conversation Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 413-429.
- Sacks, Harvey (1992), *Lectures on Conversation*, Oxford, Blackwell Publishing, 2 vols., org. Gail Jefferson.
- Sakala, Alcides (2006), *Memórias de um Guerrilheiro*, Lisboa, Dom Quixote.
- Sanderson, G. N. (1985), “The European partition of Africa: origins and dynamics”, in Roland Oliver e G. N. Sanderson (orgs.), *The Cambridge History of Africa, vol. 6: From 1870 to 1905*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 96-158.
- Santos, Eduardo dos (1969), *Religiões de Angola*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
- Santos, Martins dos (1970), *História do Ensino em Angola*, Luanda, Edição dos Serviços de Educação.
- Santos, Maria Emília Madeira (1992), “Borracha, crédito e autonomia do comércio africano na ligação à economia internacional: o caso dos ovimbundos”, *Studia*, 51, pp. 17-27.
- Santos, Maria Emília Madeira (1998), *Nos Caminhos de África: Serventia e Posse (Angola – século XIX)*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Sarró, Ramon e Ruy Llera Blanes (2009), “Prophetic Diasporas moving religion across the Lusophone Atlantic”, *African Diaspora*, 2, pp. 52-72.
- Savimbi, Jonas (1979), *Angola: A Resistência em Busca de Uma Nova Nação*, Lisboa, Agência Portuguesa de Revistas.
- Schauer, Maggie, Thomas Elbert e Frank Neuner (2005), *Narrative Exposure Therapy: A Short-Term Intervention for Traumatic Stress Disorders after War, or Torture*, Toronto, Hogrefe e Huber.
- Schegloff, Emanuel A. (1986), “The routine as achievement”, *Human Studies*, 9, pp. 111-151.

- Schegloff, Emanuel A. (1991), "Reflections on talk and social structure", in Deirdre Boden, Don H. Zimmerman (orgs.), *Talk and Social Structure: Studies in Ethnomethodology and Conversation Analysis*, Cambridge, Polity Press, pp. 44-71.
- Schegloff, Emanuel A. (1992), "Introduction", in Harvey Sacks, *Lectures on Conversation*, Oxford, Blackwell Publishing, 2 vols., org. Gail Jefferson, pp. ix-lxii.
- Schegloff, Emanuel A. (2007), "A tutorial on membership categorization", *Journal of Pragmatics*, 39, pp. 462-482.
- Schlichte, Klaus (2009), *In the Shadow of Violence: The Politics of Armed Groups*, Frankfurt am Main e Chicago, Campus Verlag.
- Schubert, Jon (2010), "'Democratisation' and the consolidation of political authority in post-war Angola", *Journal of Southern African Studies*, 36 (3): 657-672.
- Schubert, Jon (2014), "*Working the System: Affect, Amnesia and the Aesthetics of Power in the 'New Angola'*", tese de doutoramento, Edimburgo, The University of Edinburgh.
- Schütz, Alfred (1970), *On Phenomenology and Social Relations: Selected Writings*, ed. H. Wagner, Chicago, Ill., University of Chicago Press.
- Scott, John (2004), *Sociological Theory: Contemporary Debates*, Cheltenham, Edward Elgar Publishing.
- SDC [Swiss Agency for Development and Cooperation] (2008), *Independent Evaluation of SDC Humanitarian Aid in Angola 1995-2006*, Berna, Swiss Agency for Development and Cooperation.
- Semechechem, Jakeline Aparecida (2010), "Identidades sociais na fala-em-interação: uma proposição do estudo de identidade como categoria de pertencimento", *Travessias*, 4 (3), pp. 521-537.
- Silva, Frederico (1936), "A instrução do angolano", *Angola*, 6, pp. 8-12.
- Silverman, David (1985), *Qualitative Methodology and Sociology*, Aldershot, Gower.
- Simmel, Georg (1972), *On Individuality and Social Forms*, Chicago, The University of Chicago Press, org. Donald L. Levine.
- Simmel, Georg (1986), "El espacio y la sociedad", in *Sociologia*, vol. II, Alianza Editorial, Madrid, pp. 643-740.
- Sithole, Ndabangui (1963), "African nationalism and Christianity", *Transition*, 10, 1-39.
- Sofsky, Wolfgang (1997), *The Order of Terror: The Concentration Camp*, Princeton, NJ, Princeton University Press.
- Spittler, Gerd (org.) (1981), *Verwaltung in einem afrikanischen Bauernstaat: Das Koloniale Französisch-Westafrika 1919-39*, Wiesbaden, Steiner.
- Spittler, Gerd (2001), "Teilnehmende Beobachtung als dichte Teilnahme", *Zeitschrift für Ethnologie*, 126, pp. 1-25.
- Stewart, David W. e Prem N. Shamdasani (1990), *Focus Groups: Theory and Practice*, Londres, Sage Publications.
- Strauss, Anselm e Juliet Corbin (1990), *Basics of Qualitative Research: Grounded Theory Procedures and Techniques*, Londres, Sage.
- Strübing, Jörg (2008), *Grounded Theory: Zur sozialtheoretischen und epistemologischen Fundierung des Verfahrens der empirisch begründeten Theoriebildung*, Wiesbaden, Verlag für Sozialwissenschaften.

- Tallio, Virginie (2004), “Le rapatriement des réfugiés angolais : glissements d’une catégorie à une autre”, *Recueil Alexandries, Collection Esquisses*, janeiro, n.º 1, disponível em < <http://www.reseau-terra.eu/article304.html> >.
- Terray, Emmanuel (1987), *L’Etat Contemporain en Afrique*, Paris, L’Harmattan.
- Thornton, John K. (1977), “Demography and history in the Kingdom of Kongo, 1550-1750”, *The Journal of African History*, 18 (4), pp. 507-530.
- Thornton, John K. (1981), “The demographic effect of the slave trade on Western Africa, 1500-1850”, in C. Fyfe e D. McMaster, *African Historical Demography, vol. 2*, Edimburgo, Centre of African Studies, pp. 691-720.
- Thornton, John K. (1983), *The Kingdom of Kongo: Civil War and Transition, 1641-1718*, Madison, University of Wisconsin Press.
- Thornton, John (2000), “Kongo's incorporation into Angola: a perspective from Kongo”, in Maria Emilia Madeira Santos (org.), *A África e a Instalação do Sistema Colonial, c.1885-c.1930: III Reunião Internacional de História de África (Actas)*, Lisboa, IICT, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, pp. 349-358.
- Thornton, John (2001), “The origins and early history of the Kingdom of Kongo, c. 1350-1550”, *International Journal of African Historical Studies*, 34, pp. 89-120.
- Torres, Adelino (1983), “Pacto colonial e industrialização de Angola (anos 60-70)”, *Análise Social*, XIX (77-79): 1101-1119.
- Torres, Adelino (1999), *Horizontes do Desenvolvimento Africano no Limiar do Séc. XIX*, Lisboa, Vega, 2.ª edição.
- Torres, Adelino (2000), “A economia do Império (séculos XIX-XX)”, in Valentim Alexandre, *O Império Africano: Séculos XIX e XX*, Lisboa, Colibri, pp. 55-67.
- Trotha, Trutz von (1994), *Koloniale Herrschaft: Zur soziologischen Theorie der Staatsentstehung am Beispiel des Schutzgebietes Togo*, Tübingen, Mohr.
- Trotha, Trutz von (1997), “Zur Soziologie der Gewalt”, *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, 37, pp. 9-56.
- Turner, Bryan S. (2007), “The enclave society: towards a sociology of immobility”, *European Journal of Social Theory*, 10 (2), pp. 287-303.
- UNHCR [United Nations High Commissioner for Refugees] (2002), “Angola signs repatriation agreements with UNHCR, Namibia and Zambia”, UNHCR website, disponível em < <http://www.unhcr.org/3de6403b4.html> >.
- UNHCR [United Nations High Commissioner for Refugees] (2003), *UNHCR Briefing Notes: Angola Repatriation*, Liberia, 4 de Novembro.
- Vakulukuta, António (1971), *Formation sociale angolaise et mouvement de liberation nationale*, Grenoble, Université des sciences sociales/EPR, Institut d’études politiques, Mémoire.
- Valentim, Jorge Alicerces (2010), *Caminhos para Paz e Reconciliação Nacional: De Gbagdolite a Bicesse (1989-1992)*, Luanda, Mayamba.
- Van de Walle, Nicolas (2009a), “Chabal and political science”, *Critical African Studies*, 1 (2), pp. 43-48.
- Van de Walle, Nicolas (2009b), “The institutional origins of inequality in Sub-Saharan Africa”, *Annual Review of Political Science*, 12, pp. 307-327.

- Vansina, Jan (1973), *The Tio Kingdom of the Middle Congo, 1880-1892*, Londres e Nova Iorque, Oxford University Press para o International African Institute.
- Vansina, Jan (2008), “Communications between Angola and East Central Africa Before c. 1700”, in Beatrix Heintze e Achim von Oppen (orgs.), *Angola on the Move: Transport Routes, Communications and History / Angola Em Movimento: Vias de Transporte, Comunicação e História*, Frankfurt am Main, Otto Lembeck Verlag, pp. 130-143.
- Vidal, Nuno (2002), *Post-Modern Patrimonialism in Africa: The Genesis and Development of the Angolan Political-Economic System (1961-1987)*, tese de doutoramento, Londres, King’s College, University of London.
- Vidal, Nuno (2007a), “The Angolan regime and the move to multiparty politics”, in Patrick Chabal e Nuno Vidal (orgs.), *Angola: The Weight of History*, Londres, Hurst & Co., pp. 124-174.
- Vidal, Nuno (2007b), “Social neglect and the emergency of civil society in Angola”, in Patrick Chabal e Nuno Vidal (orgs.), *Angola: The Weight of History*, Londres, Hurst & Co., pp. 200-235.
- Vidal, Nuno e Justino Pinto de Andrade (2008), *O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola*, Lisboa, Firmamento.
- Wai, Zubairu (2012), “Neo-patrimonialism and the discourse of state failure in Africa”, *Review of African Political Economy*, 39 (131), pp. 27-43.
- Wallerstein, Immanuel (1991), “World system versus world systems: a critique”, *Critique of Anthropology*, 11 (2): 189-194.
- Watson, Rod (1997), “Some general reflections on ‘categorization’ and ‘sequence’ in the analysis of conversation”, in Stephen Hester e Peter Eglin (orgs.), *Culture in Action: Studies in Membership Categorization Analysis*, Washington, D.C., University Press of America, pp. 49-76.
- Weber, Max (1968 [1922]), *Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology*, Nova Iorque, Bedminster Press, org. G. Roth and C. Wittick.
- Wheeler, Douglas L. (1969), “‘Angola is whose house?’ Early stirrings of Angolan nationalism and protest, 1882-1910”, *African Historical Studies*, II (1): 1-23.
- Wheeler, Douglas C. e C. Diane Christensen (1973), “To rise with mind: the Bailundo war of 1902”, in Franz-Wilhelm Heimer (org.), *Social Change in Angola*, Munique, Weltforum Verlag, pp. 53-92.
- Wheeler, Douglas, e René Pélissier (2009 [1971]), *História de Angola*, Lisboa, Tinta-da-China.
- Wirth, Louis (1938), “Urbanism as a way of life”, *The American Journal of Sociology*, 44 (1), pp. 1-24.
- Wrong, Dennis H. (1994), *The Problem of Order: What Unites and Divides Society*, Nova Iorque, Free Press.
- Zimmerman, Don H. e Melvin Pollner (1971), “The everyday world as a phenomenon”, in Jack D. Douglas (org.), *Understanding Everyday life: Towards a Reconstruction of Sociological Knowledge*, Londres, Routledge & Kegan Paul, pp. 80-103.

ANEXOS

Anexo I – Entrevistas individuais: Luanda, Huambo, Benguela e Lubango

Entrevistas individuais: Luanda

<i>Tipo de contacto</i>	<i>Identificação</i>	<i>Data do contacto</i>	<i>Idade</i>	<i>Ocupação / observações</i>
Entrevista	1	Março 2008	49	Funcionário público
Entrevista	2	Março 2008	33	Empresário
Entrevista	3	Março 2008	60	Militar
Entrevista	4	Julho 2010	40	“Cantineiro”
Entrevista	5	Julho 2010	66	Professor universitário
Entrevista	6	Julho 2010	39	Professor primário
Entrevista	7	Julho 2010	35	Vendedora
Entrevista	8	Julho 2010	43	Taxista
Entrevista	9	Julho 2010	36	Vendedora
Conversa	10	Julho 2010	33	Vendedor
Entrevista	11	Julho 2010	28	Funcionário bancário
Entrevista	12	Julho 2010	29	“Bisneiro”
Conversa informal	13	Julho 2010	55	Militar
Entrevista	14	Julho 2010	47	Funcionário público
Entrevista	15	Julho 2010	50	Funcionário público
Conversa informal	16	Julho 2010	50	Funcionário público
Conversa Informal	17	Julho 2010	60	General das FAA
Entrevista	18	Julho 2010	38	Taxista
Entrevista	19	Julho 2010	17	Cobrador
Conversa informal	20	Março 2008	33	Jornalista

Entrevistas individuais: Huambo

<i>Tipo de contacto</i>	<i>Identificação</i>	<i>Data do contacto</i>	<i>Idade</i>	<i>Ocupação / observações</i>
Entrevista	21	Julho 2010	36	Sacerdote católico
Conversa e entrevista	22	Julho 2010	41	Vendedor
Entrevista	23	Agosto 2007	51	Funcionário público, antigo deslocado
Entrevista	24	2007	55	Agricultor
Entrevista	25	Setembro 2007 e Agosto 2010	53	Agricultor, deslocado
Conversa informal	26	Setembro 2007	50	Agricultor, deslocado
Conversa informal	27	Agosto 2010	57	Ex-militar da UNITA
Conversa informal	28	Agosto 2010	50	Ex-militar, agora soldador
Entrevista	29	Agosto 2010	57	Ex-militar da UNITA
Entrevista	30	Agosto 2010	39	Funcionário público
Conversa informal	31	Setembro 2007	59	Deslocado, “faz-tudo”
Entrevista	32	Agosto 2010	37	Vendedor de medicamentos
Entrevista	33	Agosto 2010	49	Funcionário público
Conversa informal	34	Agosto 2010	52	Ex-militar da UNITA
Entrevista	35	Agosto de 2010	28	Moto-taxista

Entrevistas individuais: Benguela

<i>Tipo de contacto</i>	<i>Identificação</i>	<i>Data do contacto</i>	<i>Idade</i>	<i>Ocupação / observações</i>
Entrevista	36	Outubro 2008	49	Ex-militar
Entrevista	37	Outubro 2008	46	Funcionária pública
Conversa Informal	38	Outubro 2008	49	Funcionário público
Conversa Informal	39	Outubro 2010	39	“Bisneiro”
Conversa Informal	40	Outubro 2010	59	Ex-militar
Entrevista	41	Outubro 2008	63	Mecânico, ex-militar da UNITA
Conversa e entrevista	42	Outubro 2010	58	Funcionário de empresa de segurança e protecção civil
Entrevista	43	Outubro 2010	33	Vendedor
Conversa informal	44	Outubro 2008	51	Retornado, vendedor
Entrevista	45	Outubro 2010	55	Retornado, negociante
Entrevista	46	Outubro 2008	55	Ex-militar da UNITA
Entrevista	47	Outubro 2008	47	Efectivo da Polícia Nacional (Benguela)

Entrevistas individuais: Lubango

<i>Tipo de contacto</i>	<i>Identificação</i>	<i>Data do contacto</i>	<i>Idade</i>	<i>Ocupação / observações</i>
Entrevista	48	Setembro 2010	66	General das FAA na reserva
Entrevista	49	Setembro 2010	41	Funcionário de ONG
Conversa Informal	50	Setembro 2010	55	Professor universitário
Entrevista	51	Setembro 2010	50	Sacerdote católico
Conversa informal	52	Setembro 2010	63	Comerciante
Conversa informal	53	Setembro 2010	47	Enfermeira
Entrevista	54	Setembro 2010	51	Funcionário público
Entrevista	55	Setembro 2010	54	Retornado, desempregado
Entrevista	56	Setembro 2010	51	Professor universitário
Conversa Informal	57	Setembro 2010	63	Não declarado
Entrevista	58	Setembro 2010	53	Retornada, enfermeira
Conversa Informal	59	Setembro 2010	70	Reformado da função pública
Entrevistas	60	Setembro 2010	39	Empresário

Anexo II – Entrevistas de grupo: Luanda, Huambo, Benguela e Lubango

Entrevistas de Grupo: Luanda

<i>Tipo de contacto</i>	<i>Identificação</i>	<i>Data do contacto</i>	<i>Lugar</i>	<i>Ocupação / observações</i>
Grupo de discussão	Grupo n.º 1	Agosto 2011	Luanda	12 Elementos Funcionários da Caritas de Angola
Entrevista de grupo	Grupo n.º 7	Agosto 2011	Luanda	13 Elementos Moradores do Bairro Zango I

Entrevistas de grupo: Huambo

<i>Tipo de contacto</i>	<i>Identificação</i>	<i>Data do contacto</i>	<i>Lugar</i>	<i>Ocupação / observações</i>
Entrevista de grupo	Grupo n.º 2	2010	Huambo	Vendedores
Entrevista de grupo	Grupo n.º 5	Agosto 2010	Huambo (Kuito)	Moradores do Bairro Zâmbia
Entrevista de grupo	Grupo n.º 6	2007	Huambo	Kasseque III
Entrevista de grupo	Grupo n.º 8	2010	Huambo	Kamussamba

Entrevistas de grupo: Benguela

<i>Tipo de contacto</i>	<i>Identificação</i>	<i>Data do contacto</i>	<i>Lugar</i>	<i>Ocupação / observações</i>
Grupo de discussão	Grupo n.º 3	Outubro 2010	Benguela	14 participantes
Entrevista de Grupo	Grupo n.º 9	Outubro 2010	Ganda e Cubal (Benguela)	Sobas que pertenceram à UNITA
Entrevista de Grupo	Grupo n.º 4	Outubro 2010	Benguela (Lobito)	Estudantes universitários

Entrevistas de grupo: Lubango

<i>Tipo de contacto</i>	<i>Identificação</i>	<i>Data do contacto</i>	<i>Lugar</i>	<i>Ocupação / observações</i>
Conversas informais de grupo	Grupo n.º 11	2011	Lubango	Estudantes universitários
Entrevista de grupo	Grupo n.º 10	2008	Lubango	Freiras católicas e pastores da Igreja Metodista

Anexo III – Observação directa: Luanda, Huambo, Benguela e Lubango

Observação directa: Luanda

<i>Tipo de contacto</i>	<i>Identificação</i>	<i>Data do contacto</i>	<i>Lugar</i>	<i>Ocupação / observações</i>
Observação	Observação n.º 1	Agosto 2011	Luanda	Taxista (Candongueiro)
Observação	Observação n.º 7	Agosto 2011	Luanda	Mercado dos Congolenses
Observação	Observação n.º 9	Agosto 2011	Luanda	Lojinhas (“cantinas”)

Observação directa: Huambo

<i>Tipo de contacto</i>	<i>Identificação</i>	<i>Data do contacto</i>	<i>Lugar</i>	<i>Ocupação / observações</i>
Observação	Observação n.º 2	2011	Huambo	Lojinhas
Observação	Observação n.º 5	2011	Huambo	Bairro Kassequel III
Observação	Observação n.º 6	2011	Huambo	Mercado central do Huambo

Observação directa: Benguela

<i>Tipo de contacto</i>	<i>Identificação</i>	<i>Data do contacto</i>	<i>Lugar</i>	<i>Ocupação / observações</i>
Observação	Observação n.º 3	Outubro 2010	Benguela	Mercado da Caponte
Observação	Observação n.º 8	Fevereiro 2013	Benguela	Projecto imobiliário do Luongo
Observação	Observação n.º 10	Outubro 2010 e Fevereiro 2013	Benguela (Lobito)	Serviços da Conservatória do Lobito

Observação directa: Lubango

<i>Tipo de contacto</i>	<i>Identificação</i>	<i>Data do contacto</i>	<i>Lugar</i>	<i>Ocupação / observações</i>
Visita e conversas com moradores	Observação n.º 4	Setembro 2010	Lubango	Visita ao Bairro Favorita

**Anexo IV – Entrevistas complementares: Uíge, MBanza-Congo, Lunda Sul
(Saurimo) e Moxico (Kazombo e Luena)**

Entrevistas complementares: Uíge e MBanza-Congo

<i>Tipo de contacto</i>	<i>Identificação</i>	<i>Data do contacto</i>	<i>Lugar</i>	<i>Ocupação / observações</i>
Entrevista de grupo	13	Agosto 2011	Município da Damba (Uíge)	Entrevistas com sobas
Entrevista individual	62	Agosto 2011	Município da Damba (Uíge)	Enfermeiro, 49 anos
Conversa informal	63	Agosto 2011	Uíge (cidade)	Membro do governo provincial
Conversa informal	65	Agosto 2011	Uíge (cidade)	Bispo do Uíge
Conversa informal	64	Agosto 2011	MBanza-Congo	Oficial da Polícia de Migração e Fronteira
Entrevista de grupo	14	Agosto 2011	MBanza-Congo	Vendedores no mercado
Entrevista de grupo	18	Agosto 2011	MBanza-Congo	10 Mulheres da Promaica
Conversa informal	66	Agosto 2011	MBanza-Congo	Vice-Procurador Geral da República para a Província do Zaire

Entrevistas complementares: Lunda-Sul (Saurimo) e Moxico (Luena e Kazombo)

<i>Tipo de contacto</i>	<i>Identificação</i>	<i>Data do contacto</i>	<i>Lugar</i>	<i>Ocupação / observações</i>
Entrevista individual	67	Setembro 2012	Luena	Rainha dos Luales (do Moxico)
Entrevista individual	68	Setembro 2012	Luena	Regedor dos Lunda (Moxico)
Entrevista de grupo	15	Agosto 2012	Saurimo	Políticos do Partido Renovador Social
Entrevista individual	69	Agosto 2012	Saurimo	Mwatisenge (rei dos Tchokwe)

Anexo V – Guião das entrevistas individuais

(Explicar o motivo da entrevista (conversa) e se possível afastar-se um pouco do lugar onde estão outras pessoas, por causa da gravação; mostrar o documento ou “carta de pesquisa” se for necessário. Ressaltar que tem autorização para fazer aquelas perguntas. Explicar mais uma vez porque é que se grava. Deixar claro que não é de uma ONG, nem partido, nem Igreja, ressaltar que é para “conhecer e saber”. As perguntas não têm que ser nesta ordem, mas são os temas que devem estar presentes, e podem ser reformuladas no decorrer da entrevista. As pessoas podem usar a língua que quiserem; ir tomando notas de aspectos que pode voltar a perguntar. Estar atento a questões fracturantes, como partidos políticos, Igreja, perda de familiares durante a guerra, etc.)

1 – Cumprimentar (saudação extensiva nas zonas rurais: não dizer apenas “como está? Mas perguntar pela saúde, pela família)

2 – Perguntar pelo nome (o nome completo – que está nos documentos, se tiver)

3 – Perguntar se vive no lugar onde está a ser realizada a entrevista.

- a) Se não vive, perguntar (pedir para contar) como e quando foi parar aí;
- b) Perguntar onde nasceu (província e cidade – município, comuna, bairro);
- c) Se viveu com a UNITA, perguntar se nasceu lá ou como foi lá ter;
- d) Se foi deslocado ou refugiado, perguntar como foi o trajecto de regresso (especialmente);
- e) Se decidiu ficar, perguntar porquê.

4 – A que se dedicava (profissão, actividade geradora de rendimento) antes da guerra; saber todas as actividades.

- Perguntar se mudou de actividade e porquê;
- Como fez para começar nova actividade (e porque decidiu fazê-lo daquela maneira);
- O que é que a paz (fim da guerra) trouxe de novo (vantagem ou desvantagem) na sua vida.

5 – Como desenvolve a sua actividade (se é funcionário público, contar que trabalho faz concretamente, em detalhe)?

- 6 – Só se dedica a uma actividade ou tem outras?
– Explicar as outras actividades que faz;
– perguntar se sempre fez ou aprendeu depois;
– Como é que se complementam as diversas actividades.
- 7 – Perguntar se trabalha no mesmo bairro em que vive ou trabalha também noutro bairro. Se trabalhar no outro lugar, explicar trajecto para ir para o trabalho.
- 8 – Pertence a alguma associação ou grupo (ressaltar especialmente a alguma Igreja)?
a) Que relação mantém com as pessoas da Igreja;
b) Ver se está ligado à organização de algum partido e que tipo de vínculo.
- 9 – Contactos com instituições (administração, bancos, escolas, ONG)
- 10 – Tem casa própria ou de aluguer?
– Vive com a família? Distinguir se no interior – em aldeia – ou na cidade ou nos bairros;
– Retomar perguntas do início sobre como, quando e porque mudou;
– Vive com familiares próximos (ou da mesma aldeia) ou com pessoas que conhece desde sempre?
- 11 – Descrever um dia típico (desde o início do dia até ao final)